



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ANA MARIA GOMES RIBEIRO

**EDUCAÇÃO POPULAR E SUSTENTABILIDADE:
UM ESTUDO SOBRE OS ASPECTOS
EDUCATIVOS NÃO FORMAIS NO PROCESSO DE FORNECIMENTO DE
ALIMENTOS PARA A MERENDA
ESCOLAR POR AGRICULTORES FAMILIARES,
NO MUNICÍPIO DE JACARAÚ-PB**

JOÃO PESSOA
2022

ANA MARIA GOMES RIBEIRO

**EDUCAÇÃO POPULAR E SUSTENTABILIDADE:
UM ESTUDO SOBRE OS ASPECTOS
EDUCATIVOS NÃO FORMAIS NO PROCESSO DE FORNECIMENTO DE
ALIMENTOS PARA A MERENDA
ESCOLAR POR AGRICULTORES FAMILIARES,
NO MUNICÍPIO DE JACARAÚ-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Pesquisa de Educação Popular, como parte dos requisitos obrigatórios para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite.

JOÃO PESSOA
2022

R484e Ribeiro, Ana Maria Gomes.

Educação popular e sustentabilidade : um estudo sobre os aspectos educativos não formais no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB / Ana Maria Gomes Ribeiro. - João Pessoa, 2022.
258 f. : il.

Orientação: Ivonaldo Neres Leite.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação popular. 2. Alimentação escolar. 3. Agricultores familiares. 4. Sustentabilidade. 5. Educação ambiental. I. Leite, Ivonaldo Neres. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37.018.8(043)

ANA MARIA GOMES RIBEIRO

EDUCAÇÃO POPULAR E SUSTENTABILIDADE: um estudo sobre os aspectos educativos não formais no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB

BANCA EXAMINADORA DE DEFESA



Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dr. Emerson Augusto de Medeiros
Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)



Prof. Dr. Joseval dos Reis Miranda
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Este trabalho é dedicado a todos os envolvidos nas causas e movimentos de Educação Ambiental Popular. Aos agricultores familiares, lideranças comunitárias, professores, alunos, ambientalistas, membros dos movimentos sociais engajados nas questões aqui discutidas. A todos estes, emanamos esperança, coragem e entusiasmo na missão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me fortalece na fé e permite que, a cada dia, eu conquiste ainda mais meus objetivos.

A minha família, base que me sustenta, que sempre me apoiou, incentivando a realização dos meus sonhos. Em especial, aos meus pais, Adalgisa Pessoa e Manoel Gomes, que me ensinaram valores éticos e morais frente a uma sociedade tão cheia de contradições.

Ao meu irmão, Aluízio Pessoa, por caminhar comigo nessa etapa da minha formação. Por me fazer perceber que o processo não precisa ser tão pesado e que eu sou merecedora de cada passo e conquista alcançada. Por me ajudar a não desistir diante do medo e da insegurança. Ao meu marido, Alexandre Ribeiro, por toda a compreensão, paciência e apoio durante os diversos momentos desta caminhada.

Ao orientador, Prof. Dr. Ivonaldo Leite, pelo apoio e atenção ao longo da escrita desta dissertação. Por cada orientação baseada em seriedade e compromisso com minha formação e amadurecimento acadêmico.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pela oportunidade de vivenciar uma das experiências mais desafiadoras da minha vida até então.

Aos companheiros de turma 40 do PPGE, aos queridos da Linha de Pesquisa em Educação Popular. Em especial, meus agradecimentos à companheira de pós-graduação, Renata Beatriz. Grata por toda a partilha, solidariedade e conselhos.

Aos agricultores familiares, gestores e demais membros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Jacaraú-PB, pela oportunidade de realizar esta pesquisa.

Por fim, a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram com este processo de formação.

É preciso gerar indignação nas pessoas, incomformidade com as injustiças, sensibilidade para a dor alheia, é preciso desejar gente que olhe para a vida e tenha desejo de viver, de abraçar, de sorrir e fazer diferença diante de muitos desafios impostos pela vida social.

Najla Veloso (2007)

RESUMO

Diante da crise ecológica que ameaça a vida no planeta, alternativas têm sido pensadas no sentido de construir sociedades sustentáveis. Por exemplo, a agricultura familiar tem produzido de forma alternativa, adotando práticas agroecológicas; produtos seus têm sido incorporados à alimentação escolar, a educação tem sido invocada como educação ambiental para formar o “sujeito ecológico” etc. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo geral analisar os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares no município de Jacaraú-PB, tendo em conta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Do ponto de vista do referencial teórico, a pesquisa teve em atenção, entre outras, elaborações em torno da Educação Ambiental Popular e da Agroecologia. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, tratou-se de uma investigação qualitativa realizada junto a agricultores familiares e membros da gestão vinculados à alimentação escolar no município de Jacaraú-PB, tendo como meio de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, além de visitas – em forma de observação – às unidades de produção e armazenamento, realizando-se registros fotográficos. O material empírico resultante das entrevistas foi tratado conforme a técnica de análise de conteúdo temático-categorial, de onde resultaram as seguintes categorias: a operacionalização do PNAE na perspectiva dos agricultores fornecedores de alimentos; desafios da produção e comercialização na agricultura familiar; aspectos do desenvolvimento socioeconômico local e ambiental nas ações do PNAE; operacionalização do PNAE na perspectiva dos gestores; protagonistas do fornecimento de alimentos para a merenda escolar pelo PNAE; construindo a Educação Ambiental Popular a partir das ações do PNAE. Dentre os resultados, verificou-se que aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares no município de Jacaraú-PB se relacionam ao aporte de informações para a sustentabilidade ambiental, para a alimentação saudável e para o desenvolvimento local inclusivo. Entre outras inferências conclusivas, é enfatizado que as ações do PNAE fomentam entre os envolvidos o sentimento de coletividade, a autonomia e a participação cidadã, a difusão de perspectivas orgânicas/agroecológicas e a consciência ambiental, num contexto de aprendizados a partir da prática e da troca de experiências.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Agricultores familiares. Sustentabilidade. Educação Ambiental Popular

ABSTRACT

Faced with the ecological crisis that threatens life on the planet, alternatives have been thought up in order to build sustainable societies. For example, family farming has produced in an alternative way by adopting agroecological practices, its products have been incorporated into school meals, education has been invoked as environmental education to form the 'ecological subject', etc. In this sense, this work aimed to analyze the non-formal educational aspects present in the process of providing food for school meals by family farmers in the municipality of Jacaraú-PB, taking into account the National School Meals Programme (PNAE). From the point of view of the theoretical framework, the research took into account, for example, elaborations around Popular Environmental Education and Agroecology. Methodologically, it was a qualitative investigation carried out with family farmers and members of the municipal management responsible for school meals, using semi-structured interviews as a means of collecting data. In addition, visits were made to the production and storage units, taking photographic records. The empirical material resulting from the interviews was treated according to the thematic-category content analysis technique, from which the following categories resulted: operationalization of the PNAE from the perspective of food supplying farmers; challenges of production and commercialization in family farming; aspects of local socioeconomic and environmental development in PNAE actions; operationalization of the PNAE from the managers' perspective; protagonists of food supply for school meals by the PNAE; building Popular Environmental Education based on PNAE actions. Among the results, it was found that non-formal educational aspects present in the process of providing food for school meals by family farmers, in the municipality of Jacaraú-PB, relate to information for environmental sustainability, healthy eating and inclusive local development. On the conclusive aspects, it is emphasized that the actions of PNAE stimulate the feeling of collectivity, autonomy and citizen participation, the dissemination of organic/agroecological perspectives and environmental awareness, in a context of learning developed with reference to practice and the exchange of experiences.

Keywords: School meals. Family Farmers. Sustainability. Popular Environmental Education.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AGICAM	Agroindustria Camaratuba
CEAAL	Conselho de Educao Popular da América Latina
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CAPES	Coordenao de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDRS	Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável
CGU	Controladoria Geral da União
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNAE	Campanha Nacional de Alimentao Escolar
CAE	Conselho de Alimentao Escolar
DAP	Declarao de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DECOM	Departamento de Comunicao da Prefeitura Municipal de Jacaraú-PB
DSAES	Diretoria de Segurança Alimentar e Economia Solidária
EJA	Educao de Jovens e Adultos
EA	Educao Ambiental
EAP	Educao Ambiental Popular
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental
EMPAER	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularizao Fundiária
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educao
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educao Nacional
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educao e Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
ONGs	Organizaoes Não Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Paraíba
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PT	Partido dos Trabalhadores
SMEDUC	Secretaria Municipal de Educação
SIBEA	Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental e Práticas
Sustentáveis	
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
TCU	Tribunal de Contas da União
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Caracterização dos sujeitos entrevistados	28
QUADRO 2	Descritor: “Educação Ambiental Popular”	39
QUADRO 3	Descritor: “Agricultores familiares”	41
QUADRO 4	Descritor: “Agroecologia”	44
QUADRO 5	Descritor: “Merenda Escolar”	47
QUADRO 6	Principais marcos legais da EA no Brasil	55
QUADRO 7	Modelos de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	83
QUADRO 8	2ª Etapa Análise de Conteúdo – Agricultores.....	171
QUADRO 9	2ª Etapa Análise de Conteúdo – Gestão Do PNAE.....	227
QUADRO 10	Inter-relacionamento entre Unidades de Registro em Eixos Temáticos – Agricultores.....	254
QUADRO 11	Inter-relacionamento entre Unidades de Registro em Eixos Temáticos – Gestores.....	255
QUADRO 12	Inter-relacionamento entre Eixos Temáticos e Categorias de Análises – Agricultores.....	256
QUADRO 13	Inter-relacionamento entre Eixos Temáticos e Categorias de Análises – Gestores.....	256

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Localização do município de Jacaraú-PB	27
FIGURA 2	Desenvolvimento da Análise de Conteúdo segundo Bardin (2016)	30
FIGURA 3	Inauguração da Bodega Agroecológica	105
FIGURA 4	Kit de alimentação escolar	114

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	CAMINHOS PERCORRIDOS EM MINHA FORMAÇÃO PESSOAL E ACADÊMICA E A RELAÇÃO COM O TEMA DE ESTUDO	18
1.2	O ESCOPO DA PESQUISA E SUA RELEVÂNCIA SOCIAL	25
1.3	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	27
1.4	ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO	35
2	EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BASES TEÓRICAS E REFERENCIAIS	37
2.1	ESTADO DO CONHECIMENTO: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR E SUAS CONCEPÇÕES NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS.....	37
2.2	CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	49
2.3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	53
2.4	AS MACROTENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	58
2.5	EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR: UMA TENDÊNCIA NECESSÁRIA	69
3	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS	77
3.1	SITUANDO O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	80
3.2	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR E A AGRICULTURA FAMILIAR: O PNAE COMO CAMPO DE APROXIMAÇÕES	87
4	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: ASPECTOS EDUCATIVOS NO DESENVOLVIMENTO DO PNAE EM JACARAÚ-PB	92
4.1	OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE NA PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES FORNECEDORES DE ALIMENTOS	96
4.2	OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE NA PERSPECTIVA DOS GESTORES	108
4.3	PROTAGONISTAS DO FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PELO PNAE	119
4.4	DESAFIOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR	125
4.5	ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL E AMBIENTAL NAS AÇÕES DO PNAE	130
4.6	CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR A PARTIR DAS AÇÕES DO PNAE	137
4.7	OS RESULTADOS DA PESQUISA: INFERÊNCIAS À LUZ DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR	147

CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	158
APÊNDICES	164
Apêndice 1 - Roteiro de entrevista com representantes da Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE	165
Apêndice 2 - Roteiro de entrevista com representantes dos Agricultores fornecedores do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE	167
Apêndice 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	169
Apêndice 4 - Carta de anuência da Secretaria Municipal de Educação	170
Apêndice 5 - Quadro de organização da Análise de Conteúdo – Agricultores	171
Apêndice 6 - Quadros de organização da Análise de Conteúdo – Gestores	227
Apêndice 7 - Quadros de inter-relacionamento entre Unidades de Registros e Eixos Temáticos – Agricultores e Gestores	254
Apêndice 8 - Quadros de inter-relacionamento dos Eixos Temáticos em Categorias de Análise – Agricultores e Gestores	256
ANEXOS	257
Anexo 1 - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética	258

1 INTRODUÇÃO

Compreender as correntes de pensamentos teóricas e práticas sobre Educação Ambiental tem sido de extrema importância frente ao desafio socioambiental que vivemos. A relação homem e natureza posta pelo modelo de desenvolvimento da sociedade atual desafia as Ciências Sociais e Humanas a repensar o modo de compreender e estar no meio ambiente. A natureza, vista desde muito tempo como fonte inesgotável de recursos para a vida humana, já mostra sinais de que não suportará por longo prazo atender aos interesses humanos.

Frente a estas questões, pesquisar Educação Ambiental com ênfase na perspectiva Popular é adentrar no campo macro das Ciências Sociais e Humanas que metodologicamente tem por base o diálogo e a formação crítico-participativa do sujeito. Uma ação que leva o Pedagogo para espaços não escolares¹ com a contribuição de consolidar práticas sociais concretas envolvendo a formação humana dentro da realidade vivida e partindo dos princípios de uma valorização dos sujeitos envolvidos.

É impossível pensarmos nos dias atuais sem considerar o quanto têm preocupado a humanidade os desastres ecológicos que, em grandes proporções e frequência, ameaçam a existência de vida no planeta. Relações de desenvolvimento estreitamente materiais, voltadas apenas para o consumo imediato e intensivo, têm sido uma das características principais desta sociedade que, em larga escala, está cada vez mais sujeita aos impactos causados por tal estilo de vida no meio ambiente.

Se, em âmbito internacional, assistimos à assinatura de diferentes acordos e estabelecimento de agendas que visam ao alcance de objetivos baseados na mudança da relação homem-natureza, a citar a Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento

¹ A propósito dessa discussão, fundamentamo-nos nos conceitos de educação informal, não formal e formal apresentados por Libâneo (2010). O autor discute as modalidades da educação apresentando, inicialmente, que a educação não é um fenômeno isolado. Por assim ser, ela deve ser compreendida como produto do desenvolvimento social e determinada pelas relações sociais de cada grupo, cada sociedade. Desse modo, a educação é fruto dos interesses e práticas de classes e está intimamente ligada às relações sociais. Em linhas gerais, o autor apresenta os conceitos das muitas educações como intencionais ou não. Por educação informal, compreende-se a modalidade da educação que resulta das relações socioculturais e políticas vividas por cada sujeito, seja de forma individual ou grupal. Portanto, a educação informal perpassa as modalidades de educação formal e não formal. Por educação não formal, Libâneo (2010) determina ser toda e qualquer atividade com caráter de intencionalidade; porém, com pouca estruturação e sistematização e que implica relações pedagógicas não formalizadas. Ao tratar da educação formal, o autor define como aquela educação estruturada, planejada, organizada intencionalmente. Trata-se de uma educação escolar convencional. Mas, não deve ser compreendida como limitada ao espaço escolar institucionalizado, podendo ser desenvolvida em outros espaços. Dessa forma, tomando por base as definições de Libâneo (2010), fundamentamos nossas discussões na perspectiva da educação não formal, sendo entendida como não escolar e apresentando-se como dimensão central deste trabalho.

Sustentável das Nações Unidas, assinada no ano de 2015, compreendemos também como fundamental o estudo acerca desta relação no âmbito mais micro, avaliando a visão e o entendimento dos indivíduos sobre o meio ambiente, bem como suas práticas em relação a ele. Com isso, ressaltamos a importância da Educação Ambiental Popular² como propulsora dos modos pelos quais esta relação acontece.

Incentivados por um sistema de busca ilimitada por lucro que se baseia sobretudo na exploração dos recursos naturais, os seres humanos, embora se destaquem entre os demais seres vivos como pensantes, têm adotado estratégias de sobrevivência que não consideram a segurança e o bem-estar do próximo e semelhante à sua espécie. Na tentativa de crescer economicamente e de garantir seu próprio “conforto”, muitos valores são desprezados por sujeitos que de forma egoísta ultrapassam limites desconsiderando quem quer que esteja ao seu redor. Boa parte desses acontecimentos resulta da crescente busca por desenvolvimento econômico e acumulação do capital. No entanto, algumas medidas precisam ser pensadas e tomadas em relação a esta.

Vale salientar que não se trata, neste caso, de parar o crescimento econômico do mundo para assim conter os problemas ambientais. Partimos da concepção de que precisamos do desenvolvimento, compreendido aqui como sustentável e capaz de suprir as necessidades dos seres humanos sem que sejam postas em risco as gerações futuras. O que aqui se defende e propõe são ações que, pautadas numa lógica da conscientização ambiental, garantam a sobrevivência dos seres de hoje, bem como a existência dos futuros.

Acreditamos que a Educação Ambiental, em sua concepção de Educação Ambiental Popular, como veremos mais adiante, pode ser estratégia eficaz na tentativa de reverter essa situação. É a busca da reflexão constante sobre o destino do homem face aos recursos naturais e ao futuro do planeta. A Educação Ambiental Popular deve ser compreendida como ferramenta de transformação social, tanto para as questões individuais como em relação à coletividade.

A partir dessas premissas, Leite (2013) afirma que a Educação Ambiental Popular, mais precisamente o campo de discussões da Agroecologia, constitui-se efetivamente como alternativa capaz de reestruturar as bases de um novo modelo de desenvolvimento. Um desenvolvimento que envolva toda a sociedade e considere as diversas esferas da vida, sejam elas econômica, política e social. Portanto, trata-se de uma ação que envolve

² O conceito e aprofundamentos da abordagem da Educação Ambiental Popular serão feitos mais adiante neste trabalho.

conceitos e procedimentos para tratar dos desafios postos socialmente. É no caminho dessa compreensão de meio ambiente, das relações humanas e sociais, do desenvolvimento ecológico, do entendimento da Educação Ambiental Popular que a minha história de vida acadêmica e pessoal encontra fundamentação.

1.1 CAMINHOS PERCORRIDOS EM MINHA FORMAÇÃO PESSOAL E ACADÊMICA E A RELAÇÃO COM O TEMA DE ESTUDO

Para tratar da Educação Ambiental e da Educação Ambiental Popular, dos elementos que caracterizam a alimentação escolar, evidenciando a participação de agricultores familiares, é necessário, antes de tudo, salientar como esses debates estão inseridos em minha formação acadêmica e experiências de vida. Por isso, começo esta escrita fazendo uma reflexão, compreendendo minha trajetória e identificando como cheguei a essas discussões.

Nasci e sempre vivi na zona rural da cidade de Jacaraú. Uma cidade pequena do interior da Paraíba, localizada no Vale do Mamanguape, a aproximadamente 80 km da capital João Pessoa. Filha de pais agricultores, sendo a única mulher entre os três irmãos, cresci com uma rotina diretamente ligada ao campo e ao trabalho na agricultura. Ainda na infância, acompanhava sempre meu pai nas feiras livres da nossa cidade e das cidades vizinhas, como era o caso da feira livre de Rio Tinto-PB, para onde, vez ou outra, eu também ia. Por ser a filha mais velha, aprendi cedo a responsabilidade de ajudar nas tarefas de casa, fossem com a minha mãe ou nos serviços de fora, com meu pai.

Em tempos de muitas frutas ou na colheita do milho, era certeza ir mais vezes para a feira livre ajudar meu pai na comercialização desses produtos. A demanda era maior; ele precisava de ajuda. No período em que meu pai precisava ir cedo tirar o leite das vacas para vender, eu também precisava ir para a feira livre. Afinal, alguém tinha que cuidar das frutas e iniciar as vendas até que ele concluísse a ordenha e pudesse chegar à feira. E assim, mantivemos essa rotina por longos anos. Meu pai trouxe consigo o trabalho nas feiras desde a adolescência dele. Cresceu trabalhando, buscando ajudar nas despesas de casa e garantindo também seu próprio dinheiro.

Outra lembrança afetiva que tenho do trabalho no campo é referente aos períodos de chuvas, que também eram nossas temporadas de plantio. O pequeno agricultor sempre aguarda as chuvas para iniciar suas plantações. Eu e meus irmãos éramos os responsáveis por plantar, ajudando nossos pais. Em meio a muitas brincadeiras e algumas traquinagens

(excedendo o número de sementes em cada cova), íamos aprendendo sobre plantio, colheita, tempo de germinação das sementes, quantidades de sementes, características dos solos e muitos outros saberes que o agricultor familiar traz consigo ao longo de muitas gerações.

Plantávamos sementes diversas. Entre elas, milho, feijão, jerimum, fava. Também plantávamos maniva de macaxeira, inhame e outros alimentos que logo seriam consumidos por nós mesmos em casa e comercializados nas feiras. Nossa primeira casa era localizada na comunidade do Timbó, um povoado na zona rural de Jacaraú, situado às margens da rodovia PB-071. Lá vivi até os meus quatro anos de idade, quando fomos surpreendidos com a notícia de que as terras pertencentes à Agroindústria Camaratuba – AGICAM haviam sido ocupadas por um grupo de aproximadamente 200 famílias vindas de várias cidades da Paraíba para ocupar e lutar pelo direito à terra, espaço para morar e produzir. A ocupação das terras de Novo Salvador³ aconteceu na noite de 13 de julho de 1997.

Assim que meu pai e meu tio souberam da ocupação dessas famílias, lideradas pelo movimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na nossa região, logo trataram de aderir ao movimento de luta e de fazer parte da ocupação. Algumas outras famílias da região também aderiram ao movimento. Em pouco tempo, a luta já estava posta, barracas de lona montadas, roçados coletivos sendo plantados, articulações e reivindicações sendo pensadas. A luta pela desapropriação das terras da antiga fazenda AGICAM foi rápida e em três meses de ocupação as famílias já haviam conquistado o direito de permanecer naquele espaço.

Foi assim que em 22 de outubro de 1997 nasceu a comunidade de Novo Salvador, um dos quatro assentamentos rurais do município de Jacaraú-PB. A luta também foi marcada por manifestações, caminhadas em reivindicações por água e luz. Recebemos o apoio de muitos representantes e lideranças das comunidades vizinhas, mas também vivemos por longos anos o peso do preconceito e da falta de conhecimentos que levaram muitas pessoas a enxergar a iniciativa da luta pela reforma agrária naquele espaço como gesto de vandalismo ou criminalidade.

³ Podemos encontrar a história da luta pela ocupação e posse das terras de Novo Salvador e alguns outros assentamentos da região no livro intitulado: *Educação do Campo: Agroecologia e a Luta pela Terra no Vale do Mamanguape-PB*, organizado pelos professores doutores Antonio Alberto Pereira e Ivonaldo Leite, que também constam nas referências desta pesquisa.

Minha família esteve envolvida desde a ocupação das terras, e assim que a fazenda foi desapropriada e as casas da agrovila começaram a ser construídas, já nos organizamos para morar em Novo Salvador. Em 1998, mudamos para lá. Eu, na época, com apenas quatro anos de idade. E é de lá, da comunidade Novo Salvador que trago minhas melhores recordações da infância. De uma infância no campo, na agricultura, na vida em comunidade, nos movimentos sociais⁴.

Ainda naquele mesmo ano de 1998, comecei a frequentar a escola. Era uma escola pública municipal localizada no povoado do Distrito Timbó. Lá permaneci do pré-escolar na Educação Infantil até a antiga oitava série (como era antes denominado o atual nono ano) do Ensino Fundamental Anos Finais. A referida escola chama-se Escola Municipal de Educação Especial e Fundamental Luís Fernandes Pessoa e existe até hoje, atendendo à grande maioria das crianças e jovens da região e comunidades vizinhas.

No Ensino Médio, como tem acontecido até os dias atuais, éramos encaminhados para estudar na cidade, nas escolas estaduais. As escolas do campo já não mais ofereciam nossas séries. Concluí minha trajetória na Educação Básica sempre em escolas públicas, o que, para mim, é motivo de orgulho, pois foi nessas instituições que construí minha base de conhecimentos e experiências com o saber sistematizado, e delas trago boas recordações das vivências e dos excelentes professores e estratégias metodológicas por eles utilizadas e que, mais tarde, foram adotadas por mim enquanto professora.

É importante mencionar que, dessas primeiras vivências na escola, algumas poucas fazem referência ao que poderíamos considerar como estudo ou aproximação com a Educação Ambiental. Apenas algumas datas comemorativas ou eventos da escola abordavam essas discussões. Tudo muito simples, de modo superficial. Hoje, eu consigo perceber que a Educação Básica deixou grandes lacunas na minha formação enquanto sujeito crítico e consciente do desenvolvimento vivido na sociedade e dos desafios por ele postos. As próprias discussões envolvendo a luta pela reforma agrária, os movimentos sociais e a luta de classes, tão presentes na região, passaram superficialmente por esses longos anos de escolaridade.

As poucas experiências do contato com a Educação Ambiental foram, em sua maioria, em momentos vividos no próprio Assentamento Novo Salvador, nos grupos de jovens ligados às ações da igreja, encontros de formações e rodas de conversa para troca

⁴ Os Movimentos Sociais aqui retratados referem-se aos espaços coletivos dentro do próprio assentamento. A grande maioria deles ligada à igreja católica, como, por exemplo, nos grupos de jovens, na catequese de crianças, ministérios de música, grupos de teatro, entre outros espaços de partilhados.

de experiências entre os próprios agricultores, mutirões de limpeza da comunidade e reflorestamento das nascentes⁵, cultivo da horta comunitária, entre outras iniciativas. No entanto, essas vivências hoje estão bem mais esquecidas na comunidade. Poucas crianças e jovens puderam continuar construindo essas memórias.

Com a expansão dos *campi* universitários pelo país, projeto executado no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o Ensino Superior chegou mais perto das pequenas cidades. E assim, o filho do agricultor também obteve o direito de ingressar no ensino superior. Em agosto de 2010, tive a oportunidade de ingressar na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/*Campus* do Litoral Norte, na unidade de Mamanguape. Ali dei os primeiros passos de uma longa, desafiadora e gratificante caminhada de pesquisa, aprendizagens e vivências. Formada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, com Especialização em Docência nos Anos Iniciais também pela UFPB, tive toda a trajetória acadêmica voltada para a pesquisa e discussões acerca da Educação Ambiental fundamentada principalmente no campo da Educação Ambiental Popular. Os temas em questão foram discutidos nos trabalhos de conclusão de curso de ambas as formações.

Ainda durante a graduação, tivemos acesso a projetos de pesquisa e extensão universitária que versavam sobre os referidos assuntos. Durante os três primeiros anos da graduação, mais precisamente de dezembro de 2010 a junho de 2013, participei como bolsista de um projeto de pesquisa e extensão universitária vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O projeto tinha como título: *Formação de Agricultores Familiares na perspectiva da sustentabilidade socioeconômica-ambiental* e foi desenvolvido em três assentamentos rurais do Vale do Mamanguape, sendo eles o Assentamento Boa Esperança, o Assentamento Novo Salvador, ambos localizados no município de Jacaraú-PB, e o Assentamento Jardim, no município de Curral de Cima-PB.

O projeto contou com participação de aproximadamente 30 famílias de agricultores e tinha como objetivo principal incentivar e fortalecer a produção

⁵ Estes momentos formativos envolvendo questões próprias da comunidade eram realizados periodicamente. Em algumas datas comemorativas do Assentamento, nós da comunidade erámos motivados a representar em gestos concretos nossas ações de cuidado e proteção ao meio ambiente e à comunidade onde vivíamos de modo geral. Geralmente, nossas ações eram organizadas em coletivo e saíamos visitando as nascentes da comunidade para realizar limpeza nos arredores e quando havia doações de mudas toda a comunidade se mobilizava para plantá-las nas principais nascentes e reservas da comunidade. Estes dias também eram marcados como dias festivos, em que celebrávamos e nos alimentávamos em conjunto e em partilha.

agroecológica diversificada, proporcionando segurança alimentar, geração de renda e sustentabilidade econômica, social e ambiental para as famílias envolvidas. Além disso, o projeto também promoveu a formação continuada em Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, fortalecendo o trabalho coletivo, a gestão participativa e o intercâmbio de experiência entre as comunidades envolvidas e outras comunidades que desenvolvem práticas agroecológicas, como também incentivou a utilização de técnicas de manejo em sistema de produção agroecológicas, tais como o uso de tração animal, curva de nível, rotação e consórcio de culturas.

Como moradoras de um desses assentamentos nos quais o projeto foi desenvolvido, acompanhamos diretamente as contribuições que a pesquisa e a extensão universitária oferecem à sociedade quando permitem o uso do conhecimento científico para o aperfeiçoamento das práticas cotidianas dos agricultores. Ademais, compreendemos também como essa atuação prática fortalece a formação dos alunos por atribuir significado ao conhecimento adquirido em sala e por evidenciar como ele pode ser ferramenta de mudança social.

A participação nesses projetos também favoreceu que eu pudesse vivenciar outras oportunidades que a Universidade oferece. Oportunidades como realizar leituras e aprofundar pesquisas em temáticas para além das oferecidas nas disciplinas curriculares ao participar de grupos de pesquisa, eventos e congressos, apresentando comunicações orais e relatos de experiência, conhecer outras Instituições de Ensino Superior e dar início aos primeiros passos de uma construção pessoal como pesquisadora.

O trabalho direto com esses sujeitos nos proporcionou uma visão mais concreta das práticas populares que podem orientar a formação do denominado sujeito ecológico. Ainda na vivência como bolsista, colaboramos com a elaboração de um livro⁶ apontando os principais resultados do projeto, bem como o histórico de lutas agrárias das comunidades envolvidas e uma cartilha⁷ que foi pensada no intuito de fortalecer e ampliar o processo de formação junto aos agricultores familiares, compreendendo o papel do agricultor e da agricultora familiar na defesa da natureza, na construção de uma sociedade mais justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. A cartilha também foi

⁶ O livro resultado do projeto em questão tem como título: *Educação do Campo: Agroecologia e a luta pela Terra no Vale do Mamanguape-PB*. A referência da obra consta nas referências deste trabalho.

⁷ O título da cartilha resultado do projeto é: *Educação do Campo, Agroecologia e técnicas de manejo*. A referência desta produção consta no final deste trabalho.

articulada como fonte de pesquisa aos educadores das escolas do campo e na Educação de Jovens e Adultos.

Os princípios de um desenvolvimento sustentável de base agroecológica fundamentavam nossas discussões, mas precisavam ir além disso; era necessário se concretizar em ações diárias, e a agricultura familiar mostrava-se campo propício para isso. Quando, nas escritas dos trabalhos de conclusão de curso da graduação em Pedagogia e da Especialização em Docência nos Anos Iniciais do Fundamental, trouxemos essas discussões investigando de que forma a temática Educação Ambiental chegava até as escolas de Educação Básica e aos filhos desses agricultores, confirmamos as hipóteses iniciais traçadas de que, em nossas escolas, as discussões acerca da Educação Ambiental são marcadas por um modelo de ensino mecânico, descontextualizado, uma Educação Ambiental com uma perspectiva de abordagem Conservacionista, voltada apenas para a realização de eventos e culminância em datas comemorativas. Aos alunos eram ministrados conteúdos simplificados e distantes de suas realidades. Os professores transmitiam informações dos livros didáticos descontextualizados com a realidade da comunidade na qual a escola se insere e com pouca ou quase nenhuma participação de outros atores sociais no cotidiano das escolas.

Os primeiros achados dessas pesquisas em Educação Ambiental realizadas na graduação e na especialização aguçaram ainda mais meus anseios por entender esse processo, por acreditar nessa educação transformadora, que emancipa, liberta, desperta e dá voz a todos os sujeitos. A continuidade dos estudos no mestrado mostrou-se essencial. Muito mais que uma produção acadêmica, alimentamo-nos do desejo de respostas, de contribuir para a construção do conhecimento de forma compartilhada, de contribuir com o que Holliday (2006) denomina de “Sistematização de Experiências”⁸.

Em 2017, adentrei no universo da gestão escolar, passando a viver uma outra face da educação pública. O lado da burocracia, dos processos necessários para manter e fortalecer o funcionamento da instituição escolar. Como gestora da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Anátide Paes Barreto, localizada na comunidade de Salvador Gomes de Baixo, bem próximo ao Assentamento Novo Salvador, já registrando cinco anos consecutivos dessa experiência, vi na alimentação escolar a oportunidade de ir novamente ao campo da Educação Ambiental, dessa vez amparada nos pressupostos

⁸ Ver mais sobre o conceito de “Sistematização das Experiências” em Holliday (2006).

analíticos da Educação Ambiental Popular, para entender como de fato trazer essa educação para a prática cotidiana da escola.

No dia a dia da escola, foi possível perceber que a alimentação escolar é um momento cheio de sentidos e significados. Não é apenas a pausa para a merenda; não se trata apenas de ter um momento para comer e voltar à sala de aula. A alimentação escolar é espaço de vivência, de construção de hábitos alimentares saudáveis, é momento de socialização e, para um número significativo de alunos, a principal refeição diária.

Saber que são os próprios agricultores da região, os pais dos nossos alunos ou os próprios alunos (no caso dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA), os responsáveis pela produção desses alimentos fizeram reacender em mim a certeza de que a Educação Ambiental Popular pode se efetivar nessas iniciativas, nesses espaços e movimentos. Fez-nos perceber a importância de entender esse processo, buscando aproximar esses campos de saberes do cotidiano das escolas.

Em 2019, resolvi tentar voltar para a Universidade. Havia ainda muitas perguntas que precisavam de respostas, muitas inquietações que me levaram a tentar ingressar na pós-graduação, no mestrado. Se, de repente, me pedissem para descrever a experiência do mestrado em apenas duas palavras, primeiramente eu precisaria de alguns minutos para, numa espécie de *flashback*, tentar entender tudo que vivi ao longo desses dois anos tão intensos e rápidos, ao mesmo tempo. Eu poderia definir a experiência como sendo um sonho e um desafio.

Vamos considerar como um sonho porque era e sempre foi o desejo que trazia comigo desde quando ingressei no Ensino Superior. Sempre disposta a aprender, a pesquisar, a contribuir com a ciência, com a produção acadêmica, com o saber sistematizado, continuar a estudar e ajudar ao meu povo, aperfeiçoando a minha experiência profissional com escola pública, escola do campo, sujeitos do campo, atores de suas próprias histórias, esses foram alguns motivos que sempre me moveram com uma certeza de que eu precisava estar onde estou. Um sonho porque, da realidade de onde venho, sendo filha de agricultores rurais, moradores de um assentamento da reforma agrária localizado na zona rural da tão tranquila cidade Jacaraú, interior da Paraíba, o mestrado sempre pareceu um tanto utópico para mim. No entanto, aqui estou, caminhando para os passos finais de um processo que também foi marcado por muitos, por grandes desafios.

A princípio, o desafio de uma formação presencial que precisou se adaptar ao contexto remoto em consequência de uma pandemia que chegou ao Brasil em março de

2020 e que nos obrigou a mudar hábitos, rotinas, planos e trabalhos. O desafio do contexto remoto também trouxe consigo os inúmeros impasses de conexão com a internet, de articulação de uma nova rotina de tempo e espaço para estudar, da jornada tripla de trabalho que, em contexto de *home office*, misturava-se em dar conta da casa, do trabalho, das leituras e atividades acadêmicas isoladas, sem ciclos de discussões e vivências com outros mestrandos e professores. A universidade nos permite isso. Permite-nos a construção compartilhada do conhecimento. Ela se constitui como espaço formativo desde os seus corredores até as salas de aulas, aos eventos e conferências realizados naqueles espaços, e isso a pandemia nos tirou.

Em meio a tudo isso, ainda havia o desafio de cuidar da saúde do corpo, protegemo-nos do vírus (SARS-CoV-2), da contaminação. Cuidar da saúde da mente, mantermo-nos sãs, porque o cérebro precisa estar preparado para adquirir novas vivências e aprendizagens. Entre um desafio e outro, caminhamos. Vivenciar o que se estuda, fazer parte do universo que se pesquisa, é o que torna o processo mais simples e compensatório.

1.2 O ESCOPO DA PESQUISA E SUA RELEVÂNCIA SOCIAL

Em consonância com o que já vinha pesquisando na graduação, aprofundarmos nas questões sobre Educação Ambiental é, além de tudo, instigante. Há um grande desafio em pesquisar e discutir Educação Ambiental, uma vez que o mundo almeja soluções rápidas e concretas. Ações simples, de pequenos grupos, em pequenos movimentos surgem trazendo um novo olhar para situações que soam tão conflituosas, as temidas devastações e desastres ambientais.

Frente a estes pequenos grupos (na pesquisa em questão, trata-se dos agricultores familiares participantes do PNAE), há uma marca forte dos princípios da Educação Ambiental Popular. Uma Educação marcada pela resistência, pelo diálogo, pela crítica ao modelo hegemônico. Uma educação que fortalece as relações sociais e dos seres humanos, despertando nos indivíduos o desejo de querer fazer, revolucionar, acontecer.

Desse modo, o sentido que fundamentou esta pesquisa foi posto e buscou nas discussões teóricas mecanismos que fortaleceram nossa prática enquanto professora, pesquisadora, educadora popular. Assim, conforme os nossos interesses de investigação, o problema de pesquisa deste trabalho foi colocado nos seguintes termos: *Quais são os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB?*

Frente ao problema de pesquisa, formulamos a seguinte hipótese inicial: Os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de produtos para a merenda escolar por agricultores familiares em Jacaraú-PB dizem respeito ao aporte de informações para a sustentabilidade ambiental, para a alimentação saudável e para o desenvolvimento local inclusivo.

Como objetivo geral, a pesquisa buscou analisar os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB. Foram traçados como objetivos específicos: averiguar as bases da relação Educação Popular e sustentabilidade como constituintes conceituais da denominada Educação Ambiental Popular em sua interface com a Agroecologia; investigar a dinâmica de funcionamento da agricultura familiar no município de Jacaraú-PB, no contexto da sua relação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com o desenvolvimento local; e averiguar as contribuições educativas do processo de fornecimento de produtos pela agricultura familiar para a merenda escolar do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e da alimentação saudável.

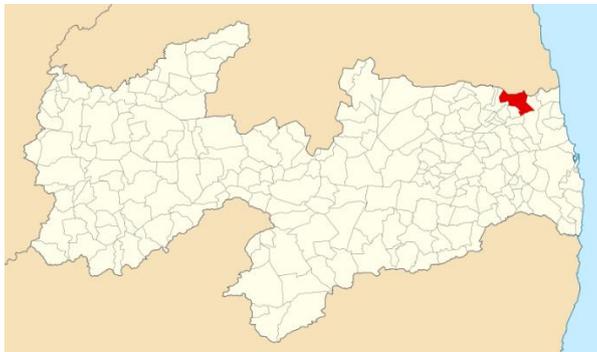
Esta pesquisa apresenta-se com relevância, em caráter de produção acadêmico-científica, acerca do fenômeno em foco em Jacaraú-PB. Portanto, os seus resultados poderão proporcionar subsídios aos interessados em conhecer o processo de fornecimento da merenda escolar no município, assim como servir de instrumento avaliativo da execução do PNAE em Jacaraú-PB.

A presente pesquisa foi desenvolvida na pequena cidade do interior da Paraíba denominada de Jacaraú. Popularmente conhecida como a terra do caju e da castanha, Jacaraú tem sua história marcada pelos movimentos dos tropeiros que visitavam essa região explorando e conhecendo novos lugares. Por estar localizada em uma região de fronteira com outro estado, o Rio Grande do Norte, estudiosos desses aspectos históricos do município revelam que o nome da cidade está atrelado à existência de uma grande lagoa no centro do povoado, onde havia jacarés, a qual, era ponto de hospedagem para os tropeiros que aqui passavam.

A princípio, o pequeno povoado de Jacaraú foi distrito do município de Mamanguape e somente em 1961 foi desmembrado elevando-se a categoria de município. Sua área territorial é de 253 km², ficando a 96 km da capital paraibana, João Pessoa. Sua população, conforme estimativas do IBGE de 2021, era de 14. 467 habitantes. Jacaraú também é conhecida como a “terra de gente hospitaleira, povo artista e pessoas

talentosas”. Seus pontos de destaque estão no crescente número de artesãos, músicos e artistas e na beleza de seu pôr-do-sol.

Figura 1 - Localização geográfica do município de Jacaraú.



Fonte: Google imagens.

Atualmente, o município possui 18 escolas e 2 creches em pleno funcionamento, oferecendo turmas que vão do berçário, maternal até as turmas de 9º ano do Ensino Fundamental regular, incluindo o ensino integral nas duas creches. Além disso, o município também oferece turmas da Educação de Jovens e Adultos nos ciclos 1, 2, 3 e 4 e turmas do Atendimento Educacional Especializado. Essas instituições são orientadas pela Secretaria Municipal de Educação (SMEDUC) e atendem a alunos residentes em todo o município, nas áreas rurais e urbana.

A maior parte das escolas municipais está localizada nas comunidades rurais do município. Apenas três escolas e uma creche estão localizadas na zona urbana. Além destas instituições geridas pela Secretaria Municipal de Educação (SMEDUC), o município também possui duas escolas estaduais, ofertando turmas do Ensino Médio regular e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Jacaraú caracteriza-se como uma região eminentemente rural com parte da população vivendo da agricultura, do trabalho com a castanha do caju e da produção de mel de abelha. O município possui quatro assentamentos rurais articulados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

1.3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente estudo orientou-se por uma perspectiva qualitativa e analisou as diversidades do objeto de estudo em suas inúmeras particularidades. Trata-se de um estudo para além de dados numéricos quantificáveis. Isto posto, a abordagem de pesquisa qualitativa nos pareceu mais pertinente, pois permitiu a pesquisadora obter uma

compreensão detalhada do fenômeno estudado, oferecendo subsídios para sua descrição, reflexão e compreensão. Além disso, nos enfoques da pesquisa qualitativa, interagimos diretamente com os sujeitos em campo, fazendo observações/registros. Segundo Flick (2009), essa relação é essencial para a produção do conhecimento.

De modo diferente da pesquisa quantitativa, os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável a interferir no processo. A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo da pesquisa (FLICK, 2009, p. 25).

A pesquisa empírica foi realizada junto à Secretaria de Educação do município de Jacaraú-PB e aos agricultores que fornecem alimentos para a merenda escolar de toda rede municipal. A escolha desta Secretaria Municipal ocorreu em virtude de ela ser a responsável pela articulação e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município.

Foram entrevistados um total de 08 sujeitos que estavam diretamente ligados ao processo de fornecimento da merenda escolar. Entre eles, definimos entrevistar 02 representantes da gestão geral do PNAE em Jacaraú-PB, sendo eles o(a) nutricionista vinculado ao programa e um membro da Diretoria de Segurança Alimentar e Economia Solidária (DSAES) que atua como técnico responsável pela operacionalização administrativa do PNAE.

Os outros 06 representantes entrevistados foram os próprios agricultores fornecedores. Vale salientar que, dentre os agricultores vinculados ao PNAE em esfera municipal, as entrevistas foram realizadas com aqueles que apresentaram um maior tempo de participação no programa. O Quadro 1 traz informações que caracterizam os sujeitos entrevistados.

Quadro 1 - Caracterização dos sujeitos entrevistados.

Identificação na pesquisa	Sexo	Religião	Tempo de participação no PNAE	Escolaridade	Participa de alguma associação	Estado civil
Agricultor A	M	Católico	5 anos	Ensino Médio	Sim	Solteiro
Agricultor B	M	Católico	Mais de 10 anos	Ensino Médio	Sim	Casado
Agricultor C	M	Católico	2 anos	Ensino Superior	Sim	Solteiro
Agricultor D	M	Católico	5 anos	Fundamental Incompleto	Sim	Casado

Agricultor E	M	Católico	2 anos	Fundamental Incompleto	Sim	Solteiro
Agricultora F	F	Católico	Mais de 10 anos	Ensino Superior	Sim	Solteiro
Gestor A	M	Católico	5 anos	Ensino Superior	Sim	Casado
Gestora B	F	Católico	5 anos	Ensino Superior	Não	Solteiro

Fonte: Elaboração própria (2022).

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram utilizadas como técnicas de coleta de dados⁹ entrevistas semiestruturadas, leitura dos documentos oficiais que orientam o Programa Nacional de Alimentação Escolar e, de modo geral, visitas às comunidades e locais de armazenamento/distribuição dos produtos.

A opção por entrevistas semiestruturadas pareceu-nos a mais adequada para atender aos objetivos postos. Esta técnica possibilitou a pesquisadora um contato mais aberto com o fenômeno estudado, por meio de uma relação dialógica e satisfatória. As entrevistas foram gravadas, e outras observações foram acrescentadas durante o diálogo com os entrevistados.

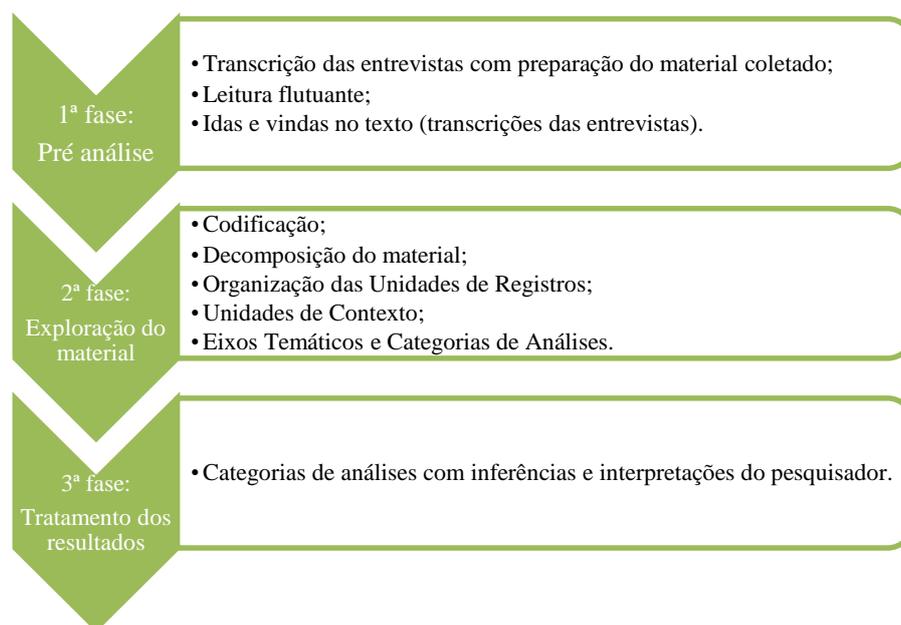
Segundo Flick (2009), é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário.

Considerando esses passos, chegamos à análise em sua fase mais específica e formal, a análise dos dados coletados. Ao utilizarmos a análise de conteúdo como estratégia metodológica para interpretar os dados coletados, tomamos por referências as considerações postas por Bardin (2016) ao apresentar como se define e desenvolve-se Análise de Conteúdo.

Trata-se de um conjunto de técnicas de análises das comunicações desenvolvidas durante a pesquisa com vistas a obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, sejam eles quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48). Os dados obtidos nesta pesquisa foram analisados seguindo as etapas de desenvolvimento de uma análise de conteúdo, conforme demonstra na Figura 2 a seguir:

⁹ O termo “coleta de dados” utilizado durante a pesquisa e escrita desta dissertação faz referência a um processo de apuração e verificação de informações para comprovar uma problemática levantada. Ao desenvolvermos pesquisa nas Ciências Humanas, compreendemos a realidade e produzimos compreensões sobre ela. Dessa forma, o termo não visa a problematizar ou constranger os entrevistados, caracterizando-os apenas como fontes de dados, mas sim como colaboradores principais deste estudo.

Figura 2 - Etapas da Análise de Conteúdo segundo Bardin (2016).



Fonte: Elaboração própria com base em Bardin (2016).

Conforme já descrito anteriormente, as entrevistas ocorreram de forma individual e a análise de cada entrevista também. No entanto, ao evidenciarmos mais detalhadamente a organização dos índices e indicadores, a construção das Unidades de Registro, Unidades de Contexto, Eixos Temáticos e as Categorias de Análise consideramos necessário apresentar como se constituiu cada etapa para os dois grupos de colaboradores um logo após o outro. Esta articulação do material analisado pode ser vista nos arquivos em apêndices nesta pesquisa.

No uso das entrevistas semiestruturadas como estratégia metodológica para compreender fenômenos e situações sociais, ter um roteiro preestabelecido facilita o trabalho do pesquisador de modo que sua conversa e entrevista não fuja do objetivo maior que orienta a pesquisa. Assim, estruturamos dois roteiros, um para agricultores e outro para os representantes da gestão do PNAE.

Os roteiros foram pensados na intenção de otimizar as discussões indo ao encontro das hipóteses previamente pensadas como respostas a questão norteadora de nossa pesquisa. Não se trata, neste caso, de um roteiro definido ou fechado para outras discussões. Pelo contrário, as questões semiestruturadas deram base para que outros questionamentos surgissem e isso fez com que nossas conversas fossem afunilando de encontro ao objetivo maior da pesquisa, que é compreender os aspectos educativos não formais presentes no fornecimento de merenda escolar em Jacaraú-PB.

Nos apêndices 1 e 2 desta pesquisa, é possível observarmos como esses roteiros foram estruturados. As questões apresentadas nos roteiros durante as entrevistas foram se desdobrando em outras questões, mas, em questões simples e que apenas afunilaram nossas discussões rumo ao objetivo da pesquisa. No entanto, todos os questionamentos que foram surgindo foram também registrados na transcrição das entrevistas.

O conjunto de questões que compõem os roteiros foram pensadas visando a compreender o funcionamento do fornecimento de merenda escolar em Jacaraú-PB de modo que os colaboradores com a pesquisa descrevessem como tem sido a operacionalização do programa em uma perspectiva mais técnico administrativa, e ainda evidenciando os aspectos educativos não formais presentes neste processo. Esses aspectos educativos não formais, uma vez identificados, seguem interpretados à luz dos estudos em Educação Ambiental Popular em sua interface com a Agroecologia.

Durante a entrevista, os colaboradores se apresentaram e narraram brevemente suas trajetórias de vida pessoal e profissional. No entanto, ao transcrevermos as informações e ao organizá-las nos quadros de análises, optamos por preservar a identidade dessas pessoas denominando-os apenas com uma letra do alfabeto. Dessa forma, os agricultores seguem identificados como Agricultor A, B, C, D, E e Agricultora F, e os membros da gestão do PNAE como Gestor A e Gestora B.

Com todo o material das entrevistas organizado, transcrito e impresso, foi feita a leitura flutuante que possibilitou a identificação dos índices e indicadores. Para a organização do quadro de índices e indicadores tomamos por base a hipótese inicial da pesquisa que está descrita nos seguintes termos: os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de produtos para a merenda escolar por agricultores familiares em Jacaraú-PB dizem respeito ao aporte de informações para a sustentabilidade ambiental, para a alimentação saudável e para o desenvolvimento local inclusivo.

Em suma, a referenciação dos índices e sua organização sistemática em indicadores seguiram o que sugere Bardin (2016), ao descrever que por índice se compreende como a menção explícita de um tema em uma mensagem e que, por assim ser, geralmente apresenta um maior nível de importância para o locutor que durante a fala o repete seguidas vezes. Quando tal tema/índice é frequentemente repetido pelo locutor tomamos essa frequência como sendo o indicador; ou seja, o quantitativo de vezes em que aquele índice aparece na mensagem.

Vale ressaltar que, em nossa pesquisa, alguns índices foram comuns tanto na fala dos agricultores como na dos membros da gestão do PNAE. Dessa forma, alguns índices chamaram a atenção pela frequência/indicadores com a(os) qual(is) apareceram em determinados questionamentos. Realizamos a leitura flutuante buscando identificar os elementos que mais se aproximavam do nosso objeto de estudo e dos objetivos traçados nesta pesquisa.

Para a construção das Unidades de Registro, utilizamos as entrevistas realizadas com os dois públicos colaboradores e já transcritas. Uma vez transcritas, todas as entrevistas foram impressas. Foi uma opção nossa analisar o material sempre impresso, pois acreditamos ser mais fácil na hora de realizar as idas e vindas no texto, de modo que nada passasse despercebido. A própria Bardin (2016) diz que pode haver suportes materiais que facilitem a manipulação da análise. Entrevistas, por exemplo, podem ser digitadas e impressas em papel, dispondo de colunas vazias à esquerda e à direita para o código, e respostas aos questionários.

Partindo do princípio de que estamos numa construção de análise temático categorial, as Unidades de Registro foram sendo formuladas como unidades de significação, codificadas do conteúdo considerado base na fala de cada entrevistado, sistematizando sempre as Unidades de Registro a partir de seu nível semântico e recortando do texto ideias de maior significação.

Foram elaboradas também as Unidades de Contexto que situam como as Unidade de Registro podem ser compreendidas. Para Bardin (2016), as Unidades de Contexto possuem dimensões maiores que às das Unidades de Registro e são necessárias para que se possa compreender a significação exata da Unidade de Registro. Os quadros 2 e 3, apresentados nos apêndices desta pesquisa, demonstram como foi estruturada esta parte da Análise de Conteúdo dos agricultores e gestores do PNAE, respectivamente.

As Unidades de Registro foram sendo construídas também com base nos índices e indicadores listados na primeira etapa da Análise de Conteúdo. Dessa maneira, em alguns momentos, eles se aproximaram pela própria estrutura gráfica da palavra/expressão e em outros momentos pela temática a qual se referiam. Ainda sobre a elaboração das Unidades de Registro com referência aos índices e indicadores da pesquisa, destacamos que em algumas questões foi registrada a presença de mais de um índice por resposta e estes foram considerados semanticamente na construção das Unidades de Registro.

A partir das inter-relações realizadas entre as Unidades de Contexto e as Unidades de Registro, reagrupamos todas as Unidades de Registro de modo sequencial, não na perspectiva comparativa ou de nivelamento, mas sim, considerando todas as questões respondidas e as Unidades que lhes foram surgindo. As Unidades de Registro seguiram organizadas uma após a outra de acordo com o momento em que elas apareceram em cada questão.

Feito isto, nosso próximo passo foi procurar inter-relacionar as 29 Unidades de Registro construídas das entrevistas com os agricultores fornecedores de alimentos e as 17 Unidades de Registros resultantes das contribuições dos gestores municipais do PNAE para a constituição dos Eixos Temáticos. De todo modo, a inter-relação ocorreu separadamente para cada público entrevistado, resultando nos quadros 10 e 11 dos Eixos Temáticos dos agricultores e outro dos gestores. Os Eixos Temáticos foram compostos por meio das articulações com as Unidades de Registro identificadas nas entrevistas com agricultores e gestores do PNAE em Jacaraú-PB.

O movimento realizado para inter-relacionar as Unidades de Registro e Eixos Temáticos foi o das aproximações em sentido e divergências, de modo que as Unidades de Registro que mais se aproximavam entre si foram agrupadas, dando início à elaboração dos Eixos Temáticos. Mais uma vez, ressaltamos que foram construídos dois quadros a fim de seguir com o movimento de analisar as entrevistas de cada público colaborador separadamente.

Entre as 29 Unidades de Registro que resultaram das entrevistas com os agricultores, chegamos ao total de 07 Eixos Temáticos, quais sejam: Participação coletiva e construção da cidadania; Logística do fornecimento e transporte de alimentos no PNAE; Desafios da produção agrícola; Desenvolvimento socioeconômico e ambiental a partir das ações no PNAE; Aspectos educativos no processo de fornecimento de alimentos; Planejamento da produção; e Desafios da comercialização dos produtos.

No que tange às 17 Unidades de Registro resultantes das entrevistas com os membros da gestão, tivemos a articulação de 03 Eixos Temáticos: Desenvolvimento socioeconômico e ambiental a partir das ações no PNAE; Processos técnicos administrativos do PNAE; e Sujeitos que compõem o PNAE.

No movimento seguinte, articulamos os Eixos Temáticos, finalmente, em Categorias de Análise. Citando Bardin (2016), compreendemos as categorias como rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos e, no nosso caso, tratando-se da Análise de Conteúdo, reúnem as Unidades de Registro sob um título que

compreenda o agrupamento feito em razão das características comuns desses elementos. No nosso caso ainda, o critério de categorização foi considerado semântico por tratar-se de categorias temáticas.

O processo de articulação dos Eixos Temáticos em Categorias de Análise aconteceu de modo a contemplar toda a mensagem trazida nas contribuições dos agricultores e gestores vinculados ao PNAE em Jacaraú-PB, desde a identificação dos índices e indicadores até as Unidades de Registro e de Contexto e todos os processos que foram necessários à Análise de Conteúdo desta pesquisa até então. Finalmente, caminhamos para a etapa na qual interpretamos as categorias de análises trazendo os aspectos educativos não formais presentes na experiência dos que vivem o processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por meio do PNAE no município supracitado com citações próprias das falas desses sujeitos e referenciando-os à luz dos estudos em Educação Ambiental Popular com interface na Agroecologia.

Em suma, a estruturação dos quadros 12 e 13, que apresentam os Eixos Temáticos articulados em Categorias de Análise para os dois públicos de colaboradores desta pesquisa, estão descritos nos apêndices.

Nossa pesquisa resultou em 07 Categorias de Análise em geral, sendo 04 delas resultantes das contribuições dos agricultores e 03 categorias resultantes da Análise de Conteúdo dos membros da gestão do PNAE. As categorias resultantes da análise do conteúdo apresentado pelos agricultores são: A operacionalização do PNAE na perspectiva dos agricultores fornecedores de alimentos; Desafios da produção e comercialização na agricultura familiar; Aspectos do desenvolvimento socioeconômico local e ambiental nas ações do PNAE; e Construindo a Educação Ambiental Popular a partir das ações do PNAE. Como categorias das entrevistas com os membros da gestão do PNAE em Jacaraú, temos: Aspectos do desenvolvimento socioeconômico local e ambiental nas ações do PNAE; Operacionalização do PNAE na perspectiva dos gestores; e Protagonistas do fornecimento de alimentos para a merenda escolar pelo PNAE.

Foi possível perceber que uma categoria se apresentou semelhante para ambos os públicos colaboradores da pesquisa. A categoria “Aspectos do desenvolvimento socioeconômico local e ambiental nas ações do PNAE” foi identificada com a mesma denominação por ser resultado de uma análise minuciosa que identificou índices, indicadores, Unidades de Registro, Unidades de Contexto e Eixos Temáticos semelhantes e, em outros casos, com uma aproximação temática inconfundível. Por isso, ao interpretá-

las, era esperado que houvesse contribuições em recortes dos depoimentos desses dois públicos de colaboradores.

Essas seis Categorias de Análise representam a síntese das significações, identificadas no movimento proporcionado pela Análise de Conteúdo dos dados coletados do contexto prático da pesquisa com agricultores e gestores, visto que foi a partir dela que realizamos a nossa análise interpretativa dos dados.

1.4 ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO

O trabalho segue estruturado em quatro capítulos, a contar desta introdução. Desde a introdução, tratamos dos apontamentos iniciais da pesquisa, apresentando os caminhos percorridos até chegar à experiência da pós-graduação, os elementos que fundamentam o interesse no estudo do tema em questão, a problemática em investigação, a relevância e contribuição social da pesquisa, seus objetivos, o campo empírico da pesquisa e aspectos metodológicos que vão da coleta à análise dos dados.

No segundo capítulo, intitulado “Educação Ambiental: Bases Teóricas e Conceituais”, apresentamos, de forma breve, o estado do conhecimento a partir da revisão da literatura feita no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Em seguida, apresentamos a conceituação histórica da Educação Ambiental, considerando suas principais macrotendências Conservacionista, Pragmática e Crítica. Na macrotendência Crítica, as discussões buscaram caracterizar os pressupostos da Educação Ambiental Popular, evidenciando seus mecanismos fortalecedores de uma educação que liberta, emancipa e impulsiona grupos, ações e movimentos sociais ligados a um desenvolvimento econômico justo e igualitário.

O terceiro capítulo foi intitulado: “Alimentação Escolar no Brasil: Contextualização Histórica e Perspectivas”. O capítulo fez referência aos aspectos históricos da constituição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) até os dias atuais”. Foram apontados os marcos legais que determinaram a institucionalização da alimentação escolar como política pública de direito assegurada a todo cidadão constitucionalmente. Também foram tratadas as aproximações desse programa com as ações em torno da agricultura familiar de base agroecológica e como essa aproximação pode fortalecer as relações entre produtores e consumidores, agricultores e comunidade escolar numa relação dialógica promotora de uma verdadeira Educação Ambiental Popular.

Para o quarto capítulo, ficaram as considerações empíricas da pesquisa, a caracterização de como está posto no município de Jacaraú-PB a execução do PNAE, os dados obtidos nas entrevistas e a análise desses dados, dialogando com os aportes teóricos que fundamentam nosso estudo. Este capítulo trouxe os dados coletados analisados à luz dos estudos da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), proporcionando resposta ao problema de pesquisa e inferências em relação à hipótese inicialmente apresentada.

As considerações finais são apresentadas logo após o quarto capítulo. Nela, apontamos, em linhas gerais, o caminho percorrido, os achados, a aprendizagem e satisfação em realizar esta pesquisa. Em seguida, temos as referências utilizadas como fonte de pesquisa e os apêndices e anexos necessários.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BASES TEÓRICAS E REFERENCIAIS

Para iniciarmos nossas discussões, foi necessário compreendermos como tem sido pensada a Educação Ambiental ao longo dos anos em suas mais diversas abordagens. As discussões trazidas ao longo do segundo capítulo dizem respeito aos principais marcos que compõem a história da Educação Ambiental, sua conceituação e os teóricos que versam sobre ela. Além disso, o capítulo também apresenta um apanhado geral do estado do conhecimento realizado por nossa pesquisa.

Toda produção identificada no estado do conhecimento deu base teórica para fundamentarmos nossas discussões e evidenciou o que vem sendo discutido e abordado academicamente em relação a Educação Ambiental. Logo após a apresentação dos achados no estado do conhecimento, adentramos as discussões a fim de contextualizar a Educação Ambiental, partindo de uma perspectiva macro dos encontros e conferências internacionais que pensaram as primeiras iniciativas de Educação Ambiental até as discussões que versam sobre ela no cenário brasileiro.

Este segundo capítulo de nossa pesquisa também se preocupa em contextualizar a Educação Ambiental dentro do Brasil. São apontadas discussões, teóricos, marcos legais e perspectivas que corroboraram a Educação Ambiental que temos hoje em dia. Em seguida, as discussões perpassam as macrotendências da Educação Ambiental. Cronologicamente, são apontados as definições e os teóricos que conceituaram os campos da Educação Ambiental até adentramos a macrotendência da Educação Ambiental Crítica de onde nasce a perspectiva de Educação Ambiental Popular, corrente que fundamenta e alicerça a prática que investigamos nesta pesquisa. Trata-se de uma Educação Ambiental que tem como marca acompanhar o movimento dos grupos, das classes, dos diversos setores que formam a sociedade contemporânea.

2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR E SUAS CONCEPÇÕES NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

As primeiras ações em torno da presente pesquisa trataram de realizar o levantamento bibliográfico das principais produções acerca do objeto de estudo em questão. Ao ingressar no universo da Academia/pesquisa, nós, alunas de pós-graduação, enxergamos nas ações iniciais enquanto pesquisadores uma oportunidade de aprofundar

nossos conhecimentos em determinada área da ciência e, assim, contribuir com essa produção e socialização do conhecimento.

O estado do conhecimento é um dos mecanismos de pesquisa que pode possibilitar ao aluno/pesquisador esse primeiro contato e, conseqüentemente, o interesse e aprofundamento em determinado objeto de estudo. Para Morosini e Fernandes (2014), por meio do estado do conhecimento, o pesquisador realiza uma leitura inicial do que está sendo discutido e produzido pela comunidade acadêmica na área em que o seu objeto se situa e que tem relação com a perspectiva do estudo que se pretende desenvolver.

Pensando em conhecer um pouco mais o campo investigativo do objeto e a problemática que o norteia, este estudo pretendeu, por meio de uma revisão qualitativa da literatura, compreender o estado do conhecimento sobre tal objeto, bem como elencar as principais produções acadêmicas encontradas. A fonte de pesquisa utilizada foi o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Como descritores de pesquisa foram utilizadas as expressões: “Educação Ambiental Popular; Agricultores Familiares; Agroecologia e Merenda Escolar”.

Vale destacar que os descritores foram pesquisados separadamente e utilizando as aspas (“”) para um resultado mais preciso de toda a expressão e não apenas as palavras soltas. Além disso, foi aplicado o filtro “Educação” como área de conhecimento por se tratar de conceitos transversais em inúmeras outras áreas e ciências, e também pelo fato de a presente pesquisa de mestrado ser desenvolvida na área de Educação.

A opção pela pesquisa avulsa dos conceitos permitiu uma leitura, embora flutuante, mais precisa dos resumos e palavras-chave de cada produção encontrada, a fim de que fossem identificadas as produções que se aproximavam ao objeto de estudo da nossa pesquisa.

Com o descritor “Educação Ambiental Popular”, foram encontradas 12 produções acadêmicas. Em seguida, aplicando o filtro “educação” para a área de conhecimento, foram obtidas 11 produções, das quais 10 têm relação com o estudo que objetivamos desenvolver. Destas, 03 são teses de doutorado e 07 são dissertações de mestrado. Trata-se de pesquisas com discussões aproximadas ao nosso tema, e que trazem o conceito e as perspectivas históricas que constituíram a terminologia Educação Ambiental Popular.

Quadro 2 - Descritor: “Educação Ambiental Popular”.

ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO/PESQUISA
2017	Deborah Luiza Moreira Santana Santos	Território, Luta e Educação: dimensões pulsantes nos enfrentamentos dos conflitos socioambientais mapeados no Quilombo de Mata Cavallo.	Mestrado	Universidade Federal De Mato Grosso, Cuiabá Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação e Biblioteca Central / IE / UFMT.
2002	Malba Taham Barbosa	Educação Ambiental Popular: a experiência do Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Taquaril.	Mestrado	Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFMG; Biblioteca do IGC-UFMG.
2017	Tarcisio Tinoco Botelho	Educação Ambiental e orientações metodológicas ao adulto da agricultura familiar para o desenvolvimento de práticas sustentáveis.	Mestrado	Instituto De Pesquisas Ecológicas, Nazaré Paulista Biblioteca Depositária: IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas.
2003	Christine Storey	Representações Sociais E Meio Ambiente: participação de um grupo de mulheres no planejamento de uma intervenção de educação ambiental popular urbana em Manaus, Amazonas.	Doutorado	Universidade Federal De São Carlos, São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar.
2012	Geisy Graziela Magri	O papel da educação ambiental popular e da agroecologia em escola rural: estudando e aprimorando a formação socioambiental de professores(as)	Mestrado	Universidade Federal De São Carlos, São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar.
2016	Luciana Ferreira da Silva	Educação popular e processos de subjetivação: uma análise do programa Educação Ambiental Popular do Município de Suzano – Estado de São Paulo	Mestrado	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Rio Claro), Rio Claro Biblioteca Depositária: IB - Rio Claro-SP.
1999	Laura Jesus de Moura Costa	Organizações de bairro: história e práticas comunitárias que possam levar à sustentabilidade do meio na cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares - Paraná - Brasil.	Doutorado	Universidade Federal do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná.
2017	Tiago Zanqueta de Souza	A Extensão Popular em Educação Ambiental e seus processos educativos	Doutorado	Universidade Federal de São Carlos, São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária UFSCar.
2016	Julio Vitor Costa da Silva	Sociedades de água do morro da Formiga: Subsídios para Educação Ambiental de base comunitária e ecologia de	Mestrado	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: UNIRIO.

		saberes em uma favela carioca		
2012	Antonio Geraldo Alves Ribeiro	Concepções sobre Educação Ambiental e as contribuições da Educação Popular	Mestrado	Universidade de Uberaba, Uberaba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central. Campus Aeroporto.

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

As pesquisas encontradas usando esse descritor discutem, em sua maioria, os pressupostos que fundamentam a Educação Ambiental em sua compreensão mais ampla, trazendo um afinamento para uma perspectiva de Educação Ambiental Crítica da qual nasce a Educação Ambiental Popular. Trata-se de estudos relevantes para o campo de investigação em questão pois, discutem conceitos e marcos históricos da Educação Ambiental Popular ao mesmo instante em que sistematizam experiências em vários pontos do país.

Entre as discussões encontradas, Ribeiro (2012) sugere que existem incoerências entre as concepções ambientais e as ações cotidianas praticadas pelos sujeitos, apontando que, em teoria, consideram-se ambientalmente corretos, mas nas ações diárias demonstram pouca percepção da correlação entre os entendimentos e a *práxis* sistêmica da geração de seus impactos ambientais. Frente a estas questões, o autor acrescenta que as premissas da Educação Popular – diálogo, participação, conscientização, autonomia e emancipação – apontam para alternativas na formação do cidadão crítico e consciente de suas ações para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. É fundamental que haja uma maior interação entre a escola, direção, professores, alunos e pais; entre escola, comunidade e empresas/instituições, pois desta forma será possível conhecer melhor a realidade do entorno, seus pontos positivos e os principais problemas, e assim buscar alternativas para propor ações/soluções.

As soluções mencionadas pelo autor nos achados de sua pesquisa evidenciam que Educação Ambiental Popular pode ser o fator “inovador” para que as práticas em torno da Educação Ambiental sejam mais consistentes e se transformem em ações de cidadãos críticos, conscientes de suas obrigações e conhecedores de seus direitos. Por outro lado, Magri (2012), em sua pesquisa sobre *O papel da Educação Ambiental Popular e da Agroecologia na escola rural*, afirma que a efetividade do desenvolvimento da Educação Ambiental no ambiente escolar depende da formação dos educadores atuantes e das transformações dos conceitos e práticas pedagógicas desenvolvidas, de modo que essas

ações busquem integrar as práticas educativas, a realidade ambiental e social e a formação socioambiental de alunos e professores.

Estas e as demais produções elencadas no estado do conhecimento apresentaram pressupostos metodológicos que se aproximaram entre si, com a grande maioria sendo pesquisas qualitativas e tendo o uso de entrevistas semiestruturadas e análise documental como instrumentos de coletas de dados. Muitas das pesquisas encontradas versaram sobre situações reais, experiências cotidianas de grupos de que vivem, convivem e multiplicam ações na perspectiva da Educação Ambiental Popular.

Ao pesquisar usando o descritor “Agricultores Familiares”, obtivemos um total de 2.520 produções. Em seguida, aplicando o filtro “educação” como área de conhecimento, o número de produções passou a ser de 53 trabalhos entre teses e dissertações. Mais precisamente, foram encontradas 38 dissertações e 15 teses. Por meio da leitura flutuante, 15 produções apresentaram elementos contribuintes para subsidiar teoricamente a presente pesquisa e passaram a constar na planilha do estado do conhecimento. Destas produções, 03 são teses e 12 são dissertações.

Quadro 3 - Descritor: “Agricultores familiares”.

ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO/PESQUISA
2016	Giovanni Campos Fonseca	Educação e desenvolvimento rural: encontros e desencontros entre extensionistas e agricultores familiares.	Doutorado	Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG.
2013	Raimunda Martins Cuimar	Saberes e práticas culturais de agricultores familiares da Amazônia paraense frente à lógica da monocultura do dendê.	Mestrado	Universidade Do Estado Do Pará, Belém Biblioteca Depositária: PAULO FREIRE.
2011	Leonardo Durval Duarte Guimarães	Agroecologia e Educação Agrícola: alternativa sustentável para agricultura familiar no município de Seropédica.	Mestrado	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2011.
2012	Flavia Lorena de Souza Araújo	Educação, Juventude e Agricultura Familiar Agroecológica: o Caso do Território de Identidade de Irecê.	Mestrado	Universidade Do Estado Da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade do Estado da Bahia.
2016	Alice Nayara dos Santos	Quando o agricultor não chega à escola: programa nacional de alimentação escolar e agricultura familiar.	Doutorado	Universidade Federal Do Ceará/Centro De Humanidades.
2015	Stelina Moreira de Vasconcelos Neta	Movimentos Sociais/Sindicais do/no campo e suas práticas educativas no município de Conceição do Coité – Ba.	Mestrado	Universidade Do Estado Da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade do Estado da Bahia.

2013	Andreany dos Santos Silva	Saberes e práticas socioculturais de populações assentadas e suas relações com saberes escolares.	Mestrado	Universidade Do Estado Do Pará, Belém Biblioteca Depositária: Paulo Freire.
2015	Sara Regina Souto Lopes	A dimensão pedagógica da agricultura familiar: A alimentação escolar aproximando o consumo e a produção.	Mestrado	Universidade Católica de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: Universidade Católica de Brasília.
2019	Ludmir dos Santos Gomes	Alimentação escolar: práticas de agricultores cearenses como fornecedores para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Fortaleza-2019.	Mestrado	Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: Repositório Institucional/UFC.
2014	Marilene Simões da Rocha	Educação Ambiental e Agroecologia na Agricultura Familiar: uma contribuição para o desenvolvimento sustentável no território de Irecê-BA.	Mestrado	Universidade Do Estado Da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade do Estado da Bahia.
2016	Fernanda Oliveira de Lima	Educação Ambiental Agroecológica no resgate do ser natural.	Mestrado	Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro, Seropédica Biblioteca Depositária: Biblioteca Central – UFRRJ.
2015	Fabricio Vassalli Zanelli	Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos intercâmbios agroecológicos.	Mestrado	Universidade Federal de Viçosa, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa.
2018	Ana Paula Barbosa	Trabalho E Educação Popular: reflexões sobre as contradições mediadas nos aspectos formativos e auto gerenciários da COOPERNORTE.	Mestrado	Universidade do Estado do Mato Grosso, Cáceres Biblioteca Depositária: Biblioteca Central de Cáceres.
2016	Thelmely Torres Rego	Formação em Agroecologia: programa do contestado da AS-PTA.	Doutorado	Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU UFSC.
2017	Gizelle Rodrigues dos Santos	Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar na Educação Profissional: Triangulando Indicadores No IFRN E No IFSUL de Minas Natal – RN 2017.	Mestrado	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal Biblioteca Depositária: undefined.

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

Os apontamentos trazidos por Gomes (2019) na pesquisa *Alimentação escolar: práticas de agricultores cearenses como fornecedores para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*, muito se aproximaram das nossas discussões. No objetivo de analisar o processo de fornecimento de alimentos para o PNAE em Fortaleza, o autor evidenciou que há uma dimensão pedagógica e de diálogo entre atores do PNAE que se manifesta no processo de entrega dos gêneros diretamente nas escolas e que existe uma relação direta entre as compras da agricultura familiar e o desenvolvimento local sustentável, nos termos de: inclusão social e produtiva da mulher do campo, a criação de cadeias curtas de abastecimento que trazem resultados positivos para o meio ambiente e

para a alimentação saudável. Os apontamentos teóricos trazidos durante a pesquisa serviram de referencial para a fundamentação também das nossas discussões e evidenciaram que, mesmo diante dos desafios que ainda perpassam o fornecimento de merenda por agricultores familiares, as ações desenvolvidas pelo PNAE fortalecem a agricultura familiar, criam mercado consumidor para a produção agrícola local, impulsionam a economia local, abastecem as escolas com alimentos frescos e saudáveis, geram segurança alimentar, estimulam a cultura alimentar local, gerando renda e prevenindo o êxodo rural.

Na tentativa de conceituar a Agricultura Familiar, a pesquisa de Guimarães, L. (2011), presente nos achados deste estado do conhecimento, alavancou discussões que demonstraram o paradigma existente nesse tipo de agricultura. O autor, citando os achados de sua pesquisa de dissertação, apontou que as instituições de ensino, sejam elas voltadas ao ensino técnico ou superior, podem e devem começar a interagir com esses agricultores, promovendo assistência técnica, fazendo orientações e acompanhamento técnico e, conseqüentemente, criando e/ou fortalecendo as redes de apoio aos agricultores.

Foi verificado nas contribuições de Lopes (2015) que o PNAE tem o potencial de aproximar os campos de produção e consumo por meio da estratégia de aquisição de alimentos da agricultura familiar local. Para a autora, essas ações aproximam a escola e a agricultura familiar com vistas a promover novas formas de produção e de consumo, e ainda permitem aos agricultores familiares a reflexão sobre suas contribuições sociais enquanto um produtor de alimentos para a merenda escolar.

Os elementos considerados para selecionar as produções que constam no estado do conhecimento foram os que abordaram os aspectos históricos e conceituais da expressão “agricultores familiares”. Também foram relevantes os objetivos e aportes metodológicos descritos nos trabalhos. Durante a leitura flutuante das teses e dissertações, foi perceptível que algumas produções faziam grande referência às concepções e estratégias metodológicas da Educação do Campo por terem os agricultores familiares um elevado protagonismo nessa esfera educativa. Outras pesquisas versaram sobre práticas de extensão rural realizada por inúmeras instituições de ensino pelo país.

Durante a pesquisa com o descritor “Agroecologia”, foram identificadas um total de 1.980 produções acadêmicas. Ao aplicar também o filtro “educação” como área de conhecimento prioritário, o número total de resultados passou a ser de 98 trabalhos. Entre estes, havia 64 dissertações e 24 teses.

Os resultados mostraram-se em grande quantidade, pois, mesmo utilizando o filtro “educação”, foram encontradas produções de programas de pós-graduação em Educação e Educação Agrícola. As discussões em torno da compreensão da Agroecologia ainda seguem concentradas, em sua maioria, nos cursos e pesquisas voltados às Ciências Biológicas e da Natureza. Por meio da leitura flutuante nestas produções filtradas, 13 pesquisas aproximaram-se das discussões em torno do nosso objeto de pesquisa. Foi necessário desconsiderar alguns achados de caráter mais técnico referentes a cursos específicos das questões agrícolas. Nesta parte do levantamento das produções que competem ao descritor “Agroecologia”, pesquisas que versam sobre segurança alimentar e soberania alimentar, justiça ambiental e práticas agroecológicas numa perspectiva transformadora foram surgindo e enriquecendo nossas fundamentações.

Para Silva (2013), que pesquisou em sua tese os limites e contribuições da Educação Ambiental e da agricultura de base agroecológica no extremo sul do Brasil, sugere que o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica, que traz em sua perspectiva a diversificação da produção e a criação de espaços de formação junto aos agricultores, e é contrária aos limites do capitalismo, contribui para a garantia de avanços na busca pela Soberania Alimentar, ao mesmo instante em que possibilita espaços formativos importantes para a necessária aproximação entre a teoria e as práticas/ações desenvolvidas no campo da Educação Ambiental e da Agroecologia.

As práticas que unem a Agroecologia às ações do Movimento Sem Terra (MST) foram citadas em algumas pesquisas achadas no estado do conhecimento. Em linhas gerais, são discussões que sugerem que se faz cada vez mais necessário adotar a Agroecologia como base para a construção da Reforma Agrária Popular e para a formação da nova geração de camponeses, de modo que essa relação entre educação e trabalho, que existe nos princípios da Agroecologia sejam potencializadas para a emancipação humana (VIEIRA, 2018).

Quadro 4 - Descritor: “Agroecologia”.

ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO/PESQUISA
2014	Fabrcio Eduardo amador dos Santos	Relações pedagógicas entre educação ambiental e agroecologia.	Mestrado	Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro, Seropédica Biblioteca Depositária: undefined.
2013	Josenei Martins	Pedagogias agrícolas: continuidades e rupturas - uma abordagem	Doutorado	Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU.

		educacional sobre transições agroecológicas.		
2011	Leonardo Durval Duarte Guimarães	Agroecologia e Educação Agrícola: alternativa sustentável para agricultura familiar no Município de Seropédica.	Mestrado	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica Biblioteca Depositária da UFRRJ.
2014	Diogo de Souza Pinto	Identidades e trajetórias de educadores na agroecologia.	Mestrado	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica Biblioteca Depositária: undefined.
2011	Aparecida Do Carmo Lima	Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana.	Mestrado	Universidade Estadual de Maringá, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Central da UEM.
2013	Samyra Orben Herdt	A percepção ambiental e a agroecologia no município de Santa Rosa de Lima, Santa Catarina.	Mestrado	Universidade Do Sul De Santa Catarina, Tubarão Biblioteca Depositária: UNISUL.
2012	José Pacheco de Jesus	A práxis pedagógica no Centro Estadual Integrado de Educação Rural: um estudo sobre a educação do campo e a agricultura familiar em Vila Pavão – ES	Mestrado	Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória Biblioteca Depositária: Biblioteca da UFES.
2009	Taína Rizzato Menegasso	Saberes em construção: os desafios da agroecologia no movimento dos trabalhadores rurais sem terra.	Mestrado	Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU.
2016	Pedro Sérgio da Silveira	Pegadas agroecológicas: história e práticas educativas de grupos de agroecologia.	Mestrado	Universidade Federal de Viçosa, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa.
2013	Diego Sabbado Menezes	Educação Ambiental, Libertária e a Agroecologia: a experiência das "Vivências com a terra".	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial Sala Verde.
2013	Maria de Fátima Santos da Silva	Limites e contribuições da Educação Ambiental e da agricultura de base agroecológica no extremo sul do Brasil: o projeto de agricultura urbana e periurbana em	Doutorado	Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial Sala Verde.

		Rio Grande e São José do Norte (RS).		
2018	Thaile Cristina Lopes Vieira	A relação educação e agroecologia: um estudo sobre experiências em escolas do MST, no Paraná.	Mestrado	Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava Biblioteca Depositária: Universidade Estadual do Centro-Oeste.
2013	Paulo Rodrigues dos Santos	Natureza e verdade a pedagogização ambiental da sociedade contemporânea.	Doutorado	Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: Humanidades/Universidade Federal do Ceará.

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

Ainda durante este levantamento de informações, foram encontrados trabalhos que apareceram como resultados de mais de um descritor. As pesquisas de Zanelli (2015), Rego (2016) e Lima (2011) foram localizadas por meio da busca pelos termos “Agricultores Familiares” e também pelo descritor “Agroecologia”. Algumas produções filtradas ao pesquisarmos por “Agroecologia” também faziam referência às discussões em torno da Educação do Campo, por se tratar de um ambiente pertinente para a efetivação dos princípios agroecológicos. Esses achados são relevantes para a compreensão da totalidade em que se configura a Agroecologia. No entanto, o foco neste estado do conhecimento é a Agroecologia posta nas nuances da Educação Ambiental Popular.

Ao evidenciar a relação pedagógica que existe entre a Educação Ambiental e os fundamentos da Agroecologia, Amador (2014) e Silveira (2016) trouxeram relatos da contribuição que as universidades aportam à sociedade por meio de suas práticas de ensino, pesquisa e extensão evidenciando a Agroecologia como ciência, movimento e prática. São ações que se traduzem em inovações metodológicas e na superação dos métodos tradicionais para a construção do conhecimento e para o fortalecimento do movimento agroecológico.

A Agroecologia ou a transição agroecológica se configura como um processo de mudanças da prática de uma agricultura convencional para uma agricultura de base ecológica. Este movimento de transição foi discutido por Martins (2013) em sua pesquisa de dissertação, realizada no sudeste de Santa Catarina. O autor caracterizou o processo de ensino e aprendizagem e a relação com os conhecimentos denominando-o como

Pedagogias Agrícolas¹⁰. Além disso, o autor evidenciou características que diferenciam e/ou aproximam a Pedagogia Agrícola das pedagogias das agriculturas tradicional e convencional, da mesma forma que caracterizou algumas relações pedagógicas mais objetivamente manifestas no longo, complexo e plural percurso histórico da agricultura. Além disso, assinalou aspectos relativos às discussões afetas ao campesinato e à agricultura familiar, extratos privilegiados para alavancar iniciativas de produção agrícola alternativas ao agronegócio convencional, tal como a produção agroecológica.

Ao pesquisar o descritor “Merenda Escolar”, chegamos a um total de 227 produções. Posteriormente, e aplicando o filtro “educação”, o número caiu para 43 trabalhos. Dentre eles, identificamos por meio da leitura flutuante que 09 são contribuintes e se relacionam ao que já há de produções acadêmicas acerca do campo e objeto de pesquisa aqui tratado. Nas produções encontradas, usando o descritor “Merenda Escolar”, foi possível observar que as pesquisas se preocuparam em fazer um resgate histórico da alimentação escolar no Brasil, bem como um apanhado conceitual e político situando as políticas que regulamentam e asseguram a merenda no cotidiano das escolas.

Para Andrade (2002), o processo de descentralização da gestão da merenda escolar foi decisivo para sua evolução historicamente. A autora chama a atenção para o fato de que o discurso da descentralização do PNAE, ao mesmo instante em que preza pelos princípios da gestão democrática, limita e subordina os Conselhos de Alimentação Escolar, eleitos como instrumentos diretos de sua política.

Quadro 5 - Descritor: “Merenda Escolar”.

ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO/PESQUISA
2002	José Arimatéia Barros Bezerra	Comer na escola: significados e implicações.	Doutorado	Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE). 2002.
2009	Laudirege Fernandes Lima	Direito à alimentação e fruição do direito à educação: gestão e escolarização da alimentação escolar na rede pública estadual de Alagoas.	Mestrado	Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.
2009	Fauston Negreiros	A merenda escolar e seu potencial em face da	Mestrado	Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de

¹⁰ O conceito e as discussões sobre a Pedagogia Agrícola são abordados na pesquisa de Martins (2013), sugeridas aqui e nas referências desta pesquisa. Neste momento do texto, apenas apontamos como achados relevantes do estado do conhecimento.

		segurança alimentar em Guaribas-PI.		Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2009.
1997	Maria Angélica Penatti Pipitone	Programa de alimentação escolar: um estudo sobre descentralização, escola e educadores.	Doutorado	Universidade Estadual de Campinas, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Unicamp
2007	Paula Rosane Vieira Guimarães	Políticas públicas de alimentação no processo modernizador: saberes oficiais e saberes populares sobre a merenda escolar em Criciúma nos anos 60 e 70 do século XX.	Mestrado	Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma Biblioteca Depositária: Central Eurico Back – UNESC.
2016	Débora Cristina Costa de Rosso	Responsabilidades da gestão escolar nas escolas públicas estaduais da 27ª CRE do Rio Grande do Sul e a prestação de contas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	Mestrado	Universidade La Salle, Canoas Biblioteca Depositária: Centro Universitário La Salle – Unilasalle.
2002	Adelina Severina da Silva de Andrade	A produção da merenda escolar no Brasil: a descentralização como política de gestão (1993-2000).	Mestrado	Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMS.
2005	Camila Moreira Almeida	O Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma Análise da Implementação da Merenda Escolar nas Escolas Municipais e Estaduais do Município de Campo Grande nos anos de 2000 a 2003.	Mestrado	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
2018	Gabriela Alves de Arruda	Do direito à merenda escolar ao discurso do direito: Uma análise Discursiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.	Mestrado	Universidade Federal de Alagoas, Maceió Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

Os estudos de Negreiros (2009) apontaram que as formas de utilização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, enquanto política educacional, podem constituir potencial elemento de estímulo à agricultura familiar local e superação da fome,

podendo, inclusive, garantir segurança alimentar. No entanto, o autor ressalta que para isso é necessário que o Programa tenha total plenitude em sua operacionalização. Por outro lado, Bezerra (2002) problematiza nos achados de sua pesquisa que as representações sociais sobre a merenda escolar atuam como elemento curricular de reforço à submissão de alunos e tendem a naturalizar a situação de exclusão que a maioria deles se encontram. O autor reforçou que os achados de sua tese comprovaram que a merenda não é nem pode ser vista como garantia da frequência escolar. Enquanto política pública, ela é lei, é direito constitucional. Ao todo, o presente estado do conhecimento contou com um total de 47 produções acadêmicas distribuídas entre teses e dissertações.

2.2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As discussões até aqui apresentadas nos levaram a buscar contextualizar a Educação Ambiental em seus aspectos históricos e conceituais porque partimos da compreensão de que as ações que perpassam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) muito se assemelham às ações que fundamentam os princípios da Educação Ambiental, principalmente, em sua perspectiva Popular. Uma vez compreendida a Educação Ambiental, afunilamos nossas discussões para o campo da Educação Ambiental Popular tomando o PNAE como campo empírico deste estudo.

O discurso em torno da questão ambiental não é recente, mas, certamente, também não é tardio. É sempre um discurso necessário e, por assim ser, merece que as atenções e ideias se voltem para essas discussões, no intuito de fomentá-las para que sejam efetivadas cada vez mais de modo eficiente, real e essencial. As inúmeras compreensões acerca da relação sociedade e natureza têm possibilitado ao longo do tempo uma visão ampla sobre o conceito de Educação Ambiental. Em cada contexto histórico, considerando as especificidades que caracterizam as relações sociais, econômicas, afetivas, culturais e políticas, a compreensão sobre Educação Ambiental é influenciada por determinantes diferentes.

Do ponto de vista cronológico, Loureiro (2012) situa as primeiras discussões registradas sobre a Educação Ambiental partindo da década de 1970 do século XX, onde o destaque para este cenário de debate foi a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, que apresentou a importância de trabalhar a aproximação entre educação e ambiente, levando essa discussão ao âmbito mundial. Com a visibilidade do conceito de Educação Ambiental, resultante desse primeiro grande marco, ficaram como meta das

instâncias da Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) o planejamento e elaboração do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), que trataria de promover encontros abordando a temática em esferas mais delimitadas, como regional e nacional.

Ainda no contexto da década de 1970, mais precisamente no ano de 1975, um outro importante evento foi registrado deixando sua contribuição ao legado histórico da Educação Ambiental. Segundo Loureiro (2012), o evento foi denominado como o I Seminário Internacional de Educação Ambiental, realizado em Belgrado. O evento teve como objetivo central reforçar a necessidade de uma nova ética global e ecológica que fosse atrelada aos processos de erradicação de problemas como fome, miséria, poluição, analfabetismo, degradação da natureza e exploração humana, possíveis de serem realizadas, através de um modelo de desenvolvimento que compreendesse por completo os problemas e os fatores aos quais estes eram relacionados.

O evento resultou no fortalecimento da Educação Ambiental como um processo educativo amplo e necessário, seja nos aspectos formal ou informal. A mais importante ressalva era que este processo educativo deveria atentar-se às dimensões políticas, culturais e sociais na construção de novos valores e atitudes da sociedade.

Em seguida a esses acontecimentos importantes, muitos outros foram sendo registrados em diversos lugares do mundo. A cada Conferência, Fórum ou Seminário que iam sendo realizados, uma nova contribuição se acrescentava às abordagens sobre Educação Ambiental, ao mesmo tempo em que também se pensava nas abordagens às quais este conceito passaria a englobar. Loureiro (2012) cita o evento regional realizado em Chosica, Peru, em 1976 como sendo um dos mais conhecidos pelo público brasileiro e que teve como objetivo favorecer as discussões em torno de uma Educação Ambiental participativa, permanente, interdisciplinar e construída em bases concretas e cotidianas.

Calixto Flores (2010) aponta que o evento regional ocorrido em Chosica, Peru, discutiu a necessidade de uma Educação Ambiental em caráter integral que promovesse o conhecimento dos problemas sociais e naturais em conjunto, bem como suas causas. Conseqüentemente, o meio ambiente poderia ser visto integralmente a partir do reconhecimento de uma série de problemas naturais e sociais que afligem determinada região e que requerem uma educação orientada para a sua transformação.

Em seguida, ocorreu a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, capital da Geórgia, realizada em 1977, com grande destaque pela participação de representações de 150 países que fomentaram a compreensão de uma Educação Ambiental como processo

educativo capaz de compreender e articular as dimensões ambiental e social, problematizando a realidade ao mesmo instante em que se buscavam as raízes da crise civilizatória. Nos anos seguintes, dois outros eventos ocorreram, sendo eles o Seminário de Educação Ambiental para a América Latina, realizado em 1979 na Costa Rica, e o Seminário Latino-Americano de Educação Ambiental, realizado na Argentina em 1988. Tais seminários reforçaram as ideias de preservação do patrimônio histórico-cultural e a presença da mulher na articulação do desenvolvimento local e de culturas ecológicas (LOUREIRO, 2012).

No ano de 1987, em Moscou, na Rússia, foi registrada a realização do Congresso Internacional de Educação e Formação Ambientais que defendia a capacitação dos profissionais e enfatizava a importância do diálogo e articulações nas organizações de rede, considerando e reavaliando o que tinha sido articulado pelas diretrizes resultantes da conferência de Tbilisi.

Por meio de uma perspectiva macro, Loureiro (2012) ainda cita a Jornada Internacional de Educação Ambiental, realizada paralelamente à Conferência Rio 92, que resultou no documento denominado Tratado de Educação Ambiental para sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, ocorrida em Thessaloniki, na Grécia, no ano de 1997.

O autor supracitado, destacando cronologicamente os grandes marcos e avanços da Educação Ambiental, chama atenção aos interesses subentendidos nesses eventos e alerta para o generalismo das discussões. Criticamente, o autor afirma que não havia, portanto, uma discussão aprofundada sobre o que de fato seria impactante e que conseguiria reverter o quadro de degradação ambiental existente. Em linhas gerais,

[...] o generalismo nas análises e a falta de uma discussão aprofundada, sobre as implicações que o modo de organização e produção capitalista ocasionam na estruturação das políticas públicas pelos Estados e ações em educação ambiental, proporcionaram recomendações vagas sem maiores efeitos práticos, sendo muitas destas compatíveis com a ética liberal e com a economia de mercado. (LOUREIRO, 2012, p. 82).

De certa forma, tratava-se de discussões engessadas de tradicionalismo, desconsiderando desigualdade entre países e os históricos processos de dominação e subordinação. Foram encontros e eventos importantes. Todos com contribuições significativas, mas, para o que Loureiro (2012) ressalta, diz respeito à compreensão de

que a Educação Ambiental é muito mais que discutir e decidir o destino do lixo que produzimos, o que fazemos com os recursos da fauna e flora ou como as empresas deveriam trazer em seus produtos “rótulos adequados” de uma produção que não agredisse tanto ao meio ambiente.

Não podemos nos esquecer também de que a Educação Ambiental, muitas vezes, é utilizada em projetos governamentais de grande porte que querem a obediência de grupos populares e que se utilizam do discurso da participação para promover a cooptação, o assistencialismo e o paternalismo reprodutores da dominação política. (LOUREIRO, 2012, p. 84).

Todos esses Encontros, Fóruns e Conferências desencadearam uma série de discussões no campo da Educação Ambiental na perspectiva de fomentar uma visão crítica do que vinha sendo desenvolvido na sociedade. O Fórum Global da Sociedade Civil, realizado aqui no Brasil em 1992, espaço paralelo à Cúpula da Terra, reuniu cerca de três mil organizações não governamentais de todo o mundo. Dos vários documentos que foram derivados deste Fórum, há a Declaração do Fórum Latino-Americano e Caribenho, que contém uma nota clara contra o atual modelo de desenvolvimento econômico imposto aos países latino-americanos, que os obriga a se submeterem às decisões políticas dos países industrializados. Além disso, o Fórum Global também tratou do respeito a todas as formas de vida como base para uma Educação Ambiental capaz de contribuir com a formação de comunidades socialmente justas e ecologicamente equilibradas (CALIXTO FLORES, 2010).

O fato é que, com o avanço das discussões, a Educação Ambiental passou a englobar outras perspectivas; pensar apenas as relações homem e natureza não era mais suficiente. Souza (2018) afirma que a base fundamental da Educação Ambiental é a própria educação. Neste caso, entendemos que ela se complementa da junção das Ciências Ambientais, com a História, Ciências Sociais, Economia, Física, entre outras áreas. Portanto, é na junção dessas e de outras áreas do conhecimento que asseguramos a construção de uma educação voltada para as questões socioambientais. Essas ciências são responsáveis pela identificação das causas socioeconômicas, políticas e culturais dos problemas ambientais. A Educação Ambiental precisava se constituir em uma abordagem interdisciplinar, transdisciplinar, complexa com pressupostos teóricos e práticos, objetivos amplos e diversos, com sujeitos e sentidos próprios e distintos.

Nesse sentido,

[...] uma prática intersubjetiva que associa conhecimentos científicos e não científicos e relaciona o racional com o intuitivo, o cognitivo com o sensorial, buscando a construção de objetos de conhecimentos que se abram para novas concepções e compreensões de mundo (natural estrito senso e histórico) e para a constituição do sujeito integral (LOUREIRO, 2012, p. 85).

Sem dúvida, essas discussões seguiram por muito mais tempo e seguem até os dias atuais. O Brasil também tem sua trajetória nesse cenário e registrou significativos avanços até ao que hoje temos enquanto ação ou políticas de orientação da Educação Ambiental.

2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Para o cenário nacional, as conquistas em torno da Educação Ambiental são datadas inicialmente pela participação do Brasil em Conferências, Fóruns e Eventos internacionais que já se dispunham a tratar dessa temática. As preocupações com os desafios do desenvolvimento, com o modo de produção da sociedade e sua forte ênfase no consumo e na crescente acumulação de bens passaram a também ser pauta dos novos movimentos sociais. Os ditos movimentos ambientalistas surgiram por volta do final da década de 1980 e início de 1990, dando origem a uma nova esfera de participação social. Atualmente, os movimentos ambientais latino-americanos estão ligados a organizações locais, camponesas e indígenas em defesa dos seus direitos de subsistência, das suas culturas, dos seus bens naturais e das suas reservas territoriais. São grupos de fortes reivindicações e posições críticas, geralmente voltados para questões mais locais e a grupos marginalizados (CALIXTO FLORES, 2010).

Segundo Carvalho (2012), os caminhos da Educação Ambiental no Brasil são marcados por um movimento ecológico¹¹ que tinha como objetivo a preocupação em reparar o meio ambiente para garantir a vida e a qualidade da existência das gerações presentes e futuras. Esses primeiros movimentos no Brasil foram os principais responsáveis por levantar a questão de que estávamos diante de uma crise de interesse público, a qual afetaria a todos, inclusive outras gerações.

¹¹ Isabel Cristina de Moura Carvalho (2012), em seu livro intitulado *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*, traz uma definição do que podemos compreender como Sujeito Ecológico, evidenciando, em linhas gerais, que este sujeito é aquele capaz de compreender o mundo e agir nele de forma crítica. Numa perspectiva de conceituar a Educação Ambiental sob a égide da macrotendência crítica, a autora sugere que a educação é um mecanismo capaz de formar o sujeito para “ler” seu ambiente e interpretar as relações, os conflitos e os problemas nele presentes.

Anteriormente, o Brasil já participava dos debates em torno da Educação Ambiental. Sua dimensão política e pública veio com a inclusão do conceito na Constituição Federal em 1988. Antes disso, as tomadas de decisão eram mais centralizadas, sem a participação da sociedade numa perspectiva comportamentalista e conservacionista. Sobre isso, Loureiro (2012) assevera que o debate ambiental se instaurou no país sob a égide do regime militar nos anos 1970, muito mais por força de pressões internacionais do que por movimentos sociais de cunho ambiental, nacionalmente consolidados.

O país vivia as amarras do regime militar, questões que versassem sobre a perspectiva ambiental, dos direitos de todos, das minorias, entre outras questões próximas, tiveram que silenciar para não sofrer uma represália maior do que as que a história registra. A Educação Ambiental seguiu sendo discutida muito mais fora do Brasil do que propriamente aqui, pelos brasileiros. As questões que ainda eram tratadas estiveram durante todo o tempo do regime militar regidas em conformidade com os interesses políticos da época.

A Educação Ambiental seguia ligada a setores governamentais, políticos e científicos e seu foco era a ideia de conservação da natureza e dos bens naturais, numa perspectiva mais naturalista da questão. Por muito tempo, a Educação Ambiental esteve bem mais ligada aos discursos envolvendo o meio ambiente do que a assuntos vinculados ao sistema educativo.

A falta de percepção da Educação ambiental como processo educativo, reflexo de um movimento histórico, produziu uma prática descontextualizada, voltada para a solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e categorias teóricas centrais da educação. E mais, a ausência de reflexão sobre o movimento ambientalista, seus propósitos e significados políticos, levou à incorporação acrítica por parte dos educadores ambientais, das tendências conservadoras e pragmáticas dominantes, estabelecendo ações educativas dualistas entre o social e o natural, fundamentadas em concepções abstratas de ser humano e generalistas e idealistas no modo como definem a responsabilidade humana no processo de degradação ambiental (LOUREIRO, 2012, p. 89-90).

As ações que marcaram o surgimento da Educação Ambiental no Brasil remetem à ideia de que a Educação Ambiental perdeu inicialmente a oportunidade de se constituir como uma abordagem educativa, ampla, propulsora de uma transformação social e civilizatória, na perspectiva popular e crítica. Haveria então a quem responsabilizar?

Teríamos como identificar interesses individuais ou de uma minoria da população por trás da forma como a Educação Ambiental foi consolidando-se no Brasil?

O fato é que foi essa perspectiva que se consolidou e persistiu no Brasil por muitos anos. Loureiro (2012) evidencia que o problema é estrutural, vinculado ao modelo de desenvolvimento ao próprio modo de produção vigente e até mesmo, à baixa participação política e cidadã nas questões vistas como ambientais, à conjunção e subordinação do Estado aos interesses privados e mercantis, e ao reducionismo no tratamento da categoria ambiente. No entanto, não havia só críticas à atuação do Brasil nas discussões e implementações de políticas públicas e programas para a Educação Ambiental. As discussões que perpassam a Educação Ambiental no Brasil seguiram estanques até a década de 1980, e somente com o surgimento dos novos movimentos sociais é que a questão vem à tona, ganhando outras dimensões e perspectivas.

Em uma espécie de linha do tempo apontando os principais marcos legais da Educação Ambiental no Brasil, Carvalho (2012) descreve as décadas de 1980 e 1990 como sendo as de maior crescimento das discussões em torno dessa temática. O Quadro 12 a seguir apresenta desde as principais políticas públicas até os marcos legais que constituíram os aportes históricos da Educação Ambiental nas duas décadas consideradas significativas de seu desenvolvimento.

Quadro 6– Principais marcos legais da EA no Brasil.

Principais políticas públicas para a EA no Brasil desde os anos 80

1981 – Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) inclusão da EA em todos os níveis de ensino.

1988 – Inclusão da EA como direito de todos e dever do Estado no capítulo de meio ambiente da Constituição.

1989 – Criado o Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 7.797/89), apoia projetos de EA.

1992 – Criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os Núcleos de EA do IBAMA e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC).

1994 – Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) pelo MMA, MEC, MIC, MCT.

1995 – Câmara Técnica Temporária de EA do CONAMA.

1997 – Elaboração do Parâmetros Curriculares definidos pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, em que “meio ambiente” é incluído como um dos temas transversais.

1999 – Aprovação da Política Nacional de EA pela Lei nº 9.795, e criação da Coordenação Geral de EA no MEC e da Diretoria de EA no MMA.

2001 – Implementação do Programa Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola, pelo MEC.

2002 – Regulamentação da Política Nacional de EA (Lei nº 9.795/99) pelo Decreto nº 4.281.

2003 – Criação do Órgão Gestor da Política Nacional de EA reunindo MEC e MMA.

Marco legal da EA

Lei nº 9394/96: Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei nº 9795/99: Política Nacional de Educação Ambiental

Decreto nº 4281/02 Criação do Órgão Gestor

Plano Nacional de Educação (atualmente em discussão)

Fonte: Elaboração própria com base em Carvalho (2012).

Todos esses eventos e documentos instituídos no Brasil trouxeram contribuições significativas para as discussões e ações em torno da Educação Ambiental. Vale ressaltar que algumas leis que marcaram o processo de implantação da Educação Ambiental no Brasil só foram colocadas em prática posteriormente, quando regulamentadas. Algumas delas, como a Lei nº 9795/99, passaram a vigorar três anos depois, por meio de um decreto. Alguns eventos resultaram em documentos normativos que seguiram dando base para muitos projetos em torno da perspectiva ambiental. Por meio desse panorama breve da história da Educação Ambiental no Brasil, podemos perceber que as discussões já caminhavam para uma perspectiva da macrotendência crítica.

A conferência Rio-92, que resultou na elaboração da Agenda 21, já era um passo significativo para a história dessa abordagem. Mais tarde, algumas outras iniciativas foram sendo registradas. Iniciativas do Ministério da Educação e do Ministério do Meio Ambiente trouxeram importantes documentos e ações. Como exemplo, a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental, criado em 1994, que, definido em sete principais linhas de orientações gerais, trazia propostas de uma Educação Ambiental no contexto formal das instituições de ensino, ações envolvendo educação no processo de gestão ambiental, campanhas em torno da Educação Ambiental com foco na capacitação de profissionais e promoção da sustentabilidade, cooperação nas campanhas de visibilização dessa consciência, articulação e integração das comunidades em favor de uma Educação Ambiental, articulações intra e interinstitucional e a criação de redes de centros especializados que integrem diversas instâncias em esfera nacional (LOUREIRO, 2012).

Em 1997, foram produzidos importantes documentos orientadores de uma prática da Educação Ambiental no contexto das escolas. Trata-se dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, fundamentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), enfatizaram a transversalidade, relevância, urgência e necessária vinculação dos temas saúde, ética, pluralidade cultural, orientação sexual e meio ambiente no contexto educacional. Esses temas também ganharam destaque nas discussões em torno dos novos movimentos sociais, que colaboraram para que grupos, antes excluídos e vivendo à margem da sociedade, ganhassem espaço em pautas importantes socialmente (SOUZA, 2018).

Ainda em 1997, a I Conferência Nacional de Educação Ambiental realizada em Brasília consolidou as diretrizes políticas já elaboradas e desenvolveu o documento denominado Declaração de Brasília, que apresentou grandes temáticas, problemas e soluções possíveis. Dois anos depois, em 27 de abril de 1999, a constituição da Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9.795/99 - trouxe discussões em torno da garantia do acesso à Educação Ambiental como direito fundamental a todo cidadão brasileiro, bem como apresentou os princípios básicos dessa educação. Até então, era perceptível uma preocupação com a construção de espaços e processos formais para a socialização dessas discussões. Do mesmo modo em que se pensava em como seria possível que educadores e outros profissionais que atuam nesses espaços trouxessem essas discussões de forma transversal (SOUZA, 2018).

Em 2001, o Brasil passou a ter o Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA). O sistema era coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente juntamente com outras instituições, ONGs e redes. Seu principal objetivo era organizar, sistematizar e difundir todas as ações que envolvessem Educação Ambiental no país. Loureiro (2012) sintetiza afirmando que os principais objetivos do SIBEA listados em documento eram

(1) implantar um sistema de informações referenciais sobre Educação Ambiental e reformular o *site* de Educação Ambiental para difundir notícias e informações, assegurando a integração entre ambos; (2) captar, processar, armazenar e disseminar informações sobre Educação Ambiental e práticas sustentáveis; (3) coletar, processar, armazenar e difundir informações atualizadas sobre profissionais e instituições atuantes em Educação Ambiental e práticas sustentáveis; (4) coletar, processar, armazenar e difundir informações atualizadas sobre programas, metodologias, práticas e tecnologias sustentáveis acionadas com a Educação Ambiental; e (5) fornecer informação para os programas ou atividades de capacitação. (LOUREIRO, 2012, p. 94-95).

Mesmo diante de tantos avanços significativos e do interesse da população em discutir e difundir ações acerca da Educação Ambiental, os documentos, princípios e diretrizes versavam muito mais por uma perspectiva comportamentalista e ecológica da Educação Ambiental. Ainda nessa perspectiva, a Educação Ambiental se manteve por muito tempo até que outras abordagens começassem a ser pensadas e articuladas dentro dos debates, chegando ao que hoje se compreende como sendo uma perspectiva de Educação Ambiental Crítica pautada numa ação transformadora, emancipatória e em contraponto às tendências hegemônicas conservadoras, pragmáticas e comportamentalistas (LOUREIRO, 2012).

2.4 AS MACROTENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em uma sociedade fortemente marcada por um sistema capitalista, que segrega e exclui determinados grupos e classes sociais, que preza pela acumulação de capital cultural, social e econômico em favor de uma minoria, que usa, explora e privatiza recursos naturais e que vem deixando um vasto rastro de destruição que o planeta dá sinais de não ter como suportar mais tanta devastação. Dessa forma, surge na educação a necessidade de uma reconfiguração deste espaço social e das pessoas que nele habitam a fim de que ações sejam efetivadas cotidianamente.

A educação é um mecanismo de transformação social. Por meio do acesso às informações, numa perspectiva de construção compartilhada do conhecimento, em vivências educativas formais, informais ou não formais, ligadas diretamente a instituições de ensino ou por meio de iniciativas e dos movimentos sociais, a educação pode contribuir para o desenvolvimento de uma reconstrução dos seres humanos e, conseqüentemente, da sociedade. Em sua adjetivação como ambiental, ela também traz significativas contribuições para a reconstrução do espaço e das relações sociais. Diante do modelo de desenvolvimento atual, tratar dessa Educação em abordagem Ambiental tem sido pauta necessária e urgente (BARBOSA, 2002).

Todos os marcos históricos que constituíram o que hoje entendemos por Educação Ambiental foram necessários para que seu conceito ganhasse amplitude e resistência para se efetivar enquanto ação social, política pública ou prática cotidiana. As discussões em torno dessa abordagem não seguiram padronizadas e o conceito seguiu sendo pensado a partir de algumas tendências distintas.

Tendências como, por exemplo, a Educação Ambiental Conservacionista, Pragmática e Crítica foram caracterizando o desenvolver das discussões e ações (LAYRARGUES; LIMA, 2011). Cada uma delas marca um período histórico com compreensões próprias para os conceitos de meio ambiente, natureza, homem, relações sociais, entre inúmeros outros elementos que permeiam essas discussões.

Os pesquisadores da área não determinam exatamente quando e como cada macrotendência começou, nem os processos de transição de uma para outra. Isto porque as macrotendências foram sendo pensadas a partir das necessidades e demandas de cada contexto histórico em que se inseriram e das relações que se constituíam entre seres humanos e natureza, bem como entre esses e seus pares.

A Educação Ambiental surgiu da necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento vigente, considerando que o planeta já registrava inúmeros desastres ambientais e a natureza dava sinais de que não poderia continuar sendo compreendida apenas como uma fonte inesgotável de recursos naturais (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

Layrargues e Lima (2011) afirmam que, mesmo diante dos princípios ecológicos e ambientalistas que iniciaram as discussões sobre Educação Ambiental, logo se constatou que esta Educação Ambiental compreendia um universo pedagógico multidimensional. Seus pressupostos giravam em torno das relações estabelecidas entre indivíduos, sociedade, educação e natureza e que, portanto, suas análises e aportes teóricos precisavam se desdobrar numa tarefa muito mais complexa do que a que se presumia.

De fato, a complexidade e abrangência do campo da Educação Ambiental levou pesquisadores como Carvalho (2012), Loureiro (2012), Acselrad (2010), entre outros autores da área, a compreenderem a multiplicidade interna do campo na busca pela hegemonia interpretativa e política desse universo socioeducativo. Layrargues e Lima (2011) elencam três principais macrotendências, sendo elas a tendência conservacionista, a pragmática e a crítica. Cada uma delas pautada em princípios, objetivos e conceitos próprios.

Acselrad (2010) chama atenção para o fato de que, no Brasil, e nos primórdios das discussões acerca da Educação Ambiental, grupos, ONGs e movimentos diversos que defendiam os ideais dessa educação viveram o embate de se constituir como um movimento ambientalista ao mesmo instante em que eram desafiados pelas ideias contrárias aos seus fundamentos. Ideias postas pelos defensores do desenvolvimento

econômico acelerado, da superacumulação de bens e capital, que defendiam o desenvolvimento como sendo necessário para a geração de emprego e renda mesmo que a isso custasse a devastação e exploração ambiental.

Os grupos, ONGs, representações de entidades ambientais encontram na luta diária de seus movimentos a necessidade de evidenciar que suas prioridades de luta também envolvem vencer a pobreza e a desigualdade social e que os lucros da exploração ambiental bem como, o preço de sua devastação chega as esferas e classes sociais de modos diferentes. As classes menos favorecidas colhem poucos benefícios desse desenvolvimento acelerado, mas acabam pagando os altos custos dessa devastação (SOUZA, 2018). Trata-se de uma relação de meio ambiente e justiça social que não deve ser esquecida pelos movimentos, educadores, sociedade e nem tão pouco pelos propulsores da Educação Ambiental.

Inicialmente, a tendência predominante no campo da Educação Ambiental foi a macrotendência Conservacionista. Como a própria denominação sugere, é uma tendência conservadora que tem como objetivo o despertar da humanidade para a compreensão da preservação, na perspectiva romantizada de enxergar a natureza como fonte de recursos dessa e das próximas gerações a disposição de suprir as necessidades dos seres humanos, compreendida como fonte de recursos naturais e orientada pelos fundamentos da ciência ecológica.

A macrotendência Conservacionista se constitui em um contexto no qual as discussões iniciais giravam em torno da crise ambiental em sua face mais perceptível, isto é, a destruição da natureza, e pelo fato de que a institucionalização da Educação Ambiental nasceu, principalmente, no seio dos espaços ambientais ligados às ideias ecológicas e das ciências biológicas, e não no campo educacional das ciências humanas e sociais. Tanto do ponto de vista simbólico e político quanto do ponto de vista institucional, foi do campo das ciências naturais que a Educação Ambiental brasileira herdou a parte mais extensa de sua identidade e de suas contextualizações históricas (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

Em síntese, é uma tendência permeada por ações de cunho comportamentalista, de princípios de alfabetização ecológica e de atividades de senso e percepção ao ar livre. Quando apontadas, as expressões *ecológica* e *ar livre* estão sendo destacadas no sentido estritamente natural e biológico da questão. Uma perspectiva que compreende o ser humano alheio às transformações ambientais e passivo de suas consequências.

Ao compreender a macrotendência da Educação Ambiental Conservacionista, percebemos evidências do que Paulo Freire (2013) denomina também de Educação Bancária, que é posta nas considerações de Pieper, Santos e Pimentel (2012) como uma educação que,

[...] em sua prática educativa, reproduz os paradigmas da sociedade moderna, dentre eles o cientificismo, cartesianismo e o antropocentrismo que resulta numa relação desintegrada entre sociedade e natureza. Além disso, apresenta uma compreensão de mundo que tem dificuldades em pensar a totalidade complexa, analisando o mundo partido, fragmentado, fixo e antropocêntrico (PIEPER; SANTOS; PIMENTEL, 2012, p. 697).

Nessa perspectiva da Educação Ambiental Conservacionista, em interface à denominada Educação Bancária, o conhecimento é limitado, a formação do aluno é comprometida. O professor é visto como detentor do conhecimento, aquele que acumulou e agora transfere as informações para o aluno, enquanto o aluno é um receptor de informações sistematizadas e articuladas previamente, alguém considerado tábula rasa, sem conhecimento prévio. As ações não envolvem discussões, criticidade nem tampouco são consideradas as experiências reais dos sujeitos que formam o ambiente em que a educação se efetiva. Seja na escola ou em outros espaços de educação informal ou não formal, a Educação Ambiental na perspectiva Conservacionista tende a deixar de lado do processo de ensino e aprendizagem os alunos e demais sujeitos que vivenciam este processo.

Por volta da década de 1990, com as transformações sociais e o surgimento de novas demandas de discussões, as pesquisas acerca da Educação Ambiental passaram a compreender as diferentes concepções de natureza, educação, sociedade e meio ambiente. Concomitantemente, a Educação Ambiental se reconfigurou em outras abordagens e tendências de pensamentos. Um novo cenário de discussão surgiu e trouxe consigo uma necessidade de se reconfigurar as nuances acerca da Educação Ambiental. Cada vez mais, era visível que os estudos em torno desse campo de conhecimento iam se enveredando em perspectivas mais abrangentes e críticas (SOUZA, 2017).

A necessidade de compreender essas abordagens e as singularidades que lhes são próprias, apesar de apresentar inúmeros benefícios, também é posta em atenção por Layrargues e Lima (2011) pois, os autores sugerem uma preocupação para que, na adjetivação das macrotendências, o verdadeiro sentido não ficasse fora de todo esse processo. O desafio posto era não incorrer numa possível simplificação ao classificar esse

conceito. O fato é que, compreendendo a amplitude do conceito de Educação Ambiental por meio das macrotendências que foram surgindo, percebeu-se que todas as tendências se pautaram em princípios e objetivos distintos, mas que se encontravam no objeto comum, conter a crise ambiental vivida.

Em linhas gerais, a macrotendência conservacionista está ligada às ações de comportamento individual e a tomada de consciência da própria ação em respeito ao meio ambiente. É uma tendência a qual teóricos como Layrargues e Lima (2011) definem como sendo apolítica, conteudística, instrumental e normativa e que, por assim ser, não superariam o paradigma hegemônico que tende a tratar o ser humano como um ente genérico e abstrato, reduzindo-o à condição de causador e vítima da crise ambiental, desconsiderando qualquer recorte social. Essa tendência também é consequência de uma visão estritamente ecológica¹² da crise e dos problemas ambientais que deixam de lado questões políticas, sociais e culturais.

Na perspectiva da macrotendência Pragmática, as concepções de homem, meio ambiente, sociedade e natureza também mudam. Esta tendência começa a apostar num desenvolvimento sustentável e em uma “bandeira ecológica” que defende a preservação, mas que continua enxergando a natureza como uma fonte de recursos a serviço da humanidade. É a relação de defender o meio ambiente, mas de permanecer com o antropocentrismo da sociedade na qual a pauta educativa se afasta da dimensão puramente ecológico-conservacionista e se aproxima da esfera da produção e consumo, embora voltada exclusivamente aos recursos ambientais, sem quaisquer considerações com a dimensão social (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

Nos apontamentos dos autores supracitados, a macrotendência pragmática é resultante do estilo de produção advindo do período pós-Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, suas discussões surgiram no final da década de 1980 para 1990 e tratavam de assuntos envolvendo o sistema produtivo, o consumismo social e as questões em relação ao quantitativo de lixo produzido pelas produções em larga escala. A macrotendência pragmática também responde às discussões em torno da economia de energia, água e outros elementos da natureza compreendidos enquanto recursos finitos.

¹² Ao usarmos a expressão “Visão Ecológica”, referimo-nos ao conceito de ecologia próprio das Ciências Naturais, da Biologia propriamente dita e como sua conceituação foi base para as ações vinculadas à macrotendência da Educação Ambiental Conservacionista. Para ver um pouco mais do que compreendemos como Ecologia, recomendamos a leitura do texto de Silva e Schramm (1997).

Temos na tendência pragmática a concepção de um modelo de desenvolvimento protocolado, padrão, uma norma predeterminada a ser seguida.

Na sociedade marcada por um jogo de interesses em que os seres humanos vivem em uma competição constante pela acumulação do capital e, conseqüentemente, pela aquisição de maior poder no campo ao qual pertencem, a macrotendência Pragmática escancara ainda mais os desafios e as desigualdades desta sociedade. Na perspectiva de compreender a Educação Ambiental em sua concepção Pragmática, o mundo e a sociedade estariam vivendo um perfeito equilíbrio econômico e social e a distribuição dos recursos naturais, bens de consumo e qualidade de vida chegariam da mesma forma para todos os sujeitos.

Bem sabemos que esta não é a verdadeira face das relações sociais que marcam o desenvolvimento no Brasil e no mundo. Diariamente, somos bombardeados de informações que comprovam que a má distribuição de renda e a falta do acesso a bens e serviços de forma justa e igualitária por todos têm sido as principais causas da exclusão e opressão de tantas pessoas. Propagamos a ideia de que o desenvolvimento é necessário, de que o “ecologicamente correto” existe, de que nossas ações cotidianas também são impactantes na devastação do meio ambiente, que somos tão responsáveis pela “salvação” do planeta tanto quanto outros segmentos e sujeitos sociais. Sim, é notório, e a questão trazida aqui não é a ideia de que toda ação em favor da consciência e de um novo modo de pensar e agir no planeta não seja necessário, mas não há como equiparar o que grandes potências econômicas trazem de impactos ao meio ambiente com pequenas ações e sujeitos isolados.

Leite (2013) afirma que, nessa concepção de Educação Ambiental Pragmática, nada mais é que uma perspectiva politicamente construída que, por um lado, oculta as causas sistêmicas da crise ecológica e, por outro, além de individualizar responsabilidades, alimenta o “marketing do mercado ecologicamente correto”, gerando dividendos a empresas.

O conceito de desenvolvimento sustentável também acaba sofrendo uma banalização ao considerarmos as relações de poder que subscrevem as ações de Educação Ambiental. Para Leite (2017, p. 165),

Por vezes, essa expressão, retoricamente repisada, tem se constituído em um autêntico embuste, servindo para tudo e para nada. Tem sido utilizada como máscara para esconder as verdadeiras causas dos problemas ambientais,

vendendo a ilusão de que é possível um desenvolvimento com sustentabilidade numa sociedade que, *de per si*, é insustentável.

O desenvolvimento sustentável vai além dessa premissa. Para esse discurso, falta uma visão holística do problema, compreendê-lo em sua totalidade. A banalização do sentido real do desenvolvimento sustentável faz surgir uma perspectiva denominada de “ecocapitalismo” que apenas reconfigura quem são os causadores e as consequências dos problemas ambientais (LEITE, 2017).

Ao considerarmos o discurso que equipara ações individuais ao de grandes empresas e a simplificação do conceito de desenvolvimento sustentável adotado por interesses particulares maquiando uma falsa realidade da devastação ambiental, chegaremos a uma compreensão de que a Educação Ambiental precisa se constituir numa perspectiva ampla que compreenda, ao mesmo tempo, fatores cognitivos e políticos. Cognitivos por serem necessários para uma nova relação com o meio ambiente e com seu sentido real, para que este seja compreendido em todos os aspectos, físico e social, natural ou resultante da ação humana. Político por se tratar de uma discussão necessária à transformação social que se configura como atuação frente às pequenas e grandes relações de poder. É a partir dessa compreensão que surge a denominada Educação Ambiental Popular (LEITE, 2017).

Para essa macrotendência da Educação Ambiental Pragmática, o lado belo do desenvolvimento sustentável ou dos rótulos e marcas “ecologicamente” pensados no que se refere à sustentabilidade podem ser confrontados novamente pelo desafio do que Acselrad (2010) denominou como justiça social. Vivemos em uma sociedade marcada pela desigualdade na distribuição e no acesso dos recursos mínimos à segurança e qualidade de vida. O que chega a alguns setores sociais não chega na mesma proporção a outros. Principalmente em se tratando de grupos e sujeitos que constituem as minorias oprimidas. Seja realizando as compras no supermercado, no acesso à educação, saúde, segurança pública, ao direito de ir e vir ou na efetivação de uma política pública sob determinado bem ou serviço, a garantia de acesso não chega por igual a todos os sujeitos. Nesta ótica, os pressupostos da Educação Ambiental Pragmática não responderam às necessidades de todos.

Há, portanto, segundo Acselrad (2010), uma nebulosa intransparência que envolve alguns procedimentos de ambientalização.

[...] empresas suspeitas de práticas predatórias ambientalizam seu discurso, recusando, ao mesmo tempo, controles externos e proclamando sua capacidade de autocontrole ambiental; autoridades governamentais flexibilizam a legislação ambiental, alegando ganhos de rapidez e rigor nos licenciamentos; promotores de grandes projetos hidrelétricos que destruíram a vida de comunidades indígenas afirmam que desenvolverão programas de “sustentabilidade” destinados “a assegurar a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais” dos grupos indígenas [...] (ACSELRAD, 2010, p. 104).

Compreendemos como necessário assegurar a participação de agentes e setores envolvidos nas questões ambientais como uma questão política, no horizonte de uma construção da sociedade em geral e não apenas nas informações simplistas ou cadastros formais destas iniciativas de Educação Ambiental. Muitas dessas articulações tendem a dar prioridade ao pragmatismo da ação eficaz muito mais do que aos dispositivos democráticos de organização e participação da sociedade (ACSELRAD, 2010).

As expressões de produção sustentável, tais como a ideia do “rótulo verde”, surgem dessa tendência Pragmática de compreender a Educação Ambiental. No entanto, mesmo diante da preocupação com o lixo resultante das superproduções de bens eletrônicos, essa macrotendência compreende o meio ambiente destituído dos seres humanos, como uma fonte de recursos naturais vivendo uma crise de esgotamento, a qual apenas por meio do combate ao desperdício já seria possível solucionar. De certa forma, as macrotendências Conservacionistas e Pragmáticas representam tendências que se aproximam em concepções e aportes teórico-metodológicos que foram se ajustando de acordo com o contexto econômico e político em que se inseriram até demandar uma outra perspectiva de Educação Ambiental.

Acsehrad (2010) afirma que, a princípio, a conexão entre as questões ambientais e econômicas foram subestimadas. Somente a partir de meados de 1980 a relação entre meio ambiente e justiça social ganhou importância.

[...] abriu-se, a partir de então, um diálogo, inconcluso, mas persistente, voltado à construção de pautas comuns entre entidades ambientalistas e o ativismo sindical, o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, os atingidos por barragens, os movimentos comunitários das periferias das cidades, os seringueiros, os extrativistas e o movimento indígena (ACSELRAD, 2010, p. 105).

Tais movimentos começaram a demandar uma nova compreensão da Educação Ambiental e de todas as esferas que este movimento educacional precisava considerar. A

compreensão vai além dos aportes naturalistas e biológicos. O desenvolvimento demandou uma visão política ao se tratar da Educação Ambiental.

Layrargues e Lima (2011) definem ambas as tendências aqui apresentadas como sendo comportamentalistas e individualistas, no sentido de que estas apresentam uma versão mais ingênua, primária e mesmo enviesada dos grupos mais ligados às Ciências Naturais e Biológicas, que entendiam a crise ambiental e a Educação Ambiental dessa maneira, ora porque não tinham uma reflexão sociológica da questão ambiental, ora porque entendiam que politicamente era melhor não misturar ecologia e política, e, neste caso, referimo-nos a autores ideologicamente interessados em evitar uma perspectiva de conflito na abordagem da questão.

As abordagens tratadas até então não mais dão conta de responder às especificidades que demandam o desenvolvimento social e econômico vivido no Brasil e, de modo geral, na América Latina. O movimento ambientalista entrou em declínio porque o debate puramente ecológico não atende a todas as especificidades da Educação Ambiental (SOUZA, 2017).

O romantismo da tendência Conservacionista atrelado à visão da natureza bela, salva por não ser tocada e o sustentável “maquiado” pelas empresas que defendiam a tendência Pragmática como solução dos problemas ambientais já não respondem mais às urgências das discussões ambientais (LAYRARGUES; LIMA, 2011). Logo, com o surgimento do debate em torno da Educação Popular no Brasil, fortemente ligada às articulações dos novos movimentos sociais, surge também uma nova compreensão para os estudos e pesquisas em torno da Educação Ambiental. Trata-se da macrotendência Crítica da Educação Ambiental. Uma tendência também denominada de contra-hegemônica e que pressupõe um desenvolvimento diferente do que o que está posto.

O projeto de uma Educação Popular¹³, que nasce do povo e com o povo, não viveu só de pontos positivos e objetivos bem articulados. O contexto político na América Latina a partir dos anos 1960 foi de grandes incertezas e instabilidade. Foi um período histórico marcado por muitos golpes de Estado que impuseram regimes autoritários em vários países. Na década seguinte, alguns novos governos ditatoriais se instalaram em outros países e em alguns, como o Brasil, a ditadura persistia (CALIXTO FLORES, 2010).

Foi nesse contexto de luta que as ideias de Paulo Freire foram se construindo. Embora contrário ao que se fundamentou como objetivo da Educação Popular por Paulo

¹³ Não nos aprofundamos aqui numa discussão mais completa acerca da Educação Popular e seu surgimento na história do Brasil e da América Latina por não ser, propriamente, o objetivo desta pesquisa.

Freire (1960), as primeiras ações de escolarização de adultos visavam a assegurar apenas a alfabetização como garantia de votos. A erradicação do analfabetismo traria centenas de novos eleitores. Com o desafio de ter nascido em meio a um regime político ditatorial que assolava o Brasil na época, a Educação Popular sofreu duros golpes até se restabelecer no convívio e nas relações da sociedade, por meio dos grupos, movimentos e articulações das minorias. Nestas articulações, iniciativas e movimentos ligados à Educação Popular, as classes consideradas subalternas e oprimidas socialmente puderam lutar por seus espaços sociais, com direito a voz, representação, participação, fala e lutas, para que suas causas fossem postas perante toda sociedade numa relação igual, justa e necessária.

A concepção de Educação Ambiental Crítica alicerçada aos pressupostos da Educação Popular trouxe para o debate sobre meio ambiente elementos de uma educação voltada para a reconfiguração do espaço social e de suas relações. Uma educação que tem como marca acompanhar o movimento dos grupos, das classes, dos diversos setores que formam a sociedade por meio da compreensão de participação, de luta, de rupturas e pela busca de novas possibilidades de organização da vida em comum (SOUZA, 2018).

Com o surgimento da macrotendência da Educação Ambiental Crítica, ganham destaque os protagonismos de grupos, ações, movimentos sociais e organizações diversas, representativas de minorias e classes populares. Esta vertente compreende as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2011). Seu objetivo central apoia-se na perspectiva crítica da dominação do ser humano pela acumulação e exploração do capital, questionando as políticas no enfrentamento às desigualdades e injustiças socioambientais.

A macrotendência crítica se constitui em oposição às outras duas tendências, uma vez que articula, contextualiza e politiza o debate ambiental e suas nuances. Seu debate compreende conceitos contemporâneos e essenciais como os de cidadania, democracia, participação, conflito, justiça ambiental e transformação social.

Por essa perspectiva complexa torna-se não só possível como necessária a incorporação das questões culturais, individuais, identitárias e subjetivas que emergem com as transformações das sociedades contemporâneas, a ressignificação da noção de política, a politização da vida cotidiana e da esfera privada, expressas nos novos movimentos sociais e na gênese do próprio ambientalismo. Ou seja, as dimensões política e social da educação e da vida humana são fundamentais para sua compreensão e desenvolvimento, mas elas não existem separadas da existência dos indivíduos, de seus valores, crenças e subjetividades (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 11).

O panorama das três macrotendências da Educação Ambiental apresentados até aqui sugere que as tendências Conservacionistas e Pragmática representaram dois momentos evolutivos de uma mesma linhagem político-pedagógica que logo tratou de se adequar às exigências que o mundo e os constantes processos de modernização e globalização exigiam (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

As discussões que alicerçam as macrotendências da Educação Ambiental têm por base dois importantes conceitos que tratam da compreensão da sociedade no que se refere à sua formação enquanto espaço das relações humanas e da distribuição e garantia de acesso aos bens, serviços e recursos naturais necessários ao desenvolvimento humano. Trata-se dos conceitos de Campo Social e Ecologia Política construídos por Bourdieu e apresentados por Loureiro e Layrargues (2013).

Em linhas gerais, Layrargues e Lima (2011) apontam que, no final da década de 70 do século XX, a Ecologia Política trouxe a contribuição das Ciências Humanas e Sociais para o debate ecológico que, até então, seguia alicerçado a uma perspectiva despolitizada e num viés mais biológico dos problemas ambientais, deixando de lado os aspectos políticos e sociais que circunscrevem as relações homem e natureza. Por meio da contribuição da Ecologia Política nas discussões acerca da Educação Ambiental, elementos como os modelos de desenvolvimento social, conflitos de classe, padrões culturais e ideológicos, relações entre Estado, sociedade e mercado, políticas dominantes na sociedade, finalmente foram enxergadas como também necessárias ao debate. Na perspectiva da Ecologia Política, a natureza não pode ser vista somente como fonte de recursos, ela precisa ser compreendida e respeitada a fim de que o modo de produção seja compatível com a sua capacidade de regeneração.

Os autores supracitados reforçam o discurso de que foi por meio da Ecologia Política que a grande contradição posta em favor do desenvolvimento da contemporaneidade pode ser explicitada, abrindo os olhos para o uso abusivo e intensivo da natureza por parte de uns em detrimento do péssimo padrão de vida de outros. Estamos diante de uma linha argumentativa importante para as ações em torno da Educação Ambiental, pois evita que

[...] caiamos na armadilha do discurso abstrato que coloca na espécie humana uma ruindade ou uma bondade inerente, ou que culpabiliza os comportamentos individuais, como se os indivíduos interagissem com o planeta sem mediações

sociais, sem ser parte de uma sociedade, que é também produzida por esses indivíduos (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 07).

Por Campo Social entendemos ser

[...] um espaço plural de agentes sociais e de posições conceituais e políticas que disputam a definição das regras de funcionamento, cultura e valores reconhecidos pelos integrantes de um determinado universo social que ele denomina de “campo”. Compreende, resumidamente, um conjunto de relações de dominação, subordinação e adesão associado a estratégias ideológicas de conservação ou de subversão da ordem estabelecida dentro deste espaço social. (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 01).

Temos, assim, um campo marcado pela relação de poder que se fundamenta na conquista e domínio do capital, seja ele econômico, cultural ou das relações, por uma parcela reduzida da sociedade, ocasionando as divisões sociais dos grupos entre dominantes e dominados.

Nas considerações descritas por Layrargues e Lima (2011), fica evidente que as condições, desafios, incertezas e amplitude de toda a modernidade que vivemos na sociedade atual não comportam mais uma Educação Ambiental com reduções, limitações, lacunas. Estamos cada vez mais envolvidos em um contexto social que exige uma perspectiva de Educação Ambiental aberta ao diálogo, a inclusão, a equidade, a empatia, a uma nova forma de ver, compreender e ser no mundo e para o mundo.

Barbosa (2002, p. 10), citando Reigota (1994), afirma que “a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”. Dessa forma, é necessário construir uma Educação Ambiental que dê voz e espaço às lutas dos menos favorecidos, à parcela significativa de sujeitos que lidam diariamente com as consequências da injustiça ambiental caracterizada quando na sociedade são os grupos de trabalhadores, grupos étnicos discriminados, sujeitos em situação de vulnerabilidade social e econômica os mais afetados pelos danos ambientais.

2.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR: UMA TENDÊNCIA NECESSÁRIA

Vivemos em uma sociedade marcada pelo desenvolvimento econômico fortemente consumista e desigual que coloca em crise as relações humanas e sociais, seja

pela exploração existente entre os próprios seres humanos ou pela devastação ambiental cada vez mais crescente e ameaçadora em nosso planeta. O modelo de desenvolvimento vigente enxerga a natureza como fonte inesgotável de recursos naturais, devastando muito além do que a própria natureza seja capaz de reconstruir. Além disso, a desigualdade social, resultado dessa exploração e má distribuição de renda, tem colocado uma parcela significativa da população vivendo a serviço de uma minoria. Por meio de uma interessante analogia entre a modernidade/colonialidade e uma peça teatral, Figueiredo (2013) descreve todo esse processo de desenvolvimento com sendo,

[...] Em muitas situações, somos tais como marionetes, “atores” sociais, que representam papéis em que se destitui o humano de sua humanidade. Seguimos roteiros de representação que nos confundem de uma maneira que acreditamos realmente estarmos subordinados aos “diretores” dessa peça teatral. Seguimos um ordenamento em que, subalternizados por uma lógica hegemônica, os opressores nos destituem de nossa condição humana e nos colocam numa posição de cidadãos(ãs) consumidor@s que cumprem a tarefa básica de produzir, produzir e consumir, sem reflexão, sem criatividade, sem opção, sem intencionalidade, sem sentido, sem significado que nos institua humanos (FIGUEIREDO, 2013, p. 234-235).

Quando pensamos no desenvolvimento econômico e social, na produção em larga escala, nas grandes proporções do agronegócio, nos damos conta de que já vivemos inúmeros desastres ecológicos que marcaram e marcam nossa história, inclusive ceifando vidas. O planeta clama por uma tomada de medidas que encerre ou ao menos diminua as exigências de consumo e produção para que a natureza, da qual o ser humano é parte essencial, consiga voltar a desenvolver-se, possibilitando a esperança em dias e condições ambientais melhores.

Na construção da sociedade vigente, cujas relações de poder determinam quem oprime e quem será oprimido, quem tem e quem não tem acesso à acumulação de capital social, cultural e econômico, a um desenvolvimento capitalista que oprime, explora e escancara evidências de uma sociedade injusta e desigual, a Educação se mostra como única possibilidade de transformação. A educação aqui tratada é uma educação que liberta o sujeito, e, conseqüentemente, toda a sociedade. Uma educação que tem como meta formar o sujeito humano enquanto ser social e historicamente situado.

A Educação Popular e a Educação Ambiental aproximam-se na segunda metade da década de 1980, em um processo de integração por reconhecerem as inúmeras especificidades que lhes constituem, tais como suas abordagens, temas, discussões, a

relação entre conhecimento e prática, a dimensão ética do agir humano, a valorização dos saberes diversos, a concepção de uma educação processual, os princípios da coletividade para a tomada de decisões, as articulações da prática de participação e transformação social e, sobretudo, em seus aspectos teórico-metodológicos (BARBOSA, 2002).

A expressão *Educação Ambiental Popular* por muito tempo não era conhecida e utilizada. Suas primeiras aparições são registradas nos países latino-americanos, por meio da publicação do livro *Manual Latino-Americano de Educação Ambiental*, organizado pelo Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), que foi publicado primeiramente na Venezuela e depois traduzido para o Brasil (BARBOSA, 2002).

É importante destacar, conforme afirma a autora supracitada, que em alguns estudos e pesquisas já realizados a expressão “Educação Ambiental Popular” pode aparecer como “Educação Popular Ambiental”. A ordem da adjetivação não interfere no conceito da abordagem em si. No entanto, a autora apenas afirma que a sequência dos adjetivos é consequência da própria origem dos estudiosos que versam sobre esse conceito. Para os autores oriundos dos movimentos ambientalistas, é comum a prioridade pelo adjetivo *ambiental* em primeiro lugar, enquanto para os estudiosos originados da perspectiva de Educação Popular, o adjetivo *popular* aparece antes na expressão.

A perspectiva de Educação Ambiental aqui referida é uma educação sustentada em princípios que favorecem a equidade, o diálogo, a diversidade, o respeito a todas as espécies. Uma Educação Ambiental que contradiz a razão que sustenta a sociedade do desenvolvimento capitalista, deste desenvolvimento que mercantiliza os saberes da terra, reduzindo-os a conhecimentos úteis para a exploração, dominação e devastação da terra, da natureza e da vida. Trata-se de uma pedagogia sustentável que faça contra-hegemonia aos modelos educativos vigentes que reproduzem uma dominação e desvinculação dos atores sociais com suas práticas e seus saberes (PÉREZ HERNÁNDEZ, 2021).

Tal perspectiva de educação, segundo Carvalho (2012), tem suas raízes nos ideais emancipadores da Educação Popular. A Educação Popular no Brasil, conforme tratado anteriormente neste trabalho, teve grandes contribuições nos ideais de Paulo Freire e serviu de base para a construção da Educação Ambiental Popular, fornecendo elementos valiosos para a análise crítica do discurso, da globalização e do desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma educação que rompe com a compreensão de aprender por meio da transmissão do conhecimento socialmente produzido. É, em sua totalidade, uma educação com função prática mediadora na construção social de conhecimentos diretamente implicados na vida dos sujeitos e autores de sua própria história.

Segundo Barbosa (2002), a Educação Popular se configurou, no primeiro momento, como um movimento pedagógico voltado a refletir sobre a educação das camadas populares. No entanto, as especificidades desse movimento mostraram que a Educação Popular ia além da educação para o povo. Logo, unindo o movimento popular ao movimento pedagógico, transitou de uma educação para o povo para uma educação construída pelo próprio povo.

Assumir esta concepção de Educação Ambiental Popular é mais que um apanhado metodológico diferenciado. Para Pérez Hernández (2021), a Educação Ambiental Popular é uma filosofia de vida, uma ética que resgata a coerência entre discurso e prática, compreendendo o processo de ensino e aprendizagem como um caminho a ser percorrido em conjunto.

Nas contribuições de Calixto Flores (2010), encontramos na Educação Ambiental Popular uma educação capaz de fomentar a consciência ambiental crítica nos educadores e educandos. Uma educação que questiona os modelos sociopolíticos e econômicos dominantes e resultados do intenso processo de globalização. Para isto, faz-se necessária a desconstrução das representações antropocêntricas e utilitárias do meio ambiente na medida em que se caminha para a construção de estilos de vida mais harmoniosos com ele, que necessariamente implicam um compromisso político e social transformador, considerando que outro mundo é possível.

A educação voltada para a (re)construção social e intencionada pelos princípios da Educação Ambiental Popular está presente em múltiplos espaços de formação. Elas aparecem em debates acadêmicos, na ciência da produção do conhecimento sistematizado, no âmbito do desenvolvimento comunitário de pequenos grupos e movimentos sociais, sendo este último o campo empírico deste estudo. É uma Educação que se nutre da necessidade de compreender temas, desafios e situações apresentados por grupos minoritários, abrindo-se ao diálogo e relacionando os saberes populares com os saberes científicos. Os processos que sustentam a Educação Ambiental Popular não são puramente cognitivos, mas também culturais (PÉREZ HERNÁNDEZ, 2021).

Uma educação que vá em defesa da vida no planeta em todas as suas relações. Um planeta ameaçado pelo desenvolvimento econômico que favorece uma minoria ao mesmo instante em que ameaça a existência de todos. Compreende-se, assim, como uma educação que é capaz de enfrentar os desafios do desenvolvimento, elucidando as raízes das suas causas, denunciando-as ao mesmo instante em que propaga um trabalho de

reconstrução social e anuncia alternativas de superação na busca pela nova hegemonia em seu viés ético-político, econômico e social (BARBOSA, 2002).

Diante dessas discussões, pensar o conceito de Educação Ambiental Popular e compreendê-la enquanto campo pertinente da Educação Popular para a socialização, discussão e formação de consciência política dos sujeitos tem sido um desafio e motivação aos envolvidos na causa. Os princípios que orientam a Educação Ambiental Popular ultrapassam os limites da educação formal e se constituem numa abordagem de educação que inclui não só crianças e jovens, mas também adultos, agentes locais, agricultores, moradores, lideranças e representantes comunitários (CARVALHO, 2012).

Estas práticas educativas, para além dos espaços de educação formal, referem-se a

[...] uma intervenção que, de modo geral, está ligada à identificação de problemas e conflitos concernentes às relações dessas populações com seu entorno ambiental, seja ele rural ou urbano. Nesses contextos, a EA busca melhorar as condições ambientais de existências das comunidades e dos grupos, valorizando as práticas culturais locais de manejo do ambiente. Nesse sentido, o ambiente apresenta-se como um espaço onde se dá, na prática cotidiana, o encontro com a natureza e a convivência dos grupos humanos (CARVALHO, 2012, p. 157).

A sociedade se constitui dessas relações sociais, econômicas e culturais. Tudo isso nos leva a compreender que a Educação Ambiental não pode se desenvolver alheia a essas relações. Os espaços de inclusão da Educação Ambiental Popular também podem ser compreendidos como propulsores da aproximação entre as esferas de educação formal, não formal e informal, integrando escola e comunidade.

Nas colocações de Pérez Hernández (2021), os paradigmas emancipadores que surgem com essa perspectiva de Educação Ambiental Popular são capazes de incentivar saberes, de favorecer a construção coletiva do conhecimento, as estratégias e práticas de desenvolvimento autogestionárias entre os alunos e, conseqüentemente, sua maior participação nas discussões político educacional de suas comunidades. Trata-se de uma formação sistêmica e integradora, com base numa concepção de Educação Ambiental enquanto metodologia participativa, fortalecida pelo diálogo e respeito entre as relações sociais e naturais, um conjunto de aportes éticos, cognitivos, afetivos e participativos do ponto de vista teórico metodológico.

De modo muito sucinto, no entanto, bem arranjados, Pérez Hernández (2021) define

Essa concepção possibilitou a formação de sujeitos coletivos com capacidade e habilidades para a advocacia política na gestão ambiental de seus territórios, a partir de uma abordagem interdisciplinar, participativa e dialógica que ultrapassou as divisões características da modernidade e reforça o valor das identidades comunitárias. , empoderamento popular na construção coletiva de saberes, saberes e estratégias integradoras que se harmonizem com o sistema sacionatural e revertam os modelos de desenvolvimento econômico e predatório em busca de uma racionalidade ambiental baseada na equidade e no respeito à biodiversidade (PÉREZ HERNÁNDEZ, 2021, p. 519, tradução nossa¹⁴).

O pensamento crítico, a consciência politizada, o senso de responsabilidade coletiva, a dialogicidade, a tomada de decisão, as ações de reflexão-ação, a práxis fundamentada no pensamento para o bem comum são ações próprias da Educação Popular e que atuam metodologicamente no que tange à Educação Ambiental Popular. Desse modo, é pertinente pensar numa proposta que dialoga entre as duas concepções.

Leite (2017) apresenta, em síntese, que os dispositivos cognitivo-pedagógicos e políticos da Educação Ambiental Popular podem se apresentar numa compreensão prática através da

1) a existência de conteúdos que sejam significativos ao contexto social dos educandos; 2) o caráter problematizador na assimilação dos assuntos; 3) o processo de ensino como construção partilhada entre docentes e discentes; 4) uma relação com o conhecimento que concebe os educandos como autores – e não como meros reprodutores de saberes – e, nessa condição, eles produzem os seus próprios textos relativos aos temas estudados. [...]vai além da ideia de formar para a cidade, isto é, formar o cidadão, formar para a cidadania, mas significa que eles (os dispositivos) demandam uma formação voltada à (re)construção da própria cidade(polis) – que é o mesmo que dizer sociedade –, no sentido de transformar as estruturas que travam o desabrochar desalienado da humanização. [...]significa o compromisso com uma sociabilidade política assente na autonomização das pessoas, no enfrentamento das iniquidades de classe, no equacionamento das questões de gênero, nos direitos humanos etc. (LEITE, 2017, p. 161-162).

Na perspectiva da Educação Ambiental Popular, a compreensão de oprimido não está relacionada apenas à exploração de uma classe por outra. Trata-se de uma concepção

¹⁴ No original: Esta concepción ha posibilitado la formación de sujetos colectivos con capacidad y habilidades para la incidencia política en la gestión ambiental de sus territorios, a partir de un enfoque interdisciplinario, participativo y dialógico que ha rebasado las escisiones características de la modernidad y refuerza el valor de las identidades comunitarias, el empoderamiento popular en la construcción colectiva de conocimientos, saberes y estrategias integradoras que armonizan con el sistema sacionatural y revierte los modelos de desarrollo economicistas y depredatorios en pos de una racionalidad ambiental basada en la equidad y el respeto por la biodiversidade (PÉREZ HERNÁNDEZ, 2021, p. 519).

mais ampla e diz respeito a toda e qualquer relação social que envolva processos de injustiça e desumanização.

De modo geral, Carvalho (2012) apresenta os objetivos que caracterizam uma Educação Ambiental Crítica/Popular como sendo:

- Promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográfica, histórica, biológica e social, considerando o meio ambiente como o conjunto das inter-relações entre o mundo natural e o mundo social, mediado por saberes locais e tradicionais, além de saberes científicos.
- Contribuir para a transformação dos atuais padrões de uso e distribuição dos recursos naturais, em direção a formas mais sustentáveis, justas e solidárias de relação com a natureza.
- Formar uma atitude ecológica dotada de sensibilidades estéticas, éticas e políticas atentas à identificação dos problemas e conflitos que afetam o ambiente em que vivemos.
- Implicar os sujeitos da educação na solução ou melhoria desses problemas e conflitos, mediante processos de ensino/aprendizagem formais ou não formais que preconizem a construção significativa de conhecimentos e a formação de uma cidadania ambiental.
- Atuar no cotidiano escolar e não escolar, provocando novas questões, situações de aprendizagem e desafios para a participação na resolução de problemas, a fim de articular a escola com os ambientes locais e regionais onde está inserida.
- Construir processos de aprendizagem significativos, conectando a experiência e os repertórios já existentes com questões e outras experiências que possam gerar novos conceitos e significados para quem se abre à aventura de compreender o mundo que o cerca e se deixar surpreender por ele.
- Situar o educador, sobretudo, como mediador de relações socioeducativas, coordenador de ações, pesquisas e reflexões – escolares e/ou comunitárias – que possibilitem novos processos de aprendizagens sociais, individuais e institucionais (CARVALHO, 2012, p. 158-159).

A Educação Ambiental Popular parte do princípio de fomentar uma participação crítica e autogestionária nos sujeitos envolvidos. O processo se dá no reconhecimento das próprias potencialidades e habilidades. O sentido de ser, estar e pertencer constituem os elementos significativos do processo de participação comunitária e é por meio destes elementos que os indivíduos são capazes de buscar soluções para os problemas e tomar decisões coletivas, com vistas ao desenvolvimento comunitário, à sustentabilidade e às transformações sociais necessárias. A partir da perspectiva política da Educação Ambiental Popular, o objetivo central é ir contra os modelos de dominação postas pelo desenvolvimento vigente, ao mesmo instante em que se constroem paradigmas emancipadores de uma consciência ambiental em favor da vida (PÉREZ HERNÁNDEZ, 2021).

No próximo capítulo, apontamos as discussões acerca da alimentação escolar no Brasil. Nele, contextualizamos os principais conceitos e marcos históricos que

fundamentaram o processo e acesso à alimentação escolar para crianças e adultos da Educação Básica. Em seguida, situamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar e inter-relacionamos as ações do PNAE com a perspectiva da Educação Ambiental Popular.

3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS

Ao longo da história da humanidade, o cenário da educação brasileira viveu experiências peculiares em seu processo de constituição/implantação. Seja pelas mudanças entre períodos históricos, conceitos, sujeitos e metodologias ou até as mais diversas leis, diretrizes e políticas públicas que tinham como missão orientar os pressupostos que regem a educação. Tratar da alimentação escolar brasileira não é diferente; requer uma compreensão histórica acerca de como se firmou esta ação enquanto política pública nacional de alimentação e combate à desnutrição, ao mesmo instante em que se evidencia sua representação social cercada de grande relevância como direito social instituído constitucionalmente (GUIMARÃES, P., 2007).

Ao nos depararmos com as discussões sobre o processo de implantação e fornecimento da alimentação escolar no cotidiano das instituições escolares no país, encontramos significativas publicações, referências e contribuições. Santos, Costa e Bandeira (2016) trazem em um dos seus trabalhos sobre a história da alimentação escolar no Brasil que na década de 1940, as escolas públicas utilizavam as chamadas “caixas escolares” como sendo uma das primeiras iniciativas de comida na escola.

Segundo Stolarski (2005), as primeiras ações envolvendo a alimentação escolar se deram por meio de uma

[...] organização particular das escolas, por iniciativa das caixas escolares, do fornecimento de alimentação à totalidade dos alunos, ou aos mais carentes, conforme a necessidade e/ou disponibilidade de recursos. A caixa escolar era mantida por contribuição voluntária de empresas locais e dos alunos em condição de contribuir (STOLARSKI, 2005, p. 36).

Para a autora, tratava-se de uma visão assistencialista atribuída à alimentação escolar. O período é marcado pelas primeiras discussões acerca da fome e desnutrição sofridas por muitas crianças que frequentavam a escola. O baixo índice nutricional, a falta de atenção às aulas, o baixo rendimento e até mesmo a evasão escolar ocasionada por esta carência física levou representantes da política nacional a pensar em ações públicas que viessem amenizar esta situação.

Ainda em 1940, segundo Peixinho (2013), o governo passou a pensar em medidas que buscassem diminuir a fome no país tanto da classe operária quanto da população em geral. Três grandes ações foram desenvolvidas até meados dos anos de 1945.

O Governo brasileiro tomou, então, algumas medidas que poderiam, em princípio, influenciar a alimentação dos trabalhadores, sendo a primeira a criação do salário mínimo em 1º de maio de 1940. A segunda medida foi a criação, em agosto de 1940, do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) destinado à melhoria dos hábitos alimentares do trabalhador brasileiro e que pode ser considerada a primeira política pública de alimentação do país. Na sequência, em 1945, foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) e, quase uma década depois, criou-se a Campanha Nacional da Merenda Escolar, contando com a ajuda de doações internacionais de alimentos (PEIXINHO, 2013, p. 02).

Em 31 de março de 1955, por meio do Decreto nº 37.106, foi instituída formalmente a primeira Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), objetivando contemplar toda a nação. Posteriormente, o Decreto que instituiu a CNAE foi alterado pelo Decreto nº 40.052, de 1956. Neste período, o país recebia doações do excedente das produções estadunidenses. Um dos alimentos doados era o leite em pó, resultado da supersafra norte-americana. Os alimentos eram encaminhados à UNICEF e, posteriormente, distribuídos entre as escolas brasileiras que apresentavam maior índice de desnutrição.

Nas contribuições de Peixinho (2013), esta fase compreende processos que tiveram

[...] uma primeira etapa, iniciada na década de 1950, caracterizada pela presença de recursos provenientes do *United Nations Children's Fund* (UNICEF) chamado no Brasil de FISI – Fundo Internacional de Socorro à Infância. A década de 1960 pode ser vista como uma segunda etapa do programa, marcada fortemente pela presença de alimentos provenientes dos Estados Unidos da América, entre os quais do Programa “Alimentos para a Paz”, financiado pela *United States Agency for International Development* (USAID) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU), os quais forneciam a quase totalidade dos gêneros consumidos pelos escolares brasileiros (PEIXINHO, 2013, p. 03).

Com a distribuição do excedente de suas produções, o país traçava algumas importantes rotas comerciais que poderiam ser úteis para a comercialização de outros produtos essenciais. Esta situação se manteve até a década de 1970, quando finalmente o Brasil se atentou à necessidade de adquirir produtos nacionais e incluí-los também na alimentação escolar. No próprio país, era possível encontrar empresas que pudessem fornecer alimentos para a merenda escolar. Entre esses alimentos, as sopas em pó e os mingaus ganharam destaque por sua facilidade no preparo e tempo de armazenamento (GUIMARÃES, P., 2007).

No ano de 1976, ocorreu a junção do Conselho Nacional de Alimentação Escolar ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), trazendo novos objetivos ao programa. Entre os novos objetivos, encontrava-se a suplementação alimentar por meio de refeições de valor nutricional equivalente a 15% das recomendações nutricionais diárias durante o ano letivo (PEIXINHO, 2013).

Finalmente, em 1979, surge a denominação Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o atual programa de merenda escolar. Com ações específicas, o programa seguiu articulado pelo PRONAN como sendo uma de suas diretrizes e vinculado ao Ministério da Saúde. Peixinho (2013) afirma que

O II PRONAN propôs programas de suplementação alimentar dirigidos aos trabalhadores, ao grupo materno-infantil e aos escolares, privilegiando as regiões mais pobres. Pretendeu, concomitantemente, introduzir um conjunto de inovações naquela política, entre elas: integrar os vários ministérios; estimular a produção de produtos básicos; interferir na cadeia de abastecimento; adquirir gêneros alimentícios do pequeno produtor; e garantir preços mais competitivos (PEIXINHO, 2013, p. 911).

Por enquanto, e encerrando cronologicamente a evolução dos programas e ações de alimentação escolar no Brasil, destacamos a Constituição Federal de 1988. A Constituição, documento de referência maior para a nação, traz um grande marco nas discussões e ações para o sucesso da alimentação escolar enquanto política pública nacional. Tal documento assegura o direito universal à alimentação escolar que deve ser oferecido pelas esferas federal, municipal e estadual do país.

Em sua descrição, e nos artigos 208 e 212, a Constituição Federal sugere que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988, art. 208).

O atendimento, transferência, manutenção e desenvolvimento segue explicitado na lei que fundamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Uma vez que suas diretrizes sejam seguidas, é garantido também que a Constituição se efetive.

3.1 SITUANDO O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

É essencial considerarmos os avanços que marcaram as ações de garantir alimentação escolar no cotidiano das instituições brasileiras. Os registros datados desde 1940 mostram que o país viveu ao longo desses mais de 70 anos avanços e retrocessos. No entanto, ainda é visível que nem todas as escolas brasileiras e, conseqüentemente, seus alunos têm acesso à merenda escolar ou, em outros casos, o acesso não garante uma alimentação de fato saudável e equilibrada. Seja através da má distribuição, aplicação ou fiscalização do programa de alimentação escolar, algumas crianças e adolescentes ainda enfrentam a não garantia desse direito constitucional.

Em 1979, a iniciativa de alimentação escolar é definida como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar. O PNAE traz para o debate das ações de alimentação escolar uma melhor articulação e organização das propostas visando a uma maior seguridade ao programa.

Durante muito tempo, a execução do programa se deu de forma centralizada, ou seja, era o órgão gerenciador que respondia por todos os processos necessários para a aquisição, distribuição, manutenção, elaboração de cardápios e prestação de contas dos recursos que a este pertencia e em todo o território nacional. Em 1994, o processo de descentralização das ações começou a acontecer e uma parcela significativa de estados e municípios aderiram à iniciativa firmando seus convênios e assumindo o compromisso com a execução.

Segundo dados do próprio programa, em 1998, o número de municípios que aderiram à descentralização subiu de forma muito significativa, permitindo, assim, que o programa acontecesse mais próximo da realidade local. Neste mesmo período, o PNAE passava a ter suas ações vinculadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação que objetiva assegurar a realização das políticas e ações pertencentes a este ministério.

A descentralização também trouxe como exigência a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs). Trata-se de um grupo representativo que certifica a garantia de execução e fiscalização do programa nos estados, municípios e no Distrito Federal. Uma iniciativa que, unindo representantes de diversos segmentos, permite que as diretrizes operacionais do programa ocorram de modo a contemplar, inclusive, a cultura e especificidades de cada região.

De acordo com as discussões postas por Belik e Chaim (2009), a descentralização do programa foi um marco positivo e

[...] permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com os hábitos da população nas diferentes localidades do País. As compras institucionais descentralizadas também abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local nesse mercado institucional (BELIK; CHAIM, 2009, p. 597).

Quanto às ações envolvendo a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar, os autores supracitados afirmam que esses conselhos permitiram uma maior aproximação da comunidade com as ações de gestão do PNAE. Os CAEs responsabilizam-se por deliberar, fiscalizar e assessorar a execução do programa. Sua composição é posta por um representante do Poder Executivo, um do Legislativo, dois representantes de professores, dois de pais de alunos e um representante da sociedade civil.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar também representa uma grande conquista para a atuação do profissional em nutrição. O profissional passaria a elaborar o cardápio a ser seguido pelas instituições de ensino considerando os valores energéticos e nutricionais destinados aos alunos em suas respectivas faixas etárias. Também ficava sob sua responsabilidade garantir a adequação da proposta de cardápio aos hábitos e costumes alimentares locais. Assim, além da alimentação equilibrada, os alunos estariam sendo contemplados por sua valorização cultural.

Sobre a atuação do nutricionista, Santos, Costa e Bandeira (2016) dispõem que:

O profissional de Nutrição é responsável pela execução do PNAE, cuja função é de coordenar o diagnóstico e monitoramento do estado nutricional dos escolares, planejar o cardápio, de acordo com a cultura alimentar, conhecer o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhar desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação, e ainda, propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional nas escolas (SANTOS; COSTA; BANDEIRA, 2016, p. 06).

Santos, Costa e Bandeira (2016) ainda chamam a atenção para o fato de que a viabilização de um quadro técnico de nutricionistas adequado para atender à demanda do Programa, bem como viabilizar condições dignas de trabalho a esses profissionais, é uma responsabilidade da entidade executora.

Uma das últimas grandes evoluções do Programa Nacional de Alimentação Escolar é datada de 16 de junho de 2009, no qual se instituiu a Lei nº 11.947/2009. A Lei contempla desde a compreensão do conceito atribuído à merenda escolar até as diretrizes e segmentos que pertencem ao programa. Distribuídos ao longo de 20 artigos, em alguns acrescidos de incisos, o PNAE é novamente apresentado como medida eficiente de alimentação escolar com segurança e equidade a todos os alunos que pertencem à Educação Básica no país. O programa também compreende, assim, os alunos vinculados às turmas de Educação de Jovens e Adultos, turmas de Atendimento Especializados e alunos de tempo integral.

Segundo informações trazidas na Lei nº 11.947 (BRASIL, 2009), o PNAE apresenta como objetivo geral contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Entre as diretrizes que regem a alimentação escolar, o PNAE dispõe de seis princípios essenciais:

- I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
- II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
- III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
- IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;
- V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;
- VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL, 2009, p. 01).

A distribuição dos recursos oriundos deste programa até as unidades executoras se dá por meio de dez parcelas anuais contadas a partir de fevereiro e considerando sempre um total de 200 dias letivos anualmente (BRASIL, 2009). Os valores são calculados com base nas informações fornecidas ao censo escolar, tendo por referência sempre o ano anterior. Quando se trata dos valores destinados, vale salientar que cada segmento ou modalidade educacional possui um valor-base. Como exemplo, cita-se a diferença nos valores repassados às creches e às escolas de Ensino Fundamental.

O PNAE atende aos públicos da creche, pré-escolas, Educação Indígena e Quilombola, Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Integral e ainda aos alunos do Atendimento Educacional Especializado. Para cada público desse atendimento, há um valor pré-estabelecido pelo Governo Federal. O repasse é feito pelo Governo Federal aos estados, municípios e escolas federais.

A propósito desta informação, Santos, Costa e Bandeira (2016) afirmam estar dispostos da seguinte maneira:

O valor a ser repassado para a entidade executora é calculado da seguinte forma: $TR = \text{Número de alunos} \times \text{Número de dias} \times \text{Valor per capita}$, onde TR é o total de recursos a serem recebidos. Atualmente, o valor per capita é definido de acordo com a etapa de ensino: Creches - R\$ 1,00; Pré-escola – R\$ 0,50; Escolas indígenas e quilombolas – R\$ 0,60; Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos – R\$ 0,30; Ensino integral (Mais Educação) – R\$ 0,90 (SANTOS; COSTA; BANDEIRA, 2016, p. 06).

Assim, cada unidade executora terá uma estimativa de saldo a receber com base no número total de alunos matriculados.

Por se tratar de um programa de ampla abrangência e que envolve em sua execução ações entre União, Estados e Municípios, a gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pode articular-se de três formas, quais sejam: a gestão Centralizada, Descentralizada, Semi-Descentralizada e Terceirizada. No quadro a seguir, descrevemos como cada uma acontece considerando as características mais relevantes dessas formas de gestão e considerando os apontamentos feitos por Santos, Costa e Bandeira (2016) ao apresentarem os pontos positivos e negativos de cada uma:

Quadro 7 - Modelos de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Modelos de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	
Gestão Centralizada	A secretaria de educação gerencia os recursos, através da compra dos gêneros alimentícios, planejamento orçamentário, elaboração de

	<p>cardápios, supervisão e avaliação da alimentação escolar, armazenamento dos produtos e distribuição dos alimentos.</p> <p>Este armazenamento e distribuição pode ocorrer de três formas: 1. O armazenamento é realizado em um estoque central, os quais serão, posteriormente, distribuídos às escolas que preparam as refeições; 2. Os fornecedores entregam os produtos diretamente às escolas, nesse caso, não há estoque central de alimentos, o estoque é feito em cada escola; 3. A Prefeitura ou Secretaria Estadual de Educação possui cozinhas-piloto, as quais recebem os gêneros alimentícios e preparam as refeições, e posteriormente, as transportam para as escolas.</p>
Gestão Descentralizada	<p>Os recursos são repassados diretamente às escolas. E elas fazem as compras dos gêneros alimentícios a serem utilizados na alimentação escolar. Para este modelo de gestão, se faz necessária a criação de unidades executoras representativas da comunidade escolar. Estas unidades, geralmente, são compostas por pais e mestres, conselho escolar, entre outros, as quais são responsáveis por receber e executar os recursos financeiros.</p>
Gestão Semi-Descentralizada	<p>Na gestão Semi-Descentralizada, a secretaria de educação é quem compra os alimentos não perecíveis e os distribui nas escolas e repassa o recurso para a aquisição dos outros alimentos considerados perecíveis. Neste caso, apenas uma parte dos alimentos é adquirida pela escola.</p>
Gestão Terceirizada	<p>A gestão terceirizada é um modelo de gestão no qual uma empresa é contratada para fornecer alimentação pronta aos escolares. Neste caso, os alimentos são comprados pela Prefeitura ou Secretaria Estadual de Educação e repassados à empresa contratada. As prefeituras e secretarias de educação também são responsáveis por definir o cardápio e fiscalizar a execução da alimentação escolar feita por essas empresas. Uma característica interessante desse modelo de gestão é que, a alimentação pode ser preparada numa cozinha-piloto ou a empresa pode usar o próprio espaço físico da escola.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em Santos, Costa e Bandeira (2016),

No modelo de Gestão Centralizada, os autores supracitados afirmam que esta é a forma mais adotada pelos Estados e Municípios. Trata-se de uma gestão que tem como pontos positivos o fato de que, uma vez que a escola não se responsabiliza pela compra dos alimentos, não há a necessidade de um estoque grande. Isto reflete num controle maior do que é consumido, evitando desperdícios. Além disso, as secretarias poderão comprar os alimentos por um preço mais baixo, considerando o grande volume comprado. Para as Secretarias de Educação, o desafio está em garantir um bom armazenamento desse grande volume de alimentos comprados. Para tanto, há a necessidade de um local seguro para armazenar os alimentos e uma equipe habilitada e específica para esta organização, evitando desperdício.

No que se refere ao modelo de Gestão Descentralizada, as principais vantagens estão por conta da compra de alimentos regionais, principalmente os que são referentes à Agricultura Familiar local. Esta articulação de compra favorece o desenvolvimento da economia da região, proporciona um cardápio típico e prioriza os hábitos alimentares dos alunos. A maior preocupação está apenas atrelada ao fato de que este modelo de gestão é a ausência de uma equipe qualificada para garantir a execução do programa, bem como o alcance de seus objetivos e princípios.

O modelo de gestão Semi-Descentralizada se assemelha ao da gestão tratada anteriormente. Suas principais vantagens também estão na aquisição de produtos que contemplam os alimentos regionais e a valorização da Agricultura Familiar, fortalecendo a economia local. Por haver a possibilidade de uma compra direta com repasses diários, tem-se a vantagem de evitar o desperdício de alimentos que se estragam mais facilmente. A maior dificuldade encontrada nesse modelo de gestão Semi-Descentralizada está em articular um controle efetivo de planejamento e compra dos alimentos.

Para o modelo de Gestão Terceirizada, Santos, Costa e Bandeira (2016) apontam como vantagem a variada alimentação e um número menor de funcionários da prefeitura ou do Estado envolvidos na produção. No entanto, o desafio está atrelado ao alto custo das refeições e na desarticulação do trabalho das merendeiras, que geralmente precisam ser remanejadas para outras atividades, considerando que há uma equipe realizando o que seria considerado o trabalho delas.

Vale salientar que, entre os tantos modelos de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aqui apresentados, os municípios podem optar por um ou mais de um tipo de gestão. Essa flexibilização pode ocorrer porque, dentro de um mesmo município, nem todas as escolas têm as mesmas estruturas e organização para executar o programa. Frente a isso, Santos, Costa e Bandeira (2016) afirmam que:

O Brasil tem uma extensão territorial imensa e continental, ficando muito difícil definir, qual é a melhor forma de gestão que pode ser aplicada em determinada região, município ou estado, quanto ao programa de alimentação. As realidades, necessidades e problemas são extremamente renovados e diferenciados por regiões, cada uma apresenta suas características e especificidades. Cada Município ou Estado oferece alimentação escolar de qualidade utilizando o tipo de gestão que mais se adequa à sua realidade. (SANTOS; COSTA; BANDEIRA, 2016, p. 09).

O foco central dessa articulação deve estar no trabalho junto às comunidades escolares para que estejam cientes dos modelos de gestão existentes e oferecidos pelo

governo. Essas unidades poderão analisar e avaliar quais opções são mais adequadas às suas realidades. O governo precisa criar estratégias para capacitar esses setores e instituições a atuar corretamente na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, obedecendo e efetivando as suas diretrizes e princípios legais.

Atualmente, o Programa é fiscalizado pela própria sociedade. Por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (MP), os repasses, a execução e prestação de contas do PNAE são acompanhados nos mínimos detalhes, garantindo sua execução de modo fidedigno ao que rege o Programa. Além desses órgãos gestores, o Programa também conta com a atuação e apoio de instituições como o Tribunal de Contas da União e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Ministério Público Federal e as Secretarias de Saúde e de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Com a promulgação da Lei nº 11.947/2009, também foi acrescentado ao PNAE em seu artigo 14º a obrigatoriedade das unidades executoras em destinar 30% do recurso recebido para a compra de alimentos da agricultura familiar, priorizando as produções locais, principalmente áreas de assentamentos rurais, quilombolas e comunidades indígenas tradicionais.

Esta medida possibilita a valorização do trabalho da agricultura familiar local, das pequenas famílias produtoras, do desenvolvimento do comércio na comunidade, da valorização do homem do campo e a garantia de uma alimentação saudável produzida sob os princípios da agricultura orgânica e sustentável. O artigo 15º trata da necessidade de se incluir essas discussões no cotidiano da escola e para todos os sujeitos envolvidos no processo. Tais ações são fortemente ligadas ao Ministério da Educação e sugerem um trabalho para além do currículo escolar.

É nessa perspectiva de assegurar que 30% do repasse dos recursos destinados à alimentação escolar seja a de garantir a aquisição de produtos da Agricultura Familiar local que adentramos em um universo atual, pouco discutido; no entanto, de grande relevância para os estudos acerca do objeto central desta pesquisa: compreender os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento da merenda escolar por agricultores familiares no município de Jacaraú-PB, evidenciando, ainda, que estamos diante de uma campo propício para o desenvolvimento das discussões acerca da

Educação Ambiental Popular, tendo por base os princípios de uma Agricultura Familiar de base Agroecológica.

3.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR E A AGRICULTURA FAMILIAR: O PNAE COMO CAMPO DE APROXIMAÇÕES

Pelo que foi anteriormente assinalado neste trabalho, é necessário compreendermos para quem e em quais espaços a Educação Ambiental Popular pode ser desenvolvida. Barbosa (2002) afirma que as classes populares são os espaços em que a Educação Ambiental Popular deve se efetivar. A preocupação com as questões ambientais não é, unicamente, do interesse de especialistas e técnicos ligados a órgãos de proteção ambiental. Elas dizem respeito a todos os segmentos sociais. Nesse sentido, tais questões precisam estar presentes em espaços de organização popular, associações, organizações de grupos, periferias, comunidades ligadas a povos e áreas dos diversos movimentos sociais existentes. Portanto, concretizam-se nesses espaços como uma educação que ajuda as populações marginalizadas a solucionarem seus problemas de sobrevivência econômica e, ao mesmo tempo, propondo alternativas de enfrentamento às questões de degradação e contaminação ambiental.

Outra justificativa atrelada à importância do trabalho com a Educação Ambiental Popular junto às classes populares está no reconhecimento de que, de fato, é desses grupos que partem as verdadeiras e duradouras transformações sociais (BARBOSA, 2002).

Dito de forma direta:

[...] é necessário, se pretende-se seriamente criar uma alternativa à sociedade em que vivemos, trabalhar em prol do empoderamento das classes populares, para a qual se faz necessário uma nova configuração das relações entre sociedade e Estado, com vistas a enfrentar os problemas socioambientais existentes, de uma forma particular os urbanos, e criar uma sociedade sustentável (BARBOSA, 2002, p. 102).

Destarte, gerar espaços e oportunidades em que as camadas populares possam adquirir e construir seu saber a partir de sua própria realidade é condição necessária na luta por uma transformação social. Com base na compreensão de que as classes populares são agentes de construção coletiva de saberes, transformação social e efetivação da Educação Ambiental Popular, justificamos a necessidade da aproximação dos princípios orientadores do Programa Nacional de Alimentação Escolar e da Agricultura Familiar de

base agroecológica rumo à construção de uma sociedade justa e igualitária, que preza pelo desenvolvimento sustentável.

Atualmente, a forma como nos alimentamos e os processos pelos quais nossos alimentos estão sendo produzidos têm sido tema de estudos e pesquisas das diversas áreas de produções científicas. Seja nas áreas químicas da produção de alimentos, na compreensão dos valores nutricionais ou nos debates em torno dos impactos que esses processos causam nos seres humanos e no meio ambiente.

O uso de agrotóxicos nas produções agrícolas e o consumo de alimentos industrializados, com alto teor de açúcar, gorduras e sódio, têm levado as estatísticas do número de pessoas portadoras de doenças crônicas, obesidade e outros problemas de saúde diretamente ligados ao modo como nos alimentamos. Além dessa tendência ao surgimento de doenças resultantes da má alimentação, outros fatores, como a fome e a insegurança alimentar, também têm chamado a atenção no que se refere à produção e distribuição de alimentos no Brasil. Há, frente a este debate, uma crescente preocupação sobre o papel do Estado em consolidar modelos alimentares diferenciados que possibilitem o enfrentamento a ambas as problemáticas de produção e consumo (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, ao apresentar a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar como obrigatoriedade em suas ações, abriu espaço para a valorização do trabalho desses sujeitos e ampliou as discussões acerca do consumo consciente, da alimentação saudável e do desenvolvimento sustentável, conseqüentemente, podendo também ser compreendido como espaço de efetivação dos princípios da Educação Ambiental Popular. A Agricultura Familiar ainda caminha em passos lentos para a valorização do seu real potencial de contribuição ao desenvolvimento social e econômico no contexto das políticas públicas.

Conforme a Lei nº 11.326/2006, por agricultores familiares compreende-se:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, art. 3).

A referida lei também inclui como agricultores familiares os silvicultores, agricultores, extrativistas e pescadores que atendam aos incisos descritos no artigo 3º.

Schwartzman *et al.* (2017) asseveram que no Brasil, assim como em outros países, os agricultores familiares sempre encontraram dificuldades em acessar o mercado institucional. Parte de tal dificuldade esteve atrelada aos processos burocráticos de comercialização entre esses sujeitos e o Estado, e também a falta de canais de comercialização dirigidos especificamente às suas produções. Nas palavras dos autores citados anteriormente, o Brasil foi o primeiro país das regiões da América Latina e Caribe e da África a aprovar uma lei de alimentação escolar e a institucionalizar as compras diretas da Agricultura Familiar para as escolas, assumindo um importante papel como referência de programa de alimentação escolar para os países dessas regiões.

Os agricultores familiares possuem, em seu modo de produção, elementos que se concretizam em ações fortalecedoras do desenvolvimento sustentável. Estas ações são pautadas em uma relação de respeito mútuo à natureza e a todas as formas de vida que fazem parte dela. A partir dessa compreensão, adentramos no campo da agroecologia, uma *ciência, movimento e prática* (LEITE, 2014), que dão sustentação aos ideais de desenvolvimento sustentável. As discussões em torno dos princípios da Agroecologia são datadas entre o final dos anos 1920/início dos anos 1930.

Leite (2014, p. 198), citando Wezel *et al.* (2009), aponta que o conceito inicial de agroecologia pode ser entendido como “uma ciência, um movimento e uma prática”. De início, a Agroecologia era vista como uma abordagem que combinava Ecologia, em suas dimensões biológicas, com a Agronomia para um trabalho vinculado diretamente às questões agrícolas. Somente depois se configurou em outras perspectivas.

A década de 1970, e sobretudo nos anos 1980, marcaram o início do segundo período histórico de compreensão e produções conceituais da Agroecologia. Nesse período, a Agroecologia passou a incorporar, para além das dimensões de uma disciplina científica, a ideia de se constituir como um movimento de inúmeras práticas. Por influência das pesquisas sobre os sistemas de cultivos tradicionais em países tropicais e subtropicais em desenvolvimento, a Agroecologia aproximou-se das discussões sobre a agricultura orgânica, trazendo uma outra percepção de desenvolvimento sustentável e adotando metodologias próprias (LEITE, 2014).

No que diz respeito ao surgimento da Agroecologia, Guimarães, L. (2011) afirma que o termo, em si, aparece de forma mais efusiva na década de 1970 e que se trata de uma ciência, uma prática com a mesma idade da agricultura. O que marcou suas

diferenças foi o fato de que, com o aumento da população e avanço das tecnologias, inclusive para o trabalho na terra, a agricultura deixou de ser uma prática indígena para tornar-se uma agricultura capitalista. Sendo assim, uma agricultura que explora, utiliza a terra demasiadamente para produzir safras e mais safras, sem considerar as condições do solo, os elementos de fertilidades, os seres que nela habitam, o cuidado com a terra. Toda a atenção é voltada apenas para o lucro imediato. Tais práticas abriram brechas para o uso demasiado dos agrotóxicos. A preocupação e cuidados com a qualidade dos solos passou a ser desconsiderada, pois agora os agrotóxicos trariam os nutrientes necessários.

No entanto, os danos e sinais de devastação ambiental já registrados apontam que a realidade da agricultura está em crise porque, embora as terras agricultáveis continuem a produzir mais alimentos do que no passado, há sinais abundantes de que as bases de sua produtividade ecológica estão em perigo, ou seja, os recursos naturais, tais como solo, água e ar (GUIMARÃES, L., 2011).

As primeiras iniciativas de vincular a Agricultura Familiar com o movimento de compras públicas, segundo Schwartzman *et al.* (2017), vêm sendo pensadas no Brasil desde o final da década de 1980 e início da década de 1990, e surgiram especialmente ligadas às iniciativas dos movimentos sociais com bases na Agricultura Familiar. O principal objetivo das primeiras manifestações desses movimentos era assegurar a participação da população nas decisões das políticas públicas e nos processos decisivos e articuladores desse mercado institucional.

Na realização das ações do PNAE, mais do que fornecedores de alimentos, os agricultores familiares são atores que contribuem significativamente para o desenvolvimento sustentável. Em muitas realidades, os agricultores fornecedores são também pais de alunos e/ou alunos das turmas de Educação de Jovens e Adultos, homens e mulheres que formam o campo social escola e comunidade. Além dessa aproximação, a participação dos agricultores familiares no fornecimento de alimentos por meio do PNAE apresenta-se como uma estratégia de fortalecimento das ações que dizem respeito ao desenvolvimento na perspectiva da Educação Ambiental Popular.

A Educação Ambiental Popular busca, em suas bases teórico-metodológicas, unir as discussões em torno do desenvolvimento socioeconômico e as relações com o meio ambiente. Seu objetivo é não somente discutir as relações sociais injustas e criticar o processo de acumulação de capital do modelo de desenvolvimento vigente, mas também denunciar as formas não sustentáveis desse desenvolvimento e da relação homem e natureza dos últimos tempos, apresentando um novo modelo de sociedade, mais justa do

ponto de vista social e ambiental. As ações que se respaldam nos princípios da Educação Ambiental Popular buscam viabilizar o trabalho dos agricultores familiares, fortalecendo suas práticas de coletividade, autonomia, emancipação e participação cidadão. O PNAE vem se mostrando espaço pertinente para que essas ações ganhem cada vez mais força e destaque.

No capítulo seguinte, são apresentados os achados da pesquisa empírica. Nele, evidenciamos e analisamos as contribuições obtidas pelas entrevistas realizadas junto aos agricultores e membros da gestão do PNAE em Jacaraú-PB. Além disso, apontamos os resultados inter-relacionando-os com as discussões teóricas trazidas na fundamentação desta pesquisa.

4 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: ASPECTOS EDUCATIVOS NO DESENVOLVIMENTO DO PNAE EM JACARAÚ-PB

A partir da questão que objetivava analisar os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos por agricultores familiares no município de Jacaraú-PB. Assim, percorremos o caminho metodológico de entrevistar seis agricultores fornecedores de alimentos e dois representantes da gestão do PNAE no município supracitado. Realizamos uma pesquisa qualitativa que usou como ferramentas para a coleta de dados entrevistas semiestruturadas, visita às unidades de produção e armazenamento de alimentos. Nossas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para a análise dos dados. Todo o percurso metodológico utilizado nesta pesquisa está minimamente descrito na introdução deste trabalho. Vale ressaltar aqui, para o início das discussões deste terceiro capítulo, que a presente pesquisa foi apresentada previamente ao Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba e teve sua aprovação validada por meio do parecer nº 4.481.774, ficando apta à coleta de dados junto aos colaboradores desta pesquisa.

Para contextualizarmos o campo em que nossa pesquisa ocorreu, bem como os colaboradores deste estudo, temos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os envolvidos em sua execução no município em questão. Entre os sujeitos colaboradores, estão os agricultores fornecedores de alimentos e os membros da gestão municipal do programa. Os agricultores são, em sua maioria, residentes em Assentamentos rurais localizados no próprio município de Jacaraú e um deles é residente no Assentamento Jardim localizado no município vizinho, Cural de Cima. Jacaraú, campo empírico da nossa pesquisa, atualmente possui quatro Assentamentos Rurais, sendo eles: Assentamento Novo Salvador, Assentamento Boa Esperança, Assentamento Jaracatiá e Assentamento Antônio Chaves. Tais assentamentos registram em torno de 20 a 35 anos de história cada um. Alguns um pouco mais antigos e outros mais recentes ao considerarmos o período que vai da ocupação à desapropriação das terras.

Em linhas gerais, foram entrevistados um total de seis agricultores. São cinco homens e uma mulher com idades entre 30 e 63 anos. Todos eles são residentes em Assentamentos da Reforma Agrária e possuem, de certa forma, alguma vivência com a história da luta pela terra no Vale do Mamanguape. Alguns desses agricultores são naturais do próprio município de Jacaraú e passaram a residir em assentamentos rurais

após as ocupações de terra, o que resultou na criação dos quatro assentamentos do município de Jacaraú e, mais ainda, alguns outros nas cidades vizinhas.

Vale destacar que um desses agricultores é residente em outro município, mais especificamente no Assentamento Jardim em Curral de Cima-PB, mas este possui uma relação muito próxima e ativa no município de Jacaraú-PB. Sua participação como agricultor fornecedor do PNAE em Jacaraú é justificada por se tratar de um agricultor assentado da reforma agrária no município vizinho, membro da Associação de Produtores Orgânicos que funciona no município e pelo fato de que em Jacaraú o número de agricultores fornecedores do PNAE ainda é relativamente pequeno, dando possibilidade da participação de outros agricultores dos municípios vizinhos.

Nossa pesquisa também contou com a participação de dois membros da gestão do PNAE em esfera municipal. Entre eles, entrevistamos a nutricionista da Secretaria Municipal de Educação, que atua também no PNAE, e o técnico responsável pela articulação direta com os agricultores e encaminhamentos administrativos envolvidos na execução do PNAE anualmente que, além das atribuições no PNAE, também é coordenador da Diretoria de Segurança Alimentar e Economia Solidária (DSAES). A DSAES é uma diretoria recém-criada no município que tem por finalidade tratar das questões que envolvem os programas de alimentação. Essa diretoria atua em programas como o PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e algumas outras iniciativas próprias do município no que se refere às ações vinculadas a Secretaria de Educação e a Secretaria Social de Desenvolvimento Humano, antiga Secretaria de Ação Social.

Entre os aportes metodológicos, tivemos uma pesquisa de natureza qualitativa que usou de entrevistas semiestruturadas, visita aos locais de produção, participação dos momentos de recebimento e distribuição dos produtos advindos da agricultura familiar, instrumentos que foram necessários à análise do objeto de estudo. Frente a estes aspectos, Streck (2006) afirma que o segredo da pesquisa talvez seja esse, penetrar em saliências. Ele ainda acrescenta que esse simples e óbvio não nos encontra na escrivaninha, protegido entre os livros, atrás da tela do computador. Para encontrar esse óbvio e simples, assim como alcançar a compreensão de nossas questões problematizadoras, é preciso ir às ruas, às salas de aula, participar de rodas de conversa, estar disposto a um tipo de escuta sem barreiras e defesas preestabelecidas. Dessa forma, a metodologia aqui referida é compreendida como o conjunto de procedimentos, passos e instrumentos necessários que permitem a aproximação com a realidade estudada.

As entrevistas foram realizadas individualmente e em dias alternados conforme eram agendadas em contato prévio com os agricultores e levando em consideração suas condições e disponibilidades. Primeiramente, foi necessária uma aproximação mais direta com os agricultores. Por estar há cinco anos na gestão escolar da EMEIF Anatilde Paes Barreto¹⁵ e ter os agricultores também como pais e responsáveis por alguns dos nossos alunos e em outros casos, sendo estes alunos também. O contato com eles já existia de inúmeras outras formas e em outros ambientes. Mas, neste momento, havia a necessidade de uma aproximação mais específica.

O dia a dia do pai/mãe agricultor(a) familiar já nos era imaginável. Agora, nossa aproximação precisava se dar pelo desejo de compreender como se caracterizava o processo de fornecimento de merenda escolar com produtos próprios da região, com alimentos oriundos da agricultura familiar fornecidos e produzidos por eles mesmos, pais e responsáveis por alunos que, embora já cumprissem o papel de família na escola, também eram os responsáveis pelos alimentos, pela comida de qualidade que é servida diariamente em nossas instituições.

Para o momento das entrevistas, agendamos previamente uma visita às casas desses agricultores. A maioria delas aconteceu no período da noite. A escolha pela noite se justifica pelo motivo de que é esse o momento em que o agricultor familiar costuma parar para descansar e é possível encontrá-lo em casa. Geralmente, nossas conversas duravam uma ou duas horas e foram todas gravadas em áudio para facilitar uma maior compreensão das questões apresentadas e respondidas. Sempre no início de cada momento, deixávamos claro os objetivos e a justificativa da realização desta pesquisa.

No entanto, vale ressaltar que, em alguns meses antes do início de começarmos as entrevistas, optamos por tentar uma aproximação com o grupo de agricultores fornecedores de alimentos para o PNAE em Jacaraú para além dos momentos de entrega e distribuição dos alimentos. Dessa forma, tivemos algumas conversas em outros momentos das comunidades, como assembleias, reuniões, na própria feira livre e de forma mais específica participando de algumas reuniões internas realizadas por parte deste

¹⁵ A EMEIF Anatilde Paes Barreto, localizada no sítio Salvador Gomes de Baixo, zona rural de Jacaraú, é uma das escolas municipais atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Atualmente, a escola possui aproximadamente 100 alunos matriculados e oferece turmas do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental regular, bem como turmas da Educação de Jovens e Adultos nos ciclos 1 e 2. Por estar localizada geograficamente no centro de três comunidades rurais, a EMEIF Anatilde Paes Barreto atende a alunos das comunidades Várzea, Salvador Gomes de Baixo e do Assentamento Novo Salvador.

grupo de agricultores que também são membros da Associação de Produtores Orgânicos¹⁶ do município.

Os nossos escritos foram apenas para assegurar que uma ou outra informação não passasse despercebida durante as visitas. Havia uma preocupação de nossa parte em fazer do momento da entrevista uma conversa simples, aberta, confortável para nossos agricultores. Nossa intenção era ter nesses momentos uma construção compartilhada, chegar aos nossos agricultores como alguém que busca compreender esse processo porque o enxerga como necessário, útil, digno de ser compreendido, como alguém que vive parte desse fornecimento de alimentos diariamente na escola. Em nenhum momento, poderíamos ser vistas apenas enquanto pesquisadoras. Afinal, o objeto em questão e a realidade estudada são partes também da nossa realidade, principalmente no que se refere às vivências, formação e atuação profissional.

Os representantes da gestão municipal do PNAE aceitaram participar e também autorizaram a gravação das entrevistas em áudio. Com a nutricionista, realizamos esse momento no próprio espaço da Secretaria Municipal de Educação, mas especificamente na sala em que ela trabalha. Trata-se de um ambiente calmo, sem circulação de terceiros e de possível escuta e gravação de áudio sem interrupções. Com o representante técnico administrativo, o momento de escuta foi articulado para o prédio da DSAES, local onde ele também trabalha.

As entrevistas seguiram um roteiro simples, semiestruturado para dar seguimento à conversa e algumas outras questões foram surgindo conforme havia necessidade. Após as entrevistas realizadas, partimos para o momento de transcrição das falas. Nesse momento, há sempre um cuidado a mais para o pesquisador. O cuidado em ser fiel à fala dos entrevistados e em transcrever as entrevistas exatamente como elas se deram. Na transcrição das falas, também verificamos a necessidade de fazer registro das questões subsequentes que foram surgindo no decorrer de nossas conversas. Essas questões deram, em alguns casos, rumos mais diretos a fala e ainda elementos mais específicos aos objetivos da pesquisa em questão.

As entrevistas foram transcritas e posteriormente analisadas à luz da Análise de Conteúdo posta por Bardin (2016). Um dos pontos considerados ao iniciarmos a análise se deu na organização do material das entrevistas transcritas. Com o material transcrito demos início a uma leitura flutuante das informações. O material foi todo impresso para

¹⁶ Há no decorrer deste capítulo um momento específico no qual apresentamos a Associação de Produtores Orgânicos de Jacaraú-PB.

que, ao realizar a elaboração da Unidades de Registro, nenhuma informação passasse despercebida.

Ao lançarmos nosso olhar para o fornecimento de merenda escolar pelos agricultores familiares, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Jacaraú-PB, buscamos traçar resposta para a seguinte questão norteadora: Quais são os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB?

A presente pesquisa nos conduziu ao objetivo de analisar os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar. Investigamos as bases da relação Educação Popular e sustentabilidade como constituintes conceituais da denominada Educação Ambiental Popular em sua interface com a Agroecologia. Também investigamos a dinâmica de funcionamento da agricultura familiar no município em questão, no contexto da sua relação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com o desenvolvimento local. Por fim, foram averiguadas as contribuições educativas do processo de fornecimento de produtos pela agricultura familiar para a merenda escolar do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e da alimentação saudável.

Nos próximos subtítulos, apresentaremos as categorias de análise resultantes da nossa pesquisa empírica e interpretando-as tendo em vista o referencial que orientou nossas discussões.

4.1 OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE NA PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES FORNECEDORES DE ALIMENTOS

A operacionalização do PNAE na perspectiva dos agricultores fornecedores de alimentos para a merenda escolar é a categoria que engloba as discussões trazidas pelos agricultores acerca do funcionamento do PNAE atualmente no município de Jacaraú-PB. Nesta categoria, trouxemos trechos das contribuições desses sujeitos apresentando como eles ficaram sabendo da chamada pública, do edital de convocações, da elaboração dos projetos de fornecimentos e como seria o processo de participação de agricultores veteranos e novatos no PNAE para o ano vigente, descrevendo também como tem sido essa logística de operacionalização desde anos anteriores. Esta categoria também se constituiu das discussões sobre o fornecimento de alimentos, transporte, tipos de frutas e raízes que geralmente são solicitados, acesso às informações por meio da participação

cidadã dos agricultores em núcleos associativos ou cooperativas entre outros elementos considerados base das discussões.

O Agricultor A descreveu que teve acesso às informações iniciais sobre o PNAE através da sua participação nas reuniões da comunidade onde mora. Além disso, ele considera o processo de participação simples e acessível para quem quiser participar. Em linhas gerais, ele disse:

O PNAE há quatro anos, tô entrando para cinco. A minha participação foi... foi comunicado na assembleia. Na assembleia, comunicaram que quem quisesse participar do PNAE tava aberto as vagas. Então, como é uma coisa simples, o agricultor chegar na Secretaria de Agricultura e fazer um projetozinho com o menino de lá mesmo da Secretaria. Fiz o projeto e depois só fui comunicar. A presidente, a presidente que avisou. Os presidentes de associações, quando abre as inscrições do PNAE, todos eles são informados para comunicar¹⁷ (informação verbal).

Para o Agricultor A, o acesso às informações sobre a operacionalização do PNAE é de fácil acesso e assegurada a todos os agricultores que buscam vivenciar as ações que ocorrem nas comunidades. Ele considera os encontros na comunidade uma via de comunicação rápida que assegura que informações importantes como esta chegue a todos os agricultores em tempo hábil de garantir a participação. É o que podemos denominar de associativismo, fortalecendo a participação cidadã. O Agricultor A descreveu:

Na assembleia, eu considero fácil. Se participa das assembleias tem as informações. Se participa do conselho de desenvolvimento social tem essas informações. Porque essas informações vêm pra o conselho, do conselho vem para as associações passar para os agricultores (informação verbal)¹⁸.

Para o Agricultor B, a divulgação do edital de chamada pública é que dá início às ações do PNAE todos os anos. Este Agricultor já registra mais de dez anos de participação no Programa.

Acho que comecei no PNAE no primeiro mandato de João Ribeiro [Ex-prefeito]. E agora nestes dois de Elias. Já caminha para mais de dez anos. Tem um edital que é colocado e se dá um prazo para que os agricultores se inscrevam. E geralmente quando um sabe, outros vão conhecendo também. A gente sabe também pelo Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Jacaraú que avisa que vai sair o edital, a chamada pública. Tem também a

¹⁷ Entrevista fornecida pelo Agricultor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

¹⁸ Entrevista fornecida pelo Agricultor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

média dos preços que é em discussão lá no Conselho também. (informação verbal)¹⁹.

Ele acrescentou:

Tem que ficar atento. Aqui mesmo, nas reuniões da associação, a gente avisa todos os anos. E de fato, pouca gente aderiu. Porque agora melhorou muito, mas antes se passava até um mês pra receber. E o agricultor é aquilo...ele vende e já quer receber, assim muitos acabam entregando aos atravessadores por um preço muito pequeno. No geral, aqui a gente tentou informar para a comunidade. Ninguém pode dizer que não sabia. A gente tenta informar ao máximo. Fica difícil tentar saber por que são sempre as mesmas pessoas que botam. Mas, não é porque não teve informações. Mesmo aqui, as pessoas que mais produzem não estão no PNAE, mas eles sabem (informação verbal)²⁰.

Foram encontradas considerações nas falas dos agricultores que apontam os espaços das reuniões nas comunidades como principais veículos de comunicação interna dos agricultores que moram nas áreas rurais do município. Nesse sentido, a prática de reunir-se para tratar das questões próprias da comunidade também assegura que o grupo tenha acesso as informações sobre Programas, políticas, projetos e/ou iniciativas governamentais que são destinadas aos agricultores.

Logo após essa colocação feita pelo Agricultor B sobre a não participação de alguns outros agricultores da comunidade, mesmo quando são informados previamente e detalhadamente das ações do PNAE, chegamos a uma segunda questão. Tentar entender o que poderia estar por trás dessa recusa em tornar-se um agricultor fornecedor de alimentos. Perguntamos: O senhor consegue identificar algum motivo que levaria esses outros agricultores a não participarem das ações do PNAE? E ele descreveu: “Acho que o básico é não receber na hora o dinheiro. Tipo, entregou e já recebeu. Mas agora tá muito rápido, não tá tanto tempo assim não. Já teve tempo de se passar dois, três meses para receber, mas agora tá muito rápido, quinze dias no máximo” (informação verbal)²¹.

Isto posto, podemos perceber pelo que sugere o Agricultor B que os agricultores que decidem se tornar fornecedores do PNAE esperam agilidade nos processos de operacionalização do Programa, de modo que a chamada pública, a convocação, a entrega dos produtos e o pagamento sejam ágeis e simplificados.

Há relatos de que, em anos anteriores, o processo de pagamento e administração dos recursos do PNAE destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar não

¹⁹ Entrevista fornecida pelo Agricultor B, em Jacaraú-PB, em 2022.

²⁰ Entrevista fornecida pelo Agricultor B, em Jacaraú-PB, em 2022.

²¹ Entrevista fornecida pelo Agricultor B, em Jacaraú-PB, em 2022.

eram bem administrados e isso gerava um certo atraso na hora de pagar a mercadoria aos agricultores. Além disso, o processo de inscrição no Programa ou na hora de agilizar a documentação para o pagamento dos agricultores era muito burocratizado, o que levou muitos agricultores a rotularem este processo como difícil e estressante, preferindo, muitas vezes, comercializar suas mercadorias de outras formas, em outros espaços.

A divulgação antecipada das informações é o que garante que cada vez mais um maior número de agricultores tome conhecimento das ações do PNAE e sinta interesse em participar. Além das reuniões mensais realizadas pelas associações de cada assentamento rural do município, o Agricultor B chamou a atenção para o acesso as informações através do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável²². Na verdade, o CDRS apareceu por diversas vezes na fala de todos os entrevistados como sendo um espaço de construção compartilhada do conhecimento no qual, a participação de lideranças de todas os Assentamentos atuando dentro do Conselho Municipal assegura que as informações sobre o PNAE sejam propagadas aos quatro cantos do município e numa velocidade satisfatória.

Eu participo faz uma base de...eu era pra tá com uns oito anos já, mas deu um problema nos meus documentos aí só tô com uma base de quatro anos. Eu fiquei sabendo nas reuniões do Conselho Municipal em Jacaraú. Eu fazia parte lá também. Aí fiquei sabendo que vinha o COOPERAR e o pessoal da prefeitura também comunicou lá. A gente ficou sabendo lá e entrou porque a proposta era muito boa. Todo ano agora a gente faz (informação verbal)²³.

Para o Agricultor C, é necessário manter-se conectado com a comunidade, com outros agricultores e com espaços de formação e socialização de informações.

Quando a gente tá participando mais. Levando em consideração que o agricultor tá no interior e que essas informações são mais central no município, se não tiver uma pessoa, uma organização que circule no município, como por exemplo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável ele facilita muito. Porque o agricultor que tá na base, lá no seu terreninho lá no interior, no final do município, ele consegue através do conselho. Porque tem

²² O Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável é uma unidade de cooperação e associação que atua dentro do município de Jacaraú-PB. O grupo já existe há mais de 15 anos e passou por diversas gestões municipais. Em alguns anos, o CDRS teve atuação bem presente nas questões que envolviam agricultura, desenvolvimento, sustentabilidade, meio ambiente, campo, assentamentos rurais e muitas outras temáticas próprias às questões ambientais. O CDRS é composto por lideranças das várias comunidades rurais do município. Seu público maior são os assentamentos rurais que existem no município; mas, além destes sujeitos, existem outras lideranças e agricultores participando. O Conselho também conta com a participação de representantes dos poderes Executivo e Legislativo.

²³ Entrevista fornecida pelo Agricultor D, em Jacaraú-PB, em 2022.

gente participando. Mas se o agricultor não tiver participando de nada, ele não estiver organizado, aí é mais difícil ele saber dessas informações. Mas se ele tiver participando de algum grupo, entidade, associação ele ficará sabendo com mais facilidade (informação verbal)²⁴.

A fala do Agricultor C traz elementos importantes, pois revela que os espaços de socialização e comunicação nas comunidades assegura a participação cidadã desses mesmos agricultores em outros espaços. À medida que estes se encontram compartilhando informações, trocando experiências e convivendo, eles conseguem organizar-se e assegurar a sua participação em programas educacionais e políticos como o PNAE.

Em análise do que apresentou o Agricultor C, foi percebido que os espaços públicos/coletivos em que ocorrem as ações do PNAE são espaços também de formação e socialização para os agricultores. Neste caso, os agricultores ativos no Programa tendem a desenvolver suas relações sociais de forma mais ativa e participativa. Tendo em conta o que foi enfatizado pelo entrevistado, podemos afirmar, com base em Lopes (2015), que o associativismo e cooperativismo rural são instrumentos que promovem o fortalecimento dos agricultores familiares.

A capacidade de se organizar para a produção proporciona aumento no nível da renda familiar, melhorias na produção e trocas de experiências bem-sucedidas. Para a autora supracitada, a participação e responsabilização do coletivo é um exercício de cidadania. Este movimento participativo é capaz de elevar o grau de conhecimentos dos direitos e deveres e das formas de acessar as políticas públicas.

O fato é que a participação de cada agricultor pode estar atrelada a diversos fatores. Uns por aproximação com quem já participa há muitos anos, outros pela clareza que recebe das informações sobre o Programa, gerando interesse; outros tornaram-se fornecedores porque seus pais também já o foram em anos anteriores, entre inúmeras outras formas. Sejam quais forem as formas de tornar-se fornecedor de alimentos para o PNAE a compreensão que nos fica da análise do material empírico é que, de fato, é simples e fácil o acesso às informações para tornar-se um agricultor fornecedor do PNAE em Jacaraú-PB e que aquele agricultor que mantém uma participação coletiva em grupos, associações, cooperativas tende a ter acesso às informações de modo mais fácil.

Conforme apresentamos anteriormente na fala de um dos entrevistados, um dos Agricultores teve sua participação como continuidade do trabalho de seu pai. Uma prática

²⁴ Entrevista fornecida pelo Agricultor C, em Jacaraú-PB, em 2022.

que cresceu com a família e vem sendo transmitida por gerações. O que motiva essa continuidade do trabalho é o fato de que, para o agricultor familiar, o PNAE surgiu como ação motivadora para seu trabalho diário.

Meu pai já participou uns anos atrás, mas só que ele estava afastado. Aí a partir do momento que eu cheguei eu falei pra ele que ia botar mercadoria. A gente tem a mercadoria. A gente não pode perder nenhum projeto não. O projeto que pintar aqui pra gente, a gente pega. A gente não pode perder nenhum não. No começo ele ficou meio cismado lá com umas coisas que aconteceu...negócio de política, por pessoas. Aí a gente fica meio chateado. Eu tô participando esse ano. Esse ano eu entrei. A gente tem a mercadoria, tem que ter pra onde botar ela. Tem tempo que falta comprador e tendo esses projetos pra gente é uma boa. E até o preço é melhor. E graças a Deus já botei mercadoria, já tem pedido pra essa semana e tá aí, graças a Deus tá dando tudo certo (informação verbal)²⁵.

A fala do Agricultor C demonstra que a participação familiar é base da agricultura que produz para o PNAE. No dia a dia, na rotina de plantar ou colher, é comum que homens, mulheres e crianças estejam envolvidos no trabalho com a agricultura familiar. O agricultor revelou ainda que a garantia de comercialização assegurada pelo PNAE é o que impulsiona seu trabalho. Por isso, deve ser considerada sempre para que nenhuma oportunidade de se tornar fornecedor de alimentos passe despercebida.

O Agricultor C possui um vínculo diferente com o PNAE em Jacaraú. Sua participação se deu através do contato com os demais agricultores que já são fornecedores e por já ser um membro nos movimentos de grupos locais, como, por exemplo, ser um associado na Associação dos Produtores Orgânicos de Jacaraú. Afirmamos isto porque, especificamente, este agricultor não reside no município. Ele é morador de um assentamento rural vizinho ao município e que pertence ao município de Curral de Cima-PB. Durante a entrevista, e de forma simples e muito interessante, ele relatou como conseguiu se tornar um agricultor fornecedor em Jacaraú sem lá residir.

No PNAE eu estou fornecendo há dois anos. Começou mais pela amizade que eu tenho com o pessoal, principalmente com Rogério. Ele me informou que tinha essa possibilidade de eu participar do PNAE. Já que eu sou de Curral de Cima, ele disse que tinha alguns produtos que quando faz a seleção o pessoal não tem para fornecer aí eu posso indicar você. Eu disse: Me diga quais são os produtos e eu me organizo para fornecer. Aí, eu participei ano trasado, ano passado e esse ano também. Já são três anos com esse ano. E esse ano tá um pouco diferente eu participo do PAA, do PNAE. Na verdade, eu coloco

²⁵ Entrevista fornecida pelo Agricultor E, em Jacaraú-PB, em 2022.

produtos agroecológicos. Tem uma linha que é de agroecológicos, produtos orgânicos (informação verbal)²⁶.

O Agricultor C vem assegurando sua participação no PNAE em Jacaraú por conseguir oferecer produtos que não costumam ser ofertados pelos demais agricultores e por ser um produtor orgânico, que consegue participar de forma diferenciada do Programa. A participação diferenciada é graças a uma nova estratégia que vem sendo desenvolvida no município. De todo modo, ressaltamos que a prioridade da participação é dos agricultores do próprio município. O Agricultor C nos explicou que somente após a verificação dos produtos ofertados no município é que se abrem oportunidades para agricultores de municípios vizinhos. A respeito dessa nova estratégia de convocação para produtores orgânicos, vamos nos aprofundar em detalhes no decorrer das discussões.

Uma estratégia de operacionalização verificada durante a fala do Agricultor C diz respeito ao cuidado que a gestão tem em assegurar que, prioritariamente, os fornecedores de alimentos sejam pessoas do próprio município. Essa ação assegura que cada vez mais o Programa fortaleça a economia e o desenvolvimento local.

Ao considerar que é princípio orientador do Programa assegurar este desenvolvimento, fica a compreensão de que a atuação do Agricultor C em outros grupos e iniciativas no município de Jacaraú é o que de fato determina sua participação como fornecedor do PNAE.

A família da Agricultora F é quem registra uma participação mais antiga. Segundo ela,

Tem mais ou menos uns quinze anos que minha família participa do PNAE. Aqui no município começou desde a gestão da ex-prefeita Cristina. Iniciou na gestão de Cristina. Foi lançado o programa e aí ela aderiu. A minha família tem feito esse acompanhamento da gestão de Cristina até a gestão desse prefeito atual (informação verbal)²⁷.

Além do projeto inicial de fornecimento citado pelo Agricultor A no início das nossas discussões, outros documentos foram sendo listados pelos agricultores colaboradores desta pesquisa como sendo necessários à participação nas ações do PNAE. O Agricultor E fez referência à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de

²⁶ Entrevista fornecida pelo Agricultor C, em Jacaraú-PB, em 2022.

²⁷ Entrevista fornecida pela Agricultora F, em Jacaraú-PB, em 2022.

Fortalecimento da Agricultura Familiar²⁸ (DAP), que é necessária a vinculação dos agricultores em alguns programas e políticas públicas. Ter a DAP é condição necessária para que o agricultor familiar tenha acesso, por exemplo, às linhas de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), aos programas e políticas públicas em nível federal, estadual e municipal e o Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma delas. O Agricultor E afirmou:

Eu disse que queria participar e perguntei o que precisava. Ele disse que tinha que ter a DAP. Eu não tenho ainda a minha DAP. Meu pai tem a DAP, eu faço junto com ele e forneço a mercadoria. Já conversei com Pinheiro, vou tirar a minha e incentivei meu irmão a tirar também. A gente trabalha todos juntos. Tem que ter. Todos sabem. É fácil, fácil. Porque eles avisam a todo mundo, só não participa quem não quer. Eles avisam nas reuniões, tem um grupo. Todo mundo fica sabendo (informação verbal)²⁹.

Nem todos os agricultores fornecedores de alimentos em Jacaraú são de áreas de assentamento, assim como nem todos estão vinculados a grupos, associações ou cooperativas. No entanto, os que colaboraram com nossa pesquisa são, em sua maioria, membros da Associação de Produtores Orgânicos do município. Apenas um deles, o Agricultor E, não se identificou como membro da associação. Este agricultor afirmou que sua participação coletiva é apenas nas reuniões e assembleias realizadas no Assentamento onde ele reside. Os demais já são membros e se autoidentificam como produtores orgânicos há um bom tempo.

A Associação dos Orgânicos foi uma iniciativa da senhora Palmira Sérgio Lopes, moradora do Assentamento Novo Salvador, e teve seu ponto de partida há pelo menos 10 anos. Hoje, já muito idosa, ela não mais participa das atividades práticas do grupo, mas seu legado é imensurável como alguém que deu um passo significativo para a história da agricultura familiar, produções orgânicas e práticas agroecológicas no município.

Perguntamos aos agricultores se eles estavam vinculados a algum grupo ou associação que trate especificamente da agricultura familiar. Prontamente, o Agricultor B citou a Associação dos Orgânicos.

²⁸ A DAP é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtido tanto pela agricultora e agricultor familiar (pessoa física) quanto pelo empreendimento familiar rural, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Podemos encontrar mais informações sobre os critérios para a emissão da DAP em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/perguntas-frequentes>.

²⁹ Entrevista fornecida pelo Agricultor E, em Jacaraú-PB, em 2022.

A gente faz parte da Associação dos Orgânicos que se preocupa sobre isso. Tem também formação sobre esses programas da prefeitura, do município. Mas nesses dois anos de pandemia a gente praticamente não se reuniu mais. As informações básicas em relação à formação também é mais naquele dia em que se vai apresentar a chamada pública. Se insiste muito sobre a qualidade dos produtos, você saber que está colocando produtos para os seus filhos mesmo. Não estragados, nem muito maduro, nem verde. Não se discute muito a questão orgânica, infelizmente. A questão orgânica é uma vez ou outra. Essa questão dos venenos é muito complicada porque os nossos filhos acabam comendo veneno, porque a gente sabe que é muito veneno nos produtos hoje da agricultura (informação verbal)³⁰.

O Agricultor C descreveu em detalhes como surgiu a Associação dos Orgânicos no município. Segundo ele, a Associação é um grupo de 23 sócios, dos quais 18 possuem uma participação ativa. Alguns porque não conseguiram acessar as reuniões pelas plataformas digitais no celular e outros por diversos problemas pessoais. Em suma, a Associação surgiu com a articulação de um grupo menor de agricultores que iniciaram suas atividades comercializando nas feiras orgânicas no município e em cidades vizinhas. Depois, a iniciativa de se organizarem em grupo resultou na criação de um espaço físico para a comercialização dos produtos, bem como a adesão de outros agricultores que posteriormente também foram certificados como produtores orgânicos.

Percebemos que cada vez mais os agricultores estão buscando se articular em grupos e iniciativas de produções agroecológicas. Seria precipitado da nossa parte concluir que essas ações são iniciativas apenas de quem é fornecedor de alimentos no PNAE, mas o que não podemos negar é que são os agricultores vinculados ao PNAE que estão à frente desses grupos, mobilizando, liderando e articulando novas ações práticas. O fato é que o PNAE, ao exercer uma função indutora do fortalecimento da agricultura familiar, pode contribuir para o desenvolvimento territorial rural e econômico. Tão relevante quanto promover uma atividade econômica é incentivar o fortalecimento dos grupos sociais que mobilizam instituições locais para o fortalecimento do território rural (LOPES, 2015).

Além da Associação dos Produtores Orgânicos, esse mesmo grupo articulou-se criando um espaço de comercialização dos seus produtos. Eles criaram a Bodega Agroecológica³¹.

³⁰ Entrevista fornecida pelo Agricultor B, em Jacaraú-PB, em 2022.

³¹ A Bodega foi inaugurada no dia 25 de setembro de 2019 pelas famílias das comunidades camponesas de Curral de Cima e Jacaraú que fazem parte da Associação dos Produtores Orgânicos. Trata-se de um espaço dedicado à comercialização de alimentos provenientes dos lotes dessas famílias camponesas, produzidos através de práticas agroecológicas e em regime familiar. Frutas e raízes como laranja, banana, mamão, inhame, macaxeira, batata, hortaliças, doces, mel, além de comidas típicas e outras variedades de alimentos

Logo abaixo, temos a Figura 3 como registro do dia da inauguração do espaço da Bodega.

Figura 3 - Inauguração da Bodega Agroecológica.



Fonte: Acervo da DECOM / Prefeitura Municipal de Jacaraú-PB.

Ter acesso à Bodega como espaço de comercialização dos produtos orgânicos favoreceu significativamente o trabalho dos agricultores, assim como o reconhecimento destes em todo o município. Dessa forma, o espaço da Bodega também contribui para a operacionalização do PNAE. As mercadorias que não são licitadas no tempo adequado de colheita ou fora da quantidade planejada passou a ter um destino extra, a comercialização direta para a população no espaço da Bodega Agroecológica. A conversar sobre os produtos comercializados neste espaço, perguntamos aos agricultores quais eram os principais produtos licitados pelo PNAE e quais destes eles forneciam. Entre frutas, raízes e leguminosas, alguns produtos foram sendo listados. Entre eles,

Batata, macaxeira, acerola, feijão verde, milho verde, abóbora. Sempre são os mesmos produtos. Eu forneço sempre aquele que eu... eu não mudei minha maneira de produzir. Eu produzo aquilo que eu sempre produzia (informação verbal)³².

serão comercializados no local. A Bodega Agroecológica foi uma iniciativa do grupo de produtores orgânicos em parceria com o governo municipal para garantir que toda a mercadoria garantida e certificada como orgânica tivesse um local específico para ser comercializada, além das feiras. O espaço da Bodega também funciona como um espaço de formação e compartilhamento de informações, saberes e ideias. Os agricultores a compreendem como um local que além de vender, assegura as famílias clientes um cuidado a mais com a alimentação, com a qualidade dos alimentos, com as produções limpas e livres de agrotóxicos. O grupo ainda enfrenta alguns desafios no que tange à conscientização da população local sobre a qualidade desses produtos, mas já registra avanço na iniciativa (Informações disponíveis em: <https://cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/paraiba/5176-bodega-agroecologica-e-inaugurada-em-jacarau-pb>. Acesso em: 14 mar. 2021).

³² Entrevista fornecida pelo Agricultor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

Os produtos que eu boto é mais macaxeira, batata, banana às vezes, milho, acerola também. Eu sempre plantei isso. Eu já vendia por fora (informação verbal)³³.

Batata doce, mamão, goiaba, milho verde, limão e macaxeira que é o que mais a gente planta (informação verbal)³⁴.

É o milho, a batata...mais raízes. A produção maior é em raízes. Macaxeira, inhame e batata que é uma produção maior porque os pedidos também são maiores. Mas tem o feijão, tem o milho. A gente não trabalha com hortaliças, mas é também uma das áreas que o pessoal já faz (informação verbal)³⁵.

As raízes apareceram em maiores quantidades. Para os agricultores, a justificativa está na forma de produzir. Por se tratar de uma cultura que aguenta mais as variações climáticas e que não requerem tantos cuidados diários, fica mais fácil a produção. Para os Agricultores B e C, o segredo de assegurar uma boa produção para garantir o fornecimento o ano inteiro está no planejamento. É necessário planejar a produção em quantidades, variedades e em periodicidades. O Agricultor B descreveu:

Já os cultivava, agora aquele que eu forneço para o PNAE eu já aumento a quantidade. O milho, por exemplo, eu planto mais. A macaxeira eu planto um pedaço maior. A abóbora também numa quantidade maior. Como eu não trabalho com irrigação, a produção é temporária. Então a gente aumenta um pouco a quantidade e já coloca esses produtos também nos projetos que sou fornecedor. A manga também...a gente coloca pra merenda também, o caju também. O problema é que nem sempre a gente coloca. Faz a oferta, mas nem sempre consegue colocar esse produto. O caju, por exemplo, vai dar agora no final do ano e praticamente não teremos mais aulas, nos últimos dias de aula também não tem entrega. O milho, como eu já disse, é no mês de São João, caso haja por um motivo ou por outro quinze dias sem aula, aí o milho já secou. O feijão é a mesma coisa. Então, com isso a gente faz o projeto, mas nem sempre se coloca aquilo que você disse que ia colocar. Essa discussão eu já propus nas reuniões do PNAE. Que se leve em consideração os produtos de acordo com a época (informação verbal)³⁶.

Para o Agricultor C, o desafio está na produção de hortaliças. Apesar de ser um produto muito solicitado pelo PNAE, poucos agricultores se disponibilizam a fornecer legumes e verduras. Frente a isso, afirmou o Agricultor C:

Eu já os cultivava. Hoje é batata, inhame, feijão verde, macaxeira e milho. A gente oferece aquilo que tem e o que eu tinha era isso. Eu tenho muita vontade, não só de produzir para o PNAE, mas para todos os consumidores na feira-livre, aqui na Bodega e em qualquer outro espaço, é a questão das hortaliças.

³³ Entrevista fornecida pelo Agricultor D, em Jacaraú-PB, em 2022.

³⁴ Entrevista fornecida pelo Agricultor E, em Jacaraú-PB, em 2022.

³⁵ Entrevista fornecida pela Agricultora F, em Jacaraú-PB, em 2022.

³⁶ Entrevista fornecida pelo Agricultor B, em Jacaraú-PB, em 2022.

Mas, a dificuldade é imensa. Eu já comecei, já tentei, já produzi alface, cenoura, coentro, beterraba e pimentão. E eu quero muito produzir tomate, mas não tive condições. Consegui produzir tomate cereja ano passado, mas é muita praga. O desafio é o tempo, você precisa ficar bastante tempo por lá e a quantidade de pragas. Apesar de muita gente dizer que com as hortaliças o serviço é mais maneiro, mas requer mais cuidado e tem muitas pragas. Pra você fazer o manuseio delas requer muito tempo. Até que eu tenho um certo conhecimento nessas questões dos defensivos naturais pra combater, mas a praga do tomate eu não consegui ainda (informação verbal)³⁷.

Conseguir assegurar uma produção ampla, diversificada e que atenda à lista dos principais produtos solicitados pelo PNAE ainda é um desafio para os agricultores fornecedores de Jacaraú-PB. As condições climáticas também geram desafios. Nem todo agricultor possui equipamentos de irrigação. Por isso, precisam se organizar para produzir nos períodos com maior incidência de chuvas.

Tem seis meses que chove, seis meses que não chove. Então, pra você produzir nesses seis meses que não chove é mais complicado. Então, você tem que pensar...na verdade é essa a iniciativa do PNAE, que você coloque os produtos ao longo do ano. Então nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, que são os meses mais críticos, a gente tem mais dificuldade. Quem tem mais organização, uma irrigação vai conseguir fazer isso. Agora quem não tem... Hoje eu já tenho, mas antes quando eu comecei era mais difícil porque eu só tinha produção até agosto no máximo. Então, às vezes eles me pediam mercadoria e eu dizia que não tinha. É um desafio porque é um compromisso nosso com o município, com os alunos principalmente e com a sua produção com a sua área. Tem dizendo lá no PNAE que se o agricultor não cumprir aquilo que ele disse que ia fornecer no ano seguinte ele pode ser penalizado e ficar de fora (informação verbal)³⁸.

Além das condições climáticas, o transporte das mercadorias fornecidas também foi citado como desafio para os agricultores. Segundo o Agricultor D, quando é dia de entregas, eles se articulam para ver como vão levar toda a mercadoria até o destino combinado. Geralmente, os agricultores se organizam para realizar a entrega em grupo. Para facilitar, dividem os gastos com o transporte entre si. Os que possuem algum meio de transporte conseguem fazer individualmente a entrega. A secretaria e a prefeitura não se responsabilizam por essa logística de entrega. Eles apenas encaminham os produtos para as escolas, mas a mercadoria que vem diretamente dos roçados dos agricultores para a unidade de entrega municipal é feita toda em um único dia sob a responsabilidade dos próprios agricultores.

³⁷ Entrevista fornecida pelo Agricultor C, em Jacaraú-PB, em 2022.

³⁸ Idem.

Tendo apresentado um pouco de como se concretiza a operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Jacaraú-PB na perspectiva dos agricultores fornecedores, nosso próximo passo é descrever esse processo sob o olhar dos representantes da gestão municipal, mais especificamente a partir das contribuições do técnico administrativo e da nutricionista responsáveis pela execução do PNAE. Veremos no próximo ponto as estratégias que vêm sendo pensadas e realizadas a fim de assegurar que as ações do PNAE se efetivem.

4.2 A OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE NA PERSPECTIVA DOS GESTORES

Jacaraú possui atualmente 18 escolas municipais e 02 creches sendo contempladas com o PNAE. A Secretaria Municipal de Educação é a principal responsável por articular a execução do Programa e garantir que esses alimentos cheguem até as unidades de ensino. Nas discussões empreendidas pelos entrevistados em nossa pesquisa, as informações tomaram por base a atual gestão municipal do PNAE que se encontra em pleno exercício desde janeiro de 2017.

O repasse dos alimentos cereais acontece mensalmente, enquanto os advindos da agricultura familiar ocorre uma vez por semana. Isso se justifica pela pouca durabilidade desses produtos, que acaba requerendo um cuidado maior com o armazenamento, gestão de estoque e transporte até as escolas. Os alimentos cereais são licitados em chamada pública feita pela própria prefeitura e suas secretarias responsáveis todo início de ano. Para os alimentos oriundos da agricultura familiar, é feita também uma chamada pública lançada em edital e divulgada entre os agricultores do município.

Vale destacar que mesmo tendo conhecimento de que as ações do PNAE também incluem alimentos cereais produzidos e fornecidos por empresas previamente licitadas, nossa pesquisa buscou concentrar-se em analisar o repasse dos alimentos da agricultura familiar. Isto porque os agricultores são os sujeitos principais de nossa pesquisa.

Conhecer a realidade do município é fator que determina a garantia de execução do PNAE no repasse dos 30% da agricultura familiar. É necessário saber o que costuma ser produzido no município, a variedade de raízes e frutas, o tempo adequado para as plantações e colheita, os principais alimentos produzidos, e ainda os desafios enfrentados pelos agricultores para garantir alimentos frescos e diversos durante todo o ano letivo.

Essa diversidade também se faz necessária para que um número maior de agricultores seja contemplado como fornecedor do PNAE, evitando que um número

pequeno de agricultores concentre o fornecimento ou o tipo de alimento oferecido. Tudo isso só acontece se os envolvidos na gestão do Programa assegurarem essa organização inicial. Quanto a isso, o Gestor A entrevistado sugere que em Jacaraú-PB:

O levantamento da produção sempre acontece, a gente faz isso no Conselho, como te falei. A gente vai indo pelo que se tem no município de Jacaraú. Por exemplo, a gente começou aqui comprando cenoura em 2017, mas a gente viu que não era muito a prática da produção. Então, a gente retirou. A gente tem uma limitação em frutas, tem quatro tipos de frutas. Então, a gente faz essa busca no município para saber o que se tem, mais ou menos na feira o que se chega, o que se produz e levanta a produção. Com a nutricionista a gente levanta os quantitativos, aquela distribuição nutricional por cada aluno. Feito isso, a gente vai para a discussão de preço, pesquisa nos mercados, pesquisa em órgãos como CONAB e outros, para poder levantar o preço. Levantando o preço a gente vai para o Conselho, discuti esses preços, registra em ATA e publica o edital. Com 20 dias de publicado o edital a gente vai elaborando os projetos dos agricultores que vai chegando. Com 20 dias depois a gente faz a reunião de apresentação desses produtos. Cada agricultor vai trazer do que vai fornecer uma amostra. A gente apresenta como ficou a distribuição com o valor de cada um. Aprovado tudo isso também vai para uma ATA e essa ATA é publicada no diário oficial do município. Então, o processo todo é esse. Passado isso e com a ATA publicada cada agricultor vai lá e assina seu contrato onde vai ter quais os seus produtos, a periodicidade do pagamento, como vai ser a forma de entrega e etc. (informação verbal)³⁹.

O encontro para a apresentação da amostra do produto, citado pelo entrevistado, diz respeito a um encontro que é realizado todos os anos logo após a chamada pública lançada para todos os agricultores. Geralmente, acontece na própria cidade e recebe agricultores de todas as comunidades rurais do município. Desse encontro, participam agricultores de áreas de assentamentos e outros agricultores de povoados rurais do município. Cada agricultor apresenta uma amostra dos produtos que pretende fornecer ao Programa. Essa apresentação se faz necessária para que as condições dos alimentos sejam vistas e consideradas próprias para o consumo.

Além dos agricultores, participam desse momento a nutricionista vinculada ao PNAE e que atua na Secretaria de Educação e nas escolas, a própria secretária de educação, representantes de outras secretarias, como a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Desenvolvimento Humano, e ainda membros do Conselho de Alimentação Escolar. Outras pessoas são bem-vindas e podem participar desse momento de apresentação dos produtos; entre eles, os gestores escolares.

³⁹ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

O repasse dos alimentos por parte dos agricultores, conforme descrevemos anteriormente, é de responsabilidade deles. O momento inicial de articulação de como será a entrega desses produtos é focada apenas em assegurar junto aos agricultores que são eles os principais responsáveis pela qualidade desses alimentos. Caso haja registro de que algum alimento veio em má qualidade ou foi armazenado de forma incorreta, a equipe de gestão do PNAE que recebe esses alimentos é orientada a contactar os agricultores para que seja devolvida a mercadoria e, se houver possibilidade, que esta seja substituída.

Questionamos nossos entrevistados sobre o total limite que cada agricultor pode repassar em produtos. Há uma grande preocupação por parte da gestão em assegurar que o maior número de agricultores possível participe desse fornecimento. Assim, agricultores de todo o município serão contemplados e uma maior variedade de produtos adquirida.

O limite máximo, que a lei permite, é de R\$20.000 por agricultor, por DAP. Então, a gente sempre faz isso. Raramente algum chega a esse valor. Porque a gente faz um acordo com eles para que não aconteça disputa de preço e nem de produto. Se tem lá 15.000 quilos de macaxeira para comprar e chegou dez agricultores dizendo que vão fornecer macaxeira a gente divide por igual entre os agricultores. A gente tem sempre esse cuidado de ver quem vai fornecer para fazer essa distribuição. Como também o valor, colocar um valor equilibrado. Às vezes não acontece isso porque alguns dizem que só têm macaxeira e batata e a gente não tem como colocar os R\$20.000 de macaxeira só para ele, porque vão ficar outros descobertos. Aquele que apresenta uma maior diversidade como frutas, verduras, raízes e tubérculos aí ele acaba ficando com um valor maior. Mas tudo isso é apresentado nessa assembleia de fechamento das ATAS do programa (informação verbal)⁴⁰.

Vale salientar que em Jacaraú todos os agricultores do PNAE fornecem por meio da DAP individual. Embora alguns deles sejam membros da Associação dos Produtores Orgânicos, o processo de participação no Programa é individual e não por iniciativas coletivas. A atuação de agricultores individuais no PNAE é assegurada pela Resolução nº 26/2013, que, ao dispor sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegura a participação do pequeno agricultor rural, afirmando que, mesmo nas condições da oferta de pouca mercadoria, seja possível e assegurada a sua participação no PNAE.

Os preços dos alimentos também são decididos através de pesquisa geral feita no próprio município. Algumas questões como diversidade e ofertas são consideradas ao se

⁴⁰ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

criar a tabela com os valores de cada produto. Os agricultores não participam diretamente desse processo, mas nos é apresentado pela Gestora B que os preços são considerados justos porque são tabulados de acordo com o valor que cada mercadoria costuma ser comercializada. Neste caso, é considerado um valor que, mesmo diante de uma mudança no comércio geral, os agricultores fornecedores sintam-se motivados em vender suas mercadorias para o PNAE. Nesse sentido, a gestora B esclarece que:

É uma pesquisa de preço que é feita. Cada município se responsabiliza por fazer sua pesquisa de preço. Aqui no nosso caso não é a gente quem faz. Quem faz é o responsável pela licitação e chamada pública. É feita a pesquisa na feira, em mercados. É orientado que se faça na própria feira do município, geralmente é feita aqui (informação verbal)⁴¹.

Em contrapartida, o Gestor A apresenta os envolvidos nessa elaboração das tabelas de preço:

Secretaria de Educação, a Diretoria de Segurança Alimentar que é vinculada à Secretaria de Ação Social, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Finanças. Então, são sempre essas secretarias aqui do município que se reúne para poder ver o que é que tem de valor, o que é que tem de produtos e como é que nós faremos a organização. Fora isso a gente faz reuniões com a EMPAER com o FNDE além do município (informação verbal)⁴².

Mesmo diante do cuidado em assegurar uma diversidade de produtos com preços em consonância com os valores de mercado e uma maior participação de agricultores, o número de participantes ainda é mínimo, mas registra crescimento a cada ano.

A chamada pública desse ano, se eu não me engano, participaram 34 agricultores. É feita toda uma pesquisa, avaliação, até chegar na contratação desses agricultores. O maior desafio do programa é a verba que vem direcionada do governo federal. É muito baixo o valor. Se não fosse a contrapartida do município, com certeza a merenda não seria da qualidade que a gente tem hoje no município. É um valor muito baixo que vem, se eu não me engano R\$ 0,36 centavos por aluno e dependendo do segmento de escolaridade. O aluno integral é R\$ 1,09 e creche também é nessa fase (informação verbal)⁴³.

⁴¹ Entrevista fornecida pela Gestora B, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁴² Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁴³ Entrevista fornecida pela Gestora B, em Jacaraú-PB, em 2022.

Parte do desafio da participação de outros agricultores está justificada na fala da Gestora B pelo valor que é repassado do FNDE. Há sempre uma contrapartida mensal do município em cima do valor que é destinado à agricultura familiar para que seja feita uma aquisição maior de alimentos e com isso, alcance mais agricultores e favoreça o desenvolvimento econômico local. Nas colocações da Gestora B,

É para toda merenda. O PNAE prioriza que 30% dessa verba seja da agricultura familiar. 30% é o mínimo, nós, graças a Deus, conseguimos manter na faixa dos 45 e já conseguimos a pedir 50% de agricultura familiar. Eu sempre preconizei isso, a valorização da agricultura regional. Não só para a questão e valorização desses recurso dentro da cidade em si com os pequenos produtores, mas também a qualidade nutricional desses alimentos (informação verbal)⁴⁴.

Outro fator que limita a participação é a própria oferta de alimentos diversos. Quando analisamos a oferta das frutas, a resposta foi unânime. A maioria dos agricultores só dispõe das mesmas frutas e isso vem a limitar o número de fornecedores. Além disso, algumas frutas possuem um tempo de colheita muito limitado, e caso não sejam solicitadas em tempo ágil, acabam se estragando. O processo de armazenamento e distribuição de algumas frutas também requer mais cuidados.

A maior dificuldade acontece em frutas. A única fruta com facilidade é laranja e banana. Mas por exemplo, acerola. Acerola é um desafio. Como a gente recebe a acerola in natura... a acerola se chover ela cai, acabou. Às vezes chega demais. Por exemplo, nós estamos com uma dificuldade agora com essa questão das cestas. Porque quando vai para a escola e fica lá na escola, congela e tal. Mas para a gente entregar nas cestas tá sendo impossível fazer pedido de acerola. Chega no dia, passa ainda dois dias na organização para poder chegar na casa da família. Se não congelar, perde. Então, o desafio maior é nessa parte de frutas mesmo (informação verbal)⁴⁵.

O Gestor A trouxe à tona a forma como o município tem se organizado para superar os desafios que a pandemia da COVID-19 trouxe para a educação⁴⁶. Trata-se de

⁴⁴ Entrevista fornecida pela Gestora B, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁴⁵ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁴⁶ Desde o dia 17 de março de 2020, com o agravamento da pandemia da COVID-19, toda a rede pública municipal de Jacaraú-PB entrou em regime de ensino remoto, paralisando as aulas presenciais por tempo indeterminado. Durante todo esse período de isolamento social, as instituições escolares do município funcionaram apenas com o ensino remoto por meio de aulas on-line através das plataformas de comunicação e redes sociais. A grande maioria dos estudantes jacarauenses precisou seguir com as aulas remotas através da retirada de atividade impressas semanalmente nas escolas. Essa metodologia, para chegar até os alunos, foi necessária porque o município ainda concentra boa parte de suas escolas na zona rural, onde o acesso à internet é limitado. Além disso, em pesquisas realizadas pelas próprias escolas articuladas pela Secretaria Municipal de Educação confirmaram que boa parte dos estudantes também não dispunham de aparelho

uma estratégia adotada em caráter de urgência com vistas a diminuir os prejuízos de dois anos com as escolas fechadas funcionando apenas em regime de ensino remoto. A estratégia em questão também se preocupou em garantir que os alimentos fornecidos pelo PNAE chegassem até nossas crianças.

A alimentação escolar acaba sendo, na realidade de muitos brasileiros, a principal alimentação diária. A partir do momento em que as instituições de ensino precisaram fechar, a oferta das aulas para os alunos e a garantia do acesso à merenda escolar também precisaram ser repensadas.

Em Jacaraú, embora haja uma contrapartida mensal do município, foi necessário adotar a entrega de *kits* de alimentação escolar como via de acesso aos produtos do PNAE pelos alunos em tempos de ensino remoto. O repasse aconteceu bimestralmente e teve sua justificativa apresentada pelos entrevistados como necessária devido ao número total de alunos e ao valor que cada kit totalizava.

Quando vai ter entrega a gente se reúne. Eu, a pessoa responsável pelo recebimento da mercadoria, a nutricionista, às vezes a secretária e gente monta o pedido daquela semana, daquele mês. Agora a gente tá num sistema de cestas por causa da pandemia. Então, a gente tá fazendo distribuição de cestas a cada dois meses. A gente monta quais são os produtos e aí eu fico na função de entrar em contato com cada um, dizer a quantidade de cada um e eles vão organizar a produção e entregar no dia combinado. A gente recebe naquele espaço, faz a pesagem e libera eles (informação verbal)⁴⁷.

O entrevistado revela em sua fala que o repasse vem ocorrendo a cada dois meses. Geralmente, diretores escolares, professores, supervisores e alguns outros colaboradores se reúnem em uma escola do município para organizar esses kits de alimentação escolar. Os diretores de cada escola realizam antecipadamente um levantamento total do número de famílias com alunos na rede municipal.

Cada família tem a oportunidade de fazer a retirada de um kit, mesmo quando essa família tem filhos matriculados em mais de uma escola. A ressalva é para os alunos da Educação de Jovens e Adultos. Neste caso, é permitida a entrega de dois kits. A iniciativa também surgiu como estratégia motivacional para que pais e mães de alunos voltassem a

celular ou computadores, e nos casos em que se tinha o celular, era necessário compartilhá-lo com outros irmãos que também eram alunos. O município articulou-se para o retorno presencial em março de 2022 e no último dia 07 de março as aulas retornaram em regime híbrido. Algumas instituições retornaram com o público composto por 100% dos alunos e outras foram reorganizadas em grupos menores identificados por cores. Cada grupo pertencente a uma determinada cor tem seu cronograma de aula presencial em uma semana e em outra, o grupo é orientado em casa por meio de blocos de atividades.

⁴⁷ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

estudar ocupando as salas de aulas da EJA. O kit inclui alimentos cereais como feijão e arroz. Logo abaixo, temos a Figura 4, que apresenta os itens que compõem o kit de alimentação escolar entregue durante o ano de 2020 e 2021 em contexto pandêmico.

Para o ano de 2022, e considerando a possibilidade da realização das aulas híbridas, a entrega dos *Kits* de Alimentação Escolar foi suspensa. O repasse dos alimentos do PNAE voltou a ser direcionado para as escolas.

Figura 4 - Kit de alimentação escolar.



Fonte: Página do Facebook do Governo Municipal de Jacaraú-PB.

Alimentos industrializados como açúcar, biscoitos, leite em pó, macarrão, fubá e sardinha em lata faziam parte do *kit*. Também foi incluída uma proteína que geralmente era o peito de frango, por se tratar de um produto mais simples e rápido no transporte e armazenamento. Logo nas primeiras ações, tentou-se implementar a distribuição de ovos. Contudo, mais uma vez, o transporte e o armazenamento dificultaram o processo. Além desses itens, são também ofertados alimentos da agricultura familiar. Geralmente, era ofertada uma raiz, que podia ser a macaxeira, batata ou inhame, e uma opção de fruta. Entre as frutas, as mais comuns que apareciam era a banana, laranja ou abacaxi. O Gestor A assegura que a iniciativa tomada pela gestão foi válida e teve justificativa:

Sim. A justificativa principal é a história da pandemia que não está tendo aula normal, aí então, o município decidiu fazer as cestas e entregar as famílias dos alunos. Como o recurso é pequeno, por que uma coisa é você pegar, por exemplo, um quilo de macaxeira e fazer uma janta, outra coisa é você distribuir um quilo para cada aluno. O recurso não dá para comprar produção mensal. Como a gente faz uma cesta maior, com uma diversidade de produtos não só com produtos da agricultura familiar, como também com os cereais que vêm

dos mercados, aí o recurso a gente vai ver se consegue fazer quatro entregas. Já fizemos duas e faltam duas (informação verbal)⁴⁸.

Houve a necessidade, entre os envolvidos na distribuição desses kits de alimentação escolar, de substituir a forma como eles eram denominados. Por isso, em alguns momentos da entrevista, ouvimos a denominação “cesta básica” em outros momentos sendo chamada de “*kit* de alimentação escolar”. A necessidade de reformular como denominar o *kit* se deu pela variedade dos produtos que o compunham. Uma cesta básica, necessariamente, teria outros itens, inclusive itens não permitidos na merenda escolar. O repasse dos *kits* ocorreu bimestralmente a cada família que tinha alunos matriculados na rede municipal de ensino.

Ainda no processo de operacionalização do PNAE no município, a nutricionista vem exercendo um papel de destaque e que a possibilita ter contatos com todos os sujeitos que compõem as ações do PNAE. Seja com os agricultores durante a amostra e avaliação dos alimentos, na chamada pública e recebimento das mercadorias, com as merendeiras nos encontros formativos ou com os alunos em vivências práticas nas escolas são os nutricionistas que asseguram a efetivação de grande parte das ações formativas do PNAE. Em contribuição à nossa pesquisa, nossa entrevistada descreve que parte da ação dos nutricionistas assim se caracteriza:

A questão sobre, voltada realmente ao PNAE, o nutricionista em si ele não recebe formação na faculdade. É na ação, na prática que a gente vai aprendendo a manejar o conteúdo, tudo isso. Até porque, qualquer pessoa consegue entender como é que funciona o PNAE. Até pela própria legislação do programa. Ele é bem esclarecido. Porém, é muito mais complexo, tem muita coisa e por aqui ser um município que tem 3.300 alunos é muita coisa. Eu atuo em todas as áreas, em todos os setores do PNAE aqui. Desde a compra, dos pedidos da merenda, da distribuição, do recebimento da merenda como também a parte administrativa, que a gente tem que ter documentada todas as ações (informação verbal)⁴⁹.

Além disso, sugere que:

Isso é realmente função do nutricionista. Desde o fornecimento do cardápio, primeiro a gente planeja o cardápio. O cardápio é mensal e de acordo com a agricultura. Então a gente vai vendo a sazonalidade dos próprios alimentos e em cima disso a gente monta o cardápio. Montando o cardápio a gente faz um cálculo, tendo por base o que foi comprado no ano anterior para a gente ter

⁴⁸ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁴⁹ Entrevista fornecida pela Gestora B, em Jacaraú-PB, em 2022.

uma noção do que vamos precisar comprar mensalmente. As compras da agricultura familiar são feitas semanalmente e dos cereais são mensais. Em cima do que compramos no ano anterior a gente faz um cálculo base para saber o que vamos precisar comprar no próximo ano. A gente coloca uma margem a mais. No edital não vai a quantidade específica, sempre uma coisa a mais. Isso funciona para o edital e para a chamada pública. O edital quem monta é a Secretaria de Licitações, a gente só fornece os dados, especificação dos alimentos, a qualidade que a gente quer receber e a gente também faz parte da análise das amostras. A gente coloca no edital o que a gente quer, mas também analisa o que eles estão fornecendo. A gente preconiza muito também e tem crescido cada vez mais são os produtos orgânicos. Aí é que a gente tem mais dificuldade de ter esse produto o ano inteiro. A gente vai vendo de acordo com a fase de produção mesmo (informação verbal)⁵⁰.

O número de agricultores e a diversidade de produtos ofertados ainda é mínimo em Jacaraú. Segundo o Gestor A, o município tem planos de fortalecer essa participação dos agricultores através da organização interna desses grupos. Os procedimentos burocráticos e administrativos ainda assustam alguns agricultores que acabam achando mais fácil comercializar seus produtos em outros espaços do que para o PNAE. Na verdade, há, segundo o Gestor A, uma mistificação desses processos burocráticos. Os projetos de fornecimento de alimentos apresentados pelos agricultores são procedimentos simples e eles contam sempre com alguma representação técnica da Secretaria de Agricultura para a elaboração desses projetos.

Existem associações que tratam dos produtores orgânicos, outras não. Existe o sindicato que faz mais um papel de mobilização e tem o Conselho que é o... na verdade tem dois conselhos, o Conselho da Merenda e o CDRS que é o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável que é do município. Todo ano quando a gente vai fazer a chamada para fazer o edital o levantamento de produtos e a discussão de preços ele acontece no Conselho. Nesse Conselho está todos os representantes e associações do município de Jacaraú. Então, são essas instâncias que discutem. Qual é a nossa ideia? Nossa ideia é futuramente a gente fazer as compras, não individual por agricultor, mas por DAP jurídica, por associação ou cooperativa. Existem duas formas de você fazer. Grupos informais e grupo formal. A gente tá nessa discussão para poder a gente fazer e futuramente a gente ter essa formalidade de cooperativa. Mesmo com os produtores orgânicos a gente tá fazendo por DAP física. Mas a associação dos orgânicos ela já tem a DAP jurídica, ela já pode o ano que vem fornecer coletivamente ao invés de ser individual (informação verbal)⁵¹.

O município atua junto aos agricultores com uma orientação geral na elaboração dos projetos que eles apresentam durante a chamada pública para o fornecimento. Alguns agricultores relatam dificuldade em administrar as questões burocráticas do processo de

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

fornecimento de alimentos e contar com uma assessoria técnica para essas questões atua como um incentivo a mais para eles. No entanto, essa orientação é mínima e por vezes é apenas uma ação isolada da Secretaria de Agricultura Municipal.

A Gestora B afirma que o momento em que podemos encontrar aspectos formativos é no dia da amostra dos produtos naturais feita pelos agricultores. O evento de exposição dos alimentos que serão fornecidos pelos agricultores é um encontro anual que ocorre sempre no início do ano após o edital ser lançado. Os agricultores, representantes do CAES, membros da gestão do PNAE, a nutricionista, a secretária de educação, entre outros sujeitos ligados ao PNAE se reúnem para dialogar sobre a variedade dos alimentos, a qualidade dos produtos, o preço e a logística de distribuição e armazenamento.

Do ponto de vista educativo, analisamos essa etapa como um momento formativo, no qual os envolvidos têm a oportunidade de dialogar sobre questões que muito se aproximam da perspectiva da Educação Ambiental Popular. Trata-se de um momento em que podemos observar a troca de saberes e experiências, diálogo, participação cidadã, protagonismo de agricultores familiares, entre outros aspectos educativos. Logo, as formações específicas do Programa acabam sendo direcionadas mais para as merendeiras durante o ano letivo.

Na chamada pública a gente faz algumas orientações porque lá é onde a gente tem um contato mais direto com eles. Falamos sobre a qualidade dos produtos que queremos receber, o manejo correto desses produtos, o cuidado até chegar ao local onde recebemos esses produtos, os cuidados mais gerais em si, mas a gente não tem formação específica para os agricultores. A gente faz formação para as merendeiras (informação verbal)⁵².

No município também se registra uma atuação significativa do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Essa representação de controle social tem auxiliado na operacionalização das ações do PNAE e fortalece a participação cidadã em todas as esferas que compreendem a alimentação escolar. Verificamos, ao observar as ações práticas do PNAE, um cuidado com a qualidade dos alimentos ofertado aos alunos, um controle com o armazenamento e a distribuição desses itens até as unidades de ensino, a segurança no cozimento dos alimentos, na montagem dos cardápios, no manuseio dos produtos por parte das merendeiras e até mesmo o cuidado em capacitar essas profissionais para o bom uso dos alimentos. O Gestor A afirma:

⁵² Entrevista fornecida pela Gestora B, em Jacaraú-PB, em 2022.

Eles fazem vistorias nas escolas. Esse ano não, por causa da pandemia, mas antes, sim. Inclusive, a gente estava tendo muito problema em 2019 com macaxeira. O pessoal tava entregando a macaxeira e a macaxeira não estava cozinhando. Então, o conselho foi lá e teve que devolver algumas macaxeiras. Inclusive a gente não pagou porque de fato, verificamos que a macaxeira não estava boa para o consumo. Eles têm essa atuação (informação verbal)⁵³.

Para a Gestora B, sobre a atuação do Conselho de Alimentação Escolar, é possível compreendê-la nos seguintes termos:

É bem atuante, graças a Deus. E é uma parceria. O CAE ele dificilmente vai pegar alguma coisa irregular. Nesses últimos cinco anos que eu estive aqui, não houve nenhuma denúncia, nem reclamação por algo grave. O que acontece, as vezes, é uma preocupação com o desperdício de alimentos na oferta para os alunos. A maior dificuldade da gente é realmente os alunos priorizarem a merenda escolar ao invés dos lanches prontos que eles levam para a escola (informação verbal)⁵⁴.

Em Jacaraú, o Conselho de Alimentação Escolar é formado por representantes de pais de alunos, professores, representantes da sociedade civil e um representante do Poder Executivo. A eleição costuma acontecer a cada quatro anos e os representantes primeiramente são escolhidos em assembleias internas em cada instituição escolar do município para, em seguida, serem votados numa assembleia geral e definitiva que formará a chapa eleita. A última eleição ocorreu no final de 2021 e mesmo com as instituições em regime de ensino remoto foi registrada uma participação significativa de cada representação que atua no CAE. A eleição geral aconteceu de forma presencial e na oportunidade participamos como ouvintes na intenção de compreender como se caracterizava esse momento.

A operacionalização do PNAE vista pelos que fazem a gestão do Programa versou sobre os aspectos educativos presentes no processo de fornecimento de alimentos e trouxe diferentes apontamentos. Em alguns momentos, aproximaram-se mais da perspectiva trazida pelos agricultores e, em outros, adentraram discussões próprias da gestão. Podemos identificar os processos licitatórios, de chamada pública, de construção dos projetos de fornecimento, as formações realizadas com as merendeiras, o evento de exposição dos alimentos, a atuação do CAE, as estratégias adotadas em contexto

⁵³ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁵⁴ Entrevista fornecida pela Gestora B, em Jacaraú-PB, em 2022.

pandêmico, a participação de órgãos do governo realizando pesquisas de preço para assegurar preços justos, entre muitos outros momentos citados pelos gestores como aspectos educativos desse processo.

A partir do pressuposto que apresentamos como tem funcionado o PNAE em Jacaraú-PB, adentramos agora a terceira categoria de análise que versa sobre os protagonistas do fornecimento de alimentos para o PNAE.

4.3 PROTAGONISTAS DO FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PARA A MERENDA ESCOLAR PELO PNAE

Conforme descrevemos anteriormente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar em Jacaraú é executado de modo a oferecer às instituições de ensino da rede municipal alimentos tidos como cereais, proteínas e itens próprios da agricultura familiar local. Nossa pesquisa analisou especificamente o processo de fornecimento dos produtos da agricultura familiar. Na entrevista com os dois representantes da gestão do PNAE, tomamos conhecimento que é uma preocupação por parte da gestão pública municipal assegurar que sejam executados mensalmente mais do que os 30% obrigatórios e exigidos na Lei que favorece a compra de alimentos da agricultura familiar no PNAE. Essa ação é vista como propulsora da agricultura familiar local, e ainda um mecanismo capaz de assegurar aos agricultores do município geração de emprego e renda.

Em suma, o gestor A descreveu que:

O município tem uma preocupação. É a fala do prefeito sempre...a fábrica de Jacaraú são os agricultores. Então é necessário investir na agricultura familiar. Esse investimento é constante. Nunca de 2017 para cá a gente comprou só os 30%. Sempre compramos mais. Em 2017 a gente comprou 35%, 5% a mais e continua subindo. Em 2019 a gente conseguiu comprar 62% da agricultura familiar. Não compramos mais por causa dessa questão do SIM⁵⁵. Porque o recurso maior é para a parte de proteínas. Há uma preocupação do município em sempre atingir a meta dos 30%, não só porque é meta, mas também porque há o beneficiamento dos agricultores. Por exemplo, a gente tem 35 agricultores fornecendo diretamente, mas esses agricultores conseguem atingir quase o dobro. Porque às vezes ele completa a produção com a do vizinho dele. Acontece muito de, por exemplo, o meu pai tá com o nome no cadastro e eu posso na DAP do meu pai colocar a minha produção e de mais alguém da casa. Ou seja, a gente acaba conseguindo alcançar outras pessoas além daquelas no

⁵⁵ O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) é vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, e é responsável pela inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito no município. Ver mais em: <https://jacarau.pb.gov.br/decreto/decreto-no058-2021-regulamenta-a-lei-municipal-no422-de-28-de-setembro-de-2021-que-dispoe-sobre-a-criacao-do-servico-de-inspecao-municipal/>.

cadastro. Eu avalio como muito positiva essas ações. Hoje a gente tem um espaço próprio para discutir essas ações, ter um setor, é sinal que há um interesse do município no fortalecimento e no fomento a agricultura familiar e a questão da merenda escolar. Nessa última entrega a gente fez questão de ampliar a quantidade de produtos, quantidade de frutas, a diversidade que foi para poder a gente atingir os 35 agricultores do programa. Essa preocupação na hora da gente fazer a distribuição sempre existe (informação verbal)⁵⁶.

Durante a produção dos dados para nossa pesquisa, o Serviço de Inspeção Municipal ainda não havia sido implantado no município. No entanto, em 28 de setembro de 2021, foi criada a Lei Municipal nº 422, que dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e regulamenta os procedimentos de Inspeção Sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal do município de Jacaraú, e dá outras providências.

Portanto, a princípio, é necessário conhecermos quem são esses agricultores. Quem são esses homens e mulheres que na luta diária produzem alimentos para mais de 3.300 crianças. Em alguns momentos durante a entrevista, ouvimos o gestor A definir os agricultores de diversas formas. Segundo ele, são homens e mulheres, grupos informais, agricultores convencionais, agricultores orgânicos, produtores rurais ou até mesmo definidos como assentados da reforma agrária local. Em linhas gerais, o Gestor A define:

O PNAE aqui no município ele acontece com um grupo informal. Hoje são 35 agricultores que fornecem alimentos para a merenda escolar. Esse grupo é distribuído em dois. Tem um que é de agricultores convencionais, que é a maioria. E tem um grupo menor que são os produtores orgânicos, que fazem parte da Associação dos Orgânicos e que possuem um certificado de produtor orgânico. Então, quando foi elaborado, lançado o edital...isso também é uma novidade desse ano. A gente conseguiu fazer um edital com duas chamadas. Uma para agricultores orgânicos e uma para agricultores convencionais. Hoje nós temos 9 agricultores que são produtores orgânicos com certificados e o restante é agricultor convencional (informação verbal)⁵⁷.

O que o Gestor A chama de agricultores convencionais são, na verdade, os agricultores que não possuem uma relação direta com os demais produtores que pertencem à Associação dos Produtores Orgânicos no município. A preocupação com a produção orgânica certificada ainda caminha a passos curtos em nosso município. Algumas iniciativas já foram registradas. Inclusive, há sempre uma repetida participação dos mesmos agricultores nos programas alimentares do município e as variáveis já

⁵⁶ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁵⁷ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

identificadas nos levam a acreditar que os agricultores, que de alguma forma estão vinculados a esses grupos e associações, são mais atuantes em se cadastrar como fornecedores de alimentos.

Além dos agricultores denominados convencionais, a execução do PNAE também conta com a participação dos agricultores certificados como produtores orgânicos, que são, em sua maioria, assentados da reforma agrária. Esses agricultores residem e trabalham nas áreas dos assentamentos localizados no próprio município.

Os que são orgânicos sim são de áreas de assentamento. Os outros são de áreas além dos assentamentos. A gente tem um foco maior nos assentamentos...até porque a maior parte da produção do município acontece nesses assentamentos, mas nós temos também de outros sítios. Nós temos o pessoal de Lagoa da Mata, do Sítio Olho D'água, do Sítio Cajueiro, do Sítio Jatobá, do Sítio Timbó, do Macedo, tem esses outros agricultores além do foco nos assentamentos (informação verbal)⁵⁸.

Ao analisar os dados e buscar identificar quem são os protagonistas do fornecimento de merenda escolar em Jacaraú-PB, ouvimos, além da gestão, essa definição apresentada por um dos agricultores. O Agricultor C se apresentou dizendo:

[...] vim pras bandas de cá por causa das lutas pela terra em 1998. Cheguei aqui com 14 anos. Por aqui me instalei, fiquei no processo da terra que durou 10 anos e consegui fazer faculdade, terminei o ensino médio e fiz o magistério no colégio Vidal de Negreiros em Bananeira. Na UFPB, concluí o curso de Pedagogia. Foi a primeira turma de Pedagogia pelo PRONERA na UFPB. Sou agricultor, tenho um lote no Assentamento Jardim, sou beneficiário da reforma agrária e participo tanto aqui em Jacaraú com a questão do PNAE e com a Bodega Agroecológica (informação verbal)⁵⁹.

Na fala do agricultor, observamos aspectos de sua vida pessoal, profissional e acadêmica. Além do Agricultor C, o Agricultor A e a Agricultora F têm em suas trajetórias de vida participação em formações acadêmicas possibilitadas para assentados da reforma agrária. Iniciativas como as do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) asseguravam que agricultores de pequenas e afastadas áreas rurais por todo o país tivessem acesso ao Ensino Superior. Dessa forma, a afirmação do agricultor esclareceu estereótipos preconceituosos sobre a escolaridade dos agricultores. É possível ser um homem do campo, viver e trabalhar no campo e mesmo assim ter acesso à escolaridade, ao ensino, à pesquisa, à graduação. Basta que as políticas e iniciativas públicas firmadas neste propósito sejam criadas e efetivadas continuamente.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Entrevista fornecida pelo Agricultor C, em Jacaraú-PB, em 2022.

Buscar formação, escolarização, acesso ao Ensino Superior é direito de todos. A rotulação do campo como espaço de atraso deve ser ultrapassada dando vez a uma compreensão do campo/camponês como sujeito de saberes, práticas, vivências, conhecimentos que precisam ser socializados, construídos, compartilhados. Nesta perspectiva, as práticas do trabalho na agricultura se aperfeiçoam e deixam de ser tão desgastantes e desafiadoras.

O conhecimento leva à ressignificação da prática e, conseqüentemente, garante que o trabalho cotidiano possa ser desempenhado por qualquer membro da família. Mesmo tratando-se de produtores da agricultura familiar, que, segundo Guimarães, P. (2011), é uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital é controlado pela família, a presença do homem ainda é mais comum. Segundo o Gestor A, no total de 35 agricultores vinculados ao PNAE em Jacaraú, apenas 07 são mulheres.

Acho que nós temos 7 mulheres que fazem parte diretamente do programa. Eu estou no PNAE desde o primeiro ano dessa gestão, desde 2017. Há uma constância de alguns agricultores, mas há aumento e há desistência também. Primeiro, a gente vinha de um sistema única que havia 5 agricultores que forneciam toda a produção de agricultura familiar do município. Que inclusive, ia além do valor dos 20.000. Aí esses quando chegaram a gente disse assim... não, agora a gente vai fazer assim. A gente vai chamar todo mundo, vai dizer a produção, o que tem e vamos fazer o pedido por igual. Então, alguns desistiram e outros permaneceram. Mas todo ano há aumento. A gente começou em 2017 com 20 agricultores, hoje nós estamos com 35. Então, aumentou 15. Desses 15 que aumentaram e dos 20 que vieram houve muita mudança. Então, tem de 15 a 18 pessoas que são constantes. Agora há sempre alterações (informação verbal)⁶⁰.

Quando questionado sobre o que poderia estar levando os agricultores a não aderir ao Programa ou até mesmo sobre quais os motivos que justificariam sempre os mesmos agricultores se inscreverem como fornecedores, a resposta do Gestor A levantou hipóteses pertinentes e cabíveis de reflexão. Afinal, se a intenção da gestão do PNAE é fortalecer o desenvolvimento econômico local, quanto mais agricultores aderirem ao PNAE, mais o município alcançará as metas idealizadas pelo Programa.

A gente faz essa análise de acordo com quem já vivenciou gestões anteriores do município. Os próprios agricultores relatam nas chamadas públicas que nunca houve a valorização de compra direta como nesses últimos anos. Pelo contrário, nas outras gestões poucos agricultores apareciam, eles evitavam, ou se interessavam para fornecer ao PNAE justamente com receio... Será que vou receber? Porque assim, em questão de valores, é um valor justo que a gente

⁶⁰ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

paga. Nós temos tentado manter e temos conseguido manter essa questão da compra e pagar, né. A gente compra e é mensal essa questão do pagamento. Eles visam muito isso. É um meio de trabalho e eles fazem também para seu dinheiro. Graças a Deus na nossa gestão a gente tem cada vez mais tido aderência de mais agricultores querendo participar a cada ano que a gente lança o edital. A gente iniciou em 2017 com 28 agricultores e hoje a gente tem 34 ou 36, não tenho certeza (informação verbal)⁶¹.

Planejar a produção também é posto como estratégia de fortalecimento da adesão dos agricultores durante a fala do Gestor A. Ele afirma ser necessário que os agricultores planejem suas produções, evitando o excesso de uma única mercadoria, assim como a falta de outras. Com a diversidade dos produtos, é possível incluir um número maior de agricultores fornecedores, fortalecer a agricultura familiar local, a participação cidadã desses sujeitos em Programa de esfera nacional, a segurança de uma alimentação de qualidade e ainda a geração de emprego e renda.

Um dos motivos é essa história do planejamento da produção. Porque alguns não aceitam, por exemplo, chegar e ter que entregar 100 quilos de macaxeira para receber no final do mês. Muita gente quer entregar logo 1.000 quilos, se livrar do roçado e receber o dinheiro. Então, há isso e acontece muito. Isso é um dos principais problemas. Tanto a questão do planejamento como também a questão da produção. Muitos não querem fazer essa distribuição e muitos não têm produção (informação verbal)⁶².

No fortalecimento dos protagonistas que compõem o PNAE em Jacaraú, a participação feminina ainda é mínima. Entre as principais justificativas dessa pouca participação, estão os aspectos burocráticos do Programa. Algumas mulheres já foram fornecedoras do PNAE. Também há registro da participação de mulheres articuladas em grupos ou cooperativas nos primeiros anos. No entanto, a exigência de alguns documentos, como o selo de qualidade dos produtos, dificulta a participação. Quando questionamos a Gestora B sobre a participação das mulheres, obtivemos que:

A gente tinha mais nos primeiros anos que eu trabalhei aqui. Era com as ações que as mulheres que faziam bolo. A gente faz esse contato com essas mulheres dos assentamentos. Elas faziam bolo, mas agora a gente tá com um problema porque falta o selo. Eram as mulheres dos Assentamentos Antônio Chaves, Boa Esperança e outros. Elas se reuniam e faziam bolos para a gente. As associações dos assentamentos (informação verbal)⁶³.

⁶¹ Entrevista fornecida pela Gestora B, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁶² Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁶³ Entrevista fornecida pela Gestora B, em Jacaraú-PB, em 2022.

O denominado Selo de Inspeção Municipal (SIM) é um documento necessário à validação dos produtos perecíveis. Trata-se de um documento que assegura que produtos como carnes, ovos, laticínios, bolos, polpa de frutas e outros também possam ser ofertados pelos agricultores locais. É nessa perspectiva que a gestão municipal do Programa acredita ser capaz de fortalecer a participação das mulheres e de toda a família na produção diária.

Um outro desafio também que a gente tem é porque a gente não tem ainda o SIM... o Serviço de Inspeção Municipal. Jacaraú, como a gente sabe, é um município dividido em duas regiões. Essa região aqui nossa, dos Assentamentos que têm bastante água e a região seca. Na região seca onde é abastecida com carro pipa o pessoal lá têm muita produção de animais. Então, se a gente tivesse o selo, o SIM do município a gente podia tá comprando ovos, leite, comprando carne. Aí a gente estaria beneficiando outros agricultores. Como eles lá não produzem macaxeira, batata, inhame eles entrariam com essa parte dos produtos de origem animal. Então, isso aí seria uma dificuldade. Uma outra é sobre a polpa de fruta. A gente podia estar aproveitando outro pessoal de outras regiões com o beneficiamento da produção semi-industrializado para ser entregues. São esses os desafios (informação verbal)⁶⁴.

Para o Gestor A, é possível compreender a participação das mulheres como sendo mínima. No entanto, presente e significativa.

A grande maioria é homem, mas também temos mulheres. Temos por exemplo, Maria Salete que é sempre ela, desde 2017. Nós temos o exemplo de Dona Maria José que é lá do Assentamento Antônio Chaves. Temos mulheres de Boa Esperança. Acho que nós temos 7 mulheres que fazem parte diretamente do programa (informação verbal)⁶⁵.

Uma vez que as mulheres consigam esse selo de qualidade, seus produtos passarão a também ser incluídos na aquisição dos alimentos da agricultura familiar. Os homens e mulheres mencionados até aqui são, em sua maioria, residentes nos quatro assentamentos localizados pelo município. No entanto, vale ressaltar que há pessoas de outras comunidades rurais do município que também são agricultores fornecedores do PNAE.

Sejam eles homens, mulheres, assentados, agricultores orgânicos ou convencionais, uma coisa todos têm em comum. Ao tornarem-se fornecedores do Programa Nacional de Alimentação, são eles os responsáveis pela produção, diversidade e oferta da comida de qualidade que chega até as escolas diariamente. São os

⁶⁴ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁶⁵ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

corresponsáveis por assegurar a execução de um Programa que transforma diariamente a rotina de crianças e adolescentes alunos da Educação Básica em Jacaraú-PB.

Em apreciação às informações obtidas durante a pesquisa e tendo conhecimento cotidiano da realidade dos agricultores fornecedores do PNAE, podemos descrevê-los como homens e mulheres camponeses, em sua grande maioria marcados pela vida e luta na/pela terra, pais e mães de família, sujeitos com muita experiência e saberes acumulados ao longo da vida. Enfim, pessoas que a partir da luta diária pela sobrevivência transformam o espaço onde vivem e as relações que lhes perpassam.

Nosso próximo movimento interpretativo tem como ponto central as discussões em torno dos desafios de produção e comercialização na agricultura familiar. Afinal, a partir do que ouvimos e vimos dos nossos agricultores, a vida do camponês e as práticas de produção nem sempre são fáceis. É necessário que, ao propor as mudanças na produção, cuidados com a terra, com o meio ambiente, com os alimentos, com as relações entre si, sejam apresentadas também as estratégias que asseguram essa transformação. Vamos à quarta categoria de análise.

4.4 DESAFIOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Em observação às formas de produção, comercialização e os desafios desse processo, questionamos os agricultores sobre como cada um deles descrevia sua forma de produzir. Isso considerando que os agricultores se autodeclararam como produtores da agricultura familiar. Segundo Guimarães, P. (2011), grande parte das definições de agricultura familiar utilizadas nos últimos anos em pesquisas sobre esse tema faz menção à mão de obra utilizada, ao tamanho da propriedade, à gestão dos trabalhos e à renda gerada pela atividade agrícola.

A agricultura familiar versa sobre a direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, ênfase no uso de insumos internos, trabalho e gestão intimamente relacionados, ênfase na diversificação, mão de obra familiar e ênfase na durabilidade dos recursos naturais e da qualidade de vida.

Questionado sobre a rotina na agricultura familiar, o Agricultor A afirmou:

A rotina pra o agricultor hoje ter produção todo mês é todo mês plantar. Por exemplo, eu cultivo, trabalho com batata. Então, todo mês eu tenho que fazer uma planta de batata, uma conta, duas contas, meia hectares da batateira. Aí a macaxeira, por exemplo, a gente faz um plantio de macaxeira, que a macaxeira

é seis meses, de seis em seis meses a gente já tá plantando. O feijão, se eu trabalhasse com feijão era todo mês. É três meses a colheita do feijão, então todo mês tem que plantar (informação verbal)⁶⁶.

Podemos compreender na fala do Agricultor A que, ao contrário do que parece, o trabalho na agricultura familiar não pode ser realizado de qualquer forma, sem que haja um planejamento da produção e das técnicas de trabalho. Nesse sentido, concluímos que o agricultor só assegurará o fornecimento de alimentos durante todo o ano se tiver sua produção planejada previamente.

Para cada cultura plantada, é necessário um planejamento. É dessa forma que questões como clima, qualidade do solo, período do ano, sementes, entre outros fatores são minuciosamente considerados pelos agricultores. Além das questões climáticas, o Agricultor A trouxe em sua fala que as condições financeiras também podem ser consideradas desafios para o agricultor familiar. Ele sugere:

Às vezes o agricultor tá sem o recurso de preparar a terra, aí, muitas vezes prepara, planta, a praga já vem e atrasa aquele plantio. Quando é, eu faço um plantio e a praga, lagarta, pulgão, por exemplo, vem e danifica a planta, aquele ali, se eu faço planta dele todo mês, aquele mês vai ser complicado (informação verbal)⁶⁷.

A questão econômica e financeira apresentou-se como um desafio porque o pequeno agricultor muitas vezes precisa contratar mão de obra para ajudar no trabalho braçal. Os agricultores que contam com a participação da família já recebem essa contrapartida de ajuda. Os que não contam, geralmente trabalham com vizinhos, conhecidos ou outras pessoas. Perguntamos aos agricultores quanto custava uma diária da mão de obra de um agricultor. Eles informaram que, em média, custava de R\$ 50,00 a R\$ 60,00 por trabalhador. A fala do agricultor nos permite compreender que as questões econômicas impactam o trabalho na agricultura familiar e elas dizem respeito ao cuidado e manutenção dos itens já plantados ou à logística realizada por eles ao tentar crescer suas produções. Grandes áreas plantadas requerem mais cuidados, mais trabalho.

Para o Agricultor A, o desafio financeiro também se aplica à aquisição de insumos e biofertilizantes usados no cuidado com as plantas e o solo. Do mesmo modo, os agricultores que lidam com questões econômicas menos favorecidas acabam enfrentando mais problemas. Toda essa discussão em torno das questões econômicas mais uma vez

⁶⁶ Entrevista fornecida pelo Agricultor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁶⁷ Idem.

nos levou a pensar sobre os benefícios que o agricultor que possui participação nas questões coletivas, associativas e cooperativas tem em relação aos demais. Temos observado que os agricultores envolvidos nessas questões costumam trabalhar mais unidos e dividindo as formas de superá-las. Eles dialogam sobre mutirões, produções, técnicas de cultivo, ideias de biofertilizantes, práticas agroecológicas. Geralmente, enfrentam os desafios em conjunto.

Enquanto isso, para o Agricultor B, a experiência de vida é ponto de partida para o trabalho com a agricultura familiar. De forma diversificada e contando com a participação familiar, foi assim que ele nos descreveu sua rotina de trabalho:

É uma experiência diversificada. Através do nosso histórico de vida também. Eu planto o básico. É feijão, jerimum, macaxeira, batata, milho, fava, eu gosto de plantar fava também. São coisas que eu faço todos os anos. E disso, alguma coisa eu coloco para o PNAE. Geralmente é isso que eu coloco para o PNAE. Familiar mesmo. Silvinha ajuda um pouquinho e Emanuel depois que ficou adulto dá uma contribuição (informação verbal)⁶⁸.

A Agricultora F acredita que as ações do PNAE mudaram suas formas de produzir porque possibilitaram experiências formativas. Desse modo, na experiência diversificada, inclusive ao trocar experiências com outros agricultores, é possível identificar aspectos educativos de mudança. A fala do Agricultor B demonstrou que parte da experiência diversificada que a agricultura familiar proporciona está no trabalho e na participação familiar. Essa questão tem sido preocupação entre os agricultores. São necessários meios de incentivo e que assegurem a participação dos filhos/jovens no trabalho com a agricultura. Por tratar-se de uma tarefa pesada e em condições desafiadoras, muitos dos jovens terminam não acreditando no trabalho com a agricultura como garantia de vida e sobrevivência. É necessário que essas discussões sejam fortalecidas, de modo que soluções sejam pensadas e apresentadas aos jovens e aos agricultores de modo geral. São soluções que poderão aperfeiçoar o trabalho dos agricultores, diminuindo a sobrecarga e o degaste com o trabalho de sol a sol.

Nas mudanças advindas das ações do PNAE, ter a garantia de mercado para seus produtos foi frequentemente citado pelos agricultores. A preocupação em ter que vender para o atravessador assusta e desmotiva o pequeno produtor rural. Em análise ao material das entrevistas, o atravessador foi citado diversas vezes. O atravessador citado é definido

⁶⁸ Entrevista fornecida pelo Agricultor B, em Jacaraú-PB, em 2022.

pelos próprios agricultores como alguém que compra suas mercadorias ainda nos roçados a um baixo custo. Geralmente, os atravessadores são pessoas com um pouco mais de poder aquisitivo que direcionam as mercadorias compradas dos agricultores para as feiras livres da região. O desafio de vender ao atravessador está atrelado à desvalorização do produto e, conseqüentemente, da mão de obra do agricultor familiar. Ao considerar os relatos feitos durante as entrevistas, eles afirmaram:

O desafio é que o atravessador tem o preço dele. A gente tem o produto, vai vender para o atravessador, mas o atravessador tem o preço dele. E muitas vezes a gente se submete a isso para não perder a mercadoria (informação verbal)⁶⁹.

A gente vendendo ao atravessador a gente vende hoje e depois fica esperando. Às vezes perde muito porque não tem quem compre a mercadoria. Pra mim melhorou muito (informação verbal)⁷⁰.

Então, não tinha para onde comercializar. E aí era muito do atravessador que ia na porta e comprava o produto com um valor bem menor pra poder passar pra outro feirante ou pra feira mesmo. E os agricultores não tinham essa prática de eles mesmos venderem seu próprio produto (informação verbal)⁷¹.

Ficou perceptível na análise do que disseram os agricultores que há uma preocupação em ter de vender ao atravessador, uma vez que ele não paga um valor justo pela mercadoria comprada, e assim geram uma desvalorização do trabalho e da produção dos agricultores.

O PNAE trouxe uma perspectiva promissora para quem vive do trabalho na agricultura familiar: é a certeza de garantir destino para suas produções. Assegurados pelo PNAE, os agricultores enxergam que o Programa trouxe mudanças significativas para suas formas de produção e comercialização. Vejamos o que eles dizem em seus relatos:

Muitas vezes se eu tivesse que botar mercadoria 100% para o atravessador, tô vendendo ao atravessador hoje, tô vendendo só 60%. O restante tem destino. Aí tem o PNAE que recebe, tem o PAA que recebe. Eu ainda diminuiria aí esses 60%. Eu botaria aí só 40% tá indo para o atravessador hoje (informação verbal)⁷².

Segundo o Agricultor C, quando questionamos se o PNAE trouxe mudanças para sua forma de produzir e comercializar, ele afirmou:

⁶⁹ Entrevista fornecida pelo Agricultor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁷⁰ Entrevista fornecida pelo Agricultor D, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁷¹ Entrevista fornecida pela Agricultora F, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁷² Entrevista fornecida pelo Agricultor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

De certa forma sim, porque eu produzia e o que desse eu vendia pra feira ou pra o atravessador. No PNAE não, você tem que ter um certo planejamento porque você vai oferecer aquele produto o resto do ano. De certa forma o programa ajuda você a se organizar melhor na sua produção. É claro que aí a gente precisaria que viesse uma assistência técnica que ajudaria você a se organizar melhor, mas com a experiência que a gente vai pegando a gente vai entendendo a melhor forma de plantar. Mas com certeza através do PNAE a gente se organiza melhor. No município a gente tem apenas um técnico da EMPAER hoje. Jamais um técnico vai ter condições de dar conta do tanto de agricultores que têm em Jacaraú. A gente tinha assistência técnica nos assentamentos quando era pelo INCRA no governo do PT em 2016, mas ainda não era tão de suprir a necessidade. Dava conta aquela coisa toda, mas ainda não era total. Porque o pessoal ia, passava no assentamento duas vezes por mês, não era o suficiente, mas já dava alguma coisa. Hoje com apenas Seu Pinheiro⁷³, ele só vai quando a gente solicita a ele. Mas imagina se todos fossem solicitar uma visita dele no lote...ele ia passar muitos anos pra ir em todos. Mesmo assim, ele é bem disponível para as questões burocráticas, as questões mais ali internas (informação verbal)⁷⁴.

Verificamos que a participação de técnicos agrícolas foi citada pelo Agricultor C como uma estratégia necessária ao fortalecimento da produção. Em outros governos federais anteriores ao atual, como, por exemplo, durante o governo do PT, conforme citado pelo Agricultor C, os assentamentos rurais da região dispunham desse serviço através de programas e políticas voltadas para essas questões. Hoje, infelizmente, os agricultores só contam com a participação de um único técnico municipal para dar assistência a toda a demanda do município.

Ao analisar as informações coletadas durante a pesquisa, pudemos inferir considerações acerca das discussões no que se refere à sustentabilidade e às práticas agroecológicas. Os agricultores demonstraram ter conhecimento acerca dessas formas de produzir, mas, ao mesmo tempo, ainda apresentam muitos desafios para lidar com estas práticas cotidianamente em seus espaços de produção.

Neste ponto, questionamo-nos sobre o que de fato o PNAE vem abordando quando levanta a questão da sustentabilidade. Não basta apenas apresentar os desafios. É necessário criar soluções, repensar algumas práticas, traçar outras perspectivas. Essas possíveis soluções devem nascer do e entre os agricultores, dos sujeitos que estão diariamente no chão desses espaços. Não se trata aqui de responsabilizar os pequenos agricultores e grupos pela devastação ou recuperação do meio ambiente. A perspectiva aqui tratada visa a uma educação emancipatória, dialógica, que escuta, comunica,

⁷³ O senhor citado na fala do Agricultor C, denominado de “Seu Pinheiro”, é um técnico agrícola que reside e atua no município. Ele é vinculado à **Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária** (EMPAER), uma empresa vinculada ao governo estadual que presta serviços aos municípios paraibanos. Ver mais detalhes sobre o trabalho da EMPAER em <https://empaer.pb.gov.br/>.

⁷⁴ Entrevista fornecida pelo Agricultor C, em Jacaraú-PB, em 2022.

socializa, que nasce do povo para o povo respeitando suas realidades, seu modo de ser, produzir e colher. Mas que, ao mesmo tempo, é uma educação que articula, que motiva a pensar juntos, que apresenta tecnologias alternativas, práticas que sustentam o meio e os que dele sobrevivem.

Tendo discutido sobre o desafio da produção e comercialização na agricultura familiar por meio da compreensão dos próprios agricultores familiares, partimos agora para a interpretação dos aspectos do desenvolvimento socioeconômico local e ambiental nas ações do PNAE constituídas como categoria de análise da presente pesquisa.

4.5 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL E AMBIENTAL NAS AÇÕES DO PNAE

Entre as contribuições nas ações do PNAE para o desenvolvimento socioeconômico local e ambiental, o Agricultor E afirmou que ter a certeza para onde repassar suas mercadorias vem sendo um ponto determinante de desenvolvimento. Se antes era difícil saber como e para quem vender, ou se era desmotivador ter que comercializar a baixo custo seus produtos, com o PNAE, a realidade se transformou. Tornar-se um agricultor fornecedor trouxe o incentivo que faltava ao pequeno agricultor rural. O Agricultor B apresentou o destino dessa alimentação e a garantia de preço justo como aspectos do desenvolvimento socioeconômico local nas ações do PNAE.

Nossas informações também não são tantas enquanto agricultores, mas o PNAE tem um papel muito importante no município. Pra merenda escolar que chega na mesa das pessoas, das crianças e também para os agricultores. O preço é bom. É um dos melhores do mercado porque é feito um levantamento de preços e tirado uma média, mas esse preço é constante. No mercado oscila muito. Quando tem preço, não tem mercadoria. Quando tem mercadoria, não tem preço. E no PNAE isso ajuda muito. O preço é o mesmo o ano todo (informação verbal)⁷⁵.

Questionamos sobre a participação deles nessa decisão dos preços e tivemos como resposta que:

Os preços, geralmente, são discutidos num colegiado entre o Conselho Municipal e a EMATER. Eles pesquisam em mercados, feiras livres, nos supermercados e em outras formas de vendas ligados também ao preço do estado. Daí eles fazem uma média pra ver o preço que vai ser decidido aquele ano (informação verbal)⁷⁶.

⁷⁵ Entrevista fornecida pelo Agricultor B, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁷⁶ Entrevista fornecida pelo Agricultor B, em Jacaraú-PB, em 2022.

Preço justo: essa questão foi praticamente unânime entre os entrevistados. De fato, os agricultores demonstraram satisfação em relação ao PNAE. Eles avaliam o PNAE como uma possibilidade real de venda, com preços que valorizam seus trabalhos e com a garantia de um mercado que lhes permite planejar suas produções.

O Agricultor E acrescentou as discussões ao afirmar que:

Pra mim é excelente. Se fosse direto, não tinha coisa melhor não. Se tivesse uma forma de botar mercadoria toda semana, todo mês ou pelo menos de 15 em 15 dias não tinha pareia não. Porque assim, você tem uma mercadoria que não espera. Eu tenho uma plantação de goiaba. Goiaba você tem que tirar três vezes por semana. Aí se você não tiver pra onde botar essa mercadoria. Se tivesse como esse projeto ser direto, você botar toda semana. Mas a gente tem que agradecer esses projetos que sai pra gente, já é uma forma de ajudar o pequeno agricultor. O preço também é excelente (informação verbal)⁷⁷.

Por conta da rapidez no tempo de colheita apresentado pelo Agricultor E, questionamos qual seria o destino da produção se não houvesse o repasse para o PNAE. Ele nos disse que as feiras livres têm sido uma estratégia adotada.

Na verdade, eu não gostava de feira de jeito nenhum. Gostava só de vender e pegar todo o dinheiro já de uma vez. Porque eu sabia o que fazia. Mas, nessa pandemia a gente não tem pra quem vender, então, a gente teve que cair nas feiras. Hoje eu tô nas feiras e só não faço mais feiras porque se eu fizer mais duas ou três feiras, a gente não trabalha, é só feira. Porque você colhe num dia, vai para a feira no outro. No outro dia colhe e já vai pra feira no outro. Aí, você não trabalha. É por isso que estou só com a feira de Jacaraú e Pedro Régis. Mesmo que você bote um cabra pra trabalhar, se você não estiver de dentro não é nunca a mesma coisa. Mas, a feira é o melhor canto de você apurar sua mercadoria, fora esse projeto que é um preço excelente (informação verbal)⁷⁸.

Ele acrescentou sobre o PNAE:

Incentiva até a gente trabalhar mais. Porque a gente fica com foco. Vou trabalhar e para quem? Pra onde vou botar minha mercadoria? E com o PNAE não, no PNAE você tem a certeza que vão pegar sua mercadoria e isso incentiva você trabalhar mais pra ter aquela lavoura. Que nem agora...eu tô plantando muita batata. É menos custo e é só 4 meses. E no PNAE o preço é bom. Isso incentiva você a trabalhar bastante. Espero que sempre tenha esse PNAE pra continuar. Se fosse um projeto maior era melhor ainda. Porque é assim... pra o pequeno agricultor tudo é difícil. Se você não tiver o incentivo de uma pessoa pra você tirar algo pra você, você desiste. É pesado, não é fácil

⁷⁷ Entrevista fornecida pelo Agricultor E, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁷⁸ Idem.

não. Eu trabalho dia e noite, os sete dias da semana. Às vezes eu não tenho nem tempo pra um lazer com a minha família, tenho que trabalhar. Eu e meu irmão trabalhamos 24 horas direto. Quando é no tempo de chuva a gente trabalha menos por causa da irrigação e quando é no tempo seco, a gente trabalha direto. Tem que irrigar (informação verbal)⁷⁹.

Na agricultura familiar, o trabalho é pesado. A rotina é extensa e ter a garantia da valorização econômica é essencial. Com a pandemia e as limitações na realização das feiras livres, essa realidade ficou ainda mais visível. O agricultor F relatou que algumas famílias tinham medo de produzir por desacreditar da agricultura familiar como fonte de renda e meio de sobrevivência. Ele afirmou que o PNAE veio desmitificar essa ideia. O município de Jacaraú-PB também tem se preocupado em fortalecer as ações do PNAE e incentivar cada vez mais o trabalho dos agricultores. Para o Agricultor D, algumas ações já estão sendo postas em prática. Quando questionado sobre os benefícios do PNAE para o desenvolvimento socioeconômico local, ele afirmou:

Traz desenvolvimento e grande. Sempre incentiva a gente a plantar porque a gente já sabe onde vender. Tem até trator pra gente cortar terra, pra melhorar mais. Pelo meu gosto mesmo era pra ter muitos agricultores daqui. Mas o pessoal é cismado porque quer vender e receber logo, mas eu mesmo gostaria que tivesse muitos. Conheço muitas pessoas que trabalham muito e não botam. O pessoal é acostumado a vender na feira ou ao atravessador e sempre recebe o dinheiro na hora, no PNAE não é assim (informação verbal)⁸⁰.

Assegurar a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar tem revelado um fator de contribuição para o desenvolvimento econômico local. As famílias que são fornecedoras de alimentos são asseguradas economicamente com a garantia de comercialização das suas produções por um preço justo, o município garante alimentação segura e de qualidade para um público de mais de 3.300 crianças e adolescentes. Eles têm acesso a uma alimentação equilibrada, saudável e própria de sua realidade, e ainda os agricultores, na forma como tratam a natureza e o trabalho que realizam nela, atuam como agentes multiplicadores de uma Educação Ambiental Popular.

A Gestora B contribui com as discussões ao enfatizar que:

Primeiramente a gente faz essa conscientização não só com as merendeiras, mas também com os alunos para o consumo de vegetais, frutas, hortaliças e raízes. Não só isso, mas também sempre tentando montar um cardápio observando esse cuidado com os alimentos da agricultura familiar. A gente não

⁷⁹ Entrevista fornecida pelo Agricultor E, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁸⁰ Entrevista fornecida pelo Agricultor D, em Jacaraú-PB, em 2022.

consegue estar em todas as escolas. São mais de 20 escolas, então a gente fica junto as merendeiras cobrando esse cuidado, o monitoramento de acordo com a demanda. A gente tenta cada vez mais aumentar o consumo da agricultura familiar e graças a Deus tem cada vez mais funcionando. Infelizmente esse ano e ano passado...ano passado a gente fez quatro entrega de kits de alimentação escolar e nessas quatro a gente bateu em média 43% de agricultura familiar. Esse ano, acredito que a gente vai bater em média mais ainda. A primeira entrega que a gente fez mês passado, na verdade a segunda entrega, a gente elaborou uma estratégia diferente. Foi mais trabalho, mas funcionou muito bem. É em relação a variedade de frutas e raízes. Para a gente não só se atentar a qualidade que tá sendo fornecida mas também a quantidade de agricultores que estão fornecendo para a gente. O rodízio de agricultores também, não só priorizar um. Foi uma estratégia pensada para atingir todas essas áreas. Nessa última entrega contemplamos 33 agricultores, se não estou enganada. Quase todos (informação verbal)⁸¹.

Ao contemplar um número maior de agricultores, é possível garantir uma diversidade de alimentos ofertados aos alunos e assegurar uma maior participação de agricultores.

Os membros da gestão do PNAE entrevistados afirmaram que a qualidade da alimentação escolar também mudou. A forma como essas questões de Segurança Alimentar, Economia Solidária e Educação Nutricional cresceram no município motivou o desenvolvimento de ações e programas que vão, inclusive, além do PNAE.

As ações do PNAE, bem como de outros programas que envolvem a agricultura familiar, têm sido positivas para os agricultores. É nestes espaços e envolvidos nesses programas que os agricultores conseguem assegurar uma melhoria econômica para manter suas famílias, a valorização profissional e ainda assegurar um desenvolvimento para o município. Na entrevista com o Gestor A, ele afirmou que a Diretoria de Segurança Alimentar e Economia Solidária (DSAES) vem se articulando para garantir a participação dos agricultores familiares do município sempre ativa, inclusive em ações intermunicipais.

Foi identificado durante a pesquisa que o fortalecimento da agricultura familiar também é aspecto do desenvolvimento socioeconômico local e ambiental visto nas ações do PNAE. Diante das informações coletadas, analisamos que, para os agricultores, o modo de reprodução social na agricultura realizada por eles tem fortes indícios do trabalho e participação familiar. Geralmente, são famílias que trabalham juntas e por gerações, transmitindo ensinamentos, experiências de uns para os outros ao longo da vida. Assim, o trabalho do agricultor familiar acaba tendo um significado histórico e afetivo.

⁸¹ Entrevista fornecida pela Gestora B, em Jacaraú-PB, em 2022.

Por esse motivo, incentivar o desenvolvimento da experiência e trabalho com os agricultores vem sendo uma meta para a gestão municipal.

No que tange ao desenvolvimento ambiental, as ações do PNAE estão perceptíveis no dia a dia das escolas e entre os agricultores. Nas escolas, tem-se a preocupação de possibilitar aprendizagens em torno dessas questões junto às crianças e demais representantes da comunidade escolar. Desde a Educação Infantil, o trabalho com as questões ambientais proporciona reflexões, discussões, engajamento entre professores, alunos, pais e comunidade que são capazes de transformar-se em ações cotidianas.

A gente também atua na área de Educação Nutricional. Agora em pandemia é que realmente não tem essa ação, mas quando a gente estava em aula, a gente tinha essa jornada de Educação Nutricional e Alimentar nas escolas. Porque aí a gente ia mais para as áreas de plantações, hortinhas com as crianças, com os maiores do fundamental a gente voltava as ações para palestrar educativas, ações educativas também, mostrando os alimentos que têm funcionalidade, traz benefícios e também mostrando os alimentos que trazem malefícios, os hábitos de consumo desses alimentos e o que eles acarretam na saúde deles. Então assim, essa parte de alimentação nutricional ela também é muito forte para educar. Hoje em dia muitas crianças só querem comer a merenda que leva ou então que compra nas escolas e isso acaba, às vezes, tendo um desperdício desnecessário e triste da merenda escolar (informação verbal)⁸².

Ações formativas junto aos sujeitos que compõem o PNAE têm sido uma preocupação constante dos que fazem a gestão do Programa. Eles veem no PNAE a oportunidade de otimizar essas discussões, aproveitando os espaços e as ações como propulsoras de ações formativas que versem sobre Educação Ambiental. Neste caso, não se trata de levar ideias prontas e fechadas para serem introduzidas entre esses sujeitos e espaços, mas, sim, partindo da realidade dessas pessoas, da experiência de vida dos agricultores, das relações construídas nesses espaços, construir uma Educação Ambiental que ressignifique o que compreendemos como desenvolvimento ambiental. Em consonância com esse posicionamento, sugeriu o Gestor A:

A gente, inicialmente, começou tendo a ideia de fazer um acompanhamento in lócus, nas propriedades de cada um. Só que a gente viu que não tinha condições para isso. Nem de tempo, financeiro e de pessoal. Nessa assembleia, na reunião inicial, a gente faz sempre um processo de formação. A nutricionista sempre traz como deve ser a produção, como é que deve ser. A gente explica o processo de organização, de planejamento. Na última agora foi entregue um folder com as informações sobre: O que é a merenda? Quem está se alimentando com esses produtos? Até o pessoal entender também que essa

⁸² Entrevista fornecida pela Gestora B, em Jacaraú-PB, em 2022.

produção é até para meu filho que está lá. Eu estou fornecendo para meu próprio filho. Nesse processo a gente conseguiu avançar e hoje a gente já percebe a qualidade dos produtos que chegam na escola. O processo formativo acontece mais nesse momento da assembleia mesmo (informação verbal)⁸³.

Para a Gestora B, é possível identificar ações formativas nos encontros de divulgação dos produtos com os agricultores e nas ações mais diretas com merendeiras, alunos, gestores escolares. Desse modo, ela descreveu:

Apenas na chamada pública a gente faz algumas orientações porque lá é onde a gente tem um contato mais direto com eles. Falamos sobre a qualidade dos produtos que queremos receber, o manejo correto desses produtos, o cuidado até chegar ao local onde recebemos esses produtos, os cuidados mais gerais em si, mas a gente não tem formação específica para os agricultores. Mas, a gente faz formação para as merendeiras (informação verbal)⁸⁴.

Para o Gestor A, por tratar-se de ações formativas, ainda há muitas questões que precisam ser postas em prática. Entre elas, as discussões sobre o uso dos agrotóxicos nas produções fornecidas ao PNAE.

[...] a gente precisa avançar nessas questões porque a gente ainda percebe muita utilização de agrotóxicos. Esse esforço que a gente fez de fazer um edital com duas chamadas é para incentivar esse pessoal. Dizer assim... olha, se vocês produzirem dentro dos padrões da agroecologia, ter certificados de produtor orgânico você vai ter 30% de um valor a mais agregado ao seu produto. A gente tenta mostrar por exemplo... olha, você está entregando essa batata a R\$2,92 enquanto aquele outro agricultor que é produtor orgânico está entregando a batata dele a R\$3,62. Aí ele olha a batata dele e pensa qual é a diferença. A diferença está na produção. Por aí a gente começa a discutir com ele a questão da educação ambiental, da sustentabilidade. Eles também dizem que o produto é garantido porque é para os próprios filhos comerem. É um processo lento, que precisa que a gente discuta mais. Não só em apresentar o certo e o errado, mas sim, apresentar estratégias. A gente apresentar estratégias para o agricultor continuar produzindo. Por exemplo, um desafio hoje grande é na mão de obra da agricultura. R\$50,00 uma diária, muita gente não tem para pagar. E nem tem muita gente disponível para trabalhar. Aí, o agricultor vai ali e compra um vidro de herbicida e em um dia só ele tem conseguido limpar um hectare. E aí, como discutir sustentabilidade desse jeito sem mostrar alternativa. Aos poucos a gente precisa ir mostrando as práticas que se tem, como fazer uma cobertura morta, como usar uma roçadeira a gasolina e etc. (informação verbal)⁸⁵.

⁸³ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁸⁴ Entrevista fornecida pela Gestora B, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁸⁵ Entrevista fornecida pelo Gestor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

Compreendemos que há uma necessidade de se aprofundar as discussões acerca da produção livre de agrotóxicos entre os envolvidos no PNAE. É necessário repensar algumas práticas de produção e criar alternativas sustentáveis. O modo de produção da agricultura convencional que produz em larga escala, seguindo os moldes do desenvolvimento capitalista, não presa pela qualidade de vida e pela soberania alimentar. As iniciativas registradas atualmente no país assegurando uma alimentação mais saudável estão muito mais ligadas aos pequenos grupos de agricultores familiares do que às grandes corporações.

O Gestor A sugeriu que, além de discutir essas questões, é necessário apresentar alternativas possíveis de realização para os agricultores. Terem sido apresentados dois editais de chamada pública para os agricultores foi um primeiro passo. Para o Gestor A, esta iniciativa permitiu que os produtores orgânicos do município vissem as ações do PNAE como incentivo e valorização de seus trabalhos. Uma iniciativa que assegura não só uma alimentação segura e saudável, mas também a valorização econômica daqueles que lidam com a terra de forma harmônica e respeitosa. É nesta perspectiva que as práticas agroecológicas⁸⁶ ganham destaque. Por meio dos princípios da Agroecologia, estratégias e alternativas de produção podem ser pensadas e postas em prática, de modo que o trabalho dos agricultores e os desafios enfrentados por eles sejam passíveis de solução.

O Agricultor C evidenciou como aspectos do desenvolvimento socioeconômico e ambiental local a capacidade que as ações do PNAE têm de fortalecer os princípios da organização e planejamento. Segundo o agricultor, essas ações garantem a participação cidadã para que a sociedade civil não fique desassistida. No que se refere ao desenvolvimento das questões ambientais, o Agricultor acrescentou que produzir com práticas agroecológicas é pensar no futuro, nas relações com a própria família, com o meio ambiente, com os demais seres vivos.

Ter o destino certo para onde vender suas mercadorias e não precisar se submeter aos baixos custos do atravessador também foram identificados como ações do desenvolvimento econômico local, resultado das ações do PNAE. O Agricultor D descreveu o desenvolvimento como grande e significativo porque incentiva a plantar e ainda garante outros recursos para aperfeiçoar o trabalho na agricultura, como serviços

⁸⁶ Nossas discussões em torno do conceito e características da Agroecologia fundamentaram-se, em partes, no estudo de Leonardo Durval Duarte Guimarães (2011), em sua pesquisa intitulada: *Agroecologia e educação agrícola: alternativa sustentável para agricultura familiar no município de Seropédica*, apresentada como referência nos achados do estado do conhecimento da presente pesquisa.

de trator, sementes e compra das colheitas. Na perspectiva do Agricultor E, são as ações do PNAE que garantem a motivação e o foco na produção. Ele descreveu: “Isso incentiva você a trabalhar bastante. Espero que sempre tenha esse PNAE” (informação verbal)⁸⁷. Quando questionado sobre seu papel na sociedade, ele acrescentou: “Fico orgulhoso demais com isso. A gente gosta de trabalhar e tá fazendo o município crescer” (informação verbal)⁸⁸.

O desenvolvimento socioeconômico e ambiental local averiguado nas ações do PNAE e descritas pelos entrevistados nesta pesquisa corroboram as discussões feitas por Guimarães, L. (2011) quando afirma que a Agroecologia é um terreno comum existente entre a Agronomia e a Ecologia em relação à agricultura sustentável. O autor ainda sugere a Agroecologia como uma ciência, ou seja, um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitem estudar, analisar e avaliar agroecossistemas.

Trata-se de uma agricultura que seja menos impactante/agressiva ao meio ambiente que, ao mesmo tempo, preocupa-se com os aspectos sociais e ambientais, além dos aspectos econômicos. Trazer para o cotidiano dos agricultores as práticas agroecológicas é possibilitar que os sujeitos sejam multiplicadores de ações que revolucionam a forma como conviver com a natureza por meio do trabalho. Dessa forma, compreendemos que as ações do PNAE vêm fomentando essas discussões.

Nesta perspectiva, caminhamos para a sexta categoria de análise. A categoria que apresentou como a Educação Ambiental Popular pode ser construída a partir das ações do PNAE. Práticas agroecológicas, iniciativas coletivas de produção orgânica, formas de se inter-relacionar e conviver com a terra, Soberania Alimentar, ações que revolucionam, aspectos educativos, estes foram apenas pontos de partida de uma discussão que se atentou em realçar como se constitui a Educação Ambiental Popular partindo da experiência daqueles que protagonizam essa realidade cotidianamente.

4.6 CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR A PARTIR DAS AÇÕES DO PNAE

Trazemos em nossa interpretação dos dados as falas dos agricultores apresentando como a Educação Ambiental Popular tem sido construída cotidianamente nas ações do

⁸⁷ Entrevista fornecida pelo Agricultor E, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁸⁸ Idem.

PNAE ao mesmo instante em que elencamos características dessa recente abordagem de Educação Ambiental apontadas pelos estudiosos da área.

Questionamos os agricultores sobre como eles definem o trabalho na agricultura familiar e sua forma de organização. Entre as diversas características que cada reposta trouxe, o Agricultor C chamou a atenção para o trabalho envolvendo práticas agroecológicas. Ele descreveu:

Eu diria que é mais trabalhoso, é mais difícil ser um agricultor familiar de produção orgânica, com tendência à agroecologia. Porque não é só a produção em si, mas a produção em si já dá uma diferença muito grande porque você não pode tá usando nenhum produto químico, nenhum agrotóxico. Então, pra você tá produzindo dessa forma tem mais dificuldade. Eu diria que fica mais caro porque você não consegue produzir numa mesma quantidade que um outro agricultor que produz com produtos químicos. Mas a gente vai tentando. Eu junto com a família em casa, somos só nós, eu, a esposa e dois filhos. Meus filhos, um tem quatro e o outro treze anos. O de treze já ajuda. Somos só nós mesmos. É um trabalho difícil, mas é prazeroso. Às vezes eu me pego pensando assim... vou colocar veneno aqui pra matar esse mato, pra você dar conta, às vezes, é complicado, mas aí me vem na consciência e a gente pensa... não, não, é melhor não. Não vale a pena. Se eu colocar não vai matar só o mato. Tem outros nutrientes e outros microrganismos que a gente quando começa a participar dessas coisas a gente começa a entender isso. Então é difícil mesmo, mas é prazerosa a produção. Quando você chega no final que vê o fruto você se sente valorizado (informação verbal)⁸⁹.

Em análise ao que disse o Agricultor C e considerando o que fundamenta a Agroecologia, trabalhar com princípios agroecológicos é trabalhar a agricultura da forma menos impactante possível ao meio ambiente, seguindo os três pilares da sustentabilidade: ser ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente viável. Por isso, o Agricultor C afirmou ser um processo que envolve a ação prática ao mesmo instante em que também perpassa questões da consciência. O agricultor finalizou mencionando que esses princípios de tomada de consciência e responsabilidade com a forma de produzir e se relacionar com a natureza são fruto da sua participação em grupos que discutem tais questões. Esses espaços de discussão são as associações, reuniões, participação em programas e políticas públicas, encontros formativos realizados pelo PNAE ou vividos nas comunidades, conforme já mencionamos anteriormente em nossa pesquisa, o que nos leva a concluir que os agricultores que mantêm esse ciclo de participação/vivência acaba mantendo um contato também com os princípios da Educação Ambiental Popular.

⁸⁹ Entrevista fornecida pelo Agricultor C, em Jacaraú-PB, em 2022.

Por Educação Ambiental Popular, tomamos o conceito trazido por Souza (2017), que descreveu a Educação Ambiental Popular como uma educação vinculada à perspectiva da Educação Popular que compreende e situa o processo educativo como um ato político e fundamenta sua prática social de formação para a humanização. Trata-se de uma educação realizada por sujeitos-históricos-culturais, inseridos numa conjuntura sociopolítica, cuja ação, sempre política, resulta de um universo de valores construído social, cultural e historicamente.

Na sequência de nossas discussões, ouvimos da Agricultora F que ter conhecimentos sobre como produzir de forma segura e sustentável e colocá-los em prática surtiu mais efeito porque o município buscou incentivar os agricultores que produzem organicamente. A iniciativa de lançar dois editais para chamada pública dos agricultores fornecedores do PNAE refletiu como incentivo e valorização desses sujeitos e de suas iniciativas de produção. Ela descreveu:

Na gestão atual vem se modificando bem mais e para melhor. Tá atendendo um número bem maior de agricultores e não existe também essa política de lançar com um valor menor. Além de abraçar a questão da produção agroecológica, a produção orgânica. Dentro do município a gente tem uma organização que trabalha com isso. E aí, eles já fazem o abraço desses agricultores dentro do que a lei também sugere. Então, vem se modificando cada vez mais para melhor (informação verbal)⁹⁰.

Questionamos a agricultora se em anos anteriores houve alguma iniciativa que diferenciasse especificamente os produtores orgânicos dos demais agricultores. Sua resposta foi:

Não. Logo no início não. Era aberta a agricultura familiar. Todos os agricultores podiam colocar dentro do que o edital trazia. Porque no edital já traz a questão do tipo dos produtos, a produção que você pode colocar ou não. Então, logo no início veio um edital com alguns produtos que, por exemplo, nossa região não oferecia produção para isso. Então, não tinha esse cuidado e não tinha fiscalização, podemos dizer assim, para saber o que realmente era produzido dentro do município pelos próprios agricultores. Não tinha esse acompanhamento. Mas foi muito bom porque os agricultores começaram a aprender mais sobre o programa e ao procurar saber começaram a se desenvolver. Então, com o passar do tempo foi se modificando (informação verbal)⁹¹.

⁹⁰ Entrevista fornecida pela Agricultora F, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁹¹ Idem.

A agricultora ainda continuou sua fala listando como poderíamos identificar avanços e a valorização desses produtores dentro do PNAE. Vale ressaltar que a Agricultora F foi uma das que apresentou um maior tempo de participação como fornecedor de alimentos para o PNAE no município. O trabalho junto com sua família já totaliza mais de 15 anos.

Primeiro pelo reconhecimento. No município nós temos a associação dos produtores orgânicos que atende aos municípios de Jacaraú e Pedro Régis. Mas a gente também tem famílias que são de Curral de Cima por causa do Assentamento Jardim e temos um ponto que é a Bodega Agroecológica. Esses produtores são cadastrados, são sócios nessa associação e por fazerem parte dessa associação eles recebem um certificado⁹². Então, não é simplesmente você dizer que produz orgânico, você precisa ter o certificado de produtor orgânico para comprovar que a sua produção é orgânica. Não vai agrotóxico nenhum. Você apresenta esse certificado no lançamento do edital e aí sim você tem seus produtos com preços diferenciados do que o mercado oferece. Porque é uma cultura que requer também um cuidado bem maior que o tradicional. Você não tem tanta facilidade na produção como se fosse na agricultura tradicional onde você planta, vai lá e queima o mato todo com veneno. Você tem que limpar esse mato, você tem que cuidar daquela planta pé por pé com todo cuidado, fazer as podas, fazer tudo... ao invés de colocar inseticidas que são oferecidos pelo mercado, você produzir seu próprio produto para fazer esse controle de pragas e assim por diante (informação verbal)⁹³.

Sobre a certificação para os produtores orgânicos, o Agricultor C apresentou o seguinte processo:

A gente que é da associação dos produtores orgânicos...a gente tem que comprovar isso, que seu produto é realmente orgânico. Através de exames e tal. Algumas pessoas já vieram aqui na Bodega colher produtos e levaram para fazer o teste e depois vieram para dizer a gente que fizeram testes. Não nos comunicaram, mas depois vieram aqui e disseram que o produto é realmente orgânico. Pra gente passar por esse processo tem o MAPA que dá o certificado a esses agricultores. Então, todos os agricultores da associação dos orgânicos hoje têm esse certificado. Tem alguns que já tiveram antes. Por exemplo, Mílson, foi um dos fundadores, ele tinha o certificado desde antes e agora a gente só fez renovar. E os outros agricultores que não tinham a gente tirou agora. Primeiro eles passam por esse processo de certificação. Então, o pessoal do MAPA veio umas três vezes nas áreas olhando. Através dele a gente recebe o certificado e pode comercializar os produtos. No PNAE o produtor orgânico

⁹² A certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e “acreditada” (credenciada) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica. Estas e outras informações estão disponíveis no site <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao-organica>.

⁹³ Entrevista fornecida pela Agricultora F, em Jacaraú-PB, em 2022.

tem uma valorização de 30% do valor do convencional. Então, se a macaxeira tá R\$1,00, a do orgânico vai tá RS1,30 (informação verbal)⁹⁴.

Fortalecer o trabalho dos agricultores, valorizando suas iniciativas, tem cada vez mais se configurado como uma estratégia de favorecer as discussões em torno da Educação Ambiental Popular desde os pequenos grupos, as pequenas iniciativas. A Agroecologia tem sido forte aliada desse processo. A questão aqui tratada não se refere a responsabilizar os pequenos grupos de agricultores como únicos responsáveis pela degradação ambiental, devastação da natureza e desastres ecológicos que vivenciamos cada vez mais comuns, nem tampouco responsabilizá-los pela recuperação do que já foi impactado.

A Agricultora F disse que essas discussões são mais comuns para os agricultores que pertencem aos assentamentos da reforma agrária. Em linhas gerais, quando perguntamos sobre a periodicidade com que ela tem acesso a essas discussões de cunho mais formativo, ela afirmou:

Além dos acompanhamentos que a gente já vinha tendo. Porque o acompanhamento da produção agroecológica e da produção orgânica a gente já vinha tendo essas formações antes mesmo da associação. Porque como somos de áreas de assentamentos e a gente sabe que Jacaraú tem quatro assentamentos, a gente já tinha esse acompanhamento através da CPT que é a Comissão Pastoral da Terra que faz esse acompanhamento nas áreas. A Comissão Pastoral da Terra sempre teve esse cuidado de trazer formações para dentro dos assentamentos. Tanto envolvendo mulheres, crianças, jovens e adolescentes e, principalmente, tendo esse cuidado de dar continuidade ao processo de luta pela terra. Que é, justamente, dar continuidade a produção. O processo de luta pela terra ele vem com isso...de você ter a terra para se sustentar, retirar dela o seu sustento e aí eles sempre trouxeram essa política do cuidar. A gente tem a terra como nossa mãe. É dela que tiramos nosso sustento. Então, quanto mais a gente cuida dela mais ela vai nos dando retorno. Por isso que a gente já vinha tendo essas formações através da Comissão Pastoral da Terra e aí sentimos o desejo de reavivar. Porque a associação já existia dentro do município, só que ela estava desativada. Essa comissão de agora, a gente decidiu voltar e tomar a frente dessa associação que já existia e estamos trazendo essas formações para dentro também (informação verbal)⁹⁵.

A Comissão Pastoral da Terra foi citada como uma das responsáveis pelas formações e discussões envolvendo as questões ambientais, agroecológicas, orgânicas e de respeito ao meio ambiente por meio do cuidado com a terra. É por isso que o agricultor residente em assentamentos rurais se destaca dos demais agricultores no que tange ao acesso a essas questões.

⁹⁴ Entrevista fornecida pelo Agricultor C, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁹⁵ Entrevista fornecida pela Agricultora F, em Jacaraú-PB, em 2022.

Para os agricultores fornecedores de alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar oferece subsídios formativos durante o encontro de apresentação dos alimentos solicitados na chamada pública. Apesar de ser um momento breve, geralmente é um encontro em que se discutem a qualidade dos alimentos, as formas de plantação, o uso indiscriminado dos agrotóxicos, técnicas de armazenamento, transporte, entre outras questões.

Pelo menos minha experiência até agora é mais aquela manhã de discussão na hora da chamada pública. Antes é feito um levantamento dos produtos, o quê que tem na lista de projetos e quando você vai fazer a demonstração tem uma discussão sobre a qualidade dos produtos, da responsabilidade, da entrega na hora certa, não chegar atrasado, levar aquela quantidade que foi pedido, não aumentar a quantidade porque já atrapalha outro e questão da qualidade. Mas isso é só no dia dessa entrega. Se tem outros encontros, eu não tenho conhecimento não (informação verbal)⁹⁶.

O Agricultor C alegou:

A gente tem sempre no início do ano quando a gente faz a reunião para a escolha dos produtos. A gente senta com esse pessoal, Secretaria de Educação, nutricionista, a Secretaria de Agricultura tá sempre presente, mas o que a gente tem o diálogo maior é com a Secretaria de Agricultura. Aí esse outro diálogo quando a gente tem alguma questão que quer colocar. O diálogo maior é entre a Secretaria de Educação e Nutricionista com a Secretaria de Agricultura. Com nós agricultores é mais da Secretaria de Agricultura. Mas se a gente tem alguma dificuldade, chama, conversa. Se eles precisarem também marcam uma reunião, senta, conversa, discute. Hoje, mais especificamente, tem uma nova diretoria que gerencia o PNAE, o PAA (informação verbal)⁹⁷.

Os agricultores, além de demonstrarem satisfação em ser fornecedores de alimentos para o PNAE, têm ciência de que realizam através desta participação um importante papel social. Questionamos exatamente como cada um via o seu papel social enquanto agricultor familiar que produz e fornece alimentos para a merenda escolar. Entre as respostas apresentadas, tivemos agricultores que se enxergam como revolucionários, que desempenham um papel social importante, sentem-se orgulhosos por isso e têm a consciência de que se trata de uma ação de retorno imediato, inclusive porque muitos desses agricultores produzem a alimentação de seus próprios filhos que são alunos da rede municipal.

⁹⁶ Entrevista fornecida pelo Agricultor B, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁹⁷ Entrevista fornecida pelo Agricultor C, em Jacaraú-PB, em 2022.

Esse papel aí eu acredito que seja muito importante até pela qualidade do produto que a gente fornece para as pessoas. Por exemplo, um produto que a gente fornece hoje é um produto que a gente não usa nenhum tipo de agrotóxico. Até hoje a gente não usou. Totalmente saudável. Na verdade, a gente não usa nada. Planta lá e só faz cuidar, jogar uma aguinha. Então, eu acredito que seja um produto sadio. Então para a população, as crianças que se alimentam desse produto, eu acho que é um papel importante. Eu acredito que a gente esteja produzindo vida (informação verbal)⁹⁸.

Para o Agricultor C:

Eu avalio que apesar de ser um gesto mínimo, podia dizer que é um grão de areia no oceano, mas é de extrema importância. Porque hoje a gente vê aí a quantidade de pessoas que têm com algumas doenças muito perigosas. Tem comprovado, cientificamente, que algumas pessoas adquirem essas doenças por causa de produtos químicos. Eu me sinto um revolucionário apesar de que eu sei que é muito pouco o que eu faço diante da sociedade, mas que eu penso que essa mudança só vai acontecer a partir disso aí. Tem que ser um, outro que comece. Se nós formos esperar que venha um montante de gente fazendo revolução nessa questão de produção, não vai. Tem que começar por essas pequenas experiências. Hoje a gente tem aqui a Bodega Agroecológica, a gente tem as feiras em João Pessoa, tem alguns agricultores do município que comercializa aqui em Jacaraú. Por exemplo, na feira da quinta-feira ainda tem dois agricultores que não fazem parte da associação, mas os produtos deles são orgânicos. Eu me sinto um revolucionário e acho um papel muito importante. Não só apenas agora, mas para o futuro porque a gente vê essa produção orgânica e agroecológica não é apenas uma questão de produzir, mas a sua convivência com a família, com o meio ambiente, com os outros seres humanos. Eu através desse processo sinto que me tornei uma pessoa diferente. Diferente não na ideia de que sou melhor que os outros. Diferente em entender melhor, entender qual é... não só produzir diferente, mas sim produzir sem agredir a terra, sem agredir as pessoas, ser mais sensível para as coisas. Você vai aprendendo ali naquele meio e com a própria natureza (informação verbal)⁹⁹.

É fato, e seguindo o que nos apresentou o Agricultor C, trata-se de ações que, por menores que sejam, representam iniciativas capazes de proporcionar revoluções. O Agricultor E, além das contribuições mencionadas pelos demais agricultores, trouxe em destaque ao seu papel social como fornecedor do PNAE o protagonismo em colaborar com o desenvolvimento do município.

Sim, eu fico orgulhoso com isso porque eu trabalho, forneço a merenda para o PNAE e ela volta de novo para a minha mesa. Eu fico orgulhoso também porque eu gosto do que faço e orgulhoso de chegar assim nos cantos e ouvir as

⁹⁸ Entrevista fornecida pelo Agricultor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

⁹⁹ Entrevista fornecida pelo Agricultor C, em Jacaraú-PB, em 2022.

pessoas dizendo: Essa mercadoria veio de tal lugar. Tem muita gente que tem condições de comer, mas tem muitos que não tem. Pede a Deus que chegue essa comida na mesa. Então, eu fico feliz, orgulhoso demais com isso. A gente gosta de trabalhar e tá fazendo o município crescer (informação verbal)¹⁰⁰.

São inúmeras as contribuições que o papel desempenhado pelos agricultores fornecedores de alimentos ao PNAE são capazes de proporcionar. Elas dialogam e se unem na concepção da Educação Ambiental Popular. Em verdade, temos nas contribuições dos agricultores sujeitos multiplicadores dos elementos que caracterizam a Educação Ambiental Popular. De certa forma, o PNAE proporciona bases de onde emergem práticas/elementos passíveis de seres relacionados ao ideário da Educação Ambiental Popular. O Agricultor A relatou ter acesso a essas discussões também em outros espaços.

Nas associações é sempre conversado. Entre os membros do grupo a gente conversa, as vezes até quando tem gente com dificuldade com certas culturas a gente dá receita de defensivos naturais. Eu tenho aqui, não sei onde tá, mas eu tenho aqui uma receita. Aí a gente passa para um e para o outro essas receitas. Às vezes até de fazer um plano. Outro dia a gente estava numa conversa de fazer um planejamento, planejar a produção para que nunca falte. Então, a gente sempre faz dentro do grupo essa discussão (informação verbal)¹⁰¹.

Trocar experiências é um dos princípios orientados pela Educação Ambiental Popular. Vejamos o que afirmou o Agricultor B:

Nossa associação discute. Não diretamente sobre o PNAE, mas essas discussões sobre alimentação saudável, orgânica, formas de produzir, por exemplo, irrigações com placa solar, a questão dos defensivos naturais, a preocupação com os danos causados pelos agrotóxicos. Quando nos encontrávamos havia essa discussão. Era uma das nossas propostas também, ir nesse sentido. Nesses dois anos de pandemia, as coisas estão um pouco mais soltas. No PNAE não tem essas discussões. É mais em cima dos produtos mesmo. Discussões sobre como você produz, onde você produz e de que forma produz eu não tenho conhecimento se tem algum avanço nessa linha. Seria interessante que fosse acompanhado, até para não ter compras de outros intermediários. Você assina um termo de que o produto é saudável, que aquele produto é seu. Deveria ter mecanismos para olhar um pouco isso. Não é fiscalizar, mas acompanhar (informação verbal)¹⁰².

¹⁰⁰ Entrevista fornecida pelo Agricultor E, em Jacaraú-PB, em 2022.

¹⁰¹ Entrevista fornecida pelo Agricultor A, em Jacaraú-PB, em 2022.

¹⁰² Entrevista fornecida pelo Agricultor B, em Jacaraú-PB, em 2022.

Para o Agricultor C:

Eles estão mais associados a outros espaços que eu já convivo, mas tem uma coisa que o PNAE traz é na hora da escolha de você apresentar seus produtos. Lá você consegue se encontrar com outros agricultores de outras áreas e consegue ter um contato mais presencial de saber como é a produção do outro, de trocar experiências. O PNAE pra mim hoje é esse veículo de você ter onde colocar sua produção, mas se é bem gestado com os agricultores ele pode criar uma relação não só entre a gestão, mas com agricultores do município. Por exemplo, eu sou da região sul e tem agricultores da região norte do município que a gente dificilmente vai se encontrar, mas quando tem esses momentos a gente pode se encontrar e trocar experiências. Eu acho que foi através do PNAE, por exemplo, têm pessoas que tinham uma maior vontade de criar peixes e a gente nunca teve essa oportunidade e hoje a gente tá tendo. Então, foi com essa discussão. Mas é claro que minha maior formação vem de outras experiências que tenho. Eu participei de grupos de jovens, de associações e isso vai lhe dando base pra você ir trilhando um caminho de produção diferente. Se for eu sozinho, no meu cantinho, lá distante no meu terreno fica mais difícil de você trilhar esses caminhos, mas quando você se organiza que vê com outros agricultores, outras pessoas a gente consegue trilhar caminhos diferentes (informação verbal)¹⁰³.

A analisar as considerações feitas pelos agricultores e tomando por base também o que assevera Barbosa (2002), não podemos compreender a Educação Ambiental Popular sem viabilizar sua pluralidade metodológica. Assim, o caráter participativo e condizente com a realidade de cada contexto, grupo ou espaço é essencial e inevitável. Essa exigência tem sua fundamentação nas raízes da Educação Ambiental Popular que estão fincadas na Educação Popular propriamente dita, cuja característica principal é a necessidade de uma mobilização contínua da população para a sua participação e engajamento num projeto de transformação social. Todos os agricultores acabam desempenhando do seu jeito e seguindo aquilo que consideram mais adequado, um papel social de agentes transformadores e revolucionários ao modelo de desenvolvimento vigente. A Agricultora F apresentou seu ponto de vista ao afirmar:

Dentro do PNAE sim. Porque a política do PNAE já é essa. Quando a gente pega...muitos não têm essa preocupação. Quando a gente pega o projeto tem muito disso. Se a gente pegar a lei, o projeto em si, ele traz tudo isso bem organizado. Dentro das organizações que a gente acompanha, que eu faço parte também traz essas questões da sustentabilidade, do convívio com a natureza, da alimentação saudável porque isso é o que move. A gente percebe o mundo onde tá cheio de coisa... com uma saúde danificada justamente por isso, pela não preocupação em você ter um produto de qualidade na sua mesa. Às vezes o produto é de qualidade, ele pode não ser bonito, mas ele tem uma qualidade excepcional aquele outros que está mais bonito. A gente visa muito a embalagem, podemos dizer. Não vou comprar tal abacaxi porque tá pequeno,

¹⁰³ Entrevista fornecida pelo Agricultor C, em Jacaraú-PB, em 2022.

esse outro tá maior e mais bonito. Mas esse outro, com o tempo e pela quantidade de produtos, vai danificar minha saúde. Diferente do outro que foi produzido de uma forma bem mais cuidadosa, com mais trabalho, com mais carinho e cuidado. Quando a gente produz agroecologicamente e de orgânica a gente trata o produto como se a gente estivesse cuidando de nós mesmos. Trata a terra, o produto que vai ser plantado, como vai ser colhido, a forma como ele vai ser tratado até o tempo de ser colhido. Então, tem uma série de coisas que a gente acompanha na produção agroecológica e orgânica que a agricultura tradicional não dá. A gente tá valorizando saúde, reconhecendo a terra de uma forma diferenciada, não é apenas produzir para ganhar dinheiro. É produzir pra se sustentar, pra dar um sentido diferente, não só a sua vida, mas a vida do próximo. Porque quando a gente vende um produto que não tem boa qualidade, nós não estamos apenas nos ferindo, estamos ferindo também nossos clientes. A gente tem a Bodega Agroecológica e lá quando as pessoas chegam e dizem: Mas esse coentro tá tão pequenininho. A gente diz: Mas esse coentro tem saúde. Por que ele tem saúde? E a gente vai explicar como foi a forma que ele foi produzido (informação verbal)¹⁰⁴.

Dessa forma, e ainda em contribuição com as discussões, a Agricultora F disse que seu papel social como fornecedora de alimentos ao PNAE é

Um papel de suma importância. Porque assim, a gente não tá produzindo somente alimentos, a gente tá produzindo saúde. E aí eu falo na questão da produção orgânica, da produção agroecológica que tem diferença, mas as duas estão vinculadas de uma certa forma. A produção orgânica traz a princípio e como ponto principal a questão da valorização da saúde para todas as pessoas. A produção tradicional ela não tem esse cuidado. Ela tem apenas o cuidado com o capitalismo, de você ter o seu lucro. Quanto mais eu produzo, mais eu vou ter renda. A produção agroecológica e a produção orgânica não têm isso como principal ponto. Ela vem com o ponto do equilíbrio da natureza, da sua produção de forma saudável onde não vai agredir o meio ambiente, animais. Sua própria família vai trabalhar em conjunto com a natureza, com a comunidade, com tudo que envolve. A gente passa a ser... como eu posso dizer? Um ponto importante dentro de uma sociedade que visa mais o capitalismo do que uma coisa mais em comum, mais unida, mais sociável (informação verbal)¹⁰⁵.

No que diz respeito a produzir saúde como a Agricultora F apresentou, inferimos nossas análises acreditando ser cada vez mais necessário que toda a sociedade repense o modo de produção vigente. Uma sociedade marcada pelo consumo exagerado, acelerado, regido por um sistema capitalista, que visa ao lucro imediato e enxerga a natureza como fonte de recursos inesgotáveis, já registrou indicadores da devastação, degradação, do surgimento de desastres ambientais em todas as esferas imagináveis. De tal modo, compreender que o trabalho cotidiano de agricultores fornecedores de alimentação

¹⁰⁴ Entrevista fornecida pela Agricultora F, em Jacaraú-PB, em 2022.

¹⁰⁵ Idem.

escolar pode ser comparado ao de quem produz saúde é também acreditar que estratégias existem e que ações, por menores que sejam, precisam cada vez mais ser concretizadas.

Sistematizar tais experiências, depoimentos, vivências é, de certa forma, atuar também como multiplicador dessas práticas que revolucionam, de modo que outros agricultores poderão sentir-se motivados a participar, ter acesso a essas discussões e também contribuir com a Educação Ambiental que é Popular não apenas na adjetivação, mas por tratar-se de uma educação que nasce do povo, com o povo e para o povo. Uma educação que tem representatividade, legitimidade e que, ao se fortalecer no chão dos movimentos, poderá alcançar qualquer lugar que almeje.

4.7 OS RESULTADOS DA PESQUISA: INFERÊNCIAS À LUZ DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR

Ao darmos início às discussões teóricas e com relação aos caminhos que seriam percorridos nesta pesquisa, por diversas vezes, fomos levadas a nos questionar sobre como afunilar nossas discussões de modo que elas fossem suficientes para responder ao problema que norteou esta pesquisa e se durante este processo estávamos sendo condizentes com os objetivos traçados.

O fato é que chegamos até aqui e trouxemos uma “bagagem” de aprendizagens teóricas, mas também trouxemos vivências práticas que contribuíram para nosso amadurecimento enquanto pesquisadoras. Toda a partilha vivida junto aos agricultores fornecedores de alimentos e demais membros da gestão do PNAE em Jacaraú-PB nos permitiu refletir sobre o quanto as políticas públicas educacionais, asseguradas por lei e constitucionalmente postas, só terão resultados satisfatórios se forem operacionalizadas de forma eficaz. Não basta apenas “tá na lei”; é necessário que medidas sejam tomadas e que estas assegurem sua efetivação.

Nossos estudos evidenciaram que, mesmo ainda apresentando alguns desafios, listados pelos próprios colaboradores da pesquisa, as ações do PNAE desenvolvidas em Jacaraú mostraram-se significativas como espaços de construção de uma consciência ambiental respaldada nos elementos que caracterizam a Educação Ambiental Popular. Entre os aspectos educativos presentes no processo, foi observado que os agricultores desenvolvem suas práticas de trabalho, de produção, de organização, partem do princípio da coletividade, desenvolvem ações de cooperativismo, da participação cidadã. Estão cada vez mais envolvidos em situações que exigem a tomada de iniciativas, assumem

lideranças procurando agir com autonomia e buscando emancipação, fortalecendo uns aos outros, na medida do possível, e enquanto trocam experiências, fomentam a participação feminina, familiar, procurando assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental local. São agentes que desenvolvem práticas as quais oferecem subsídios para a construção da Educação Ambiental Popular.

Nossa pesquisa também apresentou que os envolvidos no PNAE possuem conhecimento acerca dos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar. Vale salientar que, por diversas vezes, durante as entrevistas com os agricultores e membros da gestão do PNAE, surgiu a expressão “Segurança Alimentar” para se referir às iniciativas e demandas referentes à produção, agricultura e acesso à alimentação. Em outros momentos, os mesmos colaboradores deste estudo trataram dessas questões denominando-as de “Soberania Alimentar.” Para Hoyos e D'Agostini (2017)¹⁰⁶, tanto a Segurança Alimentar como a Soberania Alimentar são propostas que compartilham o propósito geral de garantir o direito à alimentação. No entanto, como propostas políticas que representam interesses de classe diferentes, também têm interpretações divergentes do direito a estar protegido contra a fome e da ação do Estado.

Segundo as autoras supracitadas, o conceito de Segurança Alimentar acabou recebendo uma interpretação distorcida do que de fato seria. Uma interpretação distorcida do direito à alimentação e da forma como ele deveria ser garantido. Tal interpretação tem sido criticada e pressionada pelos problemas que suas estratégias de implantação têm causado e pela reação dos movimentos e das organizações de trabalhadores rurais no mundo.

Em contrapartida, as discussões em torno do conceito de Soberania Alimentar versam sobre uma estratégia política de resistência aos mecanismos de produção dos alimentos no contexto da concentração internacional da produção e distribuição. Esta estratégia visa à propriedade coletiva dos meios de produção na agricultura. Dessa forma, é possível que compreendamos a Soberania Alimentar como uma proposta dos movimentos sociais e das organizações camponesas, que identificam as causas estruturais da fome no passado, mas que perpassam até os dias atuais, propondo ações no presente, ao mesmo instante em que se almeja a concretização no futuro, e cuja interpretação do direito a estar protegido da fome integra a produção, a comercialização e o consumo dos

¹⁰⁶ As discussões sobre os conceitos de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar estão postas e bem articuladas no texto: *Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências*, de Hoyos e D'Agostini (2017), disponível nas referências desta pesquisa.

alimentos de acordo com a autonomia e soberania dos povos (HOYOS; D'AGOSTINI, 2017, p.181).

Por tratar-se de uma discussão recente e ainda pouco difundida em espaços coletivos, populares e não acadêmicos, seguimos nossas discussões trazendo na fala dos agricultores e membros da gestão do PNAE as mesmas expressões que eles utilizaram. Em alguns relatos, “Soberania Alimentar” e em outros “Segurança Alimentar”. Durante a análise, fomos fiéis ao discurso dos entrevistados.

A discussão em torno dos conceitos de “Segurança e Soberania Alimentar” nos achados desta pesquisa nos fez refletir sobre o papel que o agricultor familiar desempenha na sociedade contemporânea frente a um modelo de desenvolvimento tão agressivo e devastador. Para o pequeno agricultor que fundamenta suas ações nos princípios da Educação Ambiental Popular, as práticas de garantir soberania alimentar vão além do direito de comer. Esses sujeitos são personagens de uma verdadeira revolução no modo de agir, ser e estar em sintonia com a natureza.

Entre os próprios agricultores, percebemos o senso de responsabilidade social diante do trabalho que eles desempenham ao tornarem-se fornecedores de alimentos para o PNAE. Cada um carrega consigo a compreensão de que muito mais do que raízes e frutas, eles são os produtores de comida saudável, alimento seguro, educação nutricional, desenvolvimento sustentável, princípios agroecológicos; são os personagens de uma ação que se concretiza diariamente no cotidiano de muitas escolas, de muitas crianças.

Nossa compreensão se reforçou ao percebermos que os próprios agricultores demonstraram inquietação com o consumo exagerado de agrotóxicos utilizados ultimamente nas plantações. Eles também se preocupam com a garantia de um alimento seguro para as crianças/alunos que, em muitos casos, são seus próprios filhos. Também registramos que os agricultores que já participam há anos como fornecedores do PNAE lamentam que novos agricultores não se inscrevam a cada ano.

A preocupação ultrapassa o sentido da concorrência. Ela versa sobre a ideia de que é nesses espaços de ações do PNAE que as práticas de uma consciência ambiental, de uma Educação Ambiental Popular tendem a se desenvolver. Assim, quanto mais agricultores tornam-se fornecedores de alimentos para o PNAE, mais chances de alcançar um público maior e de multiplicar essas ações.

Um outro aspecto educativo presente no processo de fornecimento de alimentos para o PNAE e percebido na análise dos dados coletados diz respeito à participação feminina e à capacidade de buscar juntos aos setores responsáveis pela autonomia e

emancipação de grupos e de seus trabalhos. Quando um grupo de mulheres ou de agricultores, no geral, veem nas ações do Programa a oportunidade de se unir, produzir, empreender, buscar mecanismos que documentem e certifiquem suas produções, como no caso do Selo de Inspeção Municipal e da certificação de produtos orgânicos, temos a compreensão de que o Programa está cumprindo o que é determinado em suas diretrizes.

No que diz respeito às discussões acerca da sustentabilidade, os achados da nossa pesquisa evidenciaram que a maioria dos envolvidos nas ações do PNAE possuem acesso e conhecimentos sobre essa temática muito mais por suas vivências e práticas cotidianas do que por meio de ações intencionadas pelo Programa. No entanto, para compreender a agricultura familiar, faz-se também necessário compreender a sustentabilidade. Nesta premissa, os agricultores cumprem um papel de transformação social quando fomentam e multiplicam as discussões acerca da sustentabilidade nos espaços em que eles transitam.

Silva e Torres (2020) apontam que o conceito de sustentabilidade começou a surgir na década de 1960, a partir das discussões mundiais sobre meio ambiente e com os questionamentos referentes aos modelos de desenvolvimento que se preocupavam somente com o crescimento econômico e com inovações para os sistemas de produção. Com o aprofundamento das discussões, o conceito passou a tratar da sustentabilidade a partir dos campos ambiental e social. A sustentabilidade ambiental como garantia da preservação dos recursos naturais às gerações futuras e a sustentabilidade social referindo-se à qualidade de vida dos seres humanos (SILVA; TORRES, 2020, p. 304).

Para o campo da agricultura familiar, a sustentabilidade versa alicerçada em mais de uma corrente de pensamento. Silva e Torres (2020), citando Cunha (2012), afirmam que quando se trata da aplicação da sustentabilidade na agricultura, há pelo menos duas linhas de pensamento. Na primeira delas, o sentido está no incentivo à adoção de práticas alternativas que sejam aplicadas ao cultivo e manejo agrícola. A segunda sugere a sustentabilidade como a capacidade para que as metas sejam alcançadas, orientando a agricultura a permanecer contínua diante das mudanças ambientais. As autoras intensificam as discussões apresentando que, em contrapartida, ainda há outros autores que vão conceituar a agricultura sustentável como forma de pensar, como filosofia e que, por assim ser, não é uma metodologia ou prática agrícola que seja facilmente definida.

Dessa forma, os dados coletados e analisados nos levaram a compreender que os agricultores em suas práticas cotidianas, mesmo quando não intencionados, desempenham importante papel no desenvolvimento e na compreensão da sustentabilidade local. Ainda no contexto da Educação Ambiental Popular, os achados da

pesquisa revelaram que as ações desenvolvidas pelo PNAE em Jacaraú-PB não contemplam formações específicas que tratem da Educação Ambiental Popular, da Agroecologia ou do desenvolvimento sustentável, mas observamos e confirmamos nas contribuições dos membros da gestão do Programa que há uma preocupação com essas questões. Além disso, foram identificados que os momentos que antecedem a oficialização dos agricultores convocados a serem fornecedores, a amostra dos produtos licitados e os diversos momentos desenvolvidos com as merendeiras, ao longo do ano letivo, são consideradas ações que demonstram sintonia com as perspectivas da Educação Ambiental Popular.

Ao considerar nosso caminho percorrido até aqui, adentramos agora nas considerações finais desta pesquisa. No que tange aos seus aspectos conclusivos, assinalamos, desde já, que nossos achados nos permitem refletir sobre a continuidade deste estudo. Seja pela necessidade de aprofundarmos nossos conhecimentos acerca do objeto pesquisado ou até mesmo pelo surgimento de outras questões ao longo da nossa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentramos nas considerações finais desta pesquisa com a sensação de que ainda há muito caminho para ser percorrido. Na verdade, poderíamos chamar este ponto da pesquisa, semelhante ao modo como encontramos em alguns estudos no estado do conhecimento, de “concluindo por ora”. A sensação de que ainda há caminhos a serem percorridos não diminui a importância do nosso trabalho, nem tampouco o caminho já trilhado até aqui. Estamos partindo do pensamento de que o objeto de estudo em questão é complexo, amplo, diverso e provável de muitas interpretações.

Dessa forma, considerar uma pesquisa de mestrado capaz de concluí-la em todos os aspectos é o mesmo que limitar seu desenvolvimento ou querer conter suas interpretações. Ao finalizarmos esta pesquisa, não temos a pretensão de trazer conclusões definitivas acerca do assunto pesquisado. Pelo contrário, temos a certeza de que as abordagens aqui apresentadas estão longe de se esgotarem com esta pesquisa. Nossas considerações dizem respeito às reflexões teóricas, às informações trazidas pelos agricultores e membros da gestão do PNAE de suas experiências práticas, ao envolvimento da pesquisadora com a realidade estudada e ao tempo e dedicação a este estudo feito do modo como aconteceu e nas condições que tivemos.

Todo o caminho percorrido até aqui trouxe aprendizados que ultrapassam o “fazer pesquisa” unicamente pela perspectiva acadêmica. Desenvolver este estudo nos possibilitou vivências, aprendizados, amadurecimento profissional, acadêmico, pessoal, trouxe sistematização de experiências (HOLLIDAY, 2006) e, principalmente, a oportunidade de conhecer de perto e em seus mais variados aspectos o fornecimento da merenda escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Jacaraú-PB.

Sempre envolvidas com a Educação Ambiental, com as discussões em torno da Educação Popular, da Educação do Campo, do trabalho com agricultores familiares, vimos no mestrado a oportunidade de uni-las e, ao mesmo instante, aprofundarmo-nos em suas discussões teóricas. Além disso, o trabalho que desenvolvemos atuando na gestão escolar da EMEIF Anátide Paes Barreto sempre pareceu muito propício para concretizar em ações práticas e cotidianas o pensamento que nós líamos e desenvolvíamos a partir das discussões teóricas aprendidas. Acompanhamos de perto, durante os últimos cinco anos, como o trabalho dos agricultores familiares fornecedores do PNAE impacta

diretamente a alimentação das crianças na escola e, por que não dizer, impacta o modo de produção nas comunidades, no município de modo geral.

Muito mais que um Programa de proporção nacional que assegura um direito básico dos alunos, o PNAE tem se configurado numa ação pública de relevância social e que vem transformando realidades. Este foi o ponto de partida que culminou com a continuação dos estudos na pós-graduação e na realização desta pesquisa.

Neste trabalho, objetivamos analisar os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimentos de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB. Para isto, foi necessário, inicialmente, apresentarmos os aspectos históricos e conceituais da Educação Ambiental, evidenciando as principais discussões, conferências e marcos legais que constituíram a Educação Ambiental dentro e fora do Brasil.

Destacamos conferências, tratados, leis e decretos. Constatamos que a Educação Ambiental foi sistematizada em diferentes macrotendências de pensamentos e que, para cada uma delas, há determinados conceitos, características e idealizadores. Em seguida, adentramos às discussões acerca da Educação Ambiental Popular propriamente dita. Na medida em que pesquisávamos sobre esta perspectiva da Educação Popular, mais a percebíamos como campo propício para as discussões sobre o fornecimento de alimentos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar, objeto de nosso estudo.

Também apresentamos um panorama das questões envolvendo alimentação escolar. Em linhas gerais, trouxemos aspectos históricos que culminaram na efetivação do PNAE como política pública nacional. As primeiras iniciativas de alimentação escolar no Brasil surgiram de forma mínima e em ações isoladas identificadas como práticas de caridade ou assistencialismo. Este pensamento se manteve no Brasil por muitos anos, inclusive sendo considerado iniciativa de solidariedade.

O argumento de que as crianças não aprendem com fome e que a merenda, no quesito da nutrição infantil, assegura aprendizagem segue sendo pauta até os dias atuais nos estudos e pesquisas envolvendo alimentação escolar. Em meio a tais discussões e com a efetivação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, a garantia de direitos constitucionais e a valorização da produção oriunda da agricultura familiar ganharam espaço. Dessa forma, estamos diante de ações repletas de questionamentos que podem ser investigadas, como objetos de estudo, para uma compreensão aprofundada.

Partimos da questão norteadora: Quais são os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB e traçamos como hipótese inicial a compreensão de que os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de produtos para a merenda escolar por agricultores familiares em Jacaraú-PB dizem respeito ao aporte de informações para a sustentabilidade ambiental, para a alimentação saudável e para o desenvolvimento local inclusivo, a que os agricultores têm acesso uma vez que se tornam membros do PNAE.

Vale ressaltar que não tivemos dificuldades em ter acesso às informações sobre o PNAE propriamente dito. Ressaltamos apenas as limitações ocasionadas pelo contexto pandêmico vivido nos últimos dois anos (2020-2022). A pandemia e, conseqüentemente, o isolamento social ocasionado por ela limitaram o nosso acesso a alguns espaços públicos que tiveram seus serviços reduzidos por decretos municipais. A pandemia também limitou nossa participação em alguns momentos formativos e de articulação dos próprios agricultores, conforme já descrevemos ao longo dos capítulos, por terem que se adequar aos encontros *on-line* como medida de segurança para o grupo.

O contexto pandêmico também nos limitou de conviver, nos dois últimos anos, período que condiz com o tempo da pesquisa/mestrado, com o ambiente de alimentação escolar dentro da própria escola, uma vez que toda a rede municipal de ensino de Jacaraú-PB esteve funcionando apenas por meio do ensino remoto. Diante dos apontamentos que fizemos até aqui, podemos afirmar que esta pesquisa nos permitiu chegar às seguintes considerações:

Falar da vivência e experiência trazidas pelos agricultores fornecedores e demais membros que constituem o PNAE em Jacaraú é compreender o papel social transformador que os sujeitos vêm desempenhando diariamente na realidade das escolas, nas ações comunitárias, nos modos de produção, na forma de ver, ser e estar no mundo.

Com ações planejadas e intencionadas, a execução do PNAE tem proporcionado formas de envolvimento e de participação da população local em decisões que afetam diretamente suas condições de vida, a alimentação com soberania alimentar de centenas de alunos, a geração de renda e a valorização do trabalho na agricultura familiar, a troca de experiências e o intercâmbio de saberes entre os agricultores, a melhoria das condições ambientais à população de modo geral e a efetividade na reprodução de suas comunidades, que também podem ser denominadas como espaços de seus lugares de vida.

Nossa pesquisa evidenciou que é iniciativa da gestão municipal assegurar a participação dos agricultores familiares no fornecimento de alimentos para o PNAE. Como os próprios membros da gestão disseram, e nosso estudo constatou, a potencialidade de Jacaraú-PB está na agricultura. Assim, tem sido objetivo do Programa e dos que atuam em sua operacionalização proporcionar as condições para o protagonismo dos agricultores. Por exemplo, incentivando a participação, garantindo comercialização e preço justo para seus produtos ou multiplicando esses espaços/experiências como ações pioneiras, mas propícias a se estenderem por todo o município.

Atualmente, o Programa conta com a participação de aproximadamente 35 agricultores, entre homens e mulheres. A grande maioria é residente nos assentamentos rurais do município e a gestão municipal tem buscado assegurar que, além dos 30% assegurados por lei como obrigatórias à aquisição de produtos da agricultura familiar, uma contrapartida mensal seja feita.

A operacionalização administrativa do PNAE tem se encarregado de sanar os desafios apresentados pelos agricultores para assegurar o fornecimento de alimentos, inclusive assegurar cada vez mais um número maior de agricultores. A gestão do PNAE também tem traçado estratégias de favorecer a aquisição de produtos orgânicos e produzidos prioritariamente por meio de práticas agroecológicas.

Como umas das mais recentes iniciativas reveladas durante nosso estudo, o município já está agindo na certificação do selo SIM (Serviço de Inspeção Municipal) para os agricultores do município. Neste caso, ressaltamos que os dados apresentados nesta dissertação evidenciaram que com o selo SIM poderá ser assegurada uma maior participação das mulheres como fornecedoras de alimentos. Além disso, devemos considerar que o município já registrou a participação feminina no fornecimento de bolos e doces, mas teve que ser revisto porque as mulheres ainda não apresentavam o selo de inspeção.

As ações propostas pelo PNAE agregam um significativo aspecto educativo na perspectiva da Educação Ambiental para os sujeitos envolvidos e para as regiões contempladas. Recentemente, o município publicou editais diferentes para produtores orgânicos e convencionais. A ação foi vista como propulsora do trabalho e valorização dos produtores orgânicos. O município também tem investido nos ciclos de formação para agricultores, merendeiras e demais envolvidos/as no Programa.

Verificamos ainda que o CAES tem uma atuação positiva e concreta. Ele tem em sua composição a representação dos mais diversos segmentos da sociedade e vem desempenhando seu papel de controle social realizando visitas às escolas, aos depósitos de merendas, às unidades de produção, acompanhando também as reuniões de planejamento e organização das ações, a elaboração dos editais e chamadas públicas, o processo de transporte e armazenamento dos alimentos, entre outras ações próprias do Conselho.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido até que sejam de fato comprados e consumidos apenas alimentos orgânicos. No relato dos entrevistados, não há uma fiscalização rígida que assegure essa garantia. No entanto, valorizar e destacar os agricultores que já trabalham com esses princípios tem sido estratégia de mudança adotada pela gestão do programa.

No relato dos colaboradores de nossa pesquisa, registramos práticas que muito se aproximam dos princípios que regem a Educação Ambiental Popular. Trata-se de ações que se diferenciam das práticas de educação ambiental convencional, pragmática, preocupada unicamente em evidenciar problemas e desastres ambientais porque são ações/iniciativas que consideram todos os seres vivos e suas relações, os sujeitos, suas experiências, seu cotidiano, seus saberes e suas histórias como significantes e pertinentes ao planejamento e execução dos feitos.

As atividades e iniciativas desenvolvidas no contexto do PNAE caracterizam-se como propostas educativas ambientais de uma prática de cunho político-pedagógico que possibilita às pessoas a compreensão dos processos históricos e políticos que criaram a realidade na qual elas estão inseridas, os meios necessários para o desvelamento dessa realidade e as condições possíveis para a sua superação. Uma Educação Ambiental Popular que tem como eixo norteador a realidade concreta e cotidiana das pessoas/grupos envolvidos, considerando o conhecimento produzido por eles, suas visões e leituras de mundo (BARBOSA, 2002).

Agricultores familiares realizam cotidianamente ações sintonizadas com a Educação Ambiental Popular. A presente pesquisa apontou caminhos que precisam ser percorridos para que consigamos resultados mais expressivos com a Educação Ambiental Popular. É necessário que haja uma maior interação entre escola, comunidade/agricultores, gestão do PNAE, gestão municipal, lideranças comunitárias e outras representações da sociedade atuando e fomentando as ações em torno da Educação Ambiental Popular. Iniciativas que envolvam homens, mulheres, crianças, idosos, todo

aquele/a que se sentir representado e integrante deste coletivo que enxerga a natureza não como uma fonte inesgotável de recursos a serviço da sociedade, e que se reconhece como parte constituinte da natureza, da qual depende integralmente para sua sobrevivência.

Por meio dessas iniciativas, podemos ver crescer a participação do povo protagonizando uma Educação Ambiental que é do povo, para o povo e com o povo. Tudo isso porque é uma educação feita de princípios que respeitam a base, constituem-se da história e contemplam as realidades desse povo.

Entre os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, identificamos um considerável desenvolvimento socioeconômico local e ambiental. Os espaços de socialização apresentam indícios da construção de uma prática agroecológica e sustentável como iniciativas dos próprios agricultores. Eles também apresentaram ações de organização e articulação em grupos, cooperativas, associações como ferramentas de organização popular.

Além disso, também foi verificado que a operacionalização do PNAE age como propulsora da Educação Ambiental Popular entre os agricultores e outros sujeitos envolvidos no PNAE. As iniciativas do programa apontam indícios do protagonismo de agricultores familiares, que também são pais de alunos, no fornecimento de alimentos e na soberania alimentar e ainda na capacidade de auto-organização dos agricultores em outras iniciativas de cunho sustentável dentro do município. Como exemplo, a Bodega Agroecológica.

Entre os achados da nossa pesquisa, também foi percebido que os agricultores que participam como fornecedores de alimentos para a merenda escolar através do PNAE são os mesmos agricultores que mantêm uma participação ativa também em outros ciclos, espaços e programas. A impressão que nos passou é que a participação no PNAE contribui para o empoderamento e formação desses sujeitos, de modo que eles se sentem aptos e capazes de ocupar determinados lugares que antes não viam como possível.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 103-119, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10469>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- AMADOR, Fabrício Eduardo. **Os jardins agroecológicos: relações pedagógicas entre educação ambiental e agroecologia**. 2014. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ, Seropédica-RJ.
- ANDRADE, Adelina Severina da Silva. **A produção da merenda escolar no Brasil: a descentralização como política de gestão (1993-2000)**. 2002. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.
- BARBOSA, Malba Tahan. **Educação Ambiental Popular: Estudo de caso sobre a experiência do Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Taquaril**. 2002. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição [on-line]**, v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732009000500001>. ISSN 1678-9865. Acesso: em 15 jul. 2021.
- BEZERRA, José Arimatéa Barros. **Comer na escola: significados e implicações**. 2002. 251f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza.
- BRANDÃO, Carlos R. STRECK Danilo R; (Orgs). **Pesquisa Participante. A partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias e Letra. 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): Alimentação Escolar**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 09 jun. 2020.
- BRASIL. Lei nº 11. 947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 12 jun. 2020.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção Docência em Formação).

CALIXTO FLORES, Raúl Educación popular ambiental. **Trayectorias [en línea]**, v. 12, n. 30, p. 24-39. 2010. ISSN: 2007-1205. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=60713488003>. Acesso em: 13 dez. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 13 dez. 2020.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIGUEIREDO, J. B. A. Educação Popular e Educação Ambiental: @ educador ambiental popular numa perspectiva descolonizante. *In*: STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013. p. 15-32.

GOMES, Ludmir dos Santos. **Alimentação Escolar: práticas de agricultores cearenses como fornecedores para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2019. 83f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

GUIMARÃES, Paula Rosane Vieira. **Políticas públicas de alimentação no processo modernizador: saberes oficiais e saberes populares sobre a merenda escolar em Criciúma nos anos 60 e 70 do século XX**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma-SC.

GUIMARÃES, Leonardo Durval Duarte. **Agroecologia e Educação Agrícola: alternativa sustentável para agricultura familiar no município de Seropédica**. 2011. 63 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. revista. Tradução de Maria Viviana V. Resende. Brasília: MMA, 2006.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, Ano 20, n. 35. p. 174-198, jan./abr. 2017. ISSN: 1806-6755. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. Mapeando as macrotendências político-ideológicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. *In*: ENCONTRO “PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL”, 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto, SP: [s.n.]. Disponível em:

https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Layrargues_e_Lima_-_Mapeando_as_macro-tend%C3%AAs_da_EA.pdf. Acesso em: 14 mai. 2021.

LEITE, Ivonaldo Neres. Sobre a Educação Ambiental Popular: bases e perspectivas. *In*: XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 25., 2020, Salvador. **Anais...** Salvador, BA: UFBA. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/8326-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. ISSN: 2595-7945. Acesso em: 28 mai 2021.

LEITE, Ivonaldo Neres. História, educação ambiental e políticas: uma retrospectiva da realidade brasileira e uma abordagem sobre os seus desafios. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas-SP, v. 15, n. 63, p. 306–319, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i63.8641186. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641186>. Acesso em: 2 mai. 2021.

LEITE, Ivonaldo Neres. Agroecologia e desenvolvimento: história, perspectivas e desafios. *In*: PEREIRA, Antonio Alberto; LEITE, Ivonaldo. (Orgs.). **Educação do Campo: Agroecologia e a Luta pela Terra no vale do Mamanguape-PB**. João Pessoa: Ideia, 2014.

LEITE, Ivonaldo Neres. Reconfigurações do campo pedagógico: educadores sociais e as perspectivas da educação ambiental popular. **Pesquiseduca**, Santos-SP, v. 05, n. 09, p. 164-181, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/206>. Acesso em: 23 mai. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Aparecida do Carmo. **Práticas Educativas em Agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana**. 2011. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.

LOPES, Sara Regina Souto. **A dimensão pedagógica da agricultura familiar: A alimentação escolar aproximando o consumo e a produção**. 2015. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, C. F.B.; LAYRARGUES. P. P. Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100004>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MAGRI, Geisy Graziela. **O papel da Educação Ambiental Popular e da Agroecologia em escola rural: estudando e aprimorando a formação socioambiental de**

- professores(as). 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.
- MARTINS, Josenei. **Pedagogias Agrícolas: continuidades e rupturas: uma abordagem educacional sobre transições agroecológicas**. 2013. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./ dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875> Acesso em: 17 jun. 2021.
- VELOSO, Najla. Entre camelos e galinhas, uma discussão acerca da vida na escola. *In*: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (Coords.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola/v2016**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental, Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental, UNESCO, 2007.
- NEGREIROS, Fauston. **A merenda escolar e seu potencial em face da segurança alimentar em Guaribas-PI**. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE.
- PEREIRA, Antonio Alberto; LEITE, Ivonaldo. (Orgs.). **Educação do Campo, Agroecologia e a Luta pela Terra no vale do Mamanguape-PB**. João Pessoa: Ideia, 2014.
- PEREIRA, Antonio Alberto; NASCIMENTO, Erivan Manuel do; SILVA, Márcio Gomes da; OLIVEIRA, Rogério Leandro de. **Educação do Campo, Agroecologia e técnicas de manejo**. João Pessoa: Ideia, 2012.
- PÉREZ HERNÁNDEZ, María de los Angeles. La educación popular ambiental, concepción metodológica a favor de una pedagogía sustentable. **Mendive: Revista de Educación**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 506-523, May 2021. ISSN 1815-7696. Disponível em: <https://mendive.upr.edu.cu/index.php/MendiveUPR/article/view/2345>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n. 4, p. 909-916, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>. Acesso em: 28 mai. 2021.
- PIEPER, Daniela da Silva; SANTOS Thiago; PIMENTEL Renan. Meio Ambiente e Justiça Ambiental: A Educação Ambiental como práxis social. **REGET**, v. 5, n. 5, p. 696 - 704, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/223611704142>. Acesso em: 16 mai. 2021.
- REGO, Thelmely Torres. **Formação em Agroecologia: programa do contestado da AS-PTA**. 2016. 313 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- RIBEIRO, Antonio Geraldo Alves. **Concepções sobre Educação Ambiental e as contribuições da Educação Popular**. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, *Campus Aeroporto*, Uberaba-MG.
- SANTOS, Sérgio Ribeiro dos; COSTA, Maria Bernadete de Sousa; BANDEIRA, Geovanna Torres de Paiva. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Rev. Salud Pública**, v. 18, n. 2, p. 311-322, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15446/rsap.v18n2.41483>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- SCHWARTZMAN, F.; MORA, C. A. R.; BOGUS, C. M.; VILLAR, B. S. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 12, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00099816>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- SILVA, Andreany dos Santos. **Saberes e práticas socioculturais de populações assentadas e suas relações com saberes escolares**. 2013. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém.
- SILVA, R. A.; TORRES, M. B. R. Sustentabilidade e educação ambiental na agricultura familiar: o caso de uma cooperativa no semiárido potiguar. **Desenvolvimento. Meio Ambiente**, v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 300-313, dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v55i0.73169>. Acesso em: 28 dez. 2021.
- SILVA, Elmo Rodrigues da; SCHRAMM, Fermin Roland. A questão ecológica: entre a ciência e a ideologia/utopia de uma época. **Cadernos de Saúde Pública [on-line]**, v. 13, n. 3, p. 355-365, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000300002>. Pub. 14 ago. 2001. ISSN 1678-4464. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000300002>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- SILVEIRA, Pedro Sergio da. **Pegadas agroecológicas: história e práticas educativas de grupos de agroecologia**. 2016. 254 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal De Viçosa, Viçosa-MG.
- SOUZA, Tiago. **A educação ambiental popular: contribuições em práticas sociais. Motricidades: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, v. 2, n.1, p. 60-70, 2018. Disponível em: <https://motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2018-v2-n1-p60-70>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- SOUZA, Tiago Zanqueta de. **A extensão popular em Educação Ambiental e seus processos educativos**. 2017. 307f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos; São Carlos.
- STOLARSKI, Márcia Cristina. **Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004**. 2005. 160f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- STOREY, Christine. **Representações Sociais e Meio Ambiente: Participação de um grupo de mulheres no planejamento de uma intervenção de Educação Ambiental**

Popular urbana em Manaus, Amazonas. 2003. 190 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade [on-line]**, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>. Epub 10 jan. 2011. ISSN 1984-0470. Acesso em: 24 ago. 2021.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas-SP, v. 16, n. 2, p. 20–42, 2015. DOI: 10.20396/san.v16i2.8634783. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634783>. Acesso em: 25 jun. 2021.

VIEIRA, Thaile Cristina Lopes. **A relação educação e agroecologia: um estudo sobre experiências em escolas do MST, No Paraná.** 2018. 254 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava-PR.

ZANELLI, Fabricio Vassalli. **Educação do Campo e territorialização de saberes: Contribuições dos intercâmbios agroecológicos.** 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

APÊNDICES

Apêndice 1: Roteiro de entrevista com representantes da Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO POPULAR**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

O presente roteiro de entrevista é elaborado em função do projeto de pesquisa de dissertação intitulado **“EDUCAÇÃO POPULAR E SUSTENTABILIDADE: um estudo sobre os aspectos educativos não formais no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB.”**, o qual está sendo desenvolvido por ANA MARIA GOMES RIBEIRO, estudante do mestrado em educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, sob matrícula 20201000620, com orientação do Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite. A pesquisa tem como principal objetivo analisar os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares.

Representantes da Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

1. Conte-me um pouco sobre você (idade, estado civil, escolaridade, profissão, tempo de atuação e função que exerce no PNAE).
2. Como funciona atualmente o PNAE no município e quantos agricultores participam do fornecimento de produtos da Agricultura Familiar?
3. Quais são os desafios enfrentados por sua função no PNAE para a execução do Programa?
4. A Secretaria de Educação conta ou já se reuniu com outras secretarias e repartições municipais para discutir e planejar as ações do PNAE no município? Como se dá esse processo?
5. Existem entidades e órgãos envolvidos, como associações e sindicatos, na mobilização para a compra dos produtos da Agricultura Familiar? Como eles atuam?

6. Como ocorrem os processos de elaboração da lista dos produtos solicitados, do cardápio da merenda escolar e dos editais e divulgação das chamadas públicas para os agricultores do município?
7. Como se dá a participação do Conselho de Alimentação Escolar? Quais são suas considerações sobre a atuação do CAE?
8. Ao longo do desenvolvimento do Programa, a Secretaria de Educação fomenta as ações do PNAE junto aos agricultores? Se sim, quais as principais ações realizadas?
9. Quais estratégias o município vem adotando para garantir a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, conforme determina a Lei 11. 947? Como você avalia o processo de aquisição desses produtos?
10. Como você analisa as ações de execução do PNAE do ponto de vista do desenvolvimento local?
11. Como você analisa a execução do PNAE do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento do hábito de alimentação saudável?

Apêndice 2: Roteiro de entrevista com representantes dos Agricultores fornecedores do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO POPULAR

ROTEIRO DE ENTREVISTA

O presente roteiro de entrevista é elaborado em função do projeto de pesquisa de dissertação intitulado **“EDUCAÇÃO POPULAR E SUSTENTABILIDADE: um estudo sobre os aspectos educativos não formais no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB.”**, o qual está sendo desenvolvido por ANA MARIA GOMES RIBEIRO, estudante do mestrado em educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, sob matrícula 20201000620, com orientação do Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite. A pesquisa tem como principal objetivo analisar os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares.

Representantes dos Agricultores fornecedores do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

1. Conte-me um pouco sobre você: idade, estado civil, escolaridade, profissão. Há quanto tempo participa do PNAE? Como se deu sua participação?
2. Enquanto um Agricultor Familiar, como você descreve sua forma de organização do trabalho e cultivo?
3. Qual a sua opinião a respeito do desenvolvimento do PNAE no seu município?
4. Como você considera o seu conhecimento sobre as ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar? Tem acesso fácil às informações sobre o PNAE?
5. Participa de algum grupo ou cooperativa que trate da agricultura familiar? Se sim, como ela se organiza?
6. Quais produtos você fornece? Você já os cultivava ou precisou se adequar à lista de pedidos?
7. Você considera que o PNAE melhorou sua forma de produzir e de vender? Quais as principais mudanças que você percebeu?

8. Quais os principais desafios enfrentados por você para participar do fornecimento da merenda escolar no seu município?
9. Ao longo da execução do PNAE e durante o tempo de fornecimento dos produtos, você recebe algum apoio ou orientação dos representantes da gestão municipal do programa? Se sim, como se dá essa orientação?
10. Como você vê o seu papel social enquanto um agricultor familiar que produz e fornece alimentos para a merenda escolar?
11. Participando do PNAE, o que você tem aprendido sobre assuntos como sustentabilidade ambiental, alimentação saudável e desenvolvimento local/comunitário?

Apêndice 3: Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado (a) participante,

Esta pesquisa é sobre a “**EDUCAÇÃO POPULAR E SUSTENTABILIDADE: um estudo sobre os aspectos educativos não formais no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB**”, o qual tem o objetivo de analisar os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB.

Está sendo desenvolvida pela pesquisadora **ANA MARIA GOMES RIBEIRO**, aluna do Mestrado em Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite.

A finalidade deste trabalho é conhecer como se dá o processo de fornecimento de merenda escolar por agricultores familiares no município de Jacaraú/PB considerando, principalmente os aspectos educativos não formais presentes no processo. Dessa forma, possibilitando a sistematização das informações acerca do desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município, o que poderá ser material para compreensão e aprimoramento das ações desenvolvidas.

Solicitamos a sua colaboração para participar da entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo para a dissertação e/ou eventos da área de humanas e publicar em revista científica (se for o caso). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde, de acordo com a **Resolução 466/12 da CONEP/MS**. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a).

Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do (a) Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a) responsável

Dúvidas ou esclarecimentos: amgs_aninha2010@hotmail.com

Apêndice 4: Carta de anuência da Secretaria Municipal de Educação

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMEDUC	
---	---	---

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro que acolho o projeto de pesquisa **EDUCAÇÃO POPULAR E SUSTENTABILIDADE: um estudo sobre os aspectos educativos não formais no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB**, desenvolvido pela mestrandia **ANA MARIA GOMES RIBEIRO**, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sob a orientação do Prof. **Dr. IVONALDO NERES LEITE**, cujo objetivo é analisar os aspectos educativos não formais presentes no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento dos requisitos da Resolução 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Igualmente informamos que para ter acesso a coleta de dados nesta instituição, fica condicionada à apresentação à Secretária de Educação, da Certidão de Aprovação do presente projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Tudo como preconiza a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde.

Ciente dos objetivos e métodos que serão desenvolvidos neste Projeto, concordo em apoiar o seu desenvolvimento.

Jacaraú/PB, em 01 / 12 / 2020.

Maria Verônica M. Damascena
Secretária Municipal de Educação
Matr. 200893

Assinatura e carimbo do/a responsável da instituição

Apêndice 5: Quadros de organização da análise de conteúdo

Quadro 8: 2ª ETAPA: EXPLORAÇÃO DO MATERIAL – CODIFICAÇÃO

Questão 1: Conte-me um pouco sobre você: idade, estado civil, escolaridade, profissão. Há quanto tempo participa do PNAE? Como se deu sua participação?			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
Agricultor A	O PNAE há quatro anos, to entrando para cinco. A minha participação foi...foi comunicado na assembleia. Na assembleia, comunicaram que quem quisesse participar do PNAE tava aberto as vagas. Então, como é uma coisa simples, o agricultor chegar na secretaria de agricultura e fazer um projetozinho com o menino de lá mesmo, da secretaria. Fiz o projeto e depois só fui comunicar. A presidente, a presidente que avisou. Os presidentes de associações quando abre as inscrições do PNAE todos eles são informados para comunicar.	A minha participação foi...foi comunicado na assembleia. Na assembleia, comunicaram que quem quisesse participar do PNAE tava aberto as vagas.	Comunicação nas assembleias e associações
Agricultor B	Tenho 59 anos e sou natural de Pernambuco. Hoje tá completando 37 anos que eu cheguei aqui na Paraíba e desde que começou esse assentamento que eu moro aqui. Já vai fazer 24 anos. Eu tenho o ensino médio, sou casado e tenho um casal de filhos. Sempre trabalhei na agricultura e tenho algumas outras experiências com apicultura, artesanato, mas	Tem um edital que é colocado e se dá um prazo para que os agricultores se inscrevam. E geralmente quando um sabe, outros vão conhecendo também. A gente sabe também pelo Conselho de Desenvolvimento Rural	Comunicação nas assembleias e associações

	<p>o básico da vida sempre foi a agricultura. Acho que comecei no PNAE no primeiro mandato de João Ribeiro. E agora nestes dois de Elias. Já caminha para mais de dez anos. Tem um edital que é colocado e se dá um prazo para que os agricultores se inscrevam. E geralmente quando um sabe, outros vão conhecendo também. A gente sabe também pelo Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Jacaraú que avisa que vai sair o edital, a chamada pública. Tem também a média dos preços que é em discussão lá no Conselho também.</p>	<p>Sustentável de Jacaraú que avisa que vai sair o edital, a chamada pública.</p>	
<p>Agricultor C</p>	<p>Sou natural de Caaporã - Paraíba, na divisa com Pernambuco e vim pras bandas daqui, no caso, pra Cural de Cima, por causa das lutas pela terra em 1998. Cheguei aqui com 14 anos. Por aqui me instalei, fiquei no processo da terra que durou 10 anos e consegui fazer faculdade, terminei o ensino médio e fiz o magistério no colégio Vidal de Negreiros em Bananeira. Na UFPB, concluí o curso de Pedagogia. Foi a primeira turma de Pedagogia pelo PRONERA na UFPB. Sou agricultor, tenho um lote no Assentamento Jardim, sou beneficiário da reforma agrária e participo tanto aqui em Jacaraú com a questão do PNAE e com a Bodega Agroecológica. Sou solteiro, meu estado civil é solteiro, mas tenho família. Minha esposa e dois filhos. Tenho 38 anos. No PNAE eu estou fornecendo há dois anos. Começou mais pela amizade que eu tenho com o pessoal, principalmente com Rogério. Ele me informou que tinha essa possibilidade de eu participar do PNAE. Já que eu sou de Cural de Cima, ele disse que tinha alguns produtos que quando faz a seleção o pessoal não tem para fornecer aí eu posso indicar você. Eu disse: Me diga quais são os produtos e eu me organizo para fornecer. Aí, eu participei ano trasado, ano passado e esse ano também. Já são três anos com esse ano.</p>	<p>No PNAE eu estou fornecendo há dois anos. Começou mais pela amizade que eu tenho com o pessoal, principalmente com Rogério. Ele me informou que tinha essa possibilidade de eu participar do PNAE.</p>	<p>Fornecimento de produtos</p>

	<p>E esse ano tá um pouco diferente eu participo do PAA, do PNAE. Na verdade eu coloco produtos agroecológicos. Tem uma linha que é de agroecológicos, produtos orgânicos.</p> <p>[É a primeira vez que há essa distinção entre os produtos?]</p> <p>É a primeira vez. E começou pela Bodega. Eu estou participando dessa forma.</p> <p>[Tem alguma interferência você ser residente em outro município?]</p> <p>Exatamente. Primeiro é o pessoal do município. Se o município não tiver, aí eles vão abrindo para os municípios vizinhos, mas a prioridade é o município.</p>		
Agricultor D	<p>Sou agricultor, sou casado. Meu serviço é agricultura mesmo. De estudo só fiz até a 6ª série, não deu mais pra fazer até aqui. Tava esperando fazer esse ano, mas não teve mais o EJA aqui, aí não deu pra mim estudar. Eu vivia ali em Salvador Gomes. Depois de lá eu vim pra aqui e não saí mais daqui não. Eu participo faz uma base de...eu era pra ta com uns oito anos já, mas deu um problema nos meus documentos aí só tô com uma base de quatro anos. Eu fiquei sabendo nas reuniões do Conselho Municipal em Jacaraú. Eu fazia parte lá também. Aí fiquei sabendo que vinha o COOPERAR e o pessoal da prefeitura também comunicou lá. A gente ficou sabendo lá e entrou porque a proposta era muito boa. Todo ano agora a gente faz.</p>	<p>Eu fiquei sabendo nas reuniões do Conselho Municipal em Jacaraú. Eu fazia parte lá também.</p>	<p>Comunicação nas assembleias e associações</p>
Agricultor E	<p>Estudei o 5º ano e no 6º desisti. O trabalho, né...muito cansativo, a agricultura enfada. Então, pra gente escolher estudo e trabalho. Também foi um pouco de interesse. Se eu tivesse tido um pouco mais de interesse tinha seguido...hoje</p>	<p>A gente tem a mercadoria, tem que ter pra onde botar ela. Tem tempo que falta comprador e tendo esses projetos pra gente é uma boa. E até o preço é melhor. E graças</p>	<p>Garantia de mercado</p>

	<p>me arrependo. Trabalhei na agricultura com meu pai desde pequeno. Chegou um certo tempo que eu saí de casa, fui fazer minha vida fora. Só que não dava pra sobreviver. Construí minha família, um salário mínimo já não dava. Aí eu vendo aquelas terras lá parada e eu vendo os outros trabalhando, aquilo me incentivou. Tem meu irmão também que já trabalhava com pai, já. Eu chamei ele e disse, rapaz vamos trabalhar. Tem esse monte de terra aí parada. Ele é mais novo que eu. Ele não queria esse negócio de agricultura. Ele trabalhava com pai, mas não queria muito se envolver. E eu sempre aconselhando. Foi tempo que eu saí da usina, arrumei uma mixaria lá e investi na agricultura. Irrigação, essas coisas. Comprei um carro pra carregar as mercadorias.</p> <p>[Onde o senhor morava antes de vir para o Assentamento?]</p> <p>Eu morava em Camaratuba. Eu trabalhei na AGICAM, terminei e fui trabalhar na Miriri. Comecei a puxar cana, mas é cansativo demais. Fui pra Miriri querendo algo a mais, mas deu errado. Sempre você não passa de peão mesmo. Aí pensei, rapaz, vou trabalhar pra mim.</p> <p>[O senhor tem filhos?]</p> <p>Tenho. Tenho uma filha e dois filhos. Hoje tem seis anos que eu estou na agricultura. Tenho também um serviço de taxista. Eu tenho um táxi mas, não dá. É fraco demais. O meu foco mesmo, do que eu estou sobrevivendo é da agricultura. Eu tô fazendo minha casa lá no sítio. Meu pai é do assentamento. Eu vivia lá desde o início, só que eu saí e quando voltei resolvi fazer minha casa na parcela porque lá a gente tá de dentro.</p>	<p>a Deus já botei mercadoria, já tem pedido pra essa semana e tá aí, graças a Deus tá dando tudo certo.</p>	
--	---	--	--

	<p>[E no PNAE, como se deu sua participação?]</p> <p>Meu pai já participou uns anos atrás, mas só que ele estava afastado. Aí a partir do momento que eu cheguei eu falei pra ele que ia botar mercadoria. A gente tem a mercadoria. A gente não pode perder nenhum projeto não. O projeto que pitar aqui pra gente, a gente pega. A gente não pode perder nenhum não. No começo ele ficou meio cismado lá com umas coisas que aconteceu...negócio de política, por pessoas. Aí a gente fica meio chateado. Eu tô participando esse ano. Esse ano eu entrei. A gente tem a mercadoria, tem que ter pra onde botar ela. Tem tempo que falta comprador e tendo esses projetos pra gente é uma boa. E até o preço é melhor. E graças a Deus já botei mercadoria, já tem pedido pra essa semana e tá aí, graças a Deus tá dando tudo certo.</p> <p>[Além do PNAE vocês participam de outros programas?]</p> <p>Sim. Tem o PAA, tem o da CONAB. Terminei um projeto e já tá chegando outro.</p>		
<p>Agricultora F</p>	<p>Eu agradeço, primeiramente por você ter me convidado. Me sinto lisonjeada. Sou do Assentamento Jaracatiá desde sempre. Sou solteira e estou exercendo atualmente a função de Pedagoga como gestora da escola do Sítio Pitanguinha. Curso Pedagogia e faço parte de algumas instituições, associações que estão engajadas nesse meio da agricultura e da agroecologia. Tem mais ou menos uns quinze anos que minha família participa do PNAE. Aqui no município começou desde a gestão da ex-prefeita Cristina. Iniciou na gestão de Cristina. Foi lançado o programa e aí ela aderiu. A</p>	<p>Eu agora tô participando. Eu sou sócio na associação do Assentamento Boa Esperança. Antes eu não participava não. (Agricultor E)</p>	<p>Comunicação nas assembleias e associações</p>

	minha família tem feito esse acompanhamento da gestão de Cristina até a gestão desse prefeito atual.		
--	--	--	--

Questão 2: Enquanto um Agricultor Familiar, como você descreve sua forma de organização do trabalho e cultivo?			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
Agricultor A	<p>A rotina pra o agricultor hoje ter produção todo mês é todo mês plantar. Por exemplo, eu cultivo, trabalho com batata. Então, todo mês eu tenho que fazer uma planta de batata, uma conta, duas contas, meia hectares da batateira. Aí a macaxeira, por exemplo, a gente faz um plantio de macaxeira, que a macaxeira é seis meses, de seis em seis meses a gente já ta plantando. O feijão, se eu trabalhasse com feijão era todo mês. É três meses a colheita do feijão, então todo mês tem que plantar.</p> <p>[Tem algum desafio para manter esse ciclo de organização?]</p> <p>O tempo. O tempo e muitas vezes as condições.</p> <p>[Condições financeiras?]</p> <p>Também inclui. Pra mim muito pouco, mas eu vejo muita gente que a condição financeira inclui. Às vezes o agricultor ta sem o recurso de preparar a terra, aí, muitas vezes prepara, planta, a praga já vem e atrasa aquele plantio. Quando é, eu faço um plantio e a praga, lagarta, pulgão, por exemplo, vem e danifica a planta, aquele ali, se eu faço planta dele todo mês, aquele mês vai ser complicado.</p>	O tempo. O tempo e muitas vezes as condições.	Tempo e condições de trabalho

<p>Agricultor B</p>	<p>Tem. É uma experiência diversificada. Através do nosso histórico de vida também. Eu planto o básico. É feijão, jerimum, macaxeira, batata, milho, fava, eu gosto de plantar fava também. São coisas que eu faço todos os anos. E disso, alguma coisa eu coloco para o PNAE. Geralmente é isso que eu coloco para o PNAE.</p> <p>[Trabalha sozinho ou conta com a participação de mais alguém?]</p> <p>Familiar mesmo. Silvinha ajuda um pouquinho e Emanuel depois que ficou adulto dá uma contribuição.</p>	<p>É uma experiência diversificada. Através do nosso histórico de vida também. Familiar mesmo.</p>	<p>Experiência diversificada e participação familiar</p>
<p>Agricultor C</p>	<p>Tem sim. Eu diria que é mais trabalhoso, é mais difícil ser um agricultor familiar de produção orgânica, com tendência à agroecologia. Porque não é só a produção em si, mas a produção em si já dá uma diferença muito grande porque você não pode tá usando nenhum produto químico, nenhum agrotóxico. Então, pra você tá produzindo dessa forma tem mais dificuldade. Eu diria que fica mais caro porque você não consegue produzir numa mesma quantidade que um outro agricultor que produz com produtos químicos. Mas a gente vai tentando. Eu junto com a família em casa, somos só nós, eu, a esposa e dois filhos. Meus filhos, um tem quatro e o outro treze anos. O de treze já ajuda. Somos só nós mesmos. É um trabalho difícil, mas é prazeroso. Às vezes eu me pego pensando assim...vou colocar veneno aqui pra matar esse mato, pra você dar conta, às vezes, é complicado, mas aí me vem na consciência e a gente pensa... não, não, é melhor não. Não vale a pena. Se eu colocar não vai matar só o mato. Tem outros nutrientes e outros microrganismos que a gente quando começa a participar dessas coisas a gente começa a entender isso. Então é difícil mesmo, mas é prazerosa a produção.</p>	<p>Eu junto com a família em casa, somos só nós, eu, a esposa e dois filhos. Meus filhos, um tem quatro e o outro treze anos. O de treze já ajuda. Somos só nós mesmos.</p>	<p>Experiência diversificada e participação familiar</p>

	Quando você chega no final que vê o fruto você se sente valorizado.		
Agricultor D	Sempre tenho ajuda da família e trabalho todos os dias. Tem que preparar a terra, cortar. A gente com a família pode, a gente só não faz nada.	Sempre tenho ajuda da família e trabalho todos os dias.	Experiência diversificada e participação familiar
Agricultor E	Vai de acordo com o que você planta. Se você planta uma quantidade mais avançada, você não pode colher sozinho porque é muito serviço. A família também ajuda, sempre tá de dentro. Mas, a gente tem que contratar outras pessoas também porque a gente não dá vencimento. Lá pela comunidade mesmo. Isso já é um meio de vida, de renda pra eles sobreviverem também. Já esse tempo todinho eu trabalho com duas ou três pessoas por semana. Já é uma renda que cai dentro do assentamento e que eu tiro da terra. Tudo que eu tenho hoje é da agricultura. Faz seis anos que eu trabalho. Só nesta pandemia agora que complicou mais. Tudo caro. Veneno caro e você tem que usar pra ter uma mercadoria boa. Se você não tiver uma mercadoria boa, não tem comércio pra ela. Adubo tem que ter, se você trabalha e não usa, não dá. Se você não investir na terra, ela vai dar a você, mas depois ela come. Você tem que usar esterco de gado, de galinha e tudo isso é caro. Já ficou mais difícil pra o pequeno agricultor. Mas a gente vai levando.	A família também ajuda, sempre tá de dentro.	Experiência diversificada e participação familiar
Agricultora F	Sim. Claro que com as formações, porque somos de áreas de Assentamentos e estamos ligados às associações e a gente acaba desenvolvendo, a partir de algumas formações outros métodos de	Mas, é mais o método tradicional de promover o cultivo de algumas culturas.	Método tradicional

	produzir. Mas, é mais o método tradicional de promover o cultivo de algumas culturas.		
--	---	--	--

Questão 3: Qual a sua opinião a respeito do desenvolvimento do PNAE no seu município?			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
Agricultor A	<p>O desenvolvimento do PNAE, aqui em Jacaraú, eu acredito que seja bom. Tem contribuído bastante com os agricultores.</p> <p>[O senhor lembra se havia PNAE antes desses seus cinco anos de participação?]</p> <p>Tinha. Não do jeito que tá nessa gestão agora. Mas na gestão de Cristina tinha PNAE. Na gestão de João Ribeiro tinha o PNAE, só que era 30% do agricultor, da produção que era comprada. Essa gestão agora aumentou um pouco. Tá 50% por aí. Até porque a população que consome é baixa, aí não pode pegar muita coisa. Porque tem vários agricultores que produzem e vários fornecem, aí o fornecimento é pequeno para poder atender todo mundo.</p>	Tem contribuído bastante com os agricultores.	Valorização do trabalho na agricultura
Agricultor B	<p>Nossas informações também não são tantas enquanto agricultores, mas o PNAE tem um papel muito importante no município. Pra merenda escolar que chega na mesa das pessoas, das crianças e também para os agricultores. O preço é bom. É um dos melhores do mercado porque é feito um levantamento de preços e tirado uma média, mas esse preço é constante. No mercado oscila muito. Quando tem preço, não tem mercadoria. Quando tem mercadoria, não tem preço. E no PNAE isso ajuda muito. O preço é o mesmo o ano todo.</p> <p>[Os agricultores participam dessa decisão dos preços?]</p>	O preço é bom. É um dos melhores do mercado porque é feito um levantamento de preços e tirado uma média, mas esse preço é constante.	Garantia de preço justo

	<p>Os preços, geralmente, são discutidos num colegiado entre o Conselho Municipal e a EMATER. Eles pesquisam em mercados, feiras livres, nos supermercados e em outras formas de vendas ligados também ao preço do estado. Daí eles fazem uma média pra ver o preço que vai ser decidido aquele ano.</p> <p>[Assim como fazem com os preços, os produtos também são previamente pesquisados para ver a questão da oferta e das opções existentes no município?]</p> <p>É problema isso. Porque às vezes você planta e chegou a época de colher e não foi solicitado. Alguns produtos são perecíveis também. Por exemplo, pediram feijão verde e o feijão verde é aquela semana, se você não colocou, você já perdeu. O milho é a mesma coisa. Então, geralmente tem problema com essa parte. Com a macaxeira, jerimum, batata é mais fácil. Mas é muito importante o PNAE. É um passo importante tanto para o agricultor quanto para as escolas.</p> <p>[Existe um limite para cada agricultor fornecer?]</p> <p>Tem. A gente faz um projeto. Nem sempre a gente entrega tudo que se pede. É feita uma relação e a cada vez que se vai pedir, o grupo que é responsável pelo PNAE se reúne pra ver o que naquela semana vai ser priorizado.</p>		
<p>Agricultor C</p>	<p>Eu não tenho muito conhecimento de como ele funciona internamente. O que eu faço apenas é levar o projeto, participar como todo mundo participa e colocar os produtos no dia da seleção, no dia que pedem pra gente apresentar os produtos. Depois tem um cronograma com os cardápios que eles solicitam, no caso a nutricionista, e eles fazem o pedido. Eu não sei como funciona</p>	<p>Quando você tem o planejamento é mais fácil porque você vai seguir.</p>	<p>Planejamento</p>

internamente para decidir o cardápio e os pedidos. Sei que eles solicitam e a gente leva os produtos. Pra esse ano foi mais complicado porque a gente se organizava para colocar todo mês ou pelo menos de quinze em quinze dias. Esse ano tá sendo diferente por causa da pandemia e a gente não sabe o período certo que é pra colocar. Vai ter uma entrega agora na próxima semana e eu fiquei de colocar batata. Por sorte eu tô tendo agora. Tô até trazendo pra Bodega, mas foi sorte. Não tinha nada planejado. Quando você tem o planejamento é mais fácil porque você vai seguir.

[Os pedidos na pandemia estão numa quantidade maior ou diminuiram?]

Estão numa quantidade maior. Eu vou colocar 400 kg de batatas se fosse no normal seria 200 ou 250 kg. É uma quantidade maior que eles pegam apesar de tá sendo em pouco tempo, num período de tempo maior.

[Se essa mercadoria não fosse para o PNAE para onde ela seria destinada?]

Por conta exatamente da pandemia a gente no Assentamento Jardim e em outros assentamentos, a gente com a CPT tem feito bastante campanhas de alimentação. Então, a CPT junto com outras entidades conseguiu comprar de alguns agricultores e a nossa prioridade foi para quem tá participando das feiras agroecológicas, no caso dessa produção diferenciada que é os produtos orgânicos. A gente conseguiu vender mais pra esse grupo. A CPT só esse ano já comprou duas vezes. A gente também tem ainda as doações que fazemos para o município. Já doamos pra Curral de Cima e aqui pra Jacaraú também. Já doamos umas três vezes. Também pra um pessoal em

	<p>Cabedelo numa entidade que tem. Então, a gente conseguiu dar encaminhamento a alguns produtos dessa forma. Graças a Deus não vendi a atravessador ainda.</p> <p>[Como vocês agricultores ficam sabendo desses outros espaços de comercialização dos produtos?]</p> <p>Essas outras informações eu sei porque participo da associação dos orgânicos. Como a gente tem a Bodega a gente tem uma organização que faz parte de uma rede que a gente tem na CPT, no caso as Bodega e as feiras. Como a gente não tem a feira a gente decidiu vender na Bodega.</p>		
Agricultor D	<p>Pra mim tá muito bem executado.</p> <p>[Sempre foi bem executado?]</p> <p>Sempre não, mas agora nessa gestão tá sendo sempre bom.</p>	<p>Sempre não, mas agora nessa gestão tá sendo sempre bom.</p>	<p>Gestão articulada</p>
Agricultor E	<p>Pra mim é excelente. Se fosse direto, não tinha coisa melhor não. Se tivesse uma forma de botar mercadoria toda semana, todo mês ou pelo menos de 15 em 15 dias não tinha pareia não. Porque assim, você tem uma mercadoria que não espera. Eu tenho uma plantação de goiaba. Goiaba você tem que tirar três vezes por semana. Aí se você não tiver pra onde botar essa mercadoria. Se tivesse como esse projeto ser direto, você botar toda semana. Mas a gente tem que agradecer esses projetos que sai pra gente, já é uma forma de ajudar o pequeno agricultor. O preço também é excelente.</p> <p>[Se essa mercadoria não for para o PNAE qual será o destino dela?]</p>	<p>Mas a gente tem que agradecer esses projetos que sai pra gente, já é uma forma de ajudar o pequeno agricultor. O preço também é excelente.</p>	<p>Garantia de preço justo</p>

	<p>Rapaz...a gente tem que ir atrás de comprador. O atravessador. Que só compra pela metade do preço ou até por menos da metade. A gente às vezes perde mercadoria.</p> <p>[Você também participa de feiras?]</p> <p>Faço. Na verdade eu não gostava de feira de jeito nenhum. Gostava só de vender e pegar todo o dinheiro já de uma vez. Porque eu sabia o que fazia. Mas, nessa pandemia a gente não tem pra quem vender, então, a gente teve que cair nas feiras. Hoje eu tô nas feiras e só não faço mais feiras porque se eu fizer mais duas ou três feiras, a gente não trabalha, é só feira. Porque você colhe num dia, vai para a feira no outro. No outro dia colhe e já vai pra feira no outro. Aí, você não trabalha. É por isso que estou só com a feira de Jacaraú e Pedro Régis. Mesmo que você bote um cabra pra trabalhar, se você não estiver de dentro não é nunca a mesma coisa. Mas, a feira é o melhor canto de você apurar sua mercadoria, fora esse projeto que é um preço excelente.</p>		
<p>Agricultora F</p>	<p>Do início pra cá houve bastante modificações. Logo no início era através de licitações. Os produtores, os agricultores...era lançado o edital e eles davam os seus nomes e tinha a chamada pública. Aí eram selecionados aqueles agricultores que realmente oferecia o produto, mas também como todo edital, oferecia o produto com o menor preço. Então, aquele agricultor que conseguisse oferecer dentro do menor preço ofertado, com um menor valor, aquele produto era classificado. Com o tempo isso foi modificando. Os agricultores faziam seus cadastros de acordo com edital que o município lançava e aí não teve mais essa questão de você oferecer o menor preço. Porque aí o agricultor acabava sendo, a sua mercadoria acabava sendo desclassificada. Porque ele tinha um trabalho enorme, tinha o preço</p>	<p>Além de abraçar a questão da produção agroecológica, a produção orgânica. Dentro do município a gente tem uma organização que trabalha com isso. E aí, eles já fazem o abraço desses agricultores dentro do que a lei também sugere. Então, vem se modificando cada vez mais para melhor.</p>	<p>O trabalho com produções orgânicas e agroecológicas</p>

de mercado, mas na hora do edital ele tinha que lançar, para entrar na chamada, um preço menor do que o mercado oferecia. Aí foi feita umas modificações onde a própria gestão fazia uma pesquisa de preço, nas feiras das regiões e lançava o valor de acordo com o que estava dentro do mercado. Os agricultores que se lançavam eram chamados. Na gestão atual vem se modificando bem mais e para melhor. Tá atendendo um número bem maior de agricultores e não existe também essa política de lançar com um valor menor. Além de abraçar a questão da produção agroecológica, a produção orgânica. Dentro do município a gente tem uma organização que trabalha com isso. E aí, eles já fazem o abraço desses agricultores dentro do que a lei também sugere. Então, vem se modificando cada vez mais para melhor.

[Logo no início do programa havia essa distinção entre produtores orgânicos e não orgânicos?]

Não. Logo no início não. Era aberta a agricultura familiar. Todos os agricultores podiam colocar dentro do que o edital trazia. Porque no edital já traz a questão do tipo dos produtos, a produção que você pode colocar ou não. Então, logo no início veio um edital com alguns produtos que, por exemplo, nossa região não oferecia produção para isso. Então, não tinha esse cuidado e não tinha fiscalização, podemos dizer assim, para saber o que realmente era produzido dentro do município pelos próprios agricultores. Não tinha esse acompanhamento. Mas foi muito bom porque os agricultores começaram a aprender mais sobre o programa e ao procurar saber começaram a se desenvolver. Então, com o passar do tempo foi se modificando.

	<p>[Onde podemos identificar a valorização dos produtores orgânicos vinculados ao PNAE que você cita como avanço?]</p> <p>Primeiro pelo reconhecimento. No município nós temos a associação dos produtores orgânicos que atende aos municípios de Jacaraú e Pedro Régis. Mas a gente também tem famílias que são de Curral de Cima por causa do Assentamento Jardim e temos um ponto que é a Bodega Agroecológica. Esses produtores são cadastrados, são sócios nessa associação e por fazerem parte dessa associação eles recebem um certificado. Então, não é simplesmente você dizer que produz orgânico, você precisa ter o certificado de produtor orgânico para comprovar que a sua produção é orgânica. Não vai agrotóxico nenhum. Você apresenta esse certificado no lançamento do edital e aí sim você tem seus produtos com preços diferenciados do que o mercado oferece. Porque é uma cultura que requer também um cuidado bem maior que o tradicional. Você não tem tanta facilidade na produção como se fosse na agricultura tradicional onde você planta, vai lá e queima o mato todo com veneno. Você tem que limpar esse mato, você tem que cuidar daquela planta pé por pé com todo cuidado, fazer as podas, fazer tudo... ao invés de colocar inseticidas que são oferecidos pelo mercado, você produzir seu próprio produto para fazer esse controle de pragas e assim por diante.</p> <p>[Você exerce algum papel dentro da associação de produtores orgânicos?]</p> <p>Atualmente sou apenas membro. Ainda não cheguei a participar da mesa diretora.</p> <p>[Tem atualmente quantos agricultores sócios a essa associação de produtores orgânicos?]</p>		
--	--	--	--

	<p>Nós somos na faixa de 23 membros.</p> <p>[No espaço desta associação tem discussões formativas sobre essas temáticas?]</p> <p>Sim. Além dos acompanhamentos que a gente já vinha tendo. Porque o acompanhamento da produção agroecológica e da produção orgânica a gente já vinha tendo essas formações antes mesmo da associação. Porque como somos de áreas de assentamentos e a gente sabe que Jacaraú tem quatro assentamentos, a gente já tinha esse acompanhamento através da CPT que é a Comissão Pastoral da Terra que faz esse acompanhamento nas áreas. A Comissão Pastoral da Terra sempre teve esse cuidado de trazer formações para dentro dos assentamentos. Tanto envolvendo mulheres, crianças, jovens e adolescentes e, principalmente, tendo esse cuidado de dar continuidade ao processo de luta pela terra. Que é, justamente, dar continuidade a produção. O processo de luta pela terra ele vem com isso...de você ter a terra para se sustentar, retirar dela o seu sustento e aí eles sempre trouxeram essa política do cuidar. A gente tem a terra como nossa mãe. É dela que tiramos nosso sustento. Então, quanto mais a gente cuida dela mais ela vai nos dando retorno. Por isso que a gente já vinha tendo essas formações através da Comissão Pastoral da Terra e aí sentimos o desejo de reavivar. Porque a associação já existia dentro do município, só que ela estava desativada. Essa comissão de agora, a gente decidiu voltar e tomar a frente dessa associação que já existia e estamos trazendo essas formações para dentro também.</p> <p>[Na Associação dos Orgânicos todos os membros são de áreas de assentamentos?]</p>		
--	---	--	--

	<p>Agora acho que a gente tem apenas um que não é de assentamento e é sócio. Não sei se ela já adquiriu a carteira, mas estava para ser sócio. Todos os outros são de áreas de assentamentos.</p> <p>[Outros agricultores de áreas que não são assentamentos rurais também podem ser membros desta Associação?]</p> <p>Tem esse direito desde que eles trabalhem da forma que regem os requisitos que a associação pede. Isso nunca foi impedido. Hoje a associação atende apenas quatro assentamentos que são Jaracatiá, Novo Salvador e no município de Curral de Cima o Assentamento Jardim. Tinham de outros assentamentos, mas eles acabaram se desligando por não estarem de acordo com as questões que dizem respeito aos requisitos da associação, eles não entraram.</p>		
--	---	--	--

Questão 4: Como você ficou sabendo sobre as ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar em seu município? Tem acesso fácil às informações sobre o PNAE?			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
Agricultor A	Na assembleia. Eu considero fácil. Se participa das assembleias tem as informações. Se participa do conselho de desenvolvimento social tem essas informações. Porque essas informações vêm pra o conselho, do conselho vem para as associações passar para os agricultores.	Se participa das assembleias tem as informações. Se participa do conselho de desenvolvimento social tem essas informações. Porque essas informações vêm pra o conselho, do conselho vem para as associações passar para os agricultores.	Comunicação nas assembleias e associações
Agricultor B	<p>Tem que ficar atento. Aqui mesmo, nas reuniões da associação, a gente avisa todos os anos. E de fato, pouca gente aderiu. Porque agora melhorou muito, mas antes se passava até um mês pra receber. E o agricultor é aquilo...ele vende e já quer receber, assim muitos acabam entregando aos atravessadores por um preço muito pequeno. No geral, aqui a gente tentou informar para a comunidade. Ninguém pode dizer que não sabia. A gente tenta informar ao máximo. Fica difícil tentar saber porque são sempre as mesmas pessoas que botam. Mas, não é porque não teve informações. Mesmo aqui, as pessoas que mais produzem não estão no PNAE, mas eles sabem.</p> <p>[O senhor consegue identificar algum motivo que levaria esses outros agricultores a não participar das ações do PNAE?]</p>	Aqui mesmo, nas reuniões da associação, a gente avisa todos os anos.	Comunicação nas assembleias e associações

	Acho que o básico é não receber na hora o dinheiro. Tipo, entregou e já recebeu. Mas agora tá muito rápido, não tá tanto tempo assim não. Já teve tempo de se passar dois, três meses para receber, mas agora tá muito rápido, quinze dias no máximo.		
Agricultor C	Quando a gente tá participando mais. Levando em consideração que o agricultor tá no interior e que essas informações são mais central no município, se não tiver uma pessoa, uma organização que circule no município, como por exemplo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável ele facilita muito. Porque o agricultor que tá na base, lá no seu terreninho lá no interior, no final do município, ele consegue através do conselho. Porque tem gente participando. Mas se o agricultor não tiver participando de nada, ele não estiver organizado, aí é mais difícil ele saber dessas informações. Mas se ele tiver participando de algum grupo, entidade, associação ele ficará sabendo com mais facilidade.	Mas se o agricultor não tiver participando de nada, ele não estiver organizado, aí é mais difícil ele saber dessas informações. Mas se ele tiver participando de algum grupo, entidade, associação ele ficará sabendo com mais facilidade.	Comunicação nas assembleias e associações
Agricultor D	Fiquei sabendo nas reuniões da associação e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. É assim, qualquer um fica sabendo. Até quando tem reunião por aqui todos ficaram sabendo, mas não se interessaram muito, aí não quiseram. Todos os anos são os mesmo. Os outros acham difícil por causa do negócio de pagamento, porque demora um pouquinho. Eles gostam de vender e receber na hora.	Fiquei sabendo nas reuniões da associação e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.	Comunicação nas assembleias e associações
Agricultor E	Rapaz, foi com Rogério. Ele disse...tá saindo aí o PNAE. Você vai participar? Eu disse que queria participar e perguntei o que precisava. Ele disse que tinha que ter a DAP. Eu não tenho ainda a minha DAP.	Eles avisam nas reuniões, tem um grupo. Todo mundo fica sabendo.	Comunicação nas assembleias e associações

	<p>Meu pai tem a DAP, eu faço junto com ele e forneço a mercadoria. Já conversei com Pinheiro, vou tirar a minha e incentivei meu irmão a tirar também. A gente trabalha todos juntos. Tem que ter. Todos sabem. É fácil, fácil. Porque eles avisam a todo mundo, só não participa quem não quer. Eles avisam nas reuniões, tem um grupo. Todo mundo fica sabendo.</p>		
Agricultora F	<p>Na época, como eu falei, começou na gestão da ex-prefeita Cristina. No meu caso, como a gente sempre participou do Conselho Rural do município, das associações. E na época o então secretário de agricultura fazia parte e passou a questão do projeto. Porque também, esse projeto é lei dentro do país e aí vem para que todos os municípios aderissem a compra da agricultura familiar. Uma parte tinha que ser destinada da agricultura familiar. Pelo vínculo a gente ficou sabendo e foi aberto às associações que faziam parte do conselho e essas informações chegaram até a gente. Atualmente e desde o início, no Jaracatiá que é o assentamento que eu faço parte apenas a minha família que fornece desde o início. Depois, com o passar do tempo, iniciou com outras famílias, mas aí, não sei se eles não viram resultados ou não gostaram da experiência e não participaram. Hoje eu acredito que tem apenas três famílias lá do nosso assentamento.</p> <p>[Você consegue identificar quais motivos levaram essas famílias a não querer participar do PNAE?]</p>	<p>Pelo vínculo a gente ficou sabendo e foi aberto às associações que faziam parte do conselho e essas informações chegaram até a gente.</p>	<p>Comunicação nas assembleias e associações</p>

Olha, pela realidade da minha comunidade, eu acho que é a coragem de trabalhar. Mas assim, os desafios são grandes porque você tem que dar uma olhada... aquela pessoa que se dedica a agricultura ela vai conseguir tirar da agricultura tudo aquilo que ela almeja. Não adianta dizer que não tem como. Mas lá na comunidade existem pessoas que não acreditam que da agricultura a gente possa se sustentar totalmente ou que dela a gente possa tirar o nosso sustento. Às vezes porque quando você entra e assina o contrato do PNAE, se a macaxeira estiver lá no contrato 2,00 reais e no mercado ele estiver 1,50 tá com vantagem para o agricultor entregar para a prefeitura, mas às vezes por questão de inflação ou de alguma coisa o preço da macaxeira durante o ano subir, no contrato ele vai permanecer com aquele valor que você assinou o contrato naquele momento. E para algumas pessoas isso é desvantagem. Quando eles assinavam o contrato e tinham que fornece todo ano por aquele preço e no mercado o preço tava em dobro, às vezes. Então, eles achavam que isso não estava indo bem. Mas eles não entendem, no PNAE você está com uma renda fixa durante todo o ano e que vai ter todo mês. Dentro da política e agora que a gente tem um número maior de famílias, nem sempre os pedidos vão cair todos os meses para aquela mesma família. Eles vão ter que diversificar para atender todos os agricultores, mas isso não quer dizer que você vai ficar de fora. Então, você tem uma renda garantida. O objetivo do PNAE também é isso, para que o pequeno agricultor tenha onde escoar seu produto e tenha uma renda garantida durante todo o ano. E alguns preferem

tá vendendo aos atravessadores porque vai tá recebendo mais rápido.

[Existe um limite de crédito para cada agricultor fornecer?]

Tem um crédito que cada agricultor pode tá colocando. É muito difícil um agricultor colocar completo, mas tem. Eu não estou lembrada agora qual o valor real, mas tem um teto que cada agricultor tem que colocar durante o ano.

[Ter acesso a essas informações é fácil para qualquer agricultor?]

Hoje é bem mais fácil. E aí novamente eu coloco a gestão, porque a gente tem um acesso mais facilitado. Porque não se restringe apenas a Secretaria de Agricultura, nós temos hoje a Diretoria de Segurança Alimentar. Mas, mesmo assim, só com a Secretaria de Agricultura a gente tinha uma pessoa que era responsável por essa pasta e daí a gente conseguia todas as informações necessárias. Então, é muito fácil o acesso porque o edital é lançado e hoje qualquer pessoa consegue. Antes era um pouco mais difícil porque era uma coisa nova dentro do município. Nem todo mundo conhecia e ficava de um agricultor passando para outro aquilo que já conheciam, o que já colocou, porque tinha uma familiaridade de ser mais próximo do secretário, aí ficou sabendo, passou para outro e assim vai no boca a

	boca. Hoje não. Hoje é mais tranquilo. A gente sabe onde procurar.		
--	--	--	--

Questão 5: Participa de algum grupo ou cooperativa que trate da agricultura familiar? Se sim, como ela se organiza?			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
Agricultor A	Associação. Associação dos orgânicos. E a da comunidade. A associação dos produtores orgânicos é antiga. Eu não sei nem dizer quantos anos ela tem. Porque eu já peguei o barco andando. Sempre se reúne. Agora por causa da pandemia tamo tendo reunião virtual.	Associação. Associação dos orgânicos. E a da comunidade.	O associativismo fortalecendo a participação cidadã
Agricultor B	<p>A gente faz parte da Associação dos Orgânicos que se preocupa sobre isso. Tem também formação sobre esses programas da prefeitura, do município. Mas nesses dois anos de pandemia a gente praticamente não se reuniu mais. As informações básicas em relação à formação também é mais naquele dia em que se vai apresentar a chamada pública. Se insiste muito sobre a qualidade dos produtos, você saber que está colocando produtos para os seus filhos mesmo. Não estragados, nem muito maduro, nem verde. Não se discute muito a questão orgânica, infelizmente. A questão orgânica é uma vez ou outra. Essa questão dos venenos é muito complicada porque os nossos filhos acabam comendo veneno, porque a gente sabe que é muito veneno nos produtos hoje da agricultura.</p> <p>[Não há nenhuma fiscalização sobre isso?]</p> <p>Não, não. Na questão do veneno não. Até porque não há nenhum pré-requisito. Pra gente agora tá colocando com um preço melhor porque bota como produto orgânico. Tem já uma legislação que se você tiver e puder comprovar que você é um agricultor orgânico o valor do seu produto é bem maior.</p>	A gente faz parte da Associação dos Orgânicos que se preocupa sobre isso.	O associativismo fortalecendo a participação cidadã

<p>Agricultor C</p>	<p>Nos assentamentos já é uma coisa que é nessa linha, criou os assentamentos automaticamente já se criam as associações para dar encaminhamento às questões dos assentamentos, da comunidade. Essa associação aqui dos orgânicos, ela veio na verdade de um pessoal que sentiu a necessidade de produzir diferente, que não colocavam nenhum tipo de defensivo químico. Não usava outra coisa, deixava naturalmente mesmo. Esse pessoal decidiu trazer pra vender, só que era uma pessoa daqui, outra de Pedro Régis, outras dos outros assentamentos. Então, o pessoal resolveu se unificar pra tentar fazer isso. Aí criaram uma feira aqui em Jacaraú, que era chamada de feirinha da quinta-feira e criaram também essa associação. A associação foi criada em 2011, mas passou um tempo porque o pessoal desistiu, exatamente pela dificuldade de produzir e aí a partir do finalzinho de 2014 a gente começou nos assentamentos a se reunir com algumas pessoas que já faziam parte da associação e decidimos reabrir a feira. A associação tem muito esse viés e como a gente já tem na associação a gente já vem tendo isso de reuniões, participar de projetos, de algumas formação, capacitação. Quando é mais específico da feira, da organização nossa, que é a Bodega e a associação dos orgânicos, os agricultores vêm assim, eu me sinto mais identificado por aquilo, então vou participar. É uma questão mais diferente. É de você ver um novo jeito de produzir, mas não apenas de produzir e sim de você dar continuidade a sua família, a sua vida no seu lote e na sua comunidade. Tem um pouco dessa diferença do povo da associação dos assentamentos que é pelo objetivo da produção limpa, de entender que tem clientes que não podem comer produtos com alguns tipos de agrotóxicos porque os médicos já pedem. Então, o pessoal se identificou com essa lado e eu também fui nessa perspectiva de produzir diferente, de produzir limpo, sem veneno. Com a</p>	<p>. A associação tem muito esse viés e como a gente já tem na associação a gente já vem tendo isso de reuniões, participar de projetos, de algumas formação, capacitação.</p>	<p>O associativismo fortalecendo a participação cidadã</p>
----------------------------	--	--	--

	<p>pandemia a gente deu uma esfriada. A gente tava na feira e na Bodega e por não poder receber muita gente a gente fechou e depois de um ano a gente reabriu porque a pandemia pareceu dar uma baixa. Abrimos agora de novo faz três meses.</p> <p>[A associação está conseguindo se reunir nesse contexto de pandemia?]</p> <p>A gente faz reuniões online. Quando tem alguma documentação mais urgente pra resolver a gente faz presencial com três, quatro pessoas. A maioria delas foi e ainda tá sendo pelo aplicativo. Com um pouco de dificuldade porque tem alguns que não tem o aplicativo, outros não pegam ou não tem internet, então tem esse tipo de dificuldade, mas a gente tá conseguindo se reunir assim mesmo. Cada sócio paga mensalmente 5,00 reais que vai pra uso mesmo da associação. Se tem uma reunião ou viagem em João Pessoa, aí usamos desse dinheiro pra pagar as despesas.</p> <p>[Quantos membros a associação tem atualmente?]</p> <p>A gente tem 23 sócios, mas que estão participando mesmo a gente tá com 18. Alguns porque não conseguem acessar pelo celular e outros por outros problemas.</p> <p>[Todos os membros são de áreas de assentamentos?]</p> <p>Nem todos. Agora que a gente abriu a Bodega a gente tem uma senhora que participa e é daqui de Jacaraú, mas a maioria é de assentamentos.</p> <p>[Se outros agricultores quiserem participar da associação, é possível?]</p>		
--	---	--	--

	<p>A associação está aberta. Inclusive no estatuto dela rege isso. Qualquer pessoa que queira ser sócio tá aberto. Desde que seja dos municípios de Jacaraú, Pedro Régis ou Curral de Cima. Curral de Cima foi uma adesão que a gente fez depois. Aí tem que ser desses municípios. Tem que cumprir uma regrinha, por exemplo, participar de três reuniões consecutivas, tem que ter alguém da associação que apresente ele numa assembleia, o pessoal faz a votação e se ele for aprovado tem três assembleias consecutivas de experimentação. Vai passar por esse processo e passando vai fazer parte da associação. Tem algumas regras depois...caso você passe mais de três reuniões sem participar, três meses sem contribuir e sem dar nenhuma justificativa você pode sair fora do quadro de sócios.</p>		
<p>Agricultor D</p>	<p>Sim. A associação daqui e a de Jacaraú que é a associação dos orgânicos e também participo do sindicato.</p> <p>[O senhor fornece alimentos como agricultor convencional ou do grupo dos orgânicos?]</p> <p>Sou do grupo dos orgânicos.</p> <p>[O senhor considera importante participar dessa associação dos orgânicos?]</p> <p>Até aqui tô achando bom.</p>	<p>A associação daqui e a de Jacaraú que é a associação dos orgânicos e também participo do sindicato.</p>	<p>O associativismo fortalecendo a participação cidadã</p>

Agricultor E	Eu agora tô participando. Eu sou sócio na associação do Assentamento Boa Esperança. Antes eu não participava não.	Eu sou sócio na associação do Assentamento Boa Esperança.	O associativismo fortalecendo a participação cidadã
Agricultora F	A gente tem um grupo de mulheres no assentamento que participa da própria associação e também um vínculo porque o município agora tem a política do PAA que é municipal. Então, tem muitos grupos se organizando que é, justamente, para fazer justamente o escoamento da produção ser totalmente direcionada para o município. Então tem esse grupo de mulheres lá no assentamento de 8 mulheres mais ou menos. Eu participo também da AJC que é uma associação, é a Articulação da Juventude Camponesa que também tem...um dos eixos é justamente a produção para jovens que têm essa identificação com a terra e com a produção, principalmente a produção agroecológica. Isso está dentro do nosso estatuto e que está sendo beneficiado alguns jovens através dessa associação com projetos direcionados a essa área. Nós fomos contemplados...os assentamentos Jaracatiá e em Curral de Cima, Jardim, com duas estufas para produção de hortaliças dentro dessa política da agroecologia e da produção orgânica. A AJC é uma associação ligada ao estado. Assim como a CPT, a gente atende a todos os assentamentos que a gente tem cobertura. A gente atende por regiões. A gente separa como as questões diocesanas...o Vale do Mamanguape, o Litoral Sul, a Várzea e o Agreste. Esses assentamentos que estão dentro dessas regiões a gente tenta acompanhar de alguma forma para tá beneficiando. A associação ela tenta atender mais a questão da juventude, principalmente para que o jovem tenha essa autonomia de ter a sua própria produção, de ter sua própria renda. Não estar totalmente vinculado apenas a sua família.	Então, tem muitos grupos se organizando que é, justamente, para fazer justamente o escoamento da produção ser totalmente direcionada para o município.	O associativismo fortalecendo a participação cidadã

Questão 6: Quais produtos você fornece? Você já os cultivava ou precisou se adequar à lista de pedidos?			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
Agricultor A	<p>Batata, macaxeira, acerola, feijão verde, milho verde, abóbora.</p> <p>[Muda de um ano para o outro ou são sempre esses produtos?]</p> <p>Sempre são os mesmos produtos. Eu forneço sempre aquele que eu... eu não mudei minha maneira de produzir. Eu produzo aquilo que eu sempre produzia.</p> <p>[Se durante o ano surgir um produto novo no roçado, é possível acrescentá-lo na lista?]</p> <p>Pode botar. Só é o cara quando avisar que vai ter entrega do PNAE você falar. Ele vai perguntar o que é que você tem. Tem entrega para o PNAE, o que é que você tem? Se eu tiver batata, tenho macaxeira aí é o que eu vou botar.</p> <p>[Quem é essa pessoa que liga?]</p> <p>Pra mim sempre quem liga é Rogério. Só mais uma coisa, às vezes se ele não liga e a gente tem um produto e vê que vai se perder, a gente vai comunicar a ele. Por exemplo, acerola. Acerola é por período, né? No tempo da chuva a gente liga e diz: Olha...to com tantos quilos de acerola aqui tem como botar para o PNAE? Aí ele sempre abre uma brecha para que a gente não perca a mercadoria, a produção.</p>	<p>Sempre são os mesmos produtos. Eu forneço sempre aquele que eu... eu não mudei minha maneira de produzir. Eu produzo aquilo que eu sempre produzia.</p>	<p>Fornecimento de frutas e raízes</p>

<p>Agricultor B</p>	<p>Já os cultivava, agora aquele que eu forneço para o PNAE eu já aumento a quantidade. O milho, por exemplo, eu planto mais. A macaxeira eu planto um pedaço maior. A abóbora também numa quantidade maior. Como eu não trabalho com irrigação, a produção é temporária. Então a gente aumenta um pouco a quantidade e já coloca esses produtos também nos projetos que sou fornecedor. A manga também...a gente coloca pra merenda também, o caju também. O problema é que nem sempre a gente coloca. Faz a oferta, mas nem sempre consegue colocar esse produto. O caju, por exemplo, vai dar agora no final do ano e praticamente não teremos mais aulas, nos últimos dias de aula também não tem entrega. O milho, como eu já disse, é no mês de São João, caso haja por um motivo ou por outro quinze dias sem aula, aí o milho já secou. O feijão é a mesma coisa. Então, com isso a gente faz o projeto, mas nem sempre se coloca aquilo que você disse que ia colocar. Essa discussão eu já propus nas reuniões do PNAE. Que se leve em consideração os produtos de acordo com a época.</p> <p>[Entre os agricultores há uma grande quantidade fornecendo a mesma coisa ou vocês conseguem se diversificar bem atendendo a toda a lista?]</p> <p>Tem sempre uma grande oferta de feijão, macaxeira. É tanto que dificulta a organização de quem vai fazer essa divisão por conta da quantidade que é muito maior. Mas, boa parte tem produtos diferenciados também. Tem alguém com laranja, alguém que tenha banana, abacaxi.</p>	<p>O milho, por exemplo, eu planto mais. A macaxeira eu planto um pedaço maior. A abóbora também numa quantidade maior. Como eu não trabalho com irrigação, a produção é temporária. Então a gente aumenta um pouco a quantidade e já coloca esses produtos também nos projetos que sou fornecedor. A manga também...a gente coloca pra merenda também, o caju também.</p> <p>O problema é que nem sempre a gente coloca. Faz a oferta, mas nem sempre consegue colocar esse produto.</p>	<p>Fornecimento de frutas e raízes</p> <p>Desafios da produção</p>
----------------------------	--	---	--

<p>Agricultor C</p>	<p>Eu já os cultivava. Hoje é batata, inhame, feijão verde, macaxeira e milho. A gente oferece aquilo que tem e o que eu tinha era isso. Eu tenho muita vontade, não só de produzir para o PNAE, mas para todos os consumidores na feira-livre, aqui na Bodega e em qualquer outro espaço, é a questão das hortaliças. Mas, a dificuldade é imensa. Eu já comecei, já tentei, já produzi alface, cenoura, coentro, beterraba e pimentão. E eu quero muito produzir tomate, mas não tive condições. Consegui produzir tomate cereja ano passado, mas é muita praga. O desafio é o tempo, você precisa ficar bastante tempo por lá e a quantidade de pragas. Apesar de muita gente dizer que com as hortaliças o serviço é mais maneiro, mas requer mais cuidado e tem muitas pragas. Pra você fazer o manuseio delas requer muito tempo. Até que eu tenho um certo conhecimento nessas questões dos defensivos naturais pra combater, mas a praga do tomate eu não consegui ainda.</p>	<p>Hoje é batata, inhame, feijão verde, macaxeira e milho. A gente oferece aquilo que tem e o que eu tinha era isso.</p> <p>O desafio é o tempo, você precisa ficar bastante tempo por lá e a quantidade de pragas. Apesar de muita gente dizer que com as hortaliças o serviço é mais maneiro, mas requer mais cuidado e tem muitas pragas.</p>	<p>Fornecimento de frutas e raízes</p> <p>Desafios da produção</p>
<p>Agricultor D</p>	<p>Os produtos que eu boto é mais macaxeira, batata, banana às vezes, milho, acerola também. Eu sempre plantei isso. Eu já vendia por fora.</p> <p>[Se esse produto não fosse para o PNAE para onde iria?]</p> <p>Eu ia vender pras feiras mesmo e os atravessadores.</p>	<p>Os produtos que eu boto é mais macaxeira, batata, banana às vezes, milho, acerola também. Eu sempre plantei isso.</p>	<p>Fornecimento de frutas e raízes</p>
<p>Agricultor E</p>	<p>Batata doce, mamão, goiaba, milho verde, limão e macaxeira que é o que mais a gente planta. É assim, eu sou um cara que comecei a trabalhar cedo na agricultura. Sou um cara curioso e ando pelos cantos prestando atenção no que se adapta para você ter e colher. Eu só plantava feijão e macaxeira, só essas duas coisas. Quando você arranca a macaxeira, tá sem nada. Colheu o feijão, já fica</p>	<p>Batata doce, mamão, goiaba, milho verde, limão e macaxeira que é o que mais a gente planta.</p>	<p>Fornecimento de frutas e raízes</p>

	<p>sem nada. Aí, o que eu fiz...plantei coqueiro. Porque o coqueiro, você tira o cacho de côco e fica mais dois pra colher depois. A goiaba, você tira hoje e tira amanhã, mas se você tratar, você um fruto novo pra chegar. Eu tô investindo mais em coqueiro e na goiaba porque eu sei que toda semana eu tenho pra tirar. Vai ter a safra e vai ter a entressafra. Mas é um negócio que você não vai ficar plantando direto. Cuidando direitinho você tem toda semana. É complicado. Não é fácil, mas você trabalhando direitinho dá pra levar.</p>		
<p>Agricultora F</p>	<p>A gente já os cultivava. Não da maneira para a produção, escoamento. Apenas de uma forma mais pequena. Mas já os cultivava, todos eles eram cultivo já feito. É o milho, a batata...mais raízes. A produção maior é em raízes. Macaxeira, inhame e batata que é uma produção maior porque os pedidos também são maiores. Mas tem o feijão, tem o milho. A gente não trabalha com hortaliças, mas é também uma das áreas que o pessoal já faz.</p> <p>[Algum produto é mais difícil para sua família fornecer?]</p> <p>A gente como família seria a questão da hortaliça, mas aí devido ao próprio número de pessoas dentro da família a gente vê que não teria condições dessa produção ir pra frente porque é uma produção que requer um cuidado muito maior do que a produção de raízes e outras culturas. Então, a produção e hortaliças ela dá um pouquinho mais de trabalho. Não é só que dá trabalho, toda produção dá trabalho, mas é que ela requer mais cuidado e aí toma um tempo maior e teria que ter mais pessoas para tomar conta do cultivo.</p>	<p>É o milho, a batata...mais raízes. A produção maior é em raízes. Macaxeira, inhame e batata que é uma produção maior porque os pedidos também são maiores. Mas tem o feijão, tem o milho. A gente não trabalha com hortaliças, mas é também uma das áreas que o pessoal já faz.</p>	<p>Fornecimento de frutas e raízes</p>

Questão 7: Você considera que o PNAE melhorou sua forma de produzir e de vender? Quais as principais mudanças que você percebeu?			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
Agricultor A	<p>Melhorou. De certa forma melhorou.</p> <p>[Se essa mercadoria não fosse para o PNAE provavelmente ela iria para onde?]</p> <p>Para o atravessador. Muitas vezes se eu tivesse que botar mercadoria 100% para o atravessador, tô vendendo ao atravessador hoje, tô vendendo só 60%. O restante tem destino. Aí tem o PNAE que recebe, tem o PAA que recebe. Eu ainda diminuiria aí esses 60%. Eu botaria aí só 40% ta indo para o atravessador hoje.</p> <p>[Vendar para o atravessador traz prejuízo?]</p> <p>O desafio é que o atravessador tem o preço dele. A gente tem o produto vai vender para o atravessador, mas o atravessador tem o preço dele. E muitas vezes a gente se submete a isso para não perder a mercadoria.</p> <p>[É um preço justo?]</p> <p>Não. É abaixo do mercado. Porque, por exemplo, hoje eu tô botando um quilo de batata para o PNAE a R\$2,06... 2 e alguma coisa, um quilo de batata. Hoje a batata vender para o atravessador ta ok. Porque o saco ele ta pegando a R\$120,00. Mas tem época que o atravessador ta comprando o saco de batata a R\$40,00.</p>	<p>Muitas vezes se eu tivesse que botar mercadoria 100% para o atravessador, tô vendendo ao atravessador hoje, tô vendendo só 60%. O restante tem destino. Aí tem o PNAE que recebe, tem o PAA que recebe. Eu ainda diminuiria aí esses 60%. Eu botaria aí só 40% ta indo para o atravessador hoje.</p>	<p>Prejuízos de vender ao atravessador</p>

Agricultor B	Sim. Pra mim sim. Melhorou muito.	Sim. Pra mim sim. Melhorou muito.	Desenvolvimento e garantia de mercado
Agricultor C	De certa forma sim, porque eu produzia e o que desse eu vendia pra feira ou pra o atravessador. No PNAE não, você tem que ter um certo planejamento porque você vai oferecer aquele produto o resto do ano. De certa forma o programa ajuda você a se organizar melhor na sua produção. É claro que aí a gente precisaria que viesse uma assistência técnica que ajudaria você a se organizar melhor, mas com a experiência que a gente vai pegando a gente vai entendendo a melhor forma de plantar. Mas com certeza através do PNAE a gente se organiza melhor. No município a gente tem apenas um técnico da EMPAER hoje. Jamais um técnico vai ter condições de dar conta do tanto de agricultores que têm em Jacaraú. A gente tinha assistência técnica nos assentamentos quando era pelo INCRA no governo do PT em 2016, mas ainda não era tão de suprir a necessidade. Dava conta aquela coisa toda, mas ainda não era total. Porque o pessoal ia, passava no assentamento duas vezes por mês, não era o suficiente, mas já dava alguma coisa. Hoje com apenas Seu Pinheiro, ele só vai quando a gente solicita a ele. Mas imagina se todos fossem solicitar uma visita dele no lote...ele ia passar muitos anos pra ir em todos. Mesmo assim, ele é bem disponível para as questões burocráticas, as questões mais ali internas.	De certa forma sim, porque eu produzia e o que desse eu vendia pra feira ou pra o atravessador.	Prejuízos de vender ao atravessador

Agricultor D	Melhorou bastante. Melhorou mais porque a gente sabe que pode trabalhar mais que vai ter o canto certo da gente vender. A gente vendendo ao atravessador a gente vende hoje e depois fica esperando. Às vezes perde muito porque não tem quem compre a mercadoria. Pra mim melhorou muito.	Melhorou bastante. Melhorou mais porque a gente sabe que pode trabalhar mais que vai ter o canto certo da gente vender.	Desenvolvimento e garantia de mercado Prejuízos de vender ao atravessador
Agricultor E	Com certeza. Incentiva até a gente trabalhar mais. Porque a gente fica com foco. Vou trabalhar e para quem? Pra onde vou botar minha mercadoria? E com o PNAE não, no PNAE você tem a certeza que vão pegar sua mercadoria e isso incentiva você trabalhar mais pra ter aquela lavoura. Que nem agora...eu tô plantando muita batata. É menos custo e é só 4 meses. E no PNAE o preço é bom. Isso incentiva você a trabalhar bastante. Espero que sempre tenha esse PNAE pra continuar. Se fosse um projeto maior era melhor ainda. Porque é assim...pra o pequeno agricultor tudo é difícil. Se você não tiver o incentivo de uma pessoa pra você tirar algo pra você, você desiste. É pesado, não é fácil não. Eu trabalho dia e noite, os sete dias da semana. Às vezes eu não tenho nem tempo pra um lazer com a minha família, tenho que trabalhar. Eu e meu irmão trabalhamos 24 horas direto. Quando é no tempo de chuva a gente trabalha menos por causa da irrigação e quando é no tempo seco, a gente trabalha direto. Tem que irrigar.	Incentiva até a gente trabalhar mais. Porque a gente fica com foco. Vou trabalhar e para quem? Pra onde vou botar minha mercadoria? E com o PNAE não, no PNAE você tem a certeza que vão pegar sua mercadoria e isso incentiva você trabalhar mais pra ter aquela lavoura.	Desenvolvimento e garantia de mercado
Agricultora F	Sim, melhorou. Falo pela minha família, mas dando visibilidade enquanto projeto, muitas pessoas tinham medo de produzir ou diziam que a agricultura não tinha valor justamente porque eles não tinham esse direcionamento para o escoamento da produção. Então, não tinha para onde comercializar. E aí era muito do atravessador que ia na porta e comprava o produto com um valor bem menor pra poder passar pra outro feirante ou pra feira mesmo. E os agricultores não tinham essa prática de eles mesmos venderem seu próprio	Então, não tinha para onde comercializar. E aí era muito do atravessador que ia na porta e comprava o produto com um valor bem menor pra poder passar pra outro feirante ou pra feira mesmo. E os agricultores não tinham essa prática de eles mesmos venderem	Desenvolvimento e garantia de mercado Prejuízos de vender ao atravessador

	<p>produto. Eles produziam para vender pra alguém. O PNAE trouxe essa modificação de você produzir e não ter que passar pra um atravessador. Você mesmo entrega o seu produto, você mesmo recebe a sua renda de acordo com o que realmente é certo. Então, o PNAE trouxe isso. Em relação a conscientização a gente aprendeu, principalmente com as formações e a cultura agroecológica, que a gente não tá trabalhando apenas para se sustentar, mas para o sustento do próprio ambiente, da própria terra, da própria natureza. Então, uma coisa vai ajudando a outra.</p> <p>[Você considera o preço do PNAE um preço justo?]</p> <p>É um preço justo. É feito a base, as pesquisas de preço e batem aquele piso. Durante o ano o preço oscila no mercado porque a gente sabe que, por exemplo, estamos vivendo num momento em que tudo está acima de tudo. Então, o preço oferecido hoje para os agricultores que colocam produtos está de acordo com o que foi decidido lá no começo do ano, em fevereiro. O preço do mercado está totalmente diferente devido a conjuntura que estamos vivendo. Então, vai ter produtos abaixo? Vai ter. Mas em compensação você está tendo onde colocar seu produto e está tendo sua renda fixa. Por mais que você esteja tendo gastos por ter colocado alguém pra trabalhar e esse valor subiu em relação a diária, mas em compensação você tem sua renda garantida porque você é um agricultor que coloca para o PNAE.</p>	<p>seu próprio produto. Eles produziam para vender pra alguém. O PNAE trouxe essa modificação de você produzir e não ter que passar pra um atravessador. Você mesmo entrega o seu produto, você mesmo recebe a sua renda de acordo com o que realmente é certo.</p>	
--	---	---	--

Questão 8: Quais os principais desafios enfrentados por você para participar do fornecimento da merenda escolar no seu município?			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
Agricultor A	Eu não encontrei desafio ainda não. O desafio é saber qual é o dia da inscrição. Então, fazer a inscrição e botar mercadoria.	O desafio é saber qual é o dia da inscrição. Então, fazer a inscrição e botar mercadoria.	Acesso a informações e organização da produção
Agricultor B	A época da colheita e isso de você ter o produto e não conseguir colocar porque houve uma concorrência muito grande ou por um motivo ou outro na secretaria de não poder fazer a chamada naquele tempo hábil, aí você termina não colocando o seu produto. E isso de não haver uma discussão maior sobre o que você pode fornecer naquele tempo.	A época da colheita e isso de você ter o produto e não conseguir colocar porque houve uma concorrência muito grande ou por um motivo ou outro na secretaria de não poder fazer a chamada naquele tempo hábil, aí você termina não colocando o seu produto. E isso de não haver uma discussão maior sobre o que você pode fornecer naquele tempo.	Acesso a informações e organização da produção
Agricultor C	Muitos. Principalmente porque nossa produção é por período. Tem seis meses que chove, seis meses que não chove. Então, pra você produzir nesses seis meses que não chove é mais complicado. Então, você tem que pensar...na verdade é essa a iniciativa do PNAE, que você coloque os produtos ao longo do ano. Então nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, que são os meses mais críticos, a gente tem mais dificuldade. Quem tem mais organização, uma irrigação vai conseguir fazer isso. Agora quem não tem...Hoje eu já tenho, mas antes quando eu comecei era mais difícil porque eu só tinha produção até agosto no máximo. Então, às vezes eles me pediam mercadoria e eu dizia que não tinha. É um desafio porque é um compromisso nosso com o	Então, você tem que pensar...na verdade é essa a iniciativa do PNAE, que você coloque os produtos ao longo do ano. Então nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, que são os meses mais críticos, a gente tem mais dificuldade. Quem tem mais organização, uma irrigação vai conseguir fazer isso. Agora quem não tem...Hoje eu já tenho, mas antes quando eu comecei era mais difícil porque eu só tinha produção até agosto no máximo.	Acesso a informações e organização da produção

	<p>município, com os alunos principalmente e com a sua produção com a sua área. Tem dizendo lá no PNAE que se o agricultor não cumprir aquilo que ele disse que ia fornecer no ano seguinte ele pode ser penalizado e ficar de fora.</p> <p>[Existe um limite para cada agricultor fornecer?]</p> <p>Tem. É até 25.000 reais pra colocar quem tem DAP A. Quem tem DAP B é 8.000 reais, mas não pedem isso porque o município tem muita gente pra colocar. Se eles fossem atender a quantidade de agricultores que tem hoje no limite da DAP eu acho que do que se tem hoje, teria que cortar 50% dos agricultores para poder dar vencimento.</p> <p>[Sempre foi assim, com muitos agricultores?]</p> <p>Não. Não era muita gente não. Até mesmo nessa gestão agora nos dois primeiros anos não tinha tanta gente assim fornecendo. Depois do segundo ano foi que aumentou o número de agricultores. Eu acho que só tinha 12 ou 14 no máximo. Hoje tem mais de 30.</p> <p>[O que pode ter ocasionado esse maior interesse dos agricultores em participar do PNAE?]</p> <p>Primeiro a gestão que olhou melhor para os agricultores e a própria organização, por exemplo, o Conselho de Desenvolvimento Rural do Município. A gente tinha alguns agricultores, no caso, Silvinha de Novo Salvador foi presidente. Agora nós temos outro menino de outra comunidade que é presidente. Então, por essa organização</p>		
--	---	--	--

	que antes não se tinha, na verdade, antes os presidentes do Conselho era alguém ligado ao prefeito. Quando isso acontece é preocupante porque a sociedade civil fica desassistida. Nessa gestão os próprios presidentes das outras associações é quem tomam os encaminhamentos com o gestor, com a Secretaria de Agricultura. Essa organização veio a partir desse mandato, não tinha tanto conhecimento em outras anteriores. Não só pelo PNAE, mas em todas áreas o agricultor tem uma boa assistência aqui no município.		
Agricultor D	Não, não. Não tenho.	Não, não. Não tenho.	
Agricultor E	Desafio pra trazer a mercadoria tem gente que tem, porque não tem transporte, aí já é um desafio pra eles. Graças a Deus eu tenho um carro. Pra mim mesmo eu não tenho desafio.	Desafio pra trazer a mercadoria tem gente que tem, porque não tem transporte, aí já é um desafio pra eles.	Transporte e entrega de mercadorias
Agricultora F	Eu acredito que no momento a gente não tem enfrentado. Em alguns anos, devido a política de gestão mesmo, houve algumas dificuldades. Mas eu acho que foi pra todo município que enfrentou em relação a questão política mesmo. Tinha o fato dos mais próximos, questão de atraso no pedido e no pagamento, mas foi uma questão de política realmente. Hoje a gente não tem mais essa dificuldade. É um projeto acessível. Qualquer agricultor que esteja dentro dos requisitos que o projeto pede, pode ir lá e colocar seu nome à disposição. [São os próprios agricultores que se responsabilizam pela entrega dos produtos?]	Qualquer agricultor que esteja dentro dos requisitos que o projeto pede, pode ir lá e colocar seu nome à disposição.	Acesso a informações e organização da produção

	<p>Isso. Os próprios agricultores fazem a entrega nos dias que são pedidos.</p>		
--	---	--	--

Questão 9: Ao longo da execução do PNAE e durante o tempo de fornecimento dos produtos, você recebe algum apoio ou orientação dos representantes da gestão municipal do programa? Se sim, como se dá essa orientação?

ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
<p>Agricultor A</p>	<p>Após fazer o projeto a orientação é que se, por acaso eu não tenha a mercadoria, uma das orientações é, não comprar de fora. Eu tenho que ter o produto. Isso pra mim é um incentivo para que o agricultor possa trabalhar. Porque se eu trabalho, eu sei para onde vou botar minha produção e se eu faço meu planejamento na agricultura eu sei que nunca vou faltar com produtos. Se vou ter a batata, sempre vou ter a macaxeira, sempre vou ter o feijão, aí é um planejamento de cada agricultor.</p> <p>[Sobre “fazer o projeto” como ele é feito?]</p> <p>Esse projeto é uma coisa simples. Você chega lá para fazer a inscrição na secretaria de agricultura, quando chegar lá ele vai pegar todos os seus dados e o projeto é simples. Você vai dizer só o que você tem de produtos para fornecer durante o ano. Então, o agricultor, ele tem um limite de, eu não quero mentir, mas acho que seja de R\$20.000,00 por ano. Se você tiver produtos que cubra esse valor, você pode fornecer esse tanto. Porque a gente não fornece esse tanto? Porque nossos produtos são produtos que quase todo mundo produzem. Batata, macaxeira, feijão. Então, são produtos que coincidem com os outros agricultores, aí baixa a quantidade. Por exemplo, quem fornece a parte de folhas,</p>	<p>Isso pra mim é um incentivo para que o agricultor possa trabalhar. Porque se eu trabalho, eu sei para onde vou botar minha produção e se eu faço meu planejamento na agricultura eu sei que nunca vou faltar com produtos.</p> <p>Sempre antes de fazer essa chamada do PNAE eles se reúnem lá e fazem os preços. Os preços sempre são preços bons.</p>	<p>Planejamento da produção</p> <p>Garantia de preço justo</p>

	<p>folhagens, hortaliças... hortaliças é um desafio porque quase ninguém fornece. E aí é o que mais eles pedem.</p> <p>[Por que é desafiador fornecer hortaliças?]</p> <p>O cultivo. A hortaliça quer você de dentro do roçado todos os dias, de manhã à tarde. Você tem que tá de dentro direto. Requer mais atenção.</p> <p>[Na elaboração do projeto o agricultor tem acesso aos preços dos alimentos?]</p> <p>O preço tá na tabela quando a gente vai dizer a mercadoria, é a gente dizendo o produto e ele dizendo o preço de cada mercadoria. Sempre antes de fazer essa chamada do PNAE eles se reúnem lá e fazem os preços. Os preços sempre são preços bons.</p> <p>[Algum agricultor participa desse momento de decisão dos preços?]</p> <p>Não. É lá com eles. Eu acredito, eu não tenho todas as informações, mas acho que é um técnico da EMATER e a gestão. Porque o preço sempre vem pela tabela da CONAB só que ele faz uma tabela melhor. Todo ano sai uma tabela com o preço anual das mercadorias, ele estuda aquela tabela e faz o preço para que possa comprar o do agricultor.</p>		
Agricultor B	Pelo menos minha experiência até agora é mais aquela manhã de discussão na hora da chamada pública. Antes é feito um levantamento dos produtos, o quê que tem na lista	Antes é feito um levantamento dos produtos, o quê que tem na lista de projetos e quando você vai fazer a	Qualidade dos produtos ofertados

	de projetos e quando você vai fazer a demonstração tem uma discussão sobre a qualidade dos produtos, da responsabilidade, da entrega na hora certa, não chegar atrasado, levar aquela quantidade que foi pedido, não aumentar a quantidade porque já atrapalha outro e questão da qualidade. Mas isso é só no dia dessa entrega. Se tem outros encontros, eu não tenho conhecimento não.	demonstração tem uma discussão sobre a qualidade dos produtos, da responsabilidade, da entrega na hora certa, não chegar atrasado, levar aquela quantidade que foi pedido, não aumentar a quantidade porque já atrapalha outro e questão da qualidade.	
Agricultor C	<p>A gente tem sempre no início do ano quando a gente faz a reunião para a escolha dos produtos. A gente senta com esse pessoal, Secretaria de Educação, nutricionista, a Secretaria de Agricultura tá sempre presente, mas o que a gente tem o diálogo maior é com a Secretaria de Agricultura. Aí esse outro diálogo quando a gente tem alguma questão que quer colocar. O diálogo maior é entre a Secretaria de Educação e Nutricionista com a Secretaria de Agricultura. Com nós agricultores é mais da Secretaria de Agricultura. Mas se a gente tem alguma dificuldade, chama, conversa. Se eles precisarem também marcam uma reunião, senta, conversa, discute. Hoje, mais especificamente, tem uma nova diretoria que gerencia o PNAE, o PAA.</p> <p>[Os agricultores têm contato com o Conselho de Alimentação Escolar - CAE?]</p> <p>Alguns agricultores sim. Eu especificamente não tenho, mas outros agricultores já relataram que têm contato com pessoas desse conselho.</p> <p>[Sobre a diferenciação ocorrida este ano entre agricultores convencionais e orgânicos, como ocorre?]</p>	A gente tem sempre no início do ano quando a gente faz a reunião para a escolha dos produtos.	Qualidade dos produtos ofertados

	<p>A gente que é da associação dos produtores orgânicos...a gente tem que comprovar isso, que seu produto é realmente orgânico. Através de exames e tal. Algumas pessoas já vieram aqui na Bodega colher produtos e levaram para fazer o teste e depois vieram para dizer a gente que fizeram testes. Não nos comunicaram, mas depois vieram aqui e disseram que o produto é realmente orgânico. Pra gente passar por esse processo tem o MAPA que dá o certificado a esses agricultores. Então, todos os agricultores da associação dos orgânicos hoje têm esse certificado. Tem alguns que já tiveram antes. Por exemplo, Milson, foi um dos fundadores, ele tinha o certificado desde antes e agora a gente só fez renovar. E os outros agricultores que não tinham a gente tirou agora. Primeiro eles passam por esse processo de certificação. Então, o pessoal do MAPA veio umas três vezes nas áreas olhando. Através dele a gente recebe o certificado e pode comercializar os produtos.</p> <p>[Dentro do PNAE há diferença nos preços desses produtos?]</p> <p>Tem. No PNAE o produtor orgânico tem uma valorização de 30% do valor do convencional. Então, se a macaxeira tá R\$1,00, a do orgânico vai tá RS1,30.</p>		
Agricultor D	Eles dão orientação de como a gente vai botar, quais são os dias, a hora. Tudo isso ele orienta.	Eles dão orientação de como a gente vai botar, quais são os dias, a hora.	Qualidade dos produtos ofertados

Agricultor E	Rapaz...eu faço parte recente e até agora eles só fizeram pedidos. No começo perguntou quem queria, quem quisesse participar, mas a gente não tem outra orientação não. Quando precisa, ele liga e diz: Essa semana tem mercadoria. Quero tantos quilos, tal dia.	No começo perguntou quem queria, quem quisesse participar, mas a gente não tem outra orientação não. Quando precisa, ele liga e diz: Essa semana tem mercadoria. Quero tantos quilos, tal dia.	Planejamento da produção
Agricultora F	É...como eu falei. Antes não tinha essa política de orientação. Hoje e principalmente a partir de agora as orientações são bem mais. Justamente a questão da gestão. Sempre vai mudar de uma gestão pra outra. Hoje a gente conhece mais como é o funcionamento porque são passados. Não tem aquela formação de vir alguém da secretaria de nos dizer que a produção do PNAE é dessa forma ou de outra forma, mas os representantes como são ligados as próprias associações que tem dentro do município e que fazem esse acompanhamento está ligado também ao conselho, eles sempre passam essas informações, todas direitinho para que todos os agricultores possam ter acesso.	Não tem aquela formação de vir alguém da secretaria de nos dizer que a produção do PNAE é dessa forma ou de outra forma, mas os representantes como são ligados as próprias associações que tem dentro do município e que fazem esse acompanhamento está ligado também ao conselho, eles sempre passam essas informações, todas direitinho para que todos os agricultores possam ter acesso.	O associativismo fortalecendo a participação cidadã

Questão 10: Como você vê o seu papel social enquanto um agricultor familiar que produz e fornece alimentos para a merenda escolar?			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
Agricultor A	Esse papel aí eu acredito que seja muito importante até pela qualidade do produto que a gente fornece para as pessoas. Por exemplo, um produto que a gente fornece hoje é um produto que a gente não usa nenhum tipo de agrotóxico. Até hoje a gente não usou. Totalmente saudável. Na verdade a gente não usa nada. Planta lá e só faz cuidar, jogar uma aguinha. Então, eu acredito que seja um produto sadio. Então para a população, as crianças que se alimentam desse produto, eu acho que é um papel importante. Eu acredito que a gente esteja produzindo vida.	Esse papel aí eu acredito que seja muito importante até pela qualidade do produto que a gente fornece para as pessoas. Por exemplo, um produto que a gente fornece hoje é um produto que a gente não usa nenhum tipo de agrotóxico.	Qualidade dos produtos ofertados
Agricultor B	<p>Sempre que eu sei eu tento para que outras pessoas participem. Enquanto cidadão eu contribuo com isso. Digo que é importante, que o valor é bom, você se organiza para colocar. O transporte é a gente que se vira, mas quem sabe se em grupo, juntos, a gente conseguia levar num transporte só. Mas, até agora, os resultados são poucos. São sempre as mesmas pessoas. Agora, a importância do PNAE é muito grande tanto para quem produz como também o destino desses produtos. Antes para as crianças e agora para as famílias também por causa do tempo da pandemia.</p> <p>[Sobre se articular em grupos, vocês já fazem isso?]</p> <p>Sim, às vezes é por família. Sérgio leva com Batista, já levou de outras pessoas também, mas no momento cada um tá se</p>	Agora, a importância do PNAE é muito grande tanto para quem produz como também o destino desses produtos. Antes para as crianças e agora para as famílias também por causa do tempo da pandemia.	Princípios da soberania alimentar nas ações dos agricultores familiares

	<p>virando. Vejo essa possibilidade porque seria mais gente, aí podíamos ver um transporte maior.</p> <p>[Todos os membros da Associação dos Orgânicos são fornecedores do PNAE?]</p> <p>Boa parte participa do PNAE.</p>		
<p>Agriculto C</p>	<p>Eu avalio que apesar de ser um gesto mínimo, podia dizer que é um grão de areia no oceano, mas é de extrema importância. Porque hoje a gente vê aí a quantidade de pessoas que têm com algumas doenças muito perigosas. Tem comprovado, cientificamente, que algumas pessoas adquirem essas doenças por causa de produtos químicos. Eu me sinto um revolucionário apesar de que eu sei que é muito pouco o que eu faço diante da sociedade, mas que eu penso que essa mudança só vai acontecer a partir disso aí. Tem que ser um, outro que comece. Se nós formos esperar que venha um montante de gente fazendo revolução nessa questão de produção, não vai. Tem que começar por essas pequenas experiências. Hoje a gente tem aqui a Bodega Agroecológica, a gente tem as feiras em João Pessoa, tem alguns agricultores do município que comercializa aqui em Jacaraú. Por exemplo, na feira da quinta-feira ainda tem dois agricultores que não fazem parte da associação, mas os produtos deles são orgânicos. Eu me sinto um revolucionário e acho um papel muito importante. Não só apenas agora, mas para o futuro porque a gente vê essa produção orgânica e agroecológica não é apenas uma questão de produzir, mas a sua convivência com a família, com o meio ambiente, com os outros seres humanos. Eu através desse processo sinto que me tornei uma</p>	<p>Tem comprovado, cientificamente, que algumas pessoas adquirem essas doenças por causa de produtos químicos. Eu me sinto um revolucionário apesar de que eu sei que é muito pouco o que eu faço diante da sociedade, mas que eu penso que essa mudança só vai acontecer a partir disso aí. Tem que ser um, outro que comece. Se nós formos esperar que venha um montante de gente fazendo revolução nessa questão de produção, não vai.</p>	<p>Princípios da soberania alimentar nas ações dos agricultores familiares</p>

	<p>peessoa diferente. Diferente não na ideia de que sou melhor que os outros. Diferente em entender melhor, entender qual é... não só produzir diferente, mas sim produzir sem agredir a terra, sem agredir as pessoas, ser mais sensível para as coisas. Você vai aprendendo ali naquele meio e com a própria natureza.</p> <p>[Levar essa alimentação saudável e essas discussões para as crianças, como você avalia esse processo?]</p> <p>Pra tirar isso da cabeça de uma pessoa idosa hoje é complicado, mas quando você vai para a criança...a criança tá num processo de aprendizagem. Então, aquilo que você tá ensinando ele vai compreender muito melhor. Tem um impacto muito grande levar isso para as crianças. Não só a questão do cultivo, mas toda a sociedade. A partir da criança é que começa a mudar a consciência, a ter outra percepção. Acredito que a criança quando vê isso na sala de aula e traz pra casa, ela gera uma outra discussão com outras pessoas.</p>		
Agricultor D	Eu acho que é bom a gente trazer alimentos para nossas crianças do nosso município mesmo. É importante.	Eu acho que é bom a gente trazer alimentos para nossas crianças do nosso município mesmo. É importante.	Princípios da soberania alimentar nas ações dos agricultores familiares
Agricultor E	Sim, eu fico orgulhoso com isso porque eu trabalho, forneço a merenda para o PNAE e ela volta de novo para a minha mesa. Eu fico orgulhoso também porque eu gosto do que faço e orgulhoso de chegar assim nos cantos e ouvir as pessoas dizendo: Essa mercadoria veio de tal lugar. Tem muita gente que tem condições de comer, mas tem muitos que não tem. Pede a Deus que chegue essa comida na mesa. Então, eu fico	Eu fico orgulhoso também porque eu gosto do que faço e orgulhoso de chegar assim nos cantos e ouvir as pessoas dizendo: Essa mercadoria veio de tal lugar. Tem muita gente que tem condições de comer, mas tem muitos que não tem. Pede a	Princípios da soberania alimentar nas ações dos agricultores familiares

	feliz, orgulhoso demais com isso. A gente gosta de trabalhar e tá fazendo o município crescer.	Deus que chegue essa comida na mesa.	
Agricultora F	Um papel de suma importância. Porque assim, a gente não tá produzindo somente alimentos, a gente tá produzindo saúde. E aí eu falo na questão da produção orgânica, da produção agroecológica que tem diferença, mas as duas estão vinculadas de uma certa forma. A produção orgânica traz a princípio e como ponto principal a questão da valorização da saúde para todas as pessoas. A produção tradicional ela não tem esse cuidado. Ela tem apenas o cuidado com o capitalismo, de você ter o seu lucro. Quanto mais eu produzo, mais eu vou ter renda. A produção agroecológica e a produção orgânica não tem isso como principal ponto. Ela vem com o ponto do equilíbrio da natureza, da sua produção de forma saudável onde não vai agredir o meio ambiente, animais. Sua própria família vai trabalhar em conjunto com a natureza, com a comunidade, com tudo que envolve. A gente passa a ser...como eu posso dizer? Um ponto importante dentro de uma sociedade que visa mais o capitalismo do que uma coisa mais em comum, mais unida, mais sociável.	E aí eu falo na questão da produção orgânica, da produção agroecológica que tem diferença, mas as duas estão vinculadas de uma certa forma. A produção orgânica traz a princípio e como ponto principal a questão da valorização da saúde para todas as pessoas. A produção tradicional ela não tem esse cuidado. Ela tem apenas o cuidado com o capitalismo, de você ter o seu lucro. Quanto mais eu produzo, mais eu vou ter renda.	Princípios da soberania alimentar nas ações dos agricultores familiares

Questão 11: Participando do PNAE, o que você tem aprendido sobre assuntos como sustentabilidade ambiental, alimentação saudável e desenvolvimento local/comunitário?

ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
<p>Agricultor A</p>	<p>Dentro do programa PNAE com a gente agricultor nunca houve essa discussão não. Com a gente, né? Eu não sei se eles conversam com eles lá. Mas, como eu já falei, eu acredito que eles sabem, eles conhecem a produção da gente. Por isso que a gente é sempre procurado.</p> <p>[E nas associações... Vocês conversam sobre essas temáticas?]</p> <p>Nas associações é sempre conversado. Entre os membros do grupo a gente conversa, as vezes até quando tem gente com dificuldade com certas culturas a gente dá receita de defensivos naturais. Eu tenho aqui, não sei onde ta, mas eu tenho aqui uma receita. Aí a gente passa para um e para o outro essas receitas. Às vezes até de fazer um plano. Outro dia a gente estava numa conversa de fazer um planejamento, planejar a produção para que nunca falte. Então, a gente sempre faz dentro do grupo essa discussão.</p>	<p>Nas associações é sempre conversado. Entre os membros do grupo a gente conversa, as vezes até quando tem gente com dificuldade com certas culturas a gente dá receita de defensivos naturais. Eu tenho aqui, não sei onde ta, mas eu tenho aqui uma receita. Aí a gente passa para um e para o outro essas receitas. Às vezes até de fazer um plano.</p>	<p>Troca de experiências</p>
<p>Agricultor B</p>	<p>Nossa associação discute. Não diretamente sobre o PNAE, mas essas discussões sobre alimentação saudável, orgânica, formas de produzir, por exemplo, irrigações com placa solar, a questão dos defensivos naturais, a preocupação com os danos causados pelos agrotóxicos. Quando nos encontrávamos havia essa discussão. Era uma das nossas propostas também, ir nesse sentido. Nesses dois anos de pandemia, as coisas estão um pouco mais soltas. No PNAE não tem essas discussões. É mais</p>	<p>Nossa associação discute. Não diretamente sobre o PNAE, mas essas discussões sobre alimentação saudável, orgânica, formas de produzir, por exemplo, irrigações com placa solar, a questão dos defensivos naturais,</p>	<p>Alternativas sustentáveis de desenvolvimento</p>

	<p>em cima dos produtos mesmo. Discussões sobre como você produz, onde você produz e de que forma produz eu não tenho conhecimento se tem algum avanço nessa linha. Seria interessante que fosse acompanhado, até para não ter compras de outros intermediários. Você assina um termo de que o produto é saudável, que aquele produto é seu. Deveria ter mecanismos para olhar um pouco isso. Não é fiscalizar, mas acompanhar.</p> <p>[Quem elabora esse projeto que o senhor mencionou como sendo do agricultor fornecedor?]</p> <p>Tem um do PNAE no município. Uma equipe, uma coordenação. Essa coordenação tem Tássio, Cássia, Rogério e outros lá. E Rogério é responsável por essa parte dos projetos.</p>	<p>a preocupação com os danos causados pelos agrotóxicos.</p>	
<p>Agricultor C</p>	<p>Eles estão mais associados a outros espaços que eu já convivo, mas tem uma coisa que o PNAE traz é na hora da escolha de você apresentar seus produtos. Lá você consegue se encontrar com outros agricultores de outras áreas e consegue ter um contato mais presencial de saber como é a produção do outro, de trocar experiências. O PNAE pra mim hoje é esse veículo de você ter onde colocar sua produção, mas se é bem gestado com os agricultores ele pode criar uma relação não só entre a gestão, mas com agricultores do município. Por exemplo, eu sou da região sul e tem agricultores da região norte do município que a gente dificilmente vai se encontrar, mas quando tem esses momentos a gente pode se encontrar e trocar experiências. Eu acho que foi através do PNAE, por exemplo, têm pessoas que tinham uma maior vontade de criar peixes e a gente nunca teve essa oportunidade e hoje a gente tá tendo.</p>	<p>Lá você consegue se encontrar com outros agricultores de outras áreas e consegue ter um contato mais presencial de saber como é a produção do outro, de trocar experiências. O PNAE pra mim hoje é esse veículo de você ter onde colocar sua produção, mas se é bem gestado com os agricultores ele pode criar uma relação não só entre a gestão, mas com agricultores do município.</p>	<p>Troca de experiências</p>

	<p>Então, foi com essa discussão. Mas é claro que minha maior formação vem de outras experiências que tenho. Eu participei de grupos de jovens, de associações e isso vai lhe dando base pra você ir trilhando um caminho de produção diferente. Se for eu sozinho, no meu cantinho, lá distante no meu terreno fica mais difícil de você trilhar esses caminhos, mas quando você se organiza que vê com outros agricultores, outras pessoas a gente consegue trilhar caminhos diferentes.</p>		
<p>Agricultor D</p>	<p>Traz desenvolvimento e grande. Sempre incentiva a gente a plantar porque a gente já sabe onde vender. Tem até trator pra gente cortar terra, pra melhorar mais.</p> <p>[O senhor aconselharia outros agricultores a também se tornarem fornecedores do PNAE?]</p> <p>Pelo meu gosto mesmo era pra ter muitos agricultores daqui. Mas o pessoal é cismado porque quer vender e receber logo, mas eu mesmo gostaria que tivesse muitos. Conheço muitas pessoas que trabalham muito e não botam. O pessoal é acostumado a vender na feira ou ao atravessador e sempre recebe o dinheiro na hora, no PNAE não é assim.</p> <p>[Demora muito para receber?]</p> <p>Demora nada...uns quinze dias no máximo. Pra mim mesmo o importante é receber. Receber com um preço melhor, pra mim é bom demais. Lá a gente sempre aprende mais.</p>	<p>Traz desenvolvimento e grande. Sempre incentiva a gente a plantar porque a gente já sabe onde vender.</p>	<p>Desenvolvimento e garantia de mercado</p>

Agricultor E	Eu mesmo nunca participei. Eu acho que falta ainda algum técnico para fazer alguma coisa lá. Participar, orientar, né? A gente necessita disso aí. Porque assim, tem muita gente que planta uma coisa, mas não tem muita noção do que tá fazendo. Vai usar um inseticida e usa incorreto porque não tem experiência. E se tivesse pra gente era uma boa. Mas, assim, não é só uma vez na vida. É pelo menos de mês a mês. Realmente participar.	Eu acho que falta ainda algum técnico para fazer alguma coisa lá. Participar, orientar, né? A gente necessita disso aí. Porque assim, tem muita gente que planta uma coisa, mas não tem muita noção do que tá fazendo.	Assistência técnica especializada
Agricultora F	Dentro do PNAE sim. Porque a política do PNAE já é essa. Quando a gente pega...muitos não têm essa preocupação. Quando a gente pega o projeto tem muito disso. Se a gente pegar a lei, o projeto em si, ele traz tudo isso bem organizado. Dentro das organizações que a gente acompanha, que eu faço parte também traz essas questões da sustentabilidade, do convívio com a natureza, da alimentação saudável porque isso é o que move. A gente percebe o mundo onde tá cheio de coisa... com uma saúde danificada justamente por isso, pela não preocupação em você ter um produto de qualidade na sua mesa. Às vezes o produto é de qualidade, ele pode não ser bonito, mas ele tem uma qualidade excepcional aquele outros que está mais bonito. A gente visa muito a embalagem, podemos dizer. Não vou comprar tal abacaxi porque tá pequeno, esse outro tá maior e mais bonito. Mas esse outro, com o tempo e pela quantidade de produtos, vai danificar minha saúde. Diferente do outro que foi produzido de uma forma bem mais cuidadosa, com mais trabalho, com mais carinho e cuidado. Quando a gente produz agroecologicamente e de orgânica a gente trata o produto como se a gente estivesse cuidando de nós mesmos. Trata a terra, o produto que vai ser plantado, como vai ser colhido, a forma como ele vai ser tratado até o tempo de ser colhido.	Dentro das organizações que a gente acompanha, que eu faço parte também traz essas questões da sustentabilidade, do convívio com a natureza, da alimentação saudável porque isso é o que move. A gente percebe o mundo onde tá cheio de coisa...com uma saúde danificada justamente por isso, pela não preocupação em você ter um produto de qualidade na sua mesa.	Alternativas sustentáveis de desenvolvimento

Então, tem uma série de coisas que a gente acompanha na produção agroecológica e orgânica que a agricultura tradicional não dá. A gente tá valorizando saúde, reconhecendo a terra de uma forma diferenciada, não é apenas produzir para ganhar dinheiro. É produzir pra se sustentar, pra dar um sentido diferente, não só a sua vida, mas a vida do próximo. Porque quando a gente vende um produto que não tem boa qualidade, nós não estamos apenas nos ferindo, estamos ferindo também nossos clientes. A gente tem a Bodega Agroecológica e lá quando as pessoas chegam e dizem: Mas esse coentro tá tão pequenininho. A gente diz: Mas esse coentro tem saúde. Por que ele tem saúde? E a gente vai explicar como foi a forma que ele foi produzido.

[Você recomendaria a outros agricultores que participassem do PNAE?]

Sim. É uma coisa que a gente já faz. Algumas pessoas chegam e falam assim: Vocês vendem pra prefeitura, né? Eles não chamam de PNAE. Às vezes até os próprios pais comentam que os filhos chegam em casa dizendo que comeram uma comida gostosa. Claro que tem o preparo do pessoal de dentro da cozinha, mas quando o produto é de qualidade tudo isso tem diferença. Então, essas informações vão passando para outros agricultores que vão vendo...eu acho que é por isso que hoje a gestão atende um maior número de agricultores fornecedores do PNAE.

Apêndice 6: Quadros de organização da análise de conteúdo - Gestores

Quadro 9: 2ª ETAPA – CODIFICAÇÃO – ENTREVISTA COM MEMBROS DA GESTÃO DO PNAE EM JACARAÚ/PB

Questão 1: Conte-me um pouco sobre você (idade, estado civil, escolaridade, profissão, tempo de atuação e função que exerce no PNAE).			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
Gestor A	<p>Meu nome é RLO tenho 37 anos, sou casado, natural de Jacaraú - Paraíba. Escolaridade, eu tenho ensino superior completo. Sou formado em Ciências Agrárias e tenho especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo. Então, a minha função aqui é, eu sou coordenador da Diretoria de Segurança Alimentar e Economia Solidária – DSAES. Que é uma diretoria vinculada à secretaria de Ação Social. Essa Diretoria tem a função de trabalhar os aspectos da segurança alimentar como também da economia solidária. A gente faz o gerenciamento direto do PAA que é o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar que é o PNAE. Além desses, também estamos discutindo o PAA Municipal e a Renda Cidadã. São essas as funções dessa diretoria a qual eu estou à frente.</p> <p>Quando essa diretoria surgiu?</p> <p>Essa diretoria surgiu esse ano, no início do ano, no mês de abril foi o surgimento da diretoria. A gente já fazia esse trabalho desde 2017 só que a gente fazia vinculado à Secretaria de Agricultura e não tinha um setor específico. Então, com a reeleição do prefeito, a gente levou a proposta para ele de juntar isso tudo num lugar só e vincular ela à Secretaria de Ação Social porque o programa maior do município não é o PNAE, é o PAA. E o PAA, ele é</p>	<p>Essa Diretoria tem a função de trabalhar os aspectos da segurança alimentar como também da economia solidária. A gente faz o gerenciamento direto do PAA que é o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar que é o PNAE.</p>	<p>Segurança Alimentar e Economia Solidária</p>

	discutido dentro da Secretaria de Ação Social. Foi aprovado e hoje nós temos esse espaço aqui que está sendo utilizado para dar continuidade a essa política.		
Gestora B	<p>Sou M, sou nutricionista há sete anos. Sou pós graduada em Nutrição Esportiva Funcional, porém estou atuando aqui no PNAE já tem uns cinco anos. Entrei no primeiro ano, no mandato de Elias e estou no PNAE esses cinco anos. Minha idade...tenho 28 anos e sou solteira. A questão sobre, voltada realmente ao PNAE, o nutricionista em si ele não recebe formação na faculdade. É na ação, na prática que a gente vai aprendendo a manejar o conteúdo, tudo isso. Até porque, qualquer pessoa consegue entender como é que funciona o PNAE. Até pela própria legislação do programa. Ele é bem esclarecido. Porém, é muito mais complexo, tem muita coisa e por aqui ser um município que tem 3.300 alunos é muita coisa. Eu atuo em todas as áreas, em todos os setores do PNAE aqui. Desde a compra, dos pedidos da merenda, da distribuição, do recebimento da merenda como também a parte administrativa, que a gente tem que ter documentada todas as ações. Temos que ter relatado o POP que é o Procedimento Operacional Padronizado que é direcionado as merendeiras. A gente também tem o Manual de Boas Práticas que também que tem ser aplicado anualmente as merendeiras, não só as merendeiras, mas a toda a equipe que atua junto ao PNAE. E aí, não só elaborar esses conteúdos, mas também executar. Estar sempre repassando, apesar de ser eu sozinha aqui na secretaria. A gente tem a outra nutricionista que é concursada, só que ela tá de licença maternidade, então assim, a gente acaba delegando outras funções... por exemplo, para Cássia, para José que também é meu braço direito aqui. Não só isso, mas também a área de Educação Nutricional. A gente também atua na área de Educação Nutricional. Agora em pandemia é que realmente não tem essa ação, mas quando a gente estava em aula, a gente tinha essa jornada de Educação Nutricional e Alimentar nas escolas.</p>	<p>Eu atuo em todas as áreas, em todos os setores do PNAE aqui. Desde a compra, dos pedidos da merenda, da distribuição, do recebimento da merenda como também a parte administrativa, que a gente tem que ter documentada todas as ações.</p> <p>A gente também atua na área de Educação Nutricional. Agora em pandemia é que realmente não tem essa ação, mas quando a gente estava em aula, a gente tinha essa jornada de Educação Nutricional e Alimentar nas escolas.</p>	<p>Compra, recebimento e distribuição de merenda</p> <p>Educação Nutricional</p>

	<p>Porque aí a gente ia mais para as áreas de plantações, hortinhas com as crianças, com os maiores do fundamental a gente voltava as ações para palestrar educativas, ações educativas também, mostrando os alimentos que têm funcionalidade, traz benefícios e também mostrando os alimentos que trazem malefícios, os hábitos de consumo desses alimentos e o que eles acarretam na saúde deles. Então assim, essa parte de alimentação nutricional ela também é muito forte para educar. Hoje em dia muitas crianças só querem comer a merenda que leva ou então que compra nas escolas e isso acaba, as vezes, tendo um desperdício desnecessário e triste da merenda escolar.</p> <p>[A Secretaria de Educação oferece algum processo de formação continuada para você enquanto nutricionista do PNAE?]</p> <p>Não a secretaria em si, mas a gente tem os cursos do próprio FNDE. Tem a jornada de nutrição que o FNDE elabora anualmente. Esses últimos dois anos foi online. Mas é voltado mais para o nutricionista em si. Eu acho que deveria ser com todos que envolve o programa, desde a secretária até...</p>		
--	---	--	--

Questão 2: Como funciona atualmente o PNAE no município e quantos agricultores participam do fornecimento de produtos da Agricultura Familiar?

ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
<p>Gestor A</p>	<p>O PNAE aqui no município ele acontece com um grupo informal. Hoje são 35 agricultores que fornecem alimentos para a merenda escolar. Esse grupo é distribuído em dois. Tem um que é de agricultores convencionais, que é a maioria. E tem um grupo menor que são os produtores orgânicos, que fazem parte da Associação dos Orgânicos e que possuem um certificado de produtor orgânico. Então, quando foi elaborado, lançado o edital...isso também é uma novidade desse ano. A gente conseguiu fazer um edital com duas chamadas. Uma para agricultores orgânicos e uma para agricultores convencionais. Hoje nós temos 9 agricultores que são produtores orgânicos com certificados e o restante é agricultor convencional.</p> <p>Esses agricultores são todos residentes em Assentamentos?</p> <p>Os que são orgânicos sim são de áreas de assentamento. Os outros são de áreas além dos assentamentos. A gente tem um foco maior nos assentamentos...até porque a maior parte da produção do município acontece nesses assentamentos, mas nós temos também de outros sítios. Nós temos o pessoal de Lagoa da Mata, do Sítio Olho D'água, do Sítio Cajueiro, do Sítio Jatobá, do Sítio Timbó, do Macedo, tem esses outros agricultores além do foco nos assentamentos.</p> <p>Existem mulheres entre esses agricultores?</p>	<p>O PNAE aqui no município ele acontece com um grupo informal. Hoje são 35 agricultores que fornecem alimentos para a merenda escolar. Esse grupo é distribuído em dois. Tem um que é de agricultores convencionais, que é a maioria. E tem um grupo menor que são os produtores orgânicos, que fazem parte da Associação dos Orgânicos e que possuem um certificado de produtor orgânico.</p> <p>Os que são orgânicos sim são de áreas de assentamento. Os outros são de áreas além dos assentamentos. A gente tem um foco maior nos assentamentos...até porque a maior parte da produção do município acontece nesses assentamentos, mas nós temos também de outros sítios.</p>	<p>Grupo informal, agricultores convencionais e produtores orgânicos</p> <p>Assentamentos da Reforma Agrária</p>

	<p>A grande maioria é homem, mas também temos mulheres. Temos por exemplo, Maria Salete que é sempre ela, desde 2017. Nós temos o exemplo de Dona Maria José que é lá do Assentamento Antonio Chaves. Temos mulheres de Boa Esperança. Acho que nós temos 7 mulheres que fazem parte diretamente do programa.</p>		
<p>Gestora B</p>	<p>A chamada pública desse ano, se eu não me engano, participaram 34 agricultores.</p> <p>[Os agricultores precisam comprovar que residem em áreas de assentamentos rurais?]</p> <p>Sim. É feita toda uma pesquisa, avaliação, até chegar na contratação desses agricultores.</p>	<p>A chamada pública desse ano, se eu não me engano, participaram 34 agricultores.</p>	<p>Assentamentos da Reforma Agrária</p>

Questão 3: Quais os maiores desafios compreendidos por sua função no PNAE para a execução do Programa?			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
Gestor A	<p>Os desafios enfrentados, primeiro, é essa parte de estruturação que a gente precisa ter para o recebimento da mercadoria. Outro desafio é a distribuição das escolas porque a gente tá em adequação de transporte. Uma outra coisa que a gente bota como desafio é a questão da diversidade de produção do município. Se tivéssemos uma produção maior e mais diversificada a gente conseguiria comprar mais do agricultor. Esse desafio sempre aparece, a cada ano, a cada chamada.</p> <p>Quem articula a entrega?</p> <p>Quando vai ter entrega a gente se reúne. Eu, a pessoa responsável pelo recebimento da mercadoria, a nutricionista, às vezes a secretária e gente monta o pedido daquela semana, daquele mês. Agora a gente ta num sistema de cestas por causa da pandemia. Então, a gente ta fazendo distribuição de cestas a cada dois meses. A gente monta quais são os produtos e aí eu fico na função de entrar em contato com cada um, dizer a quantidade de cada um e eles vão organizar a produção e entregar no dia combinado. A gente recebe naquele espaço, faz a pesagem e libera eles.</p> <p>Existe alguma justificativa para a entrega das cestas estarem sendo a cada dois meses?</p> <p>Sim. A justificativa principal é a história da pandemia que não está tendo aula normal, aí então, o município decidiu fazer as cestas e entregar as famílias dos alunos. Como o recurso é pequeno, por que uma coisa é você pegar, por exemplo, um quilo</p>	<p>Os desafios enfrentados, primeiro, é essa parte de estruturação que a gente precisa ter para o recebimento da mercadoria. Outro desafio é a distribuição das escolas porque a gente tá em adequação de transporte. Uma outra coisa que a gente bota como desafio é a questão da diversidade de produção do município.</p> <p>Agora a gente ta num sistema de cestas por causa da pandemia. Então, a gente ta fazendo distribuição de cestas a cada dois meses. A gente monta quais são os produtos e aí eu fico na função de entrar em contato com cada um, dizer a quantidade de cada um e eles vão organizar a produção e entregar no dia combinado.</p>	<p>Desafios do fornecimento de alimentos da agricultura familiar</p> <p>Logística de distribuição dos kits de alimentação escolar</p>

	<p>de macaxeira e fazer uma janta, outra coisa é você distribuir um quilo para cada aluno. O recurso não dá para comprar produção mensal. Como a gente faz uma cesta maior, com uma diversidade de produtos não só com produtos da agricultura familiar, como também com os cereais que vêm dos mercados, aí o recurso a gente vai ver se consegue fazer quatro entregas. Já fizemos duas e faltam duas.</p>		
<p>Gestora B</p>	<p>O maior desafio do programa é a verba que vem direcionada do governo federal. É muito baixo o valor. Se não fosse a contrapartida do município, com certeza a merenda não seria da qualidade que a gente tem hoje no município. É um valor muito baixo que vem, se eu não me engano R\$ 0,36 centavos por alunos e dependendo do segmento de escolaridade. O aluno integral é R\$ 1,09 e creche também é nessa fase.</p> <p>[Esse valor vem específico para a aquisição da agricultura familiar ou para todos os itens de modo geral?]</p> <p>Não. É para toda merenda. O PNAE prioriza que 30% dessa verba seja da agricultura familiar. 30% é o mínimo, nós, graças a Deus, conseguimos manter na faixa dos 45 e já conseguimos a pedir 50% de agricultura familiar. Eu sempre preconizei isso, a valorização da agricultura regional. Não só para a questão e valorização desses recurso dentro da cidade em si com os pequenos produtores, mas também a qualidade nutricional desses alimentos.</p>	<p>Não. É para toda merenda. O PNAE prioriza que 30% dessa verba seja da agricultura familiar. 30% é o mínimo, nós, graças a Deus, conseguimos manter na faixa dos 45 e já conseguimos a pedir 50% de agricultura familiar.</p>	<p>Desafios do fornecimento de alimentos da agricultura familiar</p>

Questão 4: A Secretaria de Educação conta ou já se reuniu com outras secretarias e repartições municipais para discutir e planejar as ações do PNAE no município? Como se dá esse processo?

ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
Gestor A	A gente faz diretamente a relação... agora são quatro, que é a Secretaria de Educação, a Diretoria de Segurança alimentar que é vinculada a Secretaria de Ação Social, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Finanças. Então, são sempre essas secretarias aqui do município que se reúne para poder ver o que é que tem de valor, o que é que tem de produtos e como é que nós faremos a organização. Fora isso a gente faz reuniões com a EMPAER com o FNDE além do município.	A gente faz diretamente a relação... agora são quatro, que é a Secretaria de Educação, a Diretoria de Segurança alimentar que é vinculada a Secretaria de Ação Social, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Finanças.	Repartições administrativas municipais que regem o PNAE
Gestora B	A gente tem diretamente ligada a Secretaria de Agricultura e vez ou outra com a Secretaria de Ação Social.	A gente tem diretamente ligada a Secretaria de Agricultura e vez ou outra com a Secretaria de Ação Social.	Repartições administrativas municipais que regem o PNAE

Questão 5: Existem entidades e órgãos envolvidos, como associações e sindicatos, na mobilização para a compra dos produtos da Agricultura Familiar? Como eles atuam?

ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
<p>Gestor A</p>	<p>No momento não. Existem associações que tratam dos produtores orgânicos, outras não. Existe o sindicato que faz mais um papel de mobilização e tem o Conselho que é o... na verdade tem dois conselhos, o Conselho da Merenda e o CDRS que é o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável que é do município. Todo ano quando a gente vai fazer a chamada para fazer o edital o levantamento de produtos e a discussão de preços ele acontece no Conselho. Nesse Conselho está todos os representantes e associações do município de Jacaraú. Então, são essas instâncias que discutem. Qual é a nossa ideia? Nossa ideia é futuramente a gente fazer as compras, não individual por agricultor, mas por DAP jurídica, por associação ou cooperativa. Existem duas formas de você fazer. Grupos informais e grupo formal. A gente ta nessa discussão para poder a gente fazer e futuramente a gente ter essa formalidade de cooperativa. Mesmo com os produtores orgânicos a gente ta fazendo por DAP física. Mas a associação dos orgânicos ela já tem a DAP jurídica, ela já pode o ano que vem fornecer coletivamente ao invés de ser individual.</p> <p>Há alguma diferença dentro do PNAE entre os produtores convencionais e os orgânicos?</p> <p>Há duas diferenças. Uma é na variedade de produção. A dos orgânicos é reduzida. E outra é o preço. Pela lei do FNDE a produção orgânica ela tem 30% de agregação</p>	<p>Todo ano quando a gente vai fazer a chamada para fazer o edital o levantamento de produtos e a discussão de preços ele acontece no Conselho. Nesse Conselho está todos os representantes e associações do município de Jacaraú. Então, são essas instâncias que discutem. Qual é a nossa ideia? Nossa ideia é futuramente a gente fazer as compras, não individual por agricultor, mas por DAP jurídica, por associação ou cooperativa.</p> <p>Pela lei do FNDE a produção orgânica ela tem 30% de agregação de valores do convencional. A gente faz as pesquisas tanto nas feiras quanto nos mercados. Por exemplo, se eu estou comprando um coentro por R\$10,00 o quilo, eu vou comprar por R\$13,00 de quem é orgânico. Aumenta 30% do valor.</p>	<p>Desenvolvimento e valorização da Agricultura Familiar local</p>

	de valores do convencional. A gente faz as pesquisas tanto nas feiras quanto nos mercados. Por exemplo, se eu estou comprando um coentro por R\$10,00 o quilo, eu vou comprar por R\$13,00 de quem é orgânico. Aumenta 30% do valor.		
Gestora B	<p>Sim. A gente tinha mais nos primeiros anos que eu trabalhei aqui. Era com as ações que as mulheres que faziam bolo. A gente faz esse contato com essas mulheres dos assentamentos. Elas faziam bolo, mas agora a gente tá com um problema porque falta o selo. Eram as mulheres dos Assentamentos Antonio Chaves, Boa Esperança e outros. Elas se reuniam e faziam bolos para a gente. As associações dos assentamentos.</p> <p>[Dos 34 que são atualmente fornecedores do PNAE, é do seu conhecimento que todos eles estão participando de alguma associação ou são agricultores independentes?]</p> <p>Misturado. Cada assentamento tem seu coordenador.</p> <p>[Entre os fornecedores têm algum agricultor que não resida em áreas de assentamento?]</p> <p>Sim. Tem aqui do Sítio Olho D'agua, Timbó... tem de outros lugares.</p>	Sim. A gente tinha mais nos primeiros anos que eu trabalhei aqui. Era com as ações que as mulheres que faziam bolo.	Participação familiar

Questão 6: Como ocorrem os processos de elaboração da lista dos produtos solicitados, do cardápio da merenda escolar e dos editais e divulgação das chamadas públicas para os agricultores do município?

ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
<p>Gestor A</p>	<p>O levantamento da produção sempre acontece, a gente faz isso no Conselho, como te falei. A gente vai indo pelo que se tem no município de Jacaraú. Por exemplo, a gente começou aqui comprando cenoura em 2017, mas a gente viu que não era muito a prática da produção. Então, a gente retirou. A gente tem uma limitação em frutas, tem quatro tipos de frutas. Então, a gente faz essa busca no município para saber o que se tem, mais ou menos na feira o que se chega, o que se produz e levanta a produção. Com a nutricionista a gente levanta os quantitativos, aquela distribuição nutricional por cada aluno. Feito isso, a gente vai para a discussão de preço, pesquisa nos mercados, pesquisa em órgãos como CONAB e outros, para poder levantar o preço. Levantando o preço a gente vai para o Conselho, discuti esses preços, registra em ATA e publica o edital. Com 20 dias de publicado o edital a gente vai elaborando os projetos dos agricultores que vai chegando. Com 20 dias depois a gente faz a reunião de apresentação desses produtos. Cada agricultor vai trazer do que vai fornecer uma amostra. A gente apresenta como ficou a distribuição com o valor de cada um. Aprovado tudo isso também vai para uma ATA e essa ATA é publicada no diário oficial do município. Então, o processo todo é esse. Passado isso e com a ATA publicada cada agricultor vai lá e assina seu contrato onde vai ter quais os seus</p>	<p>O levantamento da produção sempre acontece, a gente faz isso no Conselho, como te falei. A gente vai indo pelo que se tem no município de Jacaraú. Por exemplo, a gente começou aqui comprando cenoura em 2017, mas a gente viu que não era muito a prática da produção. Então, a gente retirou. A gente tem uma limitação em frutas, tem quatro tipos de frutas. Então, a gente faz essa busca no município para saber o que se tem, mais ou menos na feira o que se chega, o que se produz e levanta a produção. Com a nutricionista a gente levanta os quantitativos, aquela distribuição nutricional por cada aluno.</p> <p>Feito isso, a gente vai para a discussão de preço, pesquisa nos mercados, pesquisa em órgãos como CONAB e outros, para poder levantar o preço. Levantando o preço a gente vai para o Conselho, discuti esses preços, registra em ATA e publica o edital.</p>	<p>Processos técnicos administrativos do PNAE</p> <p>Garantia de preço justo</p>

	<p>produtos, a periodicidade do pagamento, como vai ser a forma de entrega e etc.</p> <p>Existe algum valor limite para cada agricultor?</p> <p>Sim. O limite máximo, que a lei permite, é de R\$20.000 por agricultor, por DAP. Então, a gente sempre faz isso. Raramente algum chega a esse valor. Porque a gente faz um acordo com eles para que não aconteça disputa de preço e nem de produto. Se tem lá 15.000 quilos de macaxeira para comprar e chegou dez agricultores dizendo que vão fornecer macaxeira a gente divide por igual entre os agricultores. A gente tem sempre esse cuidado de ver quem vai fornecer para fazer essa distribuição. Como também o valor, colocar um valor equilibrado. Às vezes não acontece isso porque alguns dizem que só tem macaxeira e batata e a gente não tem como colocar os R\$20.000 de macaxeira só para ele, porque vão ficar outros descobertos. Aquele que apresenta uma maior diversidade como frutas, verduras, raízes e tubérculos aí ele acaba ficando com um valor maior. Mas tudo isso é apresentado nessa assembleia de fechamento das ATAS do programa.</p> <p>Existe algum produto que eles tenham mais dificuldade em fornecer?</p> <p>A maior dificuldade acontece em frutas. A única fruta com facilidade é laranja e banana. Mas por exemplo, acerola. Acerola é um desafio. Como a gente recebe a acerola in natura... a acerola se chover ela cai, acabou. Às vezes chega demais. Por exemplo, nós estamos</p>		
--	--	--	--

	<p>com uma dificuldade agora com essa questão das cestas. Porque quando vai para a escola e fica lá na escola, congela e tal. Mas para a gente entregar nas cestas ta sendo impossível fazer pedido de acerola. Chega no dia, passa ainda dois dias na organização para poder chegar na casa da família. Se não congelar, perde. Então, o desafio maior é nessa parte de frutas mesmo.</p>		
<p>Gestora B</p>	<p>Isso é realmente função do nutricionista. Desde o fornecimento do cardápio, primeiro a gente planeja o cardápio. O cardápio é mensal e de acordo com a agricultura. Então a gente vai vendo a sazonalidade dos próprios alimentos e em cima disso a gente monta o cardápio. Montando o cardápio a gente faz um cálculo, tendo por base o que foi comprado no ano anterior para a gente ter uma noção do que vamos precisar comprar mensalmente. As compras da agricultura familiar são feitas semanalmente e dos cereais são mensais. Em cima do que compramos no ano anterior a gente faz um cálculo base para saber o que vamos precisar comprar no próximo ano. A gente coloca uma margem a mais. No edital não vai a quantidade específica, sempre uma coisa a mais. Isso funciona para o edital e para a chamada pública. O edital quem monta é a Secretaria de Licitações, a gente só fornece os dados, especificação dos alimentos, a qualidade que a gente quer receber e a gente também faz parte da análise das amostras. A gente coloca no edital o que a gente quer, mas também analisa o que eles estão fornecendo. A gente preconiza muito também e tem crescido cada vez mais são os produtos orgânicos. Aí é que a gente tem mais</p>	<p>Isso é realmente função do nutricionista. Desde o fornecimento do cardápio, primeiro a gente planeja o cardápio. O cardápio é mensal e de acordo com a agricultura. Então a gente vai vendo a sazonalidade dos próprios alimentos e em cima disso a gente monta o cardápio. Montando o cardápio a gente faz um cálculo, tendo por base o que foi comprado no ano anterior para a gente ter uma noção do que vamos precisar comprar mensalmente. As compras da agricultura familiar são feitas semanalmente e dos cereais são mensais. Em cima do que compramos no ano anterior a gente faz um cálculo base para saber o que vamos precisar comprar no próximo ano. A gente coloca uma margem a mais. No edital não vai a quantidade específica, sempre uma coisa a mais. Isso funciona para o edital e para a chamada pública. O edital quem monta é a Secretaria de Licitações, a gente só fornece os dados, especificação dos alimentos, a</p>	<p>Processos técnicos administrativos do PNAE</p>

	<p>dificuldade de ter esse produto o ano inteiro. A gente vai vendo de acordo com a fase de produção mesmo.</p> <p>[A alguma fiscalização que garanta que todo produto adquirido seja da agricultura familiar?]</p> <p>Tem. Tem com a Secretaria de Agricultura esse cuidado.</p> <p>[Existe algum produto que é mais difícil solicitar aos agricultores?]</p> <p>Tem vários produtos que o município produz e que é difícil. Não é nem uma questão do próprio agricultor, mas é assim... uma questão própria da produção. Por exemplo, a gente já tentou pôr a manga, mas a época da manga é no início do ano, a gente não consegue colocar. A maior dificuldade é o período. A gente até coloca na chamada pública, mas não consegue fazer o pedido. O abacate, o caju, o próprio abacaxi...tudo tá na licitação, mas às vezes não é a época.</p> <p>[Em relação a entrega, são os próprios agricultores que se responsabilizam pela entrega desses produtos?]</p> <p>Eles mesmos trazem. A gente tem um local onde é feita a coleta e distribuição desse produtos. Tem a data específica, horário específico para fazer a entrega, porque é tudo planejado. A gente tem o dia do recebimento e o da distribuição nas escolas. Cada um tem o seu dia específico.</p>	<p>qualidade que a gente quer receber e a gente também faz parte da análise das amostras.</p>	
--	--	---	--

Questão 7: Como se dá a participação do Conselho de Alimentação Escolar? Quais são suas considerações sobre a atuação do CAE?

ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
<p>Gestor A</p>	<p>O conselho é atuante, a apresentação dos produtos e do cardápio é sempre feita com a presença de representantes do conselho e na assembleia de apresentação dos produtos que coordena é o pessoal do conselho, que vão estar lá, aprovar a produção, sempre eles têm fala e participam desse momento. Eles assinam as ATAS todinhas, como foi o processo todo e vão acompanhando. Qualquer problema que der, por exemplo, mudança de produto, a mudança do repasse normal para cestas de merenda, eles acompanham tudo isso. Tudo é coordenado por eles.</p> <p>O CAE também acompanha diretamente nas escolas?</p> <p>Sim. Eles fazem vistorias nas escolas. Esse ano não, por causa da pandemia, mas antes, sim. Inclusive, a gente estava tendo muito problema em 2019 com macaxeira. O pessoal tava entregando a macaxeira e a macaxeira não estava cozinhando. Então, o conselho foi lá e teve que devolver algumas macaxeiras. Inclusive a gente não pagou porque de fato, verificamos que a macaxeira não estava boa para o consumo. Eles têm essa atuação.</p> <p>Você acha que os agricultores estão sempre sendo os mesmos agricultores a fornecer todos os anos?</p> <p>Eu estou no PNAE desde o primeiro ano dessa gestão, desde 2017. Há uma constância de alguns agricultores, mas há aumento e há desistência também. Primeiro, a gente</p>	<p>O conselho é atuante, a apresentação dos produtos e do cardápio é sempre feita com a presença de representantes do conselho e na assembleia de apresentação dos produtos que coordena é o pessoal do conselho, que vão estar lá, aprovar a produção, sempre eles têm fala e participam desse momento. Eles assinam as ATAS todinhas, como foi o processo todo e vão acompanhando.</p>	<p>Atuação do Conselho de Alimentação Escolar</p>

vinha de um sistema única que havia 5 agricultores que forneciam toda a produção de agricultura familiar do município. Que inclusive, ia além do valor dos 20.000. Aí esses quando chegaram a gente disse assim... não, agora a gente vai fazer assim. A gente vai chamar todo mundo, vai dizer a produção, o que tem e vamos fazer o pedido por igual. Então, alguns desistiram e outros permaneceram. Mas todo ano há aumento. A gente começou em 2017 com 20 agricultores, hoje nós estamos com 35. Então, aumentou 15. Desses 15 que aumentaram e dos 20 que vieram houve muita mudança. Então, tem de 15 a 18 pessoas que são constantes. Agora há sempre alterações.

Você consegue identificar o que levaria novos agricultores a não participarem do programa?

Sim. Um dos motivos é essa história do planejamento da produção. Porque alguns não aceitam, por exemplo, chegar e ter que entregar 100 quilos de macaxeira para receber no final do mês. Muita gente quer entregar logo 1.000 quilos, se livrar do roçado e receber o dinheiro. Então, há isso e acontece muito. Isso é um dos principais problemas. Tanto a questão do planejamento como também a questão da produção. Muitos não querem fazer essa distribuição e muitos não têm produção. Um outro desafio também que a gente tem é porque a gente não tem ainda o SIM... o Serviço de Inspeção Municipal. Jacaraú, como a gente sabe, é um município dividido em duas regiões. Essa região aqui nossa, dos Assentamentos que têm bastante água e a região seca onde é abastecida com carro pipa o pessoal lá têm muita produção de animais. Então, se a gente tivesse o selo, o SIM do município a gente podia tá comprando ovos, leite, comprando carne. Aí

	<p>a gente estaria beneficiando outros agricultores. Como eles lá não produzem macaxeira, batata, inhame eles entrariam com essa parte dos produtos de origem animal. Então, isso aí seria uma dificuldade. Uma outra é sobre a polpa de fruta. A gente podia estar aproveitando outro pessoal de outras regiões com o beneficiamento da produção semi industrializado para ser entregues. São esses os desafios.</p> <p>O que dificulta a retirada desse SIM - Serviço de Inspeção Municipal?</p> <p>A manutenção de um serviço desse não é barata. O município está se organizando. Já foi feita uma tentativa no ano passado em 2019 e 2020 de fazer um consórcio com municípios vizinhos. Jacaraú assumiu tudo, mas os outros municípios desistiram. Então, Jacaraú não teve condições de fazer isso só. A gente agora encontrou uma outra modalidade que é mais barata. A gente sabe que hoje o município de Jacaraú já tem médico veterinário, só precisava agora contratar um técnico em agroindústria e um técnico agrícola, para poder facilitar isso aí. então, a gente tá num processo de construção. Já conseguimos leis. Eu trouxe como exemplo uma lei de Sapé e a do Conde que elas funcionam assim. Está no jurídico para poder ele aprovar. O jurídico aprovando, aí sim, a gente vai poder montar o conselho. Tem que ter um conselho também do próprio município em parceria com a vigilância sanitária. A gente vai com ampliação para o ano que vem. A espera, por exemplo, que para o PAA municipal já consegui comprar bolos das mulheres através desse certificado. A gente está nesse processo.</p>		
--	--	--	--

<p>Gestora B</p>	<p>É bem atuante, graças a Deus. E é uma parceria. O CAE ele dificilmente vai pegar alguma coisa irregular. Nesse últimos cinco anos que eu estive aqui, não houve nenhuma denúncia, nem reclamação por algo grave. O que acontece, as vezes, é uma preocupação com o desperdício de alimentos na oferta para os alunos. A maior dificuldade da gente é realmente os alunos priorizarem a merenda escolar ao invés dos lanches prontos que eles levam para a escola.</p>	<p>É bem atuante, graças a Deus. E é uma parceria. O CAE ele dificilmente vai pegar alguma coisa irregular. Nesse últimos cinco anos que eu estive aqui, não houve nenhuma denúncia, nem reclamação por algo grave.</p>	<p>Atuação do Conselho de Alimentação Escolar</p>
-------------------------	--	---	---

Questão 8: Ao longo do desenvolvimento do Programa, a Secretaria de Educação fomenta as ações do PNAE junto aos agricultores? Se sim, quais as principais ações realizadas?			
ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
Gestor A	<p>Sim. A gente, inicialmente, começou tendo a ideia de fazer um acompanhamento in lócus, nas propriedades de cada um. Só que a gente viu que não tinha condições para isso. Nem de tempo, financeiro e de pessoal. Nessa assembleia, na reunião inicial, a gente faz sempre um processo de formação. A nutricionista sempre traz como deve ser a produção, como é que deve ser. A gente explica o processo de organização, de planejamento. Na última agora foi entregue um folder com as informações sobre: O que é a merenda? Quem está se alimentando com esses produtos? Até o pessoal entender também que essa produção é até para meu filho que está lá. Eu estou fornecendo para meu próprio filho. Nesse processo a gente conseguiu avançar e hoje a gente já percebe a qualidade dos produtos que chegam na escola. O processo formativo acontece mais nesse momento da assembleia mesmo.</p>	<p>Sim. A gente, inicialmente, começou tendo a ideia de fazer um acompanhamento in lócus, nas propriedades de cada um. Só que a gente viu que não tinha condições para isso. Nem de tempo, financeiro e de pessoal. Nessa assembleia, na reunião inicial, a gente faz sempre um processo de formação. A nutricionista sempre traz como deve ser a produção, como é que deve ser. A gente explica o processo de organização, de planejamento.</p>	<p>Ações formativas junto aos sujeitos que compõem o PNAE</p>
Gestora B	<p>Não. Apenas na chamada pública a gente faz algumas orientações porque lá é onde a gente tem um contato mais direto com eles. Falamos sobre a qualidade do produtos que queremos receber, o manejo correto desses produtos, o cuidado até chegar ao local onde recebemos esses produtos, os cuidados mais gerais em si, mas a gente não</p>	<p>Falamos sobre a qualidade do produtos que queremos receber, o manejo correto desses produtos, o cuidado até chegar ao local onde recebemos esses produtos, os cuidados mais gerais em si, mas a gente não tem formação específica para os</p>	<p>Ações formativas junto aos sujeitos que compõem o PNAE</p>

	tem formação específica para os agricultores. Mas, a gente faz formação para as merendeiras.	agricultores. Mas, a gente faz formação para as merendeiras.	
--	--	--	--

Questão 9: Quais estratégias o município vem adotando para garantir a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar conforme determina a Lei 11.947? Como você compreende a aquisição desses produtos?

ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
<p>Gestor A</p>	<p>O município tem uma preocupação. É a fala do prefeito sempre...a fábrica de Jacaraú são os agricultores. Então é necessário investir na agricultura familiar. Esse investimento é constante. Nunca de 2017 para cá a gente comprou só os 30%. Sempre compramos mais. Em 2017 a gente comprou 35%, 5% a mais e continua subindo. Em 2019 a gente conseguiu comprar 62% da agricultura familiar. Não compramos mais por causa dessa questão do SIM. Porque o recurso maior é para a parte de proteínas. Há uma preocupação do município em sempre atingir a meta dos 30%, não só porque é meta, mas também porque há o beneficiamento dos agricultores. Por exemplo, a gente tem 35 agricultores fornecendo diretamente, mas esses agricultores conseguem atingir quase o dobro. Porque às vezes ele completa a produção com a do vizinho dele. Acontece muito de, por exemplo, o meu pai tá com o nome no cadastro e eu posso na DAP do meu pai colocar a minha produção e de mais alguém da casa. Ou seja, a gente acaba conseguindo alcançar outras pessoas além daquelas no cadastro. Eu avalio como muito positiva essas ações. Hoje a gente tem um espaço próprio para discutir essas ações, ter um setor, é sinal que há um interesse do município no fortalecimento e no fomento a agricultura</p>	<p>O município tem uma preocupação. É a fala do prefeito sempre...a fábrica de Jacaraú são os agricultores. Então é necessário investir na agricultura familiar. Esse investimento é constante. Nunca de 2017 para cá a gente comprou só os 30%. Sempre compramos mais. Em 2017 a gente comprou 35%, 5% a mais e continua subindo. Em 2019 a gente conseguiu comprar 62% da agricultura familiar.</p> <p>Hoje a gente tem um espaço próprio para discutir essas ações, ter um setor, é sinal que há um interesse do município no fortalecimento e no fomento a agricultura familiar e a questão da merenda escolar.</p>	<p>Desenvolvimento e valorização da Agricultura Familiar local</p>

	familiar e a questão da merenda escolar. Nessa última entrega a gente fez questão de ampliar a quantidade de produtos, quantidade de frutas, a diversidade que foi para poder a gente atingir os 35 agricultores do programa. Essa preocupação na hora da gente fazer a distribuição sempre existe.		
Gestora B	Primeiramente a gente faz essa conscientização não só com as merendeiras, mas também com os alunos para o consumo de vegetais, frutas, hortaliças e raízes. Não só isso, mas também sempre tentando montar um cardápio observando esse cuidado com os alimentos da agricultura familiar. A gente não consegue estar em todas as escolas. São mais de 20 escolas, então a gente fica junto as merendeiras cobrando esse cuidado, o monitoramento de acordo com a demanda. A gente tenta cada vez mais aumentar o consumo da agricultura familiar e graças a Deus tem cada vez mais tem funcionado. Infelizmente esse ano e ano passado...ano passado a gente fez quatro entrega de kits de alimentação escolar e nessas quatro a gente bateu em média 43% de agricultura familiar. Esse ano, acredito que a gente vai bater em média mais ainda. A primeira entrega que a gente fez mês passado, na verdade a segunda entrega, a gente elaborou uma estratégia diferente. Foi mais trabalho, mas funcionou muito bem. É em relação a variedade de frutas e raízes. Para a gente não só se atentar a qualidade que tá sendo	A gente tenta cada vez mais aumentar o consumo da agricultura familiar e graças a Deus tem cada vez mais tem funcionado.	Desenvolvimento e valorização da Agricultura Familiar local

	<p>fornecida mas também a quantidade de agricultores que estão fornecendo para a gente. O rodízio de agricultores também, não só priorizar um. Foi uma estratégia pensada para atingir todas essas áreas. Nessa última entrega contemplamos 33 agricultores, se não estou enganada. Quase todos.</p>		
--	--	--	--

Questão 10: Como você analisa as ações de execução do PNAE do ponto de vista do desenvolvimento local, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento do hábito de alimentação saudável?

ENUMERAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	RESPOSTA NA ÍNTEGRA	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
<p>Gestor A</p>	<p>Ele contribui sim, mas a gente precisa avançar nessas questões porque a gente ainda percebe muita utilização de agrotóxicos. Esse esforço que a gente fez de fazer um edital com duas chamadas é para incentivar esse pessoal. Dizer assim... olha, se vocês produzirem dentro dos padrões da agroecologia, ter certificados de produtor orgânico você vai ter 30% de um valor a mais agregado ao seu produto. A gente tenta mostrar por exemplo... olha, você está entregando essa batata a R\$2,92 enquanto aquele outro agricultor que é produtor orgânico está entregando a batata dele a R\$3,62. Aí ele olha a batata dele e pensa qual é a diferença. A diferença está na produção. Por aí a gente começa a discutir com ele a questão da educação ambiental, da sustentabilidade. Eles também dizem que o produto é garantido porque é para os próprios filhos comerem. É um processo lento, que precisa que a gente discuta mais. Não só em apresentar o certo e o errado, mas sim, apresentar estratégias. A gente apresentar estratégias para o agricultor continuar produzindo. Por exemplo, um desafio hoje grande é na mão de obra da agricultura. R\$50,00 uma diária, muita gente não tem para pagar. E nem tem muita gente disponível para trabalhar. Aí, o agricultor vai ali e</p>	<p>Ele contribui sim, mas a gente precisa avançar nessas questões porque a gente ainda percebe muita utilização de agrotóxicos. Esse esforço que a gente fez de fazer um edital com duas chamadas é para incentivar esse pessoal. Dizer assim... olha, se vocês produzirem dentro dos padrões da agroecologia, ter certificados de produtor orgânico você vai ter 30% de um valor a mais agregado ao seu produto. A gente tenta mostrar por exemplo... olha, você está entregando essa batata a R\$2,92 enquanto aquele outro agricultor que é produtor orgânico está entregando a batata dele a R\$3,62.</p>	<p>Desenvolvimento socioeconômico e ambiental</p>

	<p>compra um vidro de herbicida e em um dia só ele tem conseguido limpar um hectare. E aí, como discutir sustentabilidade desse jeito sem mostrar alternativa. Aos poucos a gente precisa ir mostrando as práticas que se tem, como fazer uma cobertura morta, como usar uma roçadeira a gasolina e etc.</p> <p>O município dispõe de alguma assessoria técnica para esses agricultores?</p> <p>Não. A gente faz sempre assim, a gente dá um suporte. Mas é muito pouco. Tem a EMATER que era para fazer esse papel. no município a gente tem um técnico na Secretaria de Agricultura, só que é muito pontual o acompanhamento. A gente não consegue, o município não consegue bancar uma equipe de profissionais, pelo menos cinco técnicos, um agrônomo para dar essa assistência. Então, a gente ainda está nesse processo mais pingado mesmo de articulações. Nós estamos buscando parcerias. Temos uma parceria com o SEBRAE que vez ou outra vem dá uma assessoria, tem a EMPAER, tem o pessoal que vem pela CPT, o pessoal da Associação dos Orgânicos. Então, a gente faz esses esforços de buscar parcerias para dar uma assistência técnica mínima.</p>		
<p>Gestora B</p>	<p>Sim. A gente faz essa análise de acordo com quem já vivenciou gestões anteriores do município. Os próprios agricultores relatam nas chamadas públicas que nunca houve a valorização de compra direta como nesses</p>	<p>Os próprios agricultores relatam nas chamadas públicas que nunca houve a valorização de compra direta como nesses últimos anos. Pelo contrário, nas outras</p>	<p>Desenvolvimento socioeconômico e ambiental</p> <p>Garantia de preço justo</p>

	<p>últimos anos. Pelo contrário, nas outras gestões poucos agricultores apareciam, eles evitavam, ou se interessavam para fornecer ao PNAE justamente com receio... Será que vou receber? Porque assim, em questão de valores, é um valor justo que a gente paga. Nós temos tentado manter e temos conseguido manter essa questão da compra e pagar, né. A gente compra e é mensal essa questão do pagamento. Eles visam muito isso. É um meio de trabalho e eles fazem também para ter seu dinheiro. Graças a Deus na nossa gestão a gente tem cada vez mais tido aderência de mais agricultores querendo participar a cada ano que a gente lança o edital. A gente iniciou em 2017 com 28 agricultores e hoje a gente tem 34 ou 36, não tenho certeza.</p> <p>[Quem decide esses preços?]</p> <p>É uma pesquisa de preço que é feita. Cada município se responsabiliza por fazer sua pesquisa de preço. Aqui no nosso caso não é a gente quem faz. Quem faz é o responsável pela licitação e chamada pública. É feita a pesquisa na feira, em mercados. É orientado que se faça na própria feira do município, geralmente é feita aqui.</p> <p>A contribuição é direta. A gente ver.... ano de pandemia, a gente não tem contato direto nem com os alunos e nem com as merendeiras, mas antes a gente via ações nas escolas. Na creche, por exemplo, a gente tinha uma hortinha que os próprios alunos plantavam, ajudavam a</p>	<p>gestões poucos agricultores apareciam, eles evitavam, ou se interessavam para fornecer ao PNAE justamente com receio... Será que vou receber? Porque assim, em questão de valores, é um valor justo que a gente paga. Nós temos tentado manter e temos conseguido manter essa questão da compra e pagar, né. A gente compra e é mensal essa questão do pagamento. Eles visam muito isso. É um meio de trabalho e eles fazem também para ter seu dinheiro.</p> <p>É uma pesquisa de preço que é feita. Cada município se responsabiliza por fazer sua pesquisa de preço. Aqui no nosso caso não é a gente quem faz. Quem faz é o responsável pela licitação e chamada pública. É feita a pesquisa na feira, em mercados. É orientado que se faça na própria feira do município, geralmente é feita aqui.</p>	
--	--	--	--

	<p>cuidar, colhiam e até levavam pra casa. A gente ver também a questão consumo, se aumenta a agricultura a gente vai ter cada vez mais o aumento da sustentabilidade. Um produto natural, cada vez menos rotulado, não tem nenhum rótulo na verdade, aí a gente percebe que não tá consumindo tanto produtos industrializados, a valorização das pessoas que atuam nessas áreas. É tudo interligado, uma coisa relacionada a outra. Sustentabilidade é uma coisa bem ampla. Vai desde a forma de produzir até o consumo, quando chega no prato. A adesão também. Quanto mais a gente tem alunos querendo a merenda menos a gente tem a questão das sobras.</p>		
--	---	--	--

Apêndice 7: Quadros de inter-relacionamento entre Unidades de Registros e Eixos Temáticos – Agricultores e Gestores

Quadro 10: Inter-relacionamento entre unidades de registro: constituição dos eixos temáticos – Agricultores

Unidades de Registro da Pesquisa	Eixos Temáticos
Comunicação nas assembleias e associações	Participação coletiva e construção da cidadania
O associativismo fortalecendo a participação cidadã	
Fornecimento de produtos	Logística do fornecimento e transporte de alimentos no PNAE
Fornecimento de frutas e raízes	
Transporte e entrega de mercadorias	
Tempo e condições de trabalho	Desafios da produção agrícola
Método tradicional	
Garantia de mercado	Desenvolvimento socioeconômico e ambiental a partir das ações no PNAE
Garantia de preço justo	
Desenvolvimento e garantia de mercado	
Valorização do trabalho na agricultura	
Experiência diversificada e participação familiar	Aspectos educativos no processo de fornecimento de alimentos
O trabalho com produções orgânicas e agroecológicas	
Troca de experiências	
Qualidade dos produtos ofertados	
Princípios da soberania alimentar nas ações dos agricultores familiares	
Alternativas sustentáveis de desenvolvimento	
Acesso a informações e organização da produção	Planejamento da produção
Planejamento da produção	
Planejamento	
Gestão articulada	
Assistência técnica especializada	
Prejuízos de vender ao atravessador	Desafios da comercialização dos produtos

Quadro 11: Inter-relacionamento entre unidades de registro: constituição dos eixos temáticos – Membros da gestão PNAE

UNIDADES DE REGISTRO DA PESQUISA	EIXOS TEMÁTICOS
Segurança Alimentar e Economia Solidária	Aspectos educativos no processo de fornecimento de alimentos no PNAE
Educação Nutricional	
Desenvolvimento e valorização da Agricultura Familiar local	
Ações formativas junto aos sujeitos que compõem o PNAE	
Desenvolvimento socioeconômico e ambiental	
Compra, recebimento e distribuição de merenda	Processos técnicos administrativos do PNAE
Repartições administrativas municipais que regem o PNAE	
Logística de distribuição dos kits de alimentação escolar	
Processos técnicos administrativos do PNAE	
Garantia de preço justo	
Atuação do Conselho de Alimentação Escolar	
Desafios do fornecimento de alimentos da agricultura familiar	Sujeitos que compõem o PNAE
Grupo informal, agricultores convencionais e produtores orgânicos	
Assentamentos da Reforma Agrária	
Participação familiar	

Apêndice 8: Quadros de inter-relacionamento dos Eixos Temáticos em Categorias de Análise – Agricultores e Gestores.

Quadro 12: Inter-relacionamentos entre os Eixos Temáticos e as Categorias de Análises - Agricultores

Eixos Temáticos	Categorias de Análises
Participação coletiva e construção da cidadania	A operacionalização do PNAE na perspectiva dos agricultores fornecedores de alimentos
Logística do fornecimento e transporte de alimentos no PNAE	
Planejamento da produção	
Desafios da comercialização dos produtos	Desafios da produção e comercialização na agricultura familiar
Desafios da produção agrícola	
Desenvolvimento socioeconômico e ambiental a partir das ações no PNAE	Aspectos do desenvolvimento socioeconômico local e ambiental nas ações do PNAE
Aspectos educativos no processo de fornecimento de alimentos	Construindo a Educação Ambiental Popular a partir das ações do PNAE

Quadro 13: Articulações entre os Eixos Temáticos e as Categorias de Análises – Membros da gestão do PNAE

Eixos Temáticos	Categorias de Análises
Aspectos educativos no processo de fornecimento de alimentos no PNAE	Aspectos do desenvolvimento socioeconômico local e ambiental nas ações do PNAE
Processos técnicos administrativos do PNAE	Operacionalização do PNAE na perspectiva dos gestores
Sujeitos que compõem o PNAE	Protagonistas do fornecimento de alimentos para a merenda escolar pelo PNAE

ANEXOS

Anexo 1: Parecer consubstanciado do Comitê de Ética

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO POPULAR E SUSTENTABILIDADE: um estudo sobre os aspectos educativos não formais no processo de fornecimento de alimentos para a merenda escolar por agricultores familiares, no município de Jacaraú-PB.

Pesquisador: ANA MARIA GOMES RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 40917720.3.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.481.774

Apresentação do Projeto:

apresenta os passos da pesquisa e o desenvolvimento do trabalho

Objetivo da Pesquisa:

coerente as atividades planejadas para execução da pesquisa

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Inerentes a pesquisa dessa natureza

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

tema importante tratado com coerência de autores e proposições de pesquisa

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

atende as exigências Institucionais

Recomendações:

retorna os resultados à prefeitura de Jacaraú como contribuição ao campo de pesquisa

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

nenhuma

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos, que após análise do protocolo de pesquisa enviado por V.Sa. a esse colegiado, não

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 4.481.774

foram detectadas pendências, e portanto, a situação do parecer final do colegiado é APROVADO. Para maiores informações consulte o Parecer Consubstanciado do CEP na lista documentos postados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1676706.pdf	11/12/2020 11:33:19		Acelto
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	11/12/2020 11:21:33	ANA MARIA GOMES RIBEIRO	Acelto
Outros	ENTREVISTAS_GESTAO.pdf	05/12/2020 17:43:44	ANA MARIA GOMES RIBEIRO	Acelto
Outros	ENTREVISTAS_AGRICULTORES.pdf	05/12/2020 17:43:12	ANA MARIA GOMES RIBEIRO	Acelto
Outros	Certidao_PPGE.pdf	05/12/2020 17:37:45	ANA MARIA GOMES RIBEIRO	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Comite_Etica.pdf	05/12/2020 17:32:34	ANA MARIA GOMES RIBEIRO	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/12/2020 17:28:42	ANA MARIA GOMES RIBEIRO	Acelto
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	05/12/2020 17:28:03	ANA MARIA GOMES RIBEIRO	Acelto
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_anuencia_SMEDUC.pdf	05/12/2020 17:27:34	ANA MARIA GOMES RIBEIRO	Acelto
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	05/12/2020 17:27:03	ANA MARIA GOMES RIBEIRO	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 4.481.774

JOAO PESSOA, 22 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comtedeetica@ccs.ufpb.br